GENIUS LOCI
LUGARES E SIGNIFICADOS
PLACES AND MEANINGS

VOLUME 3

COORD.
LÚCIA ROSAS
ANA CRISTINA SOUSA
HUGO BARREIRA

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

GENIUS LOCI
LUGARES E SIGNIFICADOS
PLACES AND MEANINGS

COORD.
LÚCIA ROSAS
ANA CRISTINA SOUSA
HUGO BARREIRA

VOLUME 3

Os textos publicados foram sujeitos a revisão científica anónima.

Revisores científicos

volume 1 Ana Cristina Sousa
Celso Francisco dos Santos
Maria Leonor Soares
Lúcia Rosas
Pedro Borges de Araújo
Mário de Sousa Cunha
Manuel Joaquim Moreira da Rocha
Sérgio Rodrigues

volume 2 Alice Duarte
Alice Semedo
Ana Cristina Sousa
Andreia Arezes
Celso Francisco dos Santos
José Ramiro Marques de Queirós Gomes Pimenta
Lúcia Rosas
Paula Menino Homem
Mário Jorge Barroca
Nuno Resende
Sérgio Rodrigues
Teresa Soeiro
Virgílio Lopes

volume 3 António Ponte
David Ferreira
Luís Raposo
Maria Leonor Botelho
Paula Menino Homem
Pedro Borges de Araújo
Teresa Cunha Ferreira
Virgílio Correia

Título: ***Genius Loci: lugares e significados | places and meanings – volume 3***

Coordenação: Lúcia Rosas; Ana Cristina Sousa; Hugo Barreira

Fotografia da capa: *Figura antropomórfica oculada* – Regato das Bouças, Serra de Passos, St.ª Comba, Portugal. Adaptado por Marzia Bruno e Fuselog.

Design gráfico: Helena Lobo | www.hldesign.pt

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

ISBN: 978-989-8351-90-6

Depósito Legal: 434992/17

Paginação, impressão e acabamento: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. | www.sersilito.pt

Porto

Fevereiro 2018

Os textos e as imagens utilizadas são da inteira responsabilidade dos autores.

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.

SUMÁRIO

GESTÃO DO PATRIMÓNIO

Apresentação 9

Foreword 11

Heritage and territorial development 13
Dominique Crozat

Lamego: do génio do lugar ao génio dos homens.
Uma visão paradoxal entre a modernização urbanista e a destruição patrimonial 29
Carla Sofia Ferreira Queirós

Resiliência urbana nos conjuntos habitacionais modernos 43
Larissa Cesar Melo

Os dispositivos participativos e a implicação dos habitantes nas questões patrimoniais.
Reflexões sobre os conselhos de bairro e as comissões permanentes
na cidade de Bordéus 55
Ana Rita Albuquerque

O "Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo" (1984) e a definição de mecanismos de
salvaguarda do património edificado da cidade de Maputo 65
Lisandra Franco de Mendonça

Planejamento urbano e preservação do patrimônio cultural:
um olhar para o Conjunto Urbano Santa Tereza, Belo Horizonte 77
Maria Letícia Ticle; Ana Beatriz Mascarenhas Pereira

Presente, pasado y futuro en la gestión patrimonial:
el caso del conjunto histórico de Baiona (Pontevedra) 93
Begoña Fernández Rodríguez

Património Arqueológico no concelho de Mora: um exemplo de gestão 105
Leonor Rocha

Jardins históricos portugueses: conceção e enquadramento jurídico para a sua gestão e valorização 117
Carla Marques Ribeiro

Porto (In)Visível: redescobrir os antigos mananciais. Reflexão sobre a sua relevância 129
Ana Rute Lourenço Morais; Carla Andreia Galvão de Carvalho

A Mãe d'Água de Mijavelhas. Do Princípio da Conservação pelo Registo Científico 145
Iva Botelho; Filipe Gomes

Os Canais Setecentistas do Rio Este, Vila Nova de Famalicão. Singularidades de um Sistema Histórico de Gestão Sustentada da Água **159**
Luzia Silva

De engenho fortaleza a monumento nacional brasileiro – a trajetória das Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos **171**
Rodrigo Christofoletti

O restauro do subsistema hidráulico superior nas catedrais de Lisboa e Guarda **181**
Ana Patrícia R. Alho

Passado e presente nas envolventes ao Românico Português **193**
Davide Miguel Guimarães Malheiro

Gestão do património e envolvimento das comunidades. O Plano de Gestão para a Conservação e Valorização dos Monumentos da Rota do Românico **207**
Teresa Cunha Ferreira

O patrimônio ferroviário brasileiro e a avaliação de sua autenticidade: o estudo de Caruaru Sede **217**
Breno Albuquerque Brandão Borges

A Gestão do Património Industrial e Técnico e o Caso da Electro-Cerâmica, do Candal. Recuperando o espírito e preservando o significado, valorizando memórias e sentimentos de identidade **229**
Graça Alexandra Pinho Silva; Paula Menino Homem; Susana Medina

Escritos e imagens: o processo de construção de memórias do Museu de Etnografia e História do Porto **241**
Catarina Sousa Couto Soares

O Museu vai à escola com a arqueologia: perceções de alunos e professores **251**
Liliana Aguiar; Alice Semedo

Processo de normalização de procedimentos: estudo em três museus de São Paulo **263**
Juliana Rodrigues Alves; Alexandre Matos

Museu Municipal de Penafiel: meio século em defesa de um projecto cultural **275**
Maria José Ferreira dos Santos; Teresa Soeiro

Gestão da Emergência em Contexto Patrimonial e Museológico: virtudes de Equipas Multi, Integradoras das Comunidades **289**
Joana Ramos; Paula Menino Homem

GESTÃO DO PATRIMÓNIO

APRESENTAÇÃO

«O tema e a problemática do "Património" estão, muito justamente, na moda»[1]. Em finais do século XX, Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1934-1996) percebia bem o lugar que o Património tem enquanto bem a ser gerido e a exigir boas práticas de gestão. Anteviu, ainda, que «é neste duplo aspeto, isto é, o de Património como valor de identidade e de memória de uma comunidade e, sobretudo, o de Património como qualidade de vida que ele [o Património] será cada vez mais falado e se lhe dará, futuramente, uma muito maior importância e atenção»[2].

Realçando tal importância, a secção Gestão do Património, do Congresso Internacional *Genius Loci*, pretendeu promover a partilha e debate de casos de estudo considerados modelos de boas práticas, quer porque exemplares no desenvolvimento integrado e sustentável das inerentes ações fundamentais quer pelo seu carácter diferenciador, inovador e fator de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida.

Nesta edição, publica-se uma seleção de vinte e três artigos, sujeitos a revisão científica paritária, que atestam a diversidade enriquecedora de contextos que a Gestão Patrimonial acolhe e promove. Partindo da relação intrínseca que o Património tem com o território, apresentam-se e discutem-se pressões exercidas e estratégias de intervenção assumidas, bem como uma reflexão crítica relativa aos seus resultados. Sob especial enfoque, as problemáticas ligadas aos patrimónios industrial, hidráulico e religioso, pelo seu impacte nas realidades (inter)nacionais e pelas questões que levantam ao nível da obsolescência tecnológica, autenticidade e memória dos bens e lugares patrimoniais. Por fim, salienta-se o contexto dos museus e o seu papel na recuperação e preservação de memórias, na educação e criação de comunidades de preservação.

Maria Leonor Botelho
Paula Menino Homem

---

[1] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1998) – *Património, o seu entendimento e a sua gestão*. 2ª ed., Porto: Etnos, p. 9.

[2] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1998) – *Património, o seu entendimento e a sua gestão*. 2ª ed., Porto: Etnos, p. 10.

FOREWORD

«Currently, the subject of and the challenges presented by "Heritage" are equally fashionable, and quite appropriately so»[1]. Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1934-1996), at the turn of the 20th century, was keenly aware of the role of Heritage as an asset that necessitates not only a good management but also good practices of management. The author also predicted that «it is in this double aspect, that is, of Heritage as the object of a given community's memory and identity and, above all, of Heritage as standard of living, that it [Heritage] will not only be the focus of many a eventual discussions but will also certainly attain a greater degree of importance and attention in the future»[2].

To emphasise these aspects, the Cultural Heritage Management section of the *Genius Loci* International Congress attempted to promote the sharing and the discussion of case studies that were deemed as models of good practices, either because they are noteworthy in the integrated and sustainable development of the inherent essential actions or because of their differentiating and innovative qualities which are factors of development and improvement of the quality of life.

In the present issue, we publish a selection of twenty-three peer reviewed academic papers – which themselves attest to the enlightening multitude of themes that Cultural Heritage Management not only embraces and nurtures but also promotes. Having the intrinsic, long-standing relationship between Heritage and territory as basis, each paper strives to demonstrate and discuss the exerted pressure and strategies of intervention employed by the authors, was well presenting their thorough critical reflections on the results obtained. The aforementioned papers focus mainly on the issues related to industrial, hydraulic and religious heritage assets, their effects on the (inter)national realities and the questions they pose in terms of technological obsolescence, authenticity and preservation of both heritage assets and spaces.

---

[1] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1998) – *Património, o seu entendimento e a sua gestão*. 2ª ed., Porto: Etnos, p. 9.

[2] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1998) – *Património, o seu entendimento e a sua gestão*. 2ª ed., Porto: Etnos, p. 10.

Finally, we must underline the importance of museums and their pivotal roles in the rejuvenation and preservation of memories, in education and in the founding of communities of preservation.

Maria Leonor Botelho
Paula Menino Homem

HERITAGE AND TERRITORIAL DEVELOPMENT

DOMINIQUE CROZAT*

Resumo: O conceito de Património está relacionado com a noção de desenvolvimento territorial, enquanto ferramenta promotora do desenvolvimento de uma comunidade territorial. Esta afirmação não carece apenas de confirmação, como parece demonstrar, acima de tudo, um grande paradoxo nas nossas sociedades. De facto, esta reivindicação fundamenta-se em algo que está por dizer: o desenvolvimento territorial é acompanhado pelo desenvolvimento económico. Contudo, podemos pensar igualmente noutras funções que, em termos apelativos (residenciais ou turísticos) e de atração de atividades de substancial valor-acrescentado, desempenham um papel importante que, no entanto, e numa perspetiva económica, permanece indireto. Num segundo plano, o Património é indiscutivelmente benéfico do ponto de vista económico, particularmente através do turismo e atividades de lazer. Contudo, ao nível direto, uma vez contabilizados os custos sociais gerados, o retorno do investimento é indiscutivelmente pobre. Como tal, sugerimos que o valor territorial de Património deva ser considerado em duas outras configurações complementares que possam justificar aquilo que, à primeira vista, possa aparentar ser um desperdício ou uma despesa extravagante: em primeiro lugar, a criação de uma ideologia territorial. Este conceito procura ter em conta as várias dimensões do papel desempenhado pela retórica coletiva na harmonização do território. Para além disso, esta dimensão discursiva é também uma importante ferramenta de governação que atribui coerência às políticas de estruturação territorial: o Património é tema de acesos debates, potencia o desenvolvimento de uma identidade territorial e justifica outras ações que emergem do planeamento destes espaços.

Palavras-chave: Património; Desenvolvimento territorial; Ideologia territorial; "Hiper real".

Abstract: The concept of heritage is linked to the notion of territorial development, a tool promoting the development of a territorial community. Not only does this claim need to be confirmed, but it seems above all to highlight a major paradox in our societies. This assertion is in fact based initially on something left unsaid: territorial development brings economic development; yet, one can think of few other functions which, in terms of appeal (residential or touristic), attraction of substantial value-added activities, play a role which is important yet remains indirect from an economic perspective. Indeed, at a secondary level, heritage is undoubtedly economically

* Département de géographie/ Université Paul Valéry Montpellier/ UMR ART-Dev (CNRS/Universités Montpellier 3 et de Perpignan/ Responsable du master «Tourisme et Développement Durable des Territoires». dominique.crozat@univ-montp3.fr.

beneficial, in particular through tourism and leisure activities. But, directly, once all the social costs it generates are taken into account, the fact remains that the return on investment is rather poor. We therefore suggest that the territorial value of heritage must be considered in two other complementary configurations that would justify what may, at first glance, appear to be a waste or a lavish expenditure: firstly, the creation of a territorial ideology. This concept seeks to take into account the various dimensions of the role played by the collective rhetoric in harmonising the territory. Moreover, this discursive dimension is also a major governance tool that provides coherence to territory-structuring policies: heritage is the subject of lively debates, foster the development of a territorial identity and justify other actions that emerge from the planning of these spaces.

Keywords: Heritage; Territorial development; Territorial ideology; Hyperreal.

INTRODUCTION: HERITAGE – JUST A LAVISH EXPENDITURE?

For the last 30 years, the concept of heritage has been linked to the notion of territorial development, the idea being that the former is meant to be a tool promoting the development of the latter. Not only does this claim need to be confirmed, but it seems above all to highlight a major paradox in our societies.

This assertion is in fact based initially on a shortcut, something left unsaid: territorial development brings economic development; yet, one can think of few other functions which, in terms of appeal (residential or touristic), play a role which is important yet remains indirect from an economic perspective. And in the context of postmodern economies, this kind of appeal proves instrumental in attracting substantial value-added activities, high-level companies (in particular in the technology industry) and executives able to run these structures...

Indeed, at a secondary level, heritage is undoubtedly economically beneficial, in particular through tourism and leisure activities (Fig. 1). From this perspective, once all the social costs it generates are taken into account, the fact remains that the return on investment is rather poor: although increasing steadily, attendance at heritage sites remains unprofitable, with the exception of a few large sites (and in their case, attendance has been stagnating or declining in recent years).

Furthermore, it is above all the spinoffs (mainly for hotels and restaurants) which prove to be very profitable and warrant the relevance of a very expensive heritage protection policy, in particular regarding public space planning, traffic (access, car parks, etc.) or the removal of aerial networks (electricity, telephone). Elsewhere, the development of small heritage sites (fountains, wash houses, streets...), mainly initiated by local authorities and associations, is comparatively even more costly and offers no possibility of any return on investment (paid admissions for example). The prominent place held by natural heritage is proving equally costly, both in terms of the specific investments required (e.g. relocation of power lines) and their sheer size due to the scaling-up that it induces, but also in terms of the

discontent generated by the constraints it imposes (restrictions on agricultural production, limits on land available for development and increased land prices), whereas direct economic benefits are extremely limited: only a few sites worldwide can charge for admiring the landscape.

Fig. 1. Often, tourism and agritourism are the main economic return from heritage:. In the mountain of the center of France, here at Saugues, because of a rough climate, agriculture is poor; the main production is lentil... The patrimonialisation of the lentil leads to the only protected geographical indication (AOP) of lentil in Europe and, perhaps, the world. There are also craft beers made from local products: lentil, verbena, honey, raspberry, blueberry, chestnut, gentian.
Photograph by D. Crozat, 2015

We therefore suggest that the territorial value of heritage be considered in two other complementary configurations that would justify what may, at first glance, appear to be a waste or, at least, a lavish expenditure: firstly, the creation of a territorial ideology. This recent concept seeks to take into account the various dimensions of the role played by the collective rhetoric in harmonising the territory. Moreover, this discursive dimension is not only the expression of a 'we' in a local narcissistic, if not chauvinistic, way. It is also a major governance tool that provides coherence to territory-structuring policies: heritage is the subject of lively debates, especially on its usefulness, its cost but above all of an aesthetic and political nature which, because of the appetite and collective values they generate, foster the development of a territorial identity and justify other actions that emerge from the planning of these spaces.

This will finally lead us to also question the ways with which this granting of heritage status is implemented by pointing to the empowerment capacity of contemporary heritage in relation to the historical and cultural foundations on which it is based and which give it legitimacy.

BUILDING A TERRITORIAL IDEOLOGY

Heritage is part of what Di Meo[1] calls the cultural body of a socio-spatial formation, the collective debate on the production of cultural values and standards

[1] DI MEO, 1991.

that then guide both the standard-setting action (political and regulatory body) and the practical action on the territory.

Although simplistic, the concept of territorial ideology helps to identify key issues for internal discussion, to coin the phrase 'we here', to come up with a collective representation based on a system of shared values. But this ideology is also an approach that can equally be used in order to promote the territory outside. This is the source of what some consider with more[2] or less[3] caution as territorial marketing. For Lussault[4], territorial ideology works on three levels:

– The legendary: this is about storytelling, telling a story that makes up the 'golden legend' of the shared territory. For France, it is as much that of Joan of Arc or Vercingetorix as the account of the football World Cup victory. For Portugal is Don Dinis or Sebastian King. At town or village level, it can be found in local heroes (starting with street names, a basic form of heritage status granting) or in real events which have been rewritten and became legends. Those events can be of all kinds, happy or unhappy, as long as a collective *momentum* was felt at the time, lending it a sense of togetherness. Local festivals and anniversaries are designed to promote remembrance of such events, but also to outline choices in terms of heritage status granting: in Béziers, South France, the reinvention of the 'Caritats' feast since 2005 makes it clear that the emphasis is being placed on the town's medieval period

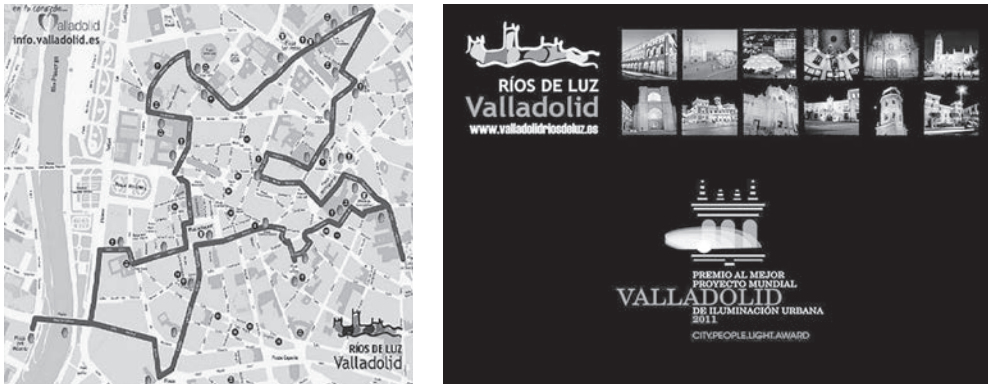


Fig. 2. In Valladolid, the project of enhancing heritage through light (Ríos de Luz) assumes a double selection: in the history of the city (the Golden legend wants to forget its industrial age) and in city space (for the geographicity, the chosen route represents only 20 to 30% of the city center).

[2] DEAKIN *et al.*, 1993.
[3] ROSEMBERG, 2000.
[4] LUSSAULT, 2005.

rather than on the end of the 19th century or, on more ancient times, roman antiquity (the two other historical climax of the city).

– The geographicity: this is a reference to the morphological organisation of the site, but at the same time to the rhetoric generated about it. In France again, we will thus find *Le Tour de Gaule* (*Asterix and the Banquet* in French) just as much as the Tour de France cycling race (or Italian, Portuguese, Colombian, Spanish, …), with its representation as a hexagonal shape or its frequent comments stating that «it is unnecessary to go on holidays abroad since France (or Italy, Portugal, China, Spain, Germany,…) is blessed with pretty much every type of landscapes». Morphological organisation and rhetoric are hard to dissociate since rhetoric has an effect: it performs[5] and therefore leaves its mark on the organisation of the area. The representation of France as a hexagon goes hand in hand with some conceptions that have driven land-use planning policies in the 1960s. Other example during the first part of 19th century, the desire to make French territory more homogeneous by drawing up (in the 1820s) the Saint-Malo-Geneva statistical line showing a rich north and east in front of a poor south and west coincides with the launch of the first national development policy[6].
– The political scene: this is about the staging of a political figure. The aim is to *embody* the territory, to speak the language of the city or the country in question. Institutionalised or not, the politician is first and foremost a *spokesman* (Members of Parliament are called *representatives*), i.e. he or she puts people in contact with a town which has almost become a character: De Gaulle embodies 1960s' France, Churchill 1940s' England, but beyond politicians, there are other *elected* figures (that is to say chosen) who play the same role: for example, Pablo Neruda in Valparaiso, Ayrton Senna first in São Paulo and then the world, Madredeus in Lisbon and after all the Portugal. Of course, this identification is often anchored in the past and continually refers back to the golden legend (likewise for many of the street names). Finally, the reference to Dalí in Perpignan is aimed at the local population (Dali declared its train station centre of the world) whereas is aimed at the outside world; Churchill or De Gaulle succeeded because they managed, each in their own way, to embody these two dimensions.

[5] In performativity, rhetoric has a deep impact on reality – it replaces the action by reconfiguring the object in question.

[6] CHARTIER, 1997 [1984].

In this context, the reason why it is often difficult to *give substance* to recent territorial constructions becomes clearer: global space (despite Unesco), the European Union, new groupings of communes, countries etc. come across as artificial because they have not had sufficient time to develop a territorial ideology.

Heritage is called upon in each area of territorial ideology, especially the first two. As a collective discourse, territorial ideology is the main territory building tool. But whilst it is a necessary prerequisite to territorial action in the sense that it allows the building of a unifying identity (the development of a collective project whose relevance is justified by it being anchored in a shared and ancient history), it remains a catalyst for initiatives. It should in no way be a substitute for the action itself, otherwise it might adversely affect the objects involved in this development process[7].

A PRACTICAL GOVERNANCE TOOL

Indeed, and this is the second dimension, this structuring process is also a planning process which requires the setting-up of cooperation initiatives and helps acquiring skills that prove to be effective in other areas. At all territorial levels, the case studies presented in this chapter show that heritage projects are complex because of the involvement of varied skills, their high cost and a relatively low direct return on investment. Therefore, this often implies multiple funding. This also generates synergies which then prove very useful because of the quality of the networks they create in projects that fall outside the scope of heritage. Furthermore, heritage projects introduce collaborative practices between historically highly compartmentalised departments and sectors which may improve the efficiency of 'territorialised' social systems and, *in fine*, add value to productions which seemed initially unrelated to the heritage status granting process (Fig. 3).

Fig. 3. Cathar Milk: the invention of a Cathar heritage in Aude refers to a fundamentalist Christian sect of the thirteenth century. It has generated a collective momentum whose influence goes well beyond regional boundaries and which brings significant economic benefits through a registered trademark called "Cathar country".

In the context of territories marked by increasing mobility and radical changes in spatial, productive, political or demographic systems for the last

[7] Yet, we shall see below that it is precisely what is happening with the creation of hyper-real heritage.

30 years, the massive use of heritage becomes easier to understand. This heritage 'proliferation' aims to give unity and to ensure the promotion of territories which are in a process of almost constant redefinition. Indeed, many spaces find themselves poorly positioned if viewed from a marketing perspective, and in search of an identity if the emphasis is placed on their territorial dimension.

This goes as far as 'folklorization', i.e. complete reconstructions (doc. 4), creations which are then called 'hyper-real'[8] in order to provide legitimacy to cities or recently developed sites, for example shopping centres (Fig. 5).

Fig. 4. (Source: LO RUSSO, 2009): Concern for historical truth is secondary to the reinvention of a memory which is sometimes very approximate, and that does not seem to pose any problem: the Ecomuseum village founded by Karisko in the north of Martinique claims some kinship with the Indian 'ancestors' of the association's members and the desire to make their lives part of the island's heritage, even though the last Indian natives disappeared almost 500 years ago... In fact, this is above all a tourism development project aimed at a Caribbean clientele.

Fig. 5. In Porto, in one of the historical landmarks of the country (the headquarters of the leading Republican newspaper at the end of the 19th century), the Santa Catarina shopping centre offers recreations of 'traditional' house fronts from the north of Portugal. The comments of the architect behind the project are clear: «Why go and look for original houses, located far away and sometimes difficult to access or in poor condition when we can offer you copies in excellent condition, better proportioned [generally reduced by a third] and pleasant to look at?» Five of them were even made up from "regional features". The end of heritage and the beginning of hyper-reality?

[8] CROZAT, 2007.

Fig. 6. Social concerns are not always the first priorities when it comes to granting heritage status: even an ecomuseum deemed to care about those issues seems to accept without hesitation (and without comment) the concept of the 'father figure' associated with management at the time and the portrayal of child labour (a sensitive issue in our society). «J.B. Baudot and his employees» – Ciry-le-Noble (71) brickyard
Source: Ciry-le-Noble ecomuseum brochure (under the authority of Le Creusot ecomuseum)

The granting of heritage status is then deemed, sometimes excessively (Fig. 6), to increase the efficiency of territorial development.

The concept of hyper-reality[9] attempts to describe the propensity of our societies to build *true* images of spaces that do not exist; it is part of what some[10] call the 'disneylandization' of the world. Indeed, the word hyper-realisation refers to a performative metaphorization process which, using media-covered representations, rearranges socio-spatial systems, without taking into account the original production conditions of these representations as they become irrelevant. This hyper-realized world replaces the original reality because it is more satisfying, is designed to be 'mediatized' and is subject to ongoing marketing campaigns: the citizen, the player or the amateur develops a longing for these products, he/she becomes a client/consumer and prefers them to the originals whose enjoyment requires greater efforts. This simultaneous redefinition of the consumer and the product being sold to him/her is very relevant to leisure activities and culture, in particular heritage, because it gives credence to golden legends which are sometimes dubious from a historical point of view (Figs. 4 to 6).

[9] BAUDRILLARD, 1981.
[10] BRUNEL, 2006.

GRANTING HERITAGE STATUS TO A HYPER-REAL CITY IN ORDER TO LEND IT MEANING: MONTPELLIER

Among the large cities along the Mediterranean coast of France, Montpellier is the only one to have been founded after Antiquity (at the end of the 10th century). This creates an inferiority complex among local elected representatives who wish to consolidate the success of the city's recent development while trying to strengthen an urban character which, at times, has been undermined by the huge influx of new inhabitants over the last forty years. Since the 1980s, about 60 streets and places (Fig. 7 and Table 1) have been given names referring to Antiquity and its culture[11]; in addition, about 15 new major buildings have been built, some of them along neoclassical architectural lines (in particular, those of Ricardo Bofill and their many citations) and with copies of famous statues of Greek gods or philosophers called upon to carry the image of the city. These references are mainly concentrated in the Antigone[12] district (less than 1 km long by 250 metres wide) where they

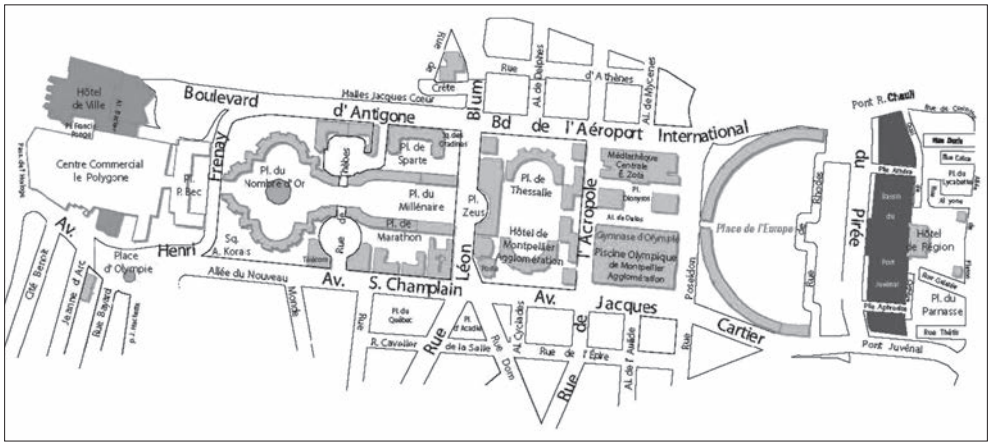


Fig. 7. A brand new 'classical' district.
Designed (S. Coursière, UMR ART-Dev) from an official map of the city of Montpellier (http://www.montpellier.fr/2447-plan-montpellier.htm; accessed on the 4th of December 2010)

[11] These names, which are as worthy as many others conjuring up images of the countryside in our peri-urban housing developments, the maritime *tradition* of our tourist resorts created by the Racine project (la Grande Motte!) or an equally uncertain Occitania (for example the announcement, in the Toulouse metro, of the station names in bad Occitan language), all too often refer to the Hellenistic culture of classical opera and operetta of the French second Empire.

[12] Originally, this name simply referred to its urban opposition to the 'Polygone', a large shopping centre built in the 1970s which cuts the spatial link between this new centre and the old one.

Table 1. Montpellier, the 'ancient' City; building a local culture by reference to Antiquity.

Squares: Golden Ratio, Thessaly, Troy, Parnassus, Marathon, Sparta, Byblos, Acadia, Dionysus, Olympia, Uranus, Agora
Lanes: Delos, Attica, Aulis, Delphi, Cyclades, Euboea, Zeus, Phyllis Gardens, Pomona Gardens, Ulysses, Mycenae
Streets: Acropolis, Poseidon, Naiads, Athens, Thebes, Corinth, Halcyon, Calypso, Aristaeus, Circe, Penelope, Epidaurus, Epirus, Asclepius, Eurydice, Galatea, Hippolyte, Horatii, Sabines, Vestals, Thetis, Young Parque, Latium, March, Orpheus, Tipasa, Tyre
Cul-de-sac: Archimedes, Bacchae, Chaldea, Numidians, Vesuvius
Helios **Close**, Marianne **Harbour**, Nereid **Junction**, Piraeus **Avenue**, Cythera **Quays**, Palladium **Quays**
Footbridges: Aphrodite and Athena
The Olympia gymnasium, **the Antigone** swimming pool (mundanely Olympic-sized, but whose Venus and Aphrodite basins are decorated with a classical statue replica), the Neptune and Amphitrite swimming pools in the peripheral municipalities (built and operated by the conurbation authorities led by the same team as the municipality of Montpellier)...
This review is not exhaustive and does not take into account other classical references which have been used for some time (Juvenal, Babylon, Via Domitia, Lyre, Roman Road), offices buildings, restaurants, nor, of course, the toponyms related to plants with a Greek-sounding name.

make up nearly all of the street network, up to the Odysseum (A postmodern shopping centre) in the eastern part of the city where the council seeks to build a new 'centrality' which would extend the old medieval centre (Écusson) and its 19th century developments.

In addition, this naming process has gradually reached other parts of the city: to the West, the district of Celleneuve's new public park is called Dioscorides, and is located near the Circe gardens; one can even find a car park called "parking des Sabines", not to mention the conurbation's network of waste disposal sites named Demeter (!). It is particularly interesting to note that other players feel the need to get involved: about 30 housing and office developments (Hermes, Calypso, the Banks of Helios, the Gardens of Akantha, the Gates of Agora, Minos, Forum...), and even a property developer called Helenis. There are also a number of restaurants (Julius Cesar, Garum, Apicius, Oxygarum, Acropolis, the little Aphrodite, the Cyclades) as well as other businesses that carry the same references, both in Montpellier but now also in the nearby conurbations: from 2000 to 2004, Murviel-lès-Montpellier hosted four edition of a classical heritage exhibition entitled Forum Year, with performances from a cast of gladiators from Nîmes called *Acta expérimentation*.

THEMESCAPE, HERITAGE-SCAPE AND MEDIA CULTURE

This process is described by English-speaking authors[13] as the creation of *themescapes*[14]; more recently, the trend for *scape*-ending words in human sciences[15] has led to the proposal of a concept named *heritage-scape*[16]: while this approach has the advantage of finally introducing the idea of a process in a field which has long remained very conservative and attached to the idea of approaching heritage as a corpus[17], it does not seem to me as rich as the one introduced by the concept of *themescape*.

This is because the *themescape* concept covers the spectacularization of a territory which has been restructured around an invented or rebuilt heritage, simplified to the extreme in order to be easily understood by the largest possible number of people (local population as well as visitors). Its aim is to replace any other picture that these naturally complex territories could give.

It also addresses the issue of the inherent limitations of an excessively eurocentric approach of time (i.e. the linear time of modernity) which turns these concepts of heritage and sustainable development into ideologies, those concepts being difficult to apply to other parts of the world and easy to expose as tools of neo-colonial imperialism: Afghan or Iraqi Islamists have clearly understood this when they blow up UNESCO listed sites and highlight the naivety as well as the rapid obsolescence of the *heritage-scape* approach favoured by Di Giovine who spoke[18] of tourism on world heritage sites as being a "vehicle for peace".

Instead, the use of *themescape* helps to explain why such attacks against heritage remain scarce[19] since it works on the implicit idea that, in the West like elsewhere, its users divert the logics of heritage from their original purpose; their neo-colonial

---

13 RODAWAY, 1994.

14 The French word-for-word translation would be "landscape with a theme"; in fact, considering the variety of notions included in this expression by the authors, it could be translated as "theme-based spatial system". As this interesting concept has not given rise to any development by French authors, we have kept the English word.

15 Freed from their sociological (until the 1980s) then cultural obsession (1990-2000), human sciences, and in particular heritage studies, have just discovered that space had a meaning. This latest trend explains the proliferation of landscapes (*waterscape*, for example), without this concept being always well understood: having ignored for a long time the abundant geographic literature on the issue, one reinvents the world (FOURNIER *et al.*, 2014)...

16 DI GIOVINE, 2009.

17 GILLOT *et al.*, 2013.

18 DI GIOVINE, 2010.

19 Even during its most hard-line phases, the Iranian Republic has never been as radical despite the procrastination and ambiguities of its management of pre-Islamic and Islamic heritage sites (ATYABI, 2014).

ideological charge is defused by the economic and/or territorial manipulation of heritage.

This heritage process helps to insert these spaces into a media culture[20]. For these two authors, every object is reworked today in order to become cultural and, more importantly, to integrate its remediations and its promotion into its design. This process of setting the world into images under the injunction of a ubiquitous communication paradigm leads these media cultures to replace any genuine culture.

Thus, a local culture is gradually coming through this 'classical' *themescape* of Montpellier: in its answer to a reader's letter in February 2005, the local weekly newspaper (*La Gazette*) did not hesitate to give a Greek mythology lecture on Leda which started with "in order to clear up a common misunderstanding", as if such conversations happened on a daily basis... A mini survey carried out in an amphitheatre amongst first year degree students, mostly from Montpellier, revealed that nearly 4/5th of them thought that Montpellier had been founded by the Romans or the Greeks; this sparked a debate, but only to decide between the two origins...

This spreading process also clearly shows how the rhetoric of the urban project passes from the public entity to the population who reworks and reinterprets the images in other spatial contexts to make Montpellier a hyper-real ancient city in the making, so much so that these themes continue to be used as part of the Odysseum project more to the East.

In Béziers, the recreation of the Caritats (a medieval festival which has been standardised according to the theme codes[21]) is totally consistent with this approach of *themescape* creation. The process can also be applied to other periods, such as with the recent hyper-real reconstruction of the Canal du Midi's nine locks in a shopping centre (Fig. 8).

Looking more broadly, in the Aude County now become "Cathar Country", there is a widespread drive to rework the past and the local heritage in order to give it, as in the CityWalk District of Los Angeles, "a temporal gloss to reduce the sense of artificiality"[22]. This rebuilding of the Hollywood district is a hyper-real disneylandization[23] which goes so far as to suggest «coating the brand new street with an instant historical varnish with the clever use of decoration: on the opening day, the public will discover buildings painted in such a way as to suggest prior

[20] MAIGRET *et al.*, 2005.

[21] Guiu (GUIU, 2009) even talks about a 'festive kit' when faced with the incredible uniformity of the medieval festivals that have been springing up across Western Europe since the 1990s. This uniformity is due to the presence of the same entertainment companies in all medieval festivals.

[22] DAVIS, 2006: 87.

[23] BRUNEL, 2006.

Fig. 8. Hesitating between gadget and urban project? The hyper-real reconstruction of the Fonsérannes locks in the Polygone shopping centre in Béziers. Although the Canal du Midi has been listed as a World Heritage Site by UNESCO since 2004, the site of the nine locks at Fonsérannes has not been particularly well developed until 2017. However, great care has been taken with its reproduction (reduced to three locks). Another copy of this piece of heritage adorns a roundabout at one of the city entrances, a common practice in contemporary heritage status granting.
Source: Polygone shopping centre, Béziers, 2010

occupancy. Terrace floors will feature lollipop wrapping papers, as if discarded by previous visitors»[24].

In addition, these strategies do not work every time: no sooner was the former Mayor of Montpellier elected president of the Languedoc-Roussillon region that he wanted to give it a new name: Septimania, borrowed from Late Antiquity and high middle Age. It failed because the Occitan regionalists attached to the 'Languedoc' name[25] found support in the political opposition to the new president, worried about this activism: an already established late medieval hyper-reality drives another high medieval one out...

[24] BRUNEL, 2006.

[25] Which originated in the province of Languedoc from the 13th to the 18th century.

CONCLUSION: THE NEW TERMS OF HERITAGE STATUS GRANTING, BETWEEN COMMERCIAL GADGET AND TERRITORIAL PROJECT

In the end, this underlines the value of a cultural approach for territorial consistency building. The economic project forms part of the territorial project and is not, as is often the case, the only engine. The latter brings stereotypical patterns with rapidly decreasing productivity because of their high competitiveness, without taking local characteristics into account. Yet this artificiality does not prevent its use as a support for territorial ideologies. Although diluted, these heritage claims remain key to the building of local identities. Those hyper-real heritages convey aesthetic, social and moral values little concerned with historical accuracy, which are those promoted by the triumphant free market ideology of the early part of this century. The spectacularization of these values through this rebuilt or invented heritage helps to understand the relationship between a global scale, often confined to a regional area (Europe, Mediterranean, Caribbean...), and a local scale whose unique identity is loudly claimed; but this uniqueness ultimately proves illusory, like these heritages that are supposed to support them and those fragile and elusive identities that they outline.

BIBLIOGRAPHY

ATYABI, B. (2014) – *Protection du patrimoine culturel mondial en Iran ; difficile compromis entre les acteurs internationaux, nationaux et locaux*. «Culture, patrimoine et savoirs» – Actes du 50ème colloque international de l'Association de Science Régionale De Langue Française (ASRDLF). Mons (Belgique): juillet 2013. Disponível em http://www.asrdlf2013.org/spipb0c8.php?rubrique11

BAUDRILLARD, J. (1981) – *Simulacres et simulation*, réed. 1995. Paris: Galilée, coll. Débats.

BRUNEL, S. (2006) – *La planète disneylandisée. Chroniques d'un tour du monde*. Paris : ed. Sciences Humaines.

CHARTIER, R., (1997 [1984]) – *La ligne Saint-Malo-Genève*. In NORA, P. (dir.) – *Les lieux de mémoire*, tome 2. Paris : Gallimard, coll. « Quarto », p. 2817-2850.

CROZAT, D. (2007) – *«Thirdspace», espaces potentiels et hyper réel : nouvelles modalités de la fuite dans l'imaginaire*. In VIALA, L., Villepontoux, S. (dir.) – *Imaginaire, territoires, sociétés. Contributions à un déploiement transdisciplinaire de la géographie sociale*. Montpellier: Publications de l'Université Paul Valéry Montpellier 3, p. 97-112.

CROZAT, D.; BARTEMENT, D. – *Patrimoine et développement territorial*. In SAGNES, J. ; BOISLANDELLE, H. M. (sous la dir. de) (2011) – *Le patrimoine dans tous ses états*. Perpignan: Presses de l'Université de Perpignan.

DAVIS, M., (2006[1997]) – *Au-delà de Blade Runner. Los Angeles et l'imagination du désastre*. Paris: Allia.

DEAKIN, N.; EDWARDS, J. (1993) – *The Enterprise Culture and the Inner City*. Londres: Routledge.

DI GIOVINE, M. A. (2009) – *The Heritage-scape: UNESCO, World Heritage and Tourism*. Lanham, MD: Lexington Books.

—— (2010) – *World Heritage Tourism: UNESCO's Vehicle for Peace? Anthropology News*, 51: 8–9. Acessível em : http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1556-3502.2010.51808.x/pdf

DI MEO, G. (1991) – *L'Homme, la Société, l'Espace*. Anthropos.

FOURNIER L.-S.; CROZAT D. ; BERNIE-BOISSARD, C.; CHASTAGNER, C., (dir.) (2012) – *Patrimoine et valorisation des territoires*. Paris : L'Harmattan, coll. Travaux du CUFRN.

—— (dir.) (2012) – *Patrimoine et désirs d'identité*. Paris: L'Harmattan, coll. Travaux du CUFRN.

GILLOT, L.; MAFFI, I. ; TREMON, A.-C. (2013) – *"Heritage-scape" or "Heritage-scapes"? Critical Considerations on a Concept / « Paysage patrimonial » ou « paysages patrimoniaux » ? : Réflexion sur l'usage d'un concept*. «Ethnologies», Volume 35, numéro 2, p. 3-29

LUSSAULT, M. (2005) – *Les territoires urbains en quête d'images*. «Urbanisme», n°342 (mai-juin).

MAIGRET, E.; MACE, E. (dir.) (2005) – *Penser les médiacultures. Nouvelles pratiques et nouvelles approches de la représentation du monde.* Paris: Armand Colin.

RODAWAY, P. (1994) – *Sensuous geographies*. London: Routledge.

ROSEMBERG, M. (2000) – *Le Marketing Urbain en question. Production d'espace et de discours dans quatre projets de villes*. Paris: Anthropos.

WEBSITES

Official website of the Polygone Shopping Centre, Béziers; <online> http://www.fond-ecran-image.com/galerie-membre,ecluse,miniature-ecluses-de-fonserannesjpg.php <accessed December 3, 2010 >

Official map of the city of Montpellier, <online> http://www.montpellier.fr/2447-plan-montpellier.htm <accessed December 4, 2010>

LAMEGO: DO GÉNIO DO LUGAR AO GÉNIO DOS HOMENS. UMA VISÃO PARADOXAL ENTRE A MODERNIZAÇÃO URBANISTA E A DESTRUIÇÃO PATRIMONIAL

CARLA SOFIA FERREIRA QUEIRÓS*

Resumo: As políticas liberalistas que marcaram o século XIX foram determinantes na transformação dos lugares, adaptados agora às novas exigências do mundo contemporâneo.
As cidades sacras dessacralizaram-se, ganharam novas dinâmicas e novas leituras, cruciais ao funcionamento de instituições de cariz secular variado, fazendo emergir um novo traçado urbano e uma nova cidade, cedendo esta o seu génio ao génio dos homens.
Neste artigo, procuramos demonstrar como as novidades, quer materiais, quer estruturais, geradoras da secularização do espaço urbano, foram surgindo a uma velocidade veloz, determinando necessidades e hábitos diversificados, a que Lamego não fugiu à regra, aplicando e replicando, de igual modo, o que até então se ia fazendo nas grandes cidades.

Palavras-chave: Urbanismo; Conservadorismo; Modernidade; Património.

Abstract: The liberalist policies that marked the nineteenth century were determinants in the transformation of places, now adapted to the new demands of the contemporary world.
The holy cities desacralized, they gained new dynamics and new readings crucials to the functioning of different secular nature institutions, creating a new urban layout and a new town, giving away his genius to the genius of men.
In this paper, we try to demonstrate how the news, either material or structural, generators of the urban space secularization, were emerging at a fast speed, determining needs and diverse habits, to which Lamego didn´t run away from de rule, applying and replicating likewise, what until then was being done in the big cities.

Keywords: Urbanism; Conservatism; Modernity; Heritage.

* Escola Superior de Educação/ Politécnico do Porto. carlaqueiros@ese.ipp.pt.

INTRODUÇÃO

Qualquer que seja o termo utilizado pelos diversos autores ao longo dos anos (génio do lugar, sentido do lugar, espírito do lugar), o lugar é, evidentemente, uma parte integrante da existência. De acordo com o ambiente envolvente, o lugar toma uma identidade própria ou espírito.

E este espírito de Lamego, terra que foi de gentes e crenças diversas, repousa na memória do esquecimento.

As transformações urbanísticas ocorridas durante o século XIX tiveram um impacto determinante na vida citadina lamecense à semelhança do que ia acontecendo por todo o país.

Adaptando-se à contemporaneidade e readaptando-se a um novo sentido e significado do lugar, Lamego caiu nas malhas da modernidade, da urbanização, encetando um novo espírito do lugar, mais voltado para a vida material, marcadamente economicista e menos ligado à vida espiritual que durante séculos caracterizou esta cidade.

O génio do lugar cedeu o seu espaço ao génio dos homens, onde pouco ou nada interessaram as antigas relações tempo/homem/espaço.

A perda desta relação lógica, identitária, marca da civilização contemporânea, conduziu o homem à vontade de fazer e não de refazer, à necessidade de construir e não de reconstruir, à vontade de esquecer e não de recordar, a uma quebra entre o passado, o presente e o futuro, contrária à visão da sociedade atual, que pretende salvaguardar a memória de um passado longínquo que teima em se perder.

O tempo de outrora, da Fé, em que fora construído este imenso legado patrimonial, sob o seu pressuposto, exaltando a crença daqueles que o construíram e de tantos outros que o vivenciaram e possuíram, espelhando a vida da própria comunidade onde estava inserido e refletindo-se nela, cede agora lugar, ao longo do século XIX, ao tempo da destruição, da adaptação, da construção e da reorganização, para mais tarde dar lugar à reconstrução, memorização e reabilitação, numa escala de valores muito díspar daquela que precedeu a sua construção.

Fruto das políticas liberalistas que marcaram o século XIX, os lugares acabaram por se transformar, adaptando-se às novas exigências do mundo contemporâneo e as cidades sacras, dessacralizaram-se, ganhando novas dinâmicas e leituras, cruciais ao funcionamento de instituições de cariz secular variado como quartéis, hospitais, museus, escolas e serviços administrativos.

O abandono e colapso dos espaços sacros que para além da sua função cultual, cumpriam ainda uma função simbólica, social, artística, estética e de ordenamento territorial, funcionando como pólos dinamizadores da cidade, a sua aniquilação e reutilização, originaram um novo traçado urbano, uma nova cidade, um novo

espírito e um novo património que deverão ser entendidos à luz destes ideais do liberalismo.

Porém, a modernização nem sempre foi, nem é sinónimo de evolução, muito pelo contrário.

Em Portugal, o processo de extinção das ordens religiosas e o consequente encerramento das suas casas e secularização, resultante da nova legislação produzida nas primeiras décadas do século XIX, teve repercussões dramáticas não só ao nível dos espaços conventuais, mas também na própria configuração territorial e leitura das paisagens das cidades, fazendo surgir, a partir de meados do século XIX, um modelo citadino, grande parte das vezes, incompatível com a organização da cidade antiga e, conduzindo, quase sempre, à sua destruição, já que muitos dos edifícios históricos não se coadunavam com as novas infraestruturas das cidades contemporâneas.

Após a supressão das ordens religiosas e à semelhança do que aconteceu por todo o país, mas também em outros estados europeus como em Espanha, Itália e Bélgica, embora em alturas distintas, também em Lamego estes espaços sofreram destinos diferentes, desde a sua reocupação à transformação parcial ou na íntegra até à sua reutilização para os mais diversos fins, permitindo que outras soluções fossem apresentadas, passando muitas delas, infelizmente, pela sua total destruição, consequência de uma nova mentalidade, nascida do liberalismo e das suas aspirações.

O PENSAMENTO E AÇÃO SECULAR LAMECENSE FACE AOS ESPAÇOS DE CLAUSURA

Sobrepondo-se, agora, o século à clausura, encontramos em Lamego uma diversidade de situações bem distintas: espaços conventuais que desapareceram sem deixar qualquer tipo de vestígio (Recolhimento de Santa Teresa), espaços que fruto dos novos traçados urbanos e das novas exigências de urbanização foram sendo mutilados até à sua total aniquilação (Convento das Chagas e Convento de Nossa Senhora da Piedade) e espaços que sobreviveram mantendo parte das suas estruturas ou a totalidade, ainda que transformadas e adaptadas a novas funcionalidades (Convento de São Francisco e Convento de Santa Cruz)[1].

Exceção feita, ao Recolhimento de Santa Teresa, os restantes quatro conventos de Lamego mantêm uma característica em comum, a igreja, que subsiste.

[1] A respeito dos diferentes destinos das casas conventuais da cidade do Porto *vide* PEREIRA, 2007 e REBELO, 2001.

Uma nova dinâmica urbana é imposta às cidades e Lamego segue de perto o que até então se ia fazendo nas grandes metrópoles, crescendo à custa destes espaços conventuais e, sobretudo, das suas cercas.

As novidades, quer materiais, quer estruturais, vão surgindo a uma velocidade alucinante e desconcertante, acompanhando os novos pensamentos, as novas políticas e criando novos hábitos e necessidades.

Desde o início do século XIX que Lamego assiste a um "boom" destrutivo. Primeiro, pelos aboletamentos constantes dos batalhões em defesa da pátria, transformando e adaptando as casas conventuais em quartéis e depois em hospitais militares. A partir de meados da década de trinta do século XIX e ao longo de todo o século, nas diversas sessões camarárias são constantes as referências aos projetos que se pretendem fazer nas mais diversas áreas, espelhando as preocupações da sociedade desta época como é o caso da administração concelhia, da iluminação das ruas, da higiene das mesmas, da saúde pública, nomeadamente, no que toca à limpeza e tratamento das carnes nos matadouros, o encanamento das águas e a limpeza das ruas. As transformações urbanísticas aumentam, porém, na segunda metade do século XIX, com o estabelecimento de feiras e mercados que passam a funcionar nas antigas cercas conventuais, com os novos arruamentos e avenidas projetados que vão cortar as antigas cercas, com a definição dos novos alinhamentos e perfis de ruas com vista ao seu alargamento, com a cobertura de rios que passam pela cidade, com o estabelecimento de espaços lúdicos como jardins e alamedas, trazendo de outras paragens do reino árvores frondosas, com as reutilizações, transformações e adaptações de alguns espaços conventuais e cercas para fins educativos, como sejam o seminário diocesano, escolas primárias e liceu e também para serviços e comércio.

Encarado como o maior renovador de Lamego, na segunda metade do século XIX, o Visconde Guedes Teixeira, homem bastante influente, à frente do executivo da cidade, durante alguns anos, transformou Lamego, substituindo ruas estreitas, tortas e sujas, por largas avenidas, alinhando outras e traçando novas estradas que permitiram ligar a cidade aos núcleos urbanos mais próximos e ao rio Douro, quebrando o isolamento tão característico das cidades do interior[2]. À custa da destruição do património, sobretudo, eclesiástico, tal como em grande parte das localidades, esta reforma saiu bem cara à cidade de Lamego, descaracterizando-a. Nas palavras de Michel Lacroix, o Visconde Guedes Teixeira foi "*o homem modernizador*"[3] que à custa da modernização, protegido pelo escudo do progresso tudo fez porque era legal e possível, e, por isso mesmo, nefasto e fatal

[2] COSTA, 1708: 155-177.

[3] LACROIX, 1997: 65-75.

à salvaguarda patrimonial, recorrendo muitas vezes à sua destruição e demolição, com o intuito de substituir todo este legado histórico por bairros modernos, mais rentáveis, símbolos da modernidade e prosperidade. As sessões camarárias são bem elucidativas das constantes preocupações, por parte dos engenheiros nomeados e responsáveis pela elaboração dos planos de melhoramentos urbanísticos e progresso civilizacional, salientando-se aquelas que se prendem com as grandes infraestruturas: a construção de aquedutos para esgotos, tanto na parte baixa como na parte alta da cidade, ambos a desaguar no rio Coura; a canalização do rio Coura que atravessa a cidade, desde a Preguiça até à Ponte do Cavalar, um dos cursos de água responsáveis pelo mau cheiro que constantemente incomodava os habitantes e para onde eram feitas todas as descargas; a municipalização dos serviços de águas para consumo, mas também para regas, limpeza de ruas, incêndios e esgotos; a abertura de grandes avenidas e rotundas que ligassem artérias já traçadas e alargassem outras; a instalação de companhias de seguros, de circos de variedades; e a preocupação com a construção do caminho de ferro elétrico que ligasse a Régua a Lamego, sinal máximo da modernização e contemporaneidade que, em 1914, ainda não tinha sido posto a concurso, constituem sinais de melhoramentos urbanísticos e de progresso civilizacional.

OS ESPAÇOS DESSACRALIZADOS (Fig. 1)

1. Convento das Chagas

Após a morte da última abadessa em 1906, extingue-se o convento e multiplicam-se as entidades que solicitam os seus bens[4]. Através das atas das sessões de câmara e após a Implantação da República conseguimos perceber as diversas fases do destino do convento até à sua destruição.

Em 1910 é pedido o edifício e cerca para se instalarem as Escolas Primárias[5]; em 1913, a igreja é cedida à Santa Casa da Misericórdia por permuta com a Câmara[6]; em 1914 é proposto o arrendamento da parte cultivada da cerca[7] e dá-se conta das diversas obras que estão a ser executadas em Lamego, sendo de particular interesse a continuação da Avenida da Alameda ao lado da Quinta de Alvorações, de grande

[4] ANTT, Ministério das Finanças, *Convento das Chagas de Lamego de Viseu*, cx. 2058, Capilha 1; cx. 2059, Capilha 6, fls.1-17; e cx. 2060, Capilha 7.

[5] AHML, Lv. 46, fls. 92-92v. Cfr. ANTT, Ministério das Finanças, *Convento das Chagas de Lamego de Viseu*, cx. 2059, Capilha 6.

[6] QUEIRÓS, 2011: 173-175.

[7] AHML, Lv. 49, fl. 53v. e 55.

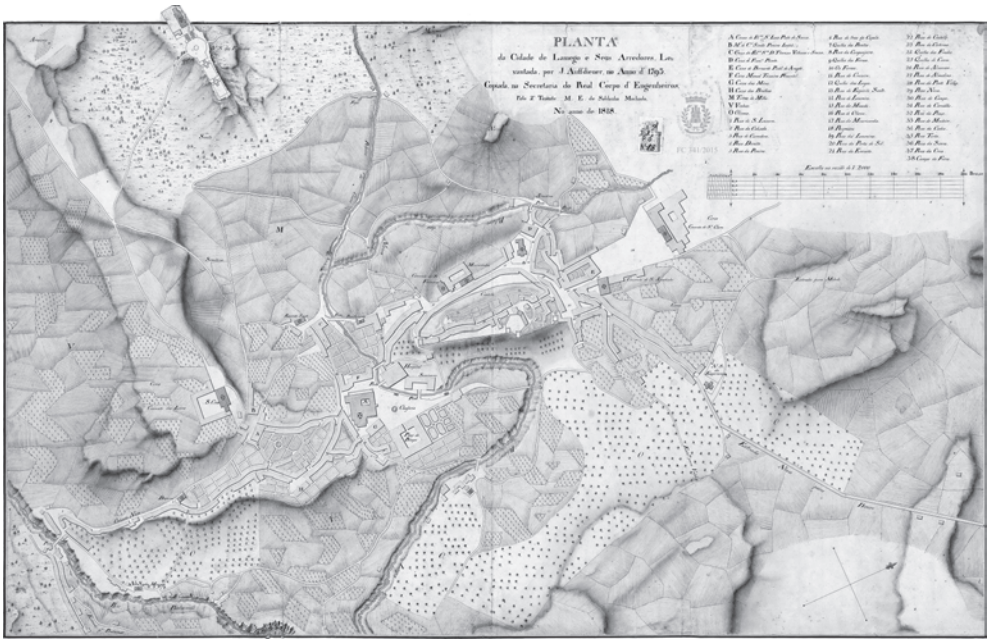


Fig. 1. Planta da cidade de Lamego e seus arredores, levantada por J. Auffdiener, em 1793 e copiada por Manuel Epifânio de Saldanha Machado, em 1818. (GEAEM/DIE).

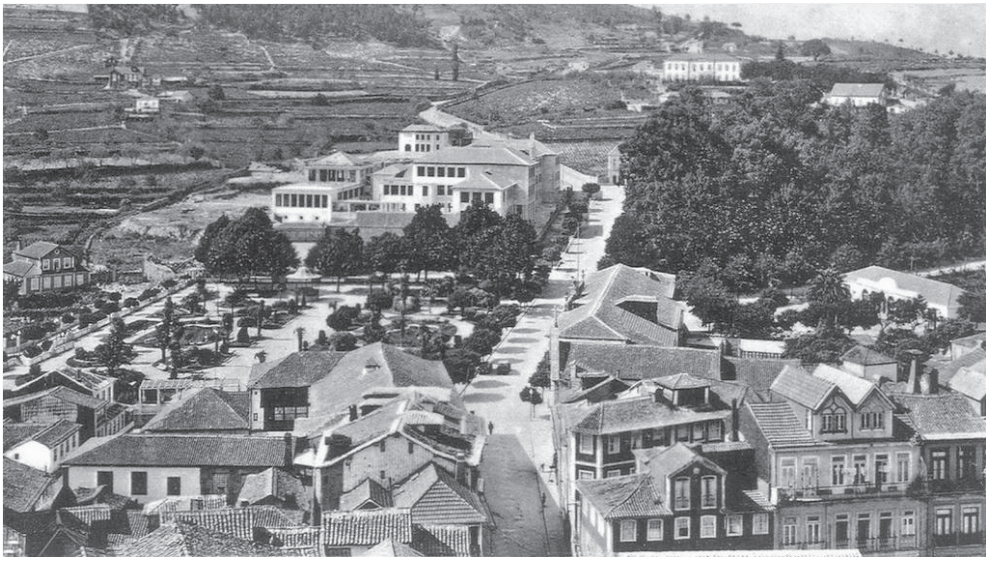


Fig. 2. Lamego. Liceu Nacional Latino Coelho (à esquerda) e a Alameda Municipal (à direita) (anterior a 1937). Foto: Arquivo privado.

importância na definição do novo espaço envolvente deste convento[8]; em 1929 a Câmara oferece o terreno da cerca para a construção do novo edifício do Liceu[9]; em 1930 data o aviso de concurso para a elaboração do projeto do Liceu Latino Coelho, ganho pelo arquiteto Cottinelli Telmo[10] que faz tábua rasa do Convento das Chagas; em 1931 já o edifício do convento andava a ser demolido[11], acabando por ser totalmente destruído, assim como a quase totalidade da cerca, funcionando neste espaço, desde janeiro de 1937, altura em que é inaugurado o Liceu, na parte mais a norte, a casa do reitor, mais tarde convertida na Direção do Ciclo Preparatório, espalhado por diversos pavilhões pré-fabricados até ao limite do liceu, agora Direção do Agrupamento de Escolas Latino Coelho. No espaço que outrora fora a entrada do convento funciona, atualmente, o Pavilhão Desportivo Álvaro Magalhães (Fig. 2).

2. Convento de Nossa Senhora da Piedade

Também chamado Convento de Santo Agostinho, da Graça ou dos Gracianos, este espaço sofreu, desde o início do século XIX, com os aquartelamentos até que foi queimado por tropas que aí se encontravam, entre 1810-1811[12], continuando a viver religiosos no que sobrou; em 1841, a câmara ficou na posse do convento para nele ser estabelecida a Roda dos Expostos e pediu a concessão da cerca para a abertura da rua que se pretendia abrir desde o Campo do Tablado, atual Jardim do Campo, até à Capela de Nossa Senhora da Esperança, na rua do Cerdeiral[13]; em 1842, a câmara refere que no convento se andava a reparar um local para a Administração porque esta funcionava no Paço Episcopal, atual Museu de Lamego[14]; em 1844, a Rainha autoriza a câmara a fazer as obras[15]; em 1852 já se fala em cobrir de telha as paredes novas do edifício da Graça[16]; em 1856, a câmara pediu a concessão da cerca[17]; e, em 1860 fala-se no dinheiro gasto com a Alameda Municipal,

---

8 AHML, Lv. 48, fl. 65v e 66v.

9 AHML, Lv. 53, fl. 274.

10 Diário do Governo, II série, n.º 144 de 25-06-1930, p. 2013. SIPA, *Liceu Latino Coelho / Escola Secundária Latino Coelho*, IPA.00014200.

11 AHML, Lv. 54, fl. 75 (Sessão ordinária de 28 de outubro de 1931) e fl. 83 (Sessão ordinária de 9 de dezembro de 1931).

12 AHM/DIV/1/14/244/01, fl. 1v.

13 AHML, Lv. 30, antigo 14, fls. 26-27.

14 AHML, Lv. 30, fls. 48 e 60.

15 ANTT, Ministério do Reino, *Correspondência expedida pelo Governo Civil de Lamego* Lv. 1585, fl. 128-128v.

16 AHML, Lv. 31, fl. 186v.

17 AHML, Lv. 32, fls. 182 e 183.

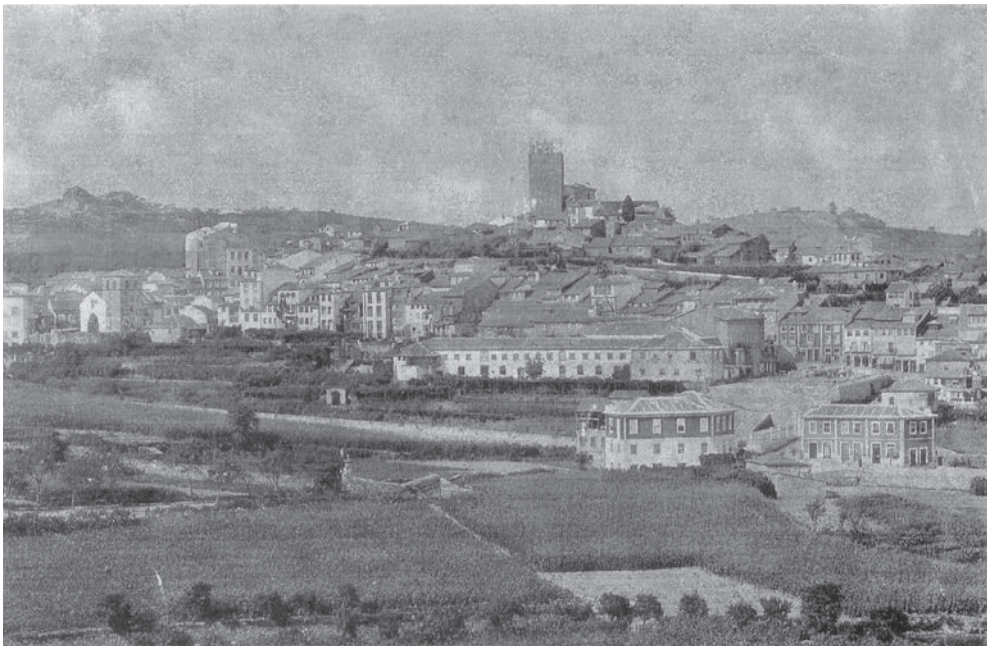


Fig. 3. Lamego. Convento de São Francisco, antes do incêndio de 1911. Foto: José Costa.

isto é, o terreno da cerca do convento que foi concedido para feiras e mercados e a criação de um viveiro de árvores para plantar uma alameda, para além da porção necessária para a estrada em continuação à de Portelo até ao Cruzeiro que conduziria à estrada para a Régua[18].

Do antigo convento só existe a igreja. Parte do claustro foi convertido em parque de estacionamento da Câmara Municipal de Lamego e no local onde em tempos estiveram as dependências conventuais, encontram-se os serviços da Câmara. A cerca acabou por desaparecer, quase na totalidade, conservando-se, pensamos, apenas alguns troços que servem hoje de muros de quintais privados.

3. Convento de São Francisco (Fig. 3)

Em 1813 o Batalhão de Caçadores ocupa o Convento de São Francisco, tendo já servido como hospital militar, quando não cabiam os doentes no que funcionava no Convento de Santa Cruz[19]; em 1835, a câmara refere que uma cidade populosa como Lamego não possui um estabelecimento de educação pública e, por esta

[18] AHML, Lv. 33, fl. 93v.

[19] AHM/DIV/1/14/244/01, fl. 1.

razão, se torna necessário haver em seminário de meninas e a cerca necessária para nela se estabelecer uma praça para venda de hortaliças e fruta que não havia, sendo até esta altura praticado este comércio no meio da Rua da Praça[20]; em 1836, o convento e o refeitório foram requisitados para servir de liceu e escola de ensino mútuo, respetivamente; em 1839, tanto o edifício como a cerca foram requisitados pelo Ministério da Guerra para servirem de quartel do Batalhão de Infantaria 9 e de hospital militar[21]; em 1874, volta-se a referir a construção de uma praça que podia ser feita junto à Igreja de São Francisco[22]; em 1880, o mercado acabou por ser construído junto da igreja do convento de São Francisco[23]; em 1882 foi batizado com o nome de Mercado do Príncipe Real D. Carlos[24].

Fruto do incêndio que deflagrou em 1911 e que consumiu todo o lado poente da Rua de Almacave, pretendeu-se alargar a rua que era estreita; e, em 1914, a câmara propõe continuar a reconstrução e alargamento da Rua de Almacave, tendo para isso de se expropriar a entrada do hospital militar e toda a Igreja de São Francisco, cujo terreno deveria ser utilizado no alargamento e melhoramento da Praça Miguel Bombarda, antiga Praça do Príncipe Real D. Carlos[25]; em 1918, é solicitada à câmara a continuação da reconstrução da fachada do hospital militar, interrompida pelos novos estudos do perfil da Rua de Almacave[26]; e, em 1919, há um pedido de demolição da Igreja de São Francisco com o objetivo de alargar a Praça Miguel Bombarda[27].

Felizmente, o plano de modernização da rua não foi levado adiante e o mercado não foi alargado como se pretendia, mantendo-se a funcionar no antigo espaço fronteiro à porta lateral da igreja até 1981, altura em que foi construído o atual Mercado Municipal de Lamego, ocupando parte da cerca do extinto convento. No antigo espaço fronteiro à porta lateral da igreja funcionou ainda um parque infantil, a Escola de Hotelaria e Turismo de Lamego de 2002 a 2006 e, hoje, a Universidade Sénior e a Autoridade para as Condições do Trabalho.

Atualmente, subsiste a igreja, parte do convento, o claustro e parte da cerca.

---

20 AHML, Lv. 8, fls. 45v-46 e 47v-49.
21 ANTT, *Livro 1º das Requisições*, fl. 236v.
22 AHML, Lv. 37, fl. 107.
23 AHML, Lv. 40, fl. 17v.
24 LARANJO, 1989: 69.
25 AHML, Lv. 48, fls. 66v-67.
26 AHML, Lv. 49, fl. 78v.
27 AHML, Lv. 49, fl. 116v

Fig. 4. Lamego. Vista geral – Bairro Alto. Imagem digital (a partir de postal) oferecida por Joaquim Duarte Correia. (Museu de Lamego, DRCN). Ao centro, a igreja e Recolhimento de Santa Teresa, entre 1911-1918.

4. Recolhimento de Santa Teresa (Fig. 4)

Em 1813, o Recolhimento de Santa Teresa, também denominado da Regueira ou das Recolhidas, foi escolhido para hospital militar, o que acabou por não se concretizar[28]. Relativamente a este espaço os dados são parcos até que, em 1890, a propósito da instalação do liceu, se refere que havia no bairro de baixo (Sé) um terreno mais económico para a construção do edifício, entre a Avenida D. Maria Pia, atual Avenida 5 de Outubro, e a Rua do Campo do Cavalar, situada na margem esquerda do rio Coura e paralela à Rua da Regueira, juntamente com o terreno onde se acha situado o convento e capela do Recolhimento[29]; em 1911, a Capela de Santa Teresa tinha anexa um quintal, que julgamos tratar-se da cerca, e um casarão velho, que pensamos ser o Recolhimento, propriamente dito[30], sendo administrada por uma leiga que morreu em 1912; em 1914, os temporais acabaram por danificar

[28] AHM/DIV/1/14/244/01, fl. 1v.
[29] AHML, Lv. 42, 135v-136.
[30] ACMF, CJBC, fls. 56-56v e 59v.

o Recolhimento, tornando-se necessária a reparação urgente dos telhados[31]; em 1916, um decreto da Direcção Geral da Justiça e dos Cultos refere as várias vezes em que a câmara solicitou a cedência deste Recolhimento e anexos com o objetivo de no mesmo lugar se construir uma avenida e alargar uma rua, dando-lhe igualmente outro destino, como é o caso da canalização do rio Coura que atravessava a cidade[32]; em 1917 é aprovado um contrato de compra de um terreno particular situado na margem esquerda do rio Coura, em frente do antigo Recolhimento para a construção da Avenida Visconde Guedes Teixeira, começando aqui o processo de desintegração, desconstrução e destruição do Recolhimento: primeiro a Capela até ao seu total aniquilamento[33]; em 1918, tem lugar a arrematação do arrendamento da cerca e dá-se conta do estado de ruína em que se encontram as paredes do Recolhimento[34], manifestando-se o interesse na construção de uma Escola Primária Central para o sexo masculino[35], sendo que, em 1933, já a obra da Escola Central Primária está para ser concluída[36].

Hoje, no lugar do Recolhimento e das respetivas capela e cerca, funciona a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego do Instituto Politécnico de Viseu, antiga Escola do Magistério Primário de Lamego, a qual está a ser ampliada para o Largo dos Bancos, destruindo, uma vez mais, aquela que fora a Rua da Regueira.

5. Convento de Santa Cruz

A partir de 1809 é transformado em hospital militar[37]; em 1834, a câmara fala da conveniência de mudar o hospital civil da Misericórdia, a funcionar naquele que é hoje o Teatro Ribeiro Conceição para o Convento dos Lóios, também assim denominado, e da câmara para a do hospital[38]; em 1836, a câmara solicita o edifício do convento para hospital civil e a cerca para vendê-la e aplicar o seu dinheiro no hospital; em 1839 é requisitado pelo Ministério da Guerra para quartel do Batalhão de Infantaria 9[39]; em 1842, o convento e cerca são concedidos ao Ministério da Guerra para quartel e hospital do mesmo Batalhão, tendo o Ministério pedido

---

31 ACMF, *Comissão Jurisdicional dos Bens Cultuais, Administração dos Bens Cultuais*, Proc. Anteriores a 1915.

32 AHML, Lv. 49, fl. 89v.

33 AHML, Lv. 47, fl. 124.

34 AHML, Lv. 49, fl. 55v.-56v.

35 AHML, Lv. 49, fls. 104-104v. Trata-se do atual Teatro Ribeiro Conceição.

36 AHML, Lv. 54, fl. 157v

37 AHM/DIV/1/14/244/01, fl. 1v.

38 AHML, Lv. 8, fls. 25-25v.

39 ANTT, *Livro 1º das Requisições,* fl. 234v.

Fig. 5. Lamego. Vista aérea do Convento de Santa Cruz (2007). Foto: Kymagem.

o resto da cerca, no mesmo ano, para aumento da horta, o que lhe foi negado; em 1852 foi mandada vender o resto da cerca[40].

O espaço conventual, embora alterado para adaptações a quartel, primeiro do Regimento de Infantaria nº 9 de Lamego, depois como quartel do Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE – 1960), em 1975 foi transformado em Escola de Formação de Sargentos até 1981, altura em que retornou à anterior designação até 2006 e, finalmente, como quartel do Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE), desde 2006.

Julgamos que parte da cerca ainda se conserva e serve de muro ao grande adro do quartel, sendo que a restante se encontra fragmentada e urbanizada (Fig. 5).

CONCLUSÃO

Em consequência destas transformações ocorridas nas cidades do século XIX que impuseram uma nova dinâmica urbana, novos ritmos e novas formas de pensar e sentir, nos séculos XX e XXI assistimos ao nascimento de uma mentalidade

[40] ANTT, *Livro 1º das Requisições*, fl. 234v. Cfr. LEAL, 1874: 36. Segundo Pinho Leal, o convento teria sido demolido em 1853, e "*dos seus materiaes se fez o bello edifício dos paços do concelho*", acrescentando que a cerca é uma alameda pública. É evidente a troca de nomes que o autor fez entre o Convento de Santa Cruz e o Convento de Santo Agostinho ou de Nossa Senhora da Piedade, já que refere que este último é quartel de infantaria n.º 9 (quarteis de Santa Cruz).

coletiva que se preocupa, cada vez mais, com as suas origens e a sua história, numa ânsia sem precedentes de encontrar elementos de referência e referenciadores da sua existência, regressando a um passado longínquo, fruto da falta de identidade que todos nós sentimos num mundo cada vez mais global.

Quem hoje visita Lamego pouco ou nada vê daquela que foi uma das cidades mais ricas em termos de património eclesiástico, tendo em conta a área urbana, exceto quando o seu olhar atento e conhecedor depara com os poucos vestígios que a vão denunciando, revelando a sua história. Infelizmente, as atrocidades cometidas, sobretudo, a partir do século XIX, continuam a ter adeptos que aos poucos e com muito conseguem apagar a sua história.

Nesta ânsia de recuperar a nossa identidade, deparamo-nos com aquilo que muitos autores, entre os quais, o Prof. Carlos Alberto Ferreira de Almeida[41], apelidaram de «complexo de Noé», a tendência para classificar tudo de património, unindo-se esta patrimonialização à qualidade de vida que o Prof. Carlos Alberto falava, quase que adivinhando a pertinência e atualidade deste assunto[42].

É urgente, cada vez mais, salvaguardar a memória destes espaços para que aqueles que ainda subsistem e os que já foram destruídos, façam parte da nossa história, a de hoje, criando novas dinâmicas e novas memórias que recordem as primitivas, sensibilizando-nos para a importância que, em outros tempos, estes espaços tiveram, mas também novas memórias que utilizem as novas tecnologias para os recordar e recriar numa relação perfeita entre o passado, o presente e o futuro, numa memorização contínua da nossa identidade, uma anamnese ininterrupta. Respeitar estas memórias, é uma forma de criar novas memórias.

FONTES

ARQUIVO CONTEMPORÂNEO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Comissão Jurisdicional dos Bens Cultuais, Administração dos Bens Cultuais, Proc. Anteriores a 1915.

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

Correspondência do Bispo João de Lamego para vários indivíduos sobre as condições de aquartelamento das casas religiosas e "relação dos conventos, capelas que nesta cidade de Lamego se acham ocupadas e que se tem ocupado com tropa e com munições de boca e de guerra", PT/AHM/DIV/1/14/244/01.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE LAMEGO

Livro dos Editais e da Correspondência com as diferentes autoridades, Lv. 8 (1834-1836);
Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lamego, Lv. 30 (1841-1845); Lv. 31 (1845-1852); Lv. 32 (1852-1857); Lv. 33 (1857-1863); Lv. 37 (1872-1875); Lv. 40 (1880-1883); Lv. 42 (1887-1892);

[41] ALMEIDA, 1998: 7.

[42] ALMEIDA, 1993: 411-412.

Lv. 46 (1908-1912); Lv. 47 (1914-1923); Lv. 48 (1912-1916); Lv. 49 (1916-1921); Lv. 53 (1928-1930); Lv. 54 (1930-1933).

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Livro 1º das Requisições.

Ministério das Finanças, *Convento das Chagas de Lamego de Viseu*, cx. 2058, cx. 2059 e cx. 2060.

Ministério do Reino, *Correspondência expedida pelo Governo Civil de Lamego*, Lv. 1585.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Diário do Governo, II série, n.º 144 de 25-06-1930, p. 2013.

DIREÇÃO GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL

SIPA, Liceu Latino Coelho / Escola Secundária Latino Coelho, IPA.00014200.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1993) – *Património – Riegl e Hoje*. «Revista da Faculdade de Letras – História», II série, vol. 10. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 407-416.

—— (1998) – *Património. O seu Entendimento e a sua Gestão*. Câmara Municipal de Paços de Ferreira: ETNOS.

COSTA, Padre António Carvalho da (1708) – *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal...* Tomo II, Livro I. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes, (2ª edição de 1868).

LACROIX, Michel (1997) – *O Princípio de Noé ou a Ética da Salvaguarda*. Lisboa: Instituto Piaget.

LARANJO, F.J.Cordeiro (1989) – *Lamego Antiga*. Lamego: Câmara Municipal de Lamego.

LEAL, A.S.A.B.Pinho (1874) – *Portugal Antigo e Moderno: diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal…*, volume quarto. Lisboa: Livraria Editora de Mattos, Moreira & Companhia.

PEREIRA, Ana Cristina da Cunha (2007) – *Os Conventos do Porto. Descontinuidades, transformação e reutilização*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira (2011) – *A primitiva e desaparecida Igreja da Misericórdia de Lamego*. In A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa. Actas do Seminário Internacional: 163-176.

REBELO, Elvira Maria Almeida (2001) – *Da Clausura ao Século. O Destino de dois espaços conventuais do Porto. Materialidades, memórias e património*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

RESILIÊNCIA URBANA NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS MODERNOS

LARISSA CESAR MELO*

Resumo: A evolução das cidades na esfera ambiental faz com que a necessidade de reabilitar os espaços urbanos existentes seja cada vez mais manifesta. A busca pela sustentabilidade necessária a esse desenvolvimento propicia o surgimento de cidades autossuficientes, ou seja, resilientes.
Objetiva-se promover a reflexão, com base na análise do Residencial Várzea do Carmo – SP, relativamente à morfologia dos conjuntos habitacionais modernos, identificar quais princípios podem ser classificados como pontos-base para o desenvolvimento da resiliência urbana. Com essa discussão sobre a apropriação dos ideais do movimento moderno, a morfologia e a sustentabilidade dos blocos de habitação social, chegar-se-á a conclusões sobre resiliência, gestão e preservação do espírito do lugar no patrimônio urbano.

Palavras-chave: Resiliência urbana; Habitação social; *Genius loci*; Movimento Moderno.

Abstract: The evolution of cities's environmental sphere makes the need to rehabilitate the existing urban spaces increasingly clear. The search for the sustainability required for this development enables the advent of self-sufficient cities, in other words, resilients.
The main goal is to promote reflection, based on the analysis of the Residential Várzea do Carmo – SP, in relation to the morphology of modern housing and identify which principles can be classified as ground rules for the development of urban resilience. With this discussion on the appropriation of the modern movement's ideals, the morphology and the sustainability of social housing, there will be taken conclusions about resilience, management and preservation of the spirit of place in the urban heritage.

Keywords: Urban resilience; Social habitation; *Genius loci*; Modern Movement.

INTRODUÇÃO

O presente artigo surge com o intuito de relacionar princípios modernos, integrados à morfologia, com o conceito de resiliência urbana (adaptabilidade e autos-

* CERIS/ IST-UL. larissa.csar@gmail.com.

suficiência), objetivando promover a reflexão crítica a respeito das formas urbanas existentes no contexto dos conjuntos habitacionais modernos de interesse social.

O crescimento das cidades, sua transformação em megalópoles e as consequências dessa "evolução" nas mudanças climáticas, desastres ambientais e impactos socioeconômicos, há muito tempo vem chamando atenção para a necessidade de reabilitar os espaços urbanos existentes.

Essa necessidade pode ser percebida a partir de 1990 com o surgimento do ICLEI (Local Governments for Sustainability)[1], em 2006, com o movimento "Cidades em Transição"[2], e com a publicação de documento da ONU-Habitat[3], em 2009[4].

Segundo o ICLEI, é importante que a abordagem de resiliência dentro da estrutura urbana comece de baixo para cima, pois desta forma se garante que as demandas da comunidade sejam atendidas[5]. Entendemos isso como a construção da cidade a partir da morada, e tendo em vista que a habitação foi o ponto central do pensamento do movimento moderno, considera-se importante a identificação de princípios por meio da análise da morfologia urbana dos conjuntos habitacionais desse período que possam servir como base para o desenvolvimento da urbe resiliente.

Muitos[6] reconhecem alguns desses conjuntos como espaços de qualidade. A par disso, existem estudos pontuais[7] de reabilitação. Porém, este artigo investiga a possibilidade de se identificar diretamente quais princípios modernos aplicados no planejamento da forma urbana dos conjuntos habitacionais podem ser classificados como pontos-base de resiliência urbana ou mesmo para o seu desenvolvimento. Parte-se da hipótese de que a morfologia urbana seja o princípio para a construção de comunidades resilientes e que os conjuntos habitacionais modernos possuem uma forma favorável a tal adaptação sem que sua identidade seja alterada, garantindo assim a conservação do patrimônio moderno.

Convém esclarecer que o artigo não intenta promover um retorno às formas de produção modernas, mas buscar uma releitura ao seu legado e investigar a multifuncionalidade dos seus espaços, dentre outros princípios organizacionais dessa morfologia urbana.

---

[1] Associação mundial de cidades que visa torná-las resilientes através de políticas públicas junto ao governo.

[2] Na Inglaterra, o pensamento tem se voltado para o desenvolvimento de cidades resilientes com ações diretas na comunidade.

[3] Sobre orientações políticas para o planejamento de cidades sustentáveis.

[4] ARAÚJO & ANDRADE, 2014.

[5] ICLEI, 2011.

[6] BONDUKI & KOURY, 2010; CARVALHO, 2013.

[7] MOREIRA & NASLAVSKY, 2007; COELHO, 2007.

Para investigar essa relação, primeiramente será estabelecido o conceito de resiliência e, com base no posicionamento de outros autores, quais os princípios que identificamos como resilientes *a priori*. Em seguida, apresentaremos um estudo de caso onde esses princípios estão presentes na forma urbana e de que forma eles possibilitam uma reabilitação desses ambientes.

O termo cidade resiliente tem sido notoriamente utilizado nos campos da segurança pública, meio ambiente e governança[8], porém, é entendido também como a capacidade de uma cidade absorver perturbações, mantendo seu funcionamento normal, sem entrar em colapso[9]. Ou seja, a capacidade de um sistema continuar funcionando mesmo que uma parte sua seja danificada e a superação da situação de crise se dê sem que a sua função principal se perca.

Marat-Mendes defende a resiliência como uma das propriedades possíveis da forma urbana, e importante ferramenta de avaliação desta. Acredita que se a mesma demonstrar capacidade de assumir variadas funções ou significados, de ser utilizada e apropriada de distintas maneiras, mas mesmo assim não deixar de dar seguimento aos princípios estruturais que estiveram em sua origem, estamos perante uma forma urbana que responde ao princípio da resiliência[10].

Além disso, para o ICLEI, o nível de resiliência nas cidades depende da qualidade e desempenho do sistema urbano como um todo, não somente na adaptação de simples elementos de infraestrutura de acordo com as mudanças climáticas[11].

A partir das ideias do ICLEI e de Marat-Mendes, é possível relacionar também o termo sustentabilidade aos conceitos de adaptabilidade e flexibilidade, na medida em que estes geram autossuficiência, ou seja, resiliência.

Tendo isso em mente, propomos uma reflexão crítica sobre o comportamento da forma urbana em termos de resiliência, entendendo esta como uma "propriedade" que serve de ferramenta de avaliação da urbe.

O movimento moderno representa para o estudo da morfologia urbana o ponto de ruptura com a cidade tradicional, o fim do quarteirão e o início de uma nova forma urbana onde os edifícios não são mais orientados pela rua, nem pelo lote.

Porém, devido à grande demanda e à simplificação dos problemas, ocorre a banalização dos ideais do movimento, visando apenas aspectos econômicos e operacionais.

Nesse contexto, interessantes princípios modernos, como o da unidade de vizinhança, foram deixados de lado.

---

[8] JONG, 2015.

[9] IPCC, 2007.

[10] MARAT-MENDES, 2015: 134.

[11] *Loc. cit.*

Os princípios morfológicos modernos a que se propõe relacionar com resiliência urbana são: a apropriação coletiva do solo, a unidade de vizinhança, a alta densidade e baixa taxa de ocupação do solo e a implantação dos edifícios visando a melhor insolação.

De acordo com Lamas, a ideia da unidade de vizinhança é de extrema singeleza. Constatando que as relações sociais entre os vizinhos tendiam a desaparecer nas novas urbanizações e grandes metrópoles, o conceito propunha recriá-las através da planificação urbana, dispondo equipamentos e serviços de modo que a população estabelecesse espontaneamente relações sociais e comunitárias[12].

Ferrari e Negrelos acreditam que a unidade de vizinhança está ligada à ideia de promover a autossuficiência do bairro[13]. Entendemos que essa é geradora de autonomia ao conjunto habitacional, atendendo às necessidades básicas dos moradores com o fornecimento de bens e serviços, os quais, estando situados em distâncias caminháveis, proporcionam, ainda, o encontro entre as pessoas.

A promoção da circulação e o estabelecimento de fluxos são trabalhados atualmente como diretrizes na reconquista dos espaços públicos por arquitetos humanistas como Jan Gehl[14], que trata a respeito dos tipos das atividades exteriores e como elas se desenrolam. Nesse âmbito, a unidade de vizinhança poderia ser considerada um motor para o desenvolvimento das atividades consideradas por ele como necessárias, na medida em que também servem como base para o desenvolvimento de atividades mais completas.

Outro princípio a ser analisado trata da orientação dos edifícios de forma independente da rua e da estrutura urbana, porém com relação à orientação solar.

A implantação dos edifícios de acordo com o melhor aproveitamento do sol era, para Le Corbusier, o novo e mais imperioso dever do arquiteto[15]. Esse representa um dos princípios básicos introduzido pelos arquitetos modernos, com o intuito de melhorar a salubridade das habitações. Hoje, é próprio ao projeto o pensamento na insolação de um edifício com o fim de reduzir os gastos energéticos.

Por sua vez, o princípio da alta densidade, através da estruturação da habitação em blocos unitários verticais é defendido por Medrano como uma solução ideal, por sua capacidade de poupar o uso do solo, permitir a criação de áreas verdes e adequar-se às demandas urbanísticas e orçamentárias, propiciando a redução dos processos de produção e de gastos com infraestrutura[16].

---

12 LAMAS, 1992: 317.
13 FERRARI & NEGRELOS, 2013.
14 GEHL, 2009.
15 CORBUSIER, [1941].
16 MEDRANO, 2005.

As áreas verdes, por serem espaços multifuncionais, assumem um papel muito importante na construção de comunidades resilientes. Funcionam como zonas de infiltração do solo, além de servir como espaços de lazer para os habitantes e para criação de hortas urbanas sem que se perca a sua estrutura principal.

A apropriação coletiva do solo, promovida dentro do movimento moderno pela eliminação do lote e também pelo uso dos pilotis, surgiu não só como uma forma de dispor os edifícios isolados no terreno e dar aos habitantes um máximo de solo livre, assumiu um lugar conceptual e político relacionado com as ideologias sociais democráticas e seu entendimento da cidade[17].

Essa apropriação coletiva do solo proporcionou liberdade de implantação no terreno. Com o solo livre do parcelamento, permitiu que as formas dos edifícios e sua orientação sejam pensadas mais livremente com relação ao seu papel energético e sua relação com o local.

Os pilotis, resultantes ainda desse processo, funcionam como espaços de encontro entre os habitantes de um mesmo edifício, atuam como espaços de trocas entre vizinhos e de brincadeiras entre as crianças, podendo ser percebidos como praças em escala reduzida. De acordo com pesquisas de campo ilustrativas dos diferentes tipos de utilização encontrados nos pilotis, este elemento possibilita resgatar os atributos sociais das ruas[18].

Goitia defendia a ideia da existência de um espírito da cidade associado ao local[19] e, assim como Lamas, acredita que, mesmo que modelos idênticos sejam inseridos em sítios distintos, o espírito do lugar se fará presente conferindo uma identidade própria a cada um[20]. Sendo assim não é possível separar a forma urbana do suporte geográfico a que ela se insere, ou seja, do espírito do lugar.

O papel geográfico para enfrentar a questão do urbanismo foi ressaltado na Carta de Atenas, na qual foi enfatizada a importância de se harmonizar a atuação do arquiteto à região[21]. Porém, a urbanística operacional não respeitou essa harmonização entre o sítio e a implantação do edifício.

Todavia, o espírito do lugar é inerente ao sítio, à cidade e também aos conjuntos habitacionais. A requalificação desses ambientes possibilitaria a sua reconquista pelos seus habitantes, gerando maior identidade entre eles e o espaço que habitam.

A hipótese é que a morfologia dos conjuntos modernos possuem princípios que suportam as adaptações necessárias para a transformação em ambientes de maior qualidade e sustentabilidade, dotando-os, portanto, de resiliência. Esses

[17] LAMAS, 1992: 306.
[18] OLIVEIRA, 2014.
[19] GOITIA, 1996.
[20] GOITIA, 1996.
[21] CORBUSIER, [1941]: 26.

pontos-base, que determinam sua configuração, complexidade e arranjos espaciais, parecem determinar flexibilidade e adaptabilidade, e possuem qualidades sustentáveis a serem entendidas.

Tendo em vista o que foi explicitado, apresentaremos estudo de caso, marcando como os princípios do movimento moderno foram apropriados pelo contexto da cidade, como eles propiciam a sua requalificação e ressaltando a adaptabilidade e versatilidade da forma urbana.

ESTUDO DE CASO

Analisando o cenário brasileiro, Bonduki aponta que o entendimento da habitação como questão social foi o ponto chave para a interferência estatal num setor que antes da década de 30 era regulado como bem comercial do mercado privado e a única exigência era a ordem sanitária[22].

Dentro deste contexto da habitação como serviço público, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), constituiu o mais importante órgão de produção habitacional no país. Buscou aplicar os princípios baseados pelo CIAM, e compatibilizar qualidade, adequação urbana e economia[23].

O conjunto Residencial de Várzea do Carmo (VC), realizado pelo IAPI em 1938, na cidade de São Paulo, é considerado por Bonduki como um dos mais vanguardistas da época por propor a criação de uma centralidade urbana, partindo da habitação operária[24]. Propunha equipamentos urbanos que buscavam proporcionar sustentabilidade econômica e evitar a gentrificação, além da solução verticalizada até então inédita na habitação social no Brasil[25].

O projeto do conjunto VC teve como arquiteto principal Attílio Correia Lima[26]. Está localizado no bairro Cambuci, no centro da cidade.

O plano original propunha a construção de reservatório de água, creche, escola, restaurante, clube, entre outros equipamentos. Inserido em um parque, a sua proposta evidenciava também a criação de um ponto de referência para o conjunto, uma praça que servia como marco para a entrada, rompendo com a sua padronização.

---

[22] BONDUKI, 1998.

[23] BONDUKI & KOURY, 2010: 164.v.1.

[24] BONDUKI, 2010: 47.v.3.

[25] BONDUKI & MOTA, 2010.

[26] Primeiro profissional brasileiro com formação específica em urbanismo, estagiou com o urbanista francês Alfred Agache, participou da elaboração do Plano Diretor do Rio de Janeiro e do Congresso Internacional de Urbanismo em 1929.

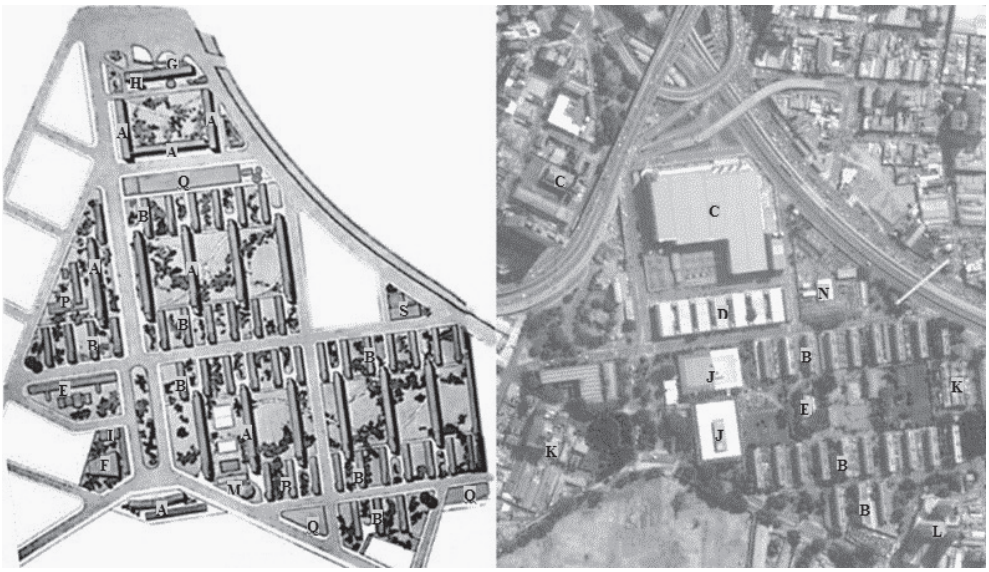


Fig. 1. Projeto original e foto aérea.
Legenda: A – bloco 12 pavimentos; B – bloco 4 pavimentos; C – igreja; D – posto de saúde; E – escola; F – cinema; G – estação rodoviária; H – hotel; I – escritórios, consultórios, etc; J – INSS; K – habitação unifamiliar e comércio; L – condomínio residencial; M – clube; N – subestação elétrica; O – reservatório de água; P – puericultura; creche; Q – comércio; R – restaurante popular.
Fonte: BONDUKI & MOTA, 2010; maps.google.com, modificados pela autora.

O projeto previa 4.038 unidades habitacionais, dentro de uma área de 185 mil m², inseridas em 43 blocos de quatro pavimentos sem pilotis e 16 edifícios laminares com 11 pavimentos sobre pilotis. Buscava uma alta densidade – 1.250 hab./ha – e baixa taxa de ocupação – 18%[27].

Contudo, foram construídas somente 602 unidades habitacionais, numa área de 43 mil m². Com 22 blocos de quatro pavimentos sem pilotis, o resultado foi uma densidade de 843 hab./ha e uma taxa de ocupação de 23%[28]. Os blocos laminares foram orientados longitudinalmente para o norte, permitindo boa iluminação aos apartamentos durante todo o dia, além da ventilação garantida pelo espaçamento entre os edifícios e pelos apartamentos vazados.

O plano demonstrava clara intenção de se criar dois polos de concentração urbana, um local e um voltado para a cidade, evidenciada pelos equipamentos urbanos propostos e pela previsão de articulação com o sistema de transporte coletivo, através da criação de uma rodoviária. A sua proximidade do centro e dos

[27] *Op. Cit.*
[28] BECKER, 2010.

locais de emprego à época, a proposta de uso misto e a mistura de classes sociais seriam responsáveis pela sustentabilidade econômica do bairro[29].

Com a morte do arquiteto Attílio Lima, a viabilidade econômica do empreendimento foi questionada e apenas 17% do projeto foi concluído, deixando a gleba subutilizada e grandes espaços residuais[30].

Fig. 2. Respectivamente, imagem aérea do conjunto VC evidencia sua área verde um contraste com seu entorno, espaço entre os prédios cercado que virou estacionamento após a sua venda e foto que mostra como os espaços foram isolados.
Fonte: KAMPUS, 2013; SILVA, 2007; MARQUES, 2014.

O projeto que previa a quebra da malha urbana existente por meio da criação de superquadras teve seu arruamento modificado, porém, ainda assim, a sua estrutura se destaca do entorno, com as duas superquadras, seus edifícios laminares e sua expressiva área verde.

Devido, sobretudo à violência de um centro urbano como o de São Paulo, a zona acabou subdividida e gradeada e, ao contrário do que fora planejado, o privado prevaleceu sobre o coletivo. As áreas verdes entre os blocos viraram estacionamento, uma vez que não havia a sua previsão e, apesar de o conjunto estar inserido na zona central da cidade e ser bem atendido por ônibus, não existe oferta diversificada de transporte.

Essa privatização do solo também resultou no abandono dos equipamentos públicos, como as quadras esportivas, os parques infantis e os espaços verdes. Embora concebidos para serem contínuos e livres, tornaram-se restritos, inseguros e degradados, além de sofrerem com a falta de manutenção, antes encargo do IAPI.

[29] MENEGHELLO, 2009: 19.
[30] BONDUKI & MOTA, 2010.

Fig. 3. O projeto em 1938, o conjunto construído em 1950 e o conjunto no ano de 2007. A transformação do espaço público em privado.
Fonte: MENEGHELLO, 2009.

Os espaços verdes, que seriam delimitados por suas fachadas, mas ao mesmo tempo permeáveis pelos pilotis, ficaram abandonados e o próprio pilotis, concebido como um local de estar, convívio e lazer, também se perdeu.

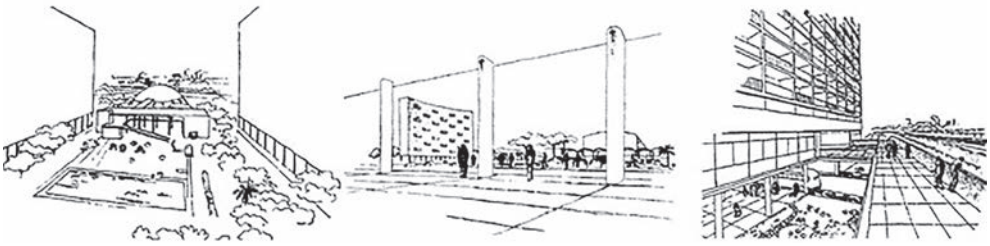


Fig. 4. Croquis do projeto ilustram a intenção de criação de um espaço público de convívio com qualidade.
Fonte: BONDUKI & MOTA, 2010.

A unidade de vizinhança não foi estabelecida conforme o projeto e também com isso a centralidade urbana não foi criada. Todavia, o bairro é atendido atualmente por escola primária, posto de saúde, lar de idosos, igreja, comércio local e guarda proximidade a grandes hospitais, faculdades, edifícios de escritório e parques, o que confere uma boa dinâmica ao conjunto.

Apesar da não conclusão e descaracterização do conjunto residencial, é possível reconhecer um espírito do lugar presente a partir de relatos de moradores[31] que lembram com saudosismo dos parques e espaços verdes, aonde aconteciam festas

[31] Vídeo produzido pelos alunos de Urbanismo da Escola da Cidade, São Paulo.

juninas, e do campo de futebol, onde a vizinhança organizava torneios. Verifica-se, ainda, a existência de sentido de vizinhança na comunidade.

De acordo com o projeto original, é possível perceber claramente que existia sustentabilidade nas intenções dos arquitetos e também que a resiliência era uma propriedade da morfologia urbana proposta, uma vez que se buscou a autossuficiência do bairro.

Entretanto a implantação incompleta do conjunto, o abandono da área pelos órgãos responsáveis, a ausência de manutenção dos mobiliários urbanos e também a ineficiência das políticas públicas com relação à segurança e mobilidade urbana impossibilitaram o seu funcionamento tal como proposto.

Consideramos que o conjunto pode ser avaliado como uma forma urbana resiliente, pois, apesar de se encontrar em momento de crise, em que algumas de suas "funções" não estão funcionando, nunca perdeu sua função principal, que é a de habitar. E ainda mais importante, mantém o espírito do lugar e o sentimento de pertencimento de seus habitantes. Devido à adaptabilidade de seu espaço, multifuncional, e os princípios modernos presentes, o conjunto possui a capacidade de absorver essas perturbações, através da sua requalificação e reuso, conservando o patrimônio moderno.

Entendemos que os princípios analisados são pontos-base para o desenvolvimento da comunidade resiliente e que, mesmo que o espaço estudado tenha sido modificado, alguns de seus elementos morfológicos básicos ainda estão presentes e passíveis de serem requalificados. A configuração das superquadras, os edifícios laminares e os espaços verdes restantes ainda se destacam no seu contexto. A unidade de vizinhança existe através dos equipamentos urbanos oferecidos, porém, seu caráter sociológico precisa ser reestabelecido, o que pode ser auxiliado com a desprivatização do solo.

A existência de um espírito do lugar, representado pelo sentimento de comunidade e também pela configuração do espaço no local, representa o ponto inicial para o desenvolvimento de uma comunidade resiliente, através da criação de um centro de bairro – associação de moradores -, o qual representaria a comunidade buscando o desenvolvimento da resiliência de baixo para cima, assim como propõe o ICLEI.

É claro que a construção de comunidades resilientes carece de políticas públicas que a apoiem, como por exemplo, o investimento em diferentes modais de transporte, tornando o carro uma ferramenta supérflua, e a resolução do problema da segurança pública, que representa no Brasil um dos principais impecílios para a apropriação do espaço público residencial pelos seus habitantes.

CONCLUSÃO

O provável contributo deste artigo é evidenciar a morfologia urbana dos conjuntos habitacionais como espaços multifuncionais que possibilitam a sua adaptação às necessidades sustentáveis atuais sem grandes alterações de sua estrutura básica, salvaguardando o patrimônio moderno e se afirmando como resiliente, além de ressaltar que essa requalificação só é possível a partir da existência de um espírito do lugar, que gera o sentimento de pertencimento entre a vizinhança.

Outro contributo importante foi o de identificar e relacionar princípios modernos – a apropriação coletiva do solo, a unidade de vizinhança, a alta densidade e baixa taxa de ocupação do solo e a implantação dos edifícios visando a melhor insolação – como alguns pontos-base para o desenvolvimento da cidade resiliente.

Com o estudo do Conjunto Várzea do Carmo também foi possível ratificar a afirmação do ICLEI de que é preciso qualidade e desempenho do sistema urbano como um todo para a construção de cidades resilientes. É necessária uma sintonia entre as políticas públicas e a morfologia urbana para que a cidade desenvolva sua autossuficiência.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Lara.; ANDRADE, Liza (2014) – *De Vauban para o mundo: trazendo a resiliência urbana do contexto local para o nível planetário.* Pluris – (re)inventar a cidade em tempos de mudança. Portugal: Lisboa.

BECKER, Graziela (2010) – *Espaços de uso coletivo na habitação social brasileira: O caso do IAPI Várzea do Carmo, IAPI Passo d'Areia e IAPI Japurá.* Brasil: Porto Alegre, p. 298-303.

BONDUKI, Nabil (1988) – *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria.* São Paulo: Estação da Liberdade.

BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana (2010) – *Os Pioneiros da Habitação Social.* São Paulo: Unesp, v. 1 e 2.

BONDUKI, Nabil; MOTA, Juliana (2010) – *Várzea do Carmo: o racionalismo radical de Attílio Corrêa Lima.* In BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana, coord. – *Os pioneiros da Habitação Social.* São Paulo: Unesp, v. 3, p. 46-65.

CARVALHO, Ricardo (2013) – *Habitat, habitação colectiva e forma urbana, construir o bairro em Portugal, da cidade-campo à cidade-periférica, 1930-1970.* Lisboa: IST. Tese de Doutoramento.

COELHO, Carla (2007) – *Preservação de edifícios residenciais modernos no Rio de Janeiro.* 7º Seminário do Docomomo Brasil, Porto Alegre.

CORBUSIER, Le (1993) [1941] – *A Carta de Atenas*. São Paulo: Hucitec, Edusp.

FERRARI, Camila; NEGRELOS, Eulália (2013) – *Resiliência de tipologias habitacionais e urbanas do alojamento popular no Brasil.* Anais do XV. Brasil: Recife

GEHL, Jan (2009) – *La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios.* 1ªed. Barcelona: Editorial Reverté.

GOITIA, Chueca (1996) – *Breve História do Urbanismo*. 4ª. ed. Lisboa: Editorial Presença.

ICLEI (2011) – *Financing the Resilient City: A demand driven approach to development, disaster risk reduction and climate adaptation – An ICLEI White Paper, ICLEI Global Report.* Bonn, Alemanha.

IPCC (2007) – *Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability.* Cambridge, UK: Cambridge University Press.

JONG, Martin *et al*. (2015) – *Sustainable e smart e resilent e low carbon e eco e knowledge cities; making sense of a multitude of concepts promoting sustainable urbanization*. «Journal of Cleaner Production», v. 109, p. 25-38.

KAMPUS, Ize (2013) – *Panoramio*. Disponível em <http://www.panoramio.com/photo/87490142?source=wapi&referrer=kh.google.com>. [Consulta realizada em 15/03/2016].

LAMAS, José (1992) – *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

LINO, Marcela *et al.* (2012) – *Conjunto Habitacional Várzea do Carmo.* São Paulo: Escola da Cidade. Disponivel em <https://www.youtube.com/watch?v=4FKvE_ZQQaw>. [Consulta realizada em 25/03/2016].

MAPS.GOOGLE.COM. Disponível em <https://www.google.pt/maps/@-23.5575626,-46.6253226,729m/data=!3m1!1e3?hl=pt-BR>. [Consulta realizada em 17/03/2016].

MARAT-MENDES, Teresa (2002) – *The sustainable urban form. A comparative study in Lisbon, Edinburgh and Barcelona.* Reino Unido: Universidade de Nottingham, Tese de Doutorado.

—— (2015) – *Adaptabilidade, continuidade, flexibilidade e resiliência. Algumas considerações sobre as propriedades das formas urbanas.* «Revista de Morfologia Urbana», Porto, Portugal, v. 3, n. 2, p. 132-134.

MARQUES, D. (2014) – *Decrescimento.tumblr.com: work in progress*. Disponível em <http://decrescimento.tumblr.com/daniel-marques>. [Consulta realizada em 15/03/2016].

MEDRANO, Leandro (2015) – *Habitação coletiva, verticalidade e cidade. Modernidade sem estilo*. «Arquitetura Revista», v. 1, n. 2.

MENEGHELLO, Isabel (2009) – *Conjunto habitacional da Várzea do Carmo: do projeto ideal ao conjunto real.* 8º Seminário Docomomo Brasil, Rio de Janeiro.

MOREIRA, Fernando; NASLAVSKY, Ghilah (2007) – *Conservação e requalificação de grandes conjuntos habitacionais modernistas: Reflexões sobre a experiência escandinava recente*. 7º Seminário Docomomo Brasil, Porto Alegre.

OLIVEIRA, Cristina (2014) – *Debaixo do bloco: o pilotis e o seu significado em Brasília.* Brasília: UnB. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Eudo (2007) – *Flickr*. Diponível em <https://www.flickr.com/photos/eudodantas/ 4701779366/in/photostream/>. [Consulta realizada em 15/03/2016].

OS DISPOSITIVOS PARTICIPATIVOS E A IMPLICAÇÃO DOS HABITANTES NAS QUESTÕES PATRIMONIAIS. REFLEXÕES SOBRE OS CONSELHOS DE BAIRRO E AS COMISSÕES PERMANENTES NA CIDADE DE BORDÉUS

ANA RITA ALBUQUERQUE*

Resumo: Patrimonialização é um processo de construção social resultante da produção de representações pelos diferentes grupos socias e pela evolução dos valores patrimoniais que permite evidenciar o papel das comunidades locais na coprodução do património e na transformação do *genius loci*. Pretendemos delinear algumas reflexões sobre as relações entre património, cidadania e práticas participativas numa cidade histórica. Efetuaremos uma análise do estudo de caso da cidade de Bordéus, cidade histórica em desenvolvimento marcada pela importância do vinho e inscrita na Lista de Património Mundial da Unesco desde 2007. Abordaremos a evolução dos discursos relativos ao processo participativo do urbanismo ao património. Analisaremos igualmente o argumento do património e a sua dimensão instrumental e política dos conselhos de bairro na cidade de Bordéus.

Palavras-chave: Património mundial; Patrimonialização; Participação habitante; Bordéus.

Abstract: Patrimonialization is a process of social construction resulting from representations by different social groups and development of heritage values which allow to highlight the role of local communities in the co-production of heritage and the transformation of the *genius loci*. We intend to outline some reflections on the relation between heritage, citizenship and active participation in a historical city. We will analyse the study case of Bordeaux, a port city in development marked by the importance of wine and listed in the World Heritage list of UNESCO since 2007. We will study the evolution regarding participatory process speeches from urbanism to heritage field. Furthermore, we will analyse the instrumental and political dimension of heritage in several district councils of Bordeaux.

Keywords: World Heritage; Patrimonialization; Citizenship participation; Bordeaux.

* CITCEM/FLUP/ ART-Dev/ Univ. Montpellier III Paul-Valéry (France). ritalbuquerque.oliveira@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A análise da diversidade dos atores responsáveis pelo processo de decisão e gestão de uma cidade histórica classificada Património Mundial, é uma etapa fundamental no reconhecimento do valor do património cultural na sociedade e na sua contribuição para o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida[1]. O objetivo desta apresentação é de delinear algumas reflexões sobre as relações entre património, cidadania e práticas participativas. Pretendemos realçar de um lado a capacidade ou não dos atores públicos no envolvimento das comunidades locais nas questões ligadas ao património e, por outro, evidenciar o papel do património como estratégia de mobilização das populações locais.

Efetuaremos uma análise do estudo de caso da cidade de Bordéus, primeiro conjunto urbano classificado pela UNESCO com um perímetro de 1810 ha e 347 monumentos. O conjunto urbano integra igualmente um dispositivo mais largo, designado por zona de sensibilidade patrimonial que engloba o resto do território comunal e 8 cidades limítrofes. A classificação Património Mundial é baseada sobretudo na noção de paisagem urbana que reflete a expressão urbanística e arquitetónica.

A noção de património será abordada como uma construção social resultante da produção de representações pelos diferentes grupos socias e pela evolução dos valores patrimoniais. O termo patrimonialização parece ser mais adequado pois permite evocar a dupla historicidade do património, o traço e o olhar, ligados às dimensões do tempo e do espaço relacionados com os valores patrimoniais.

Pretendemos através deste trabalho refletir sobre o lugar que as questões relativas ao património têm num dispositivo de participação, em específico os conselhos de bairro na cidade de Bordéus. Através da leitura dos relatórios das reuniões realizadas pelos conselhos de bairro da cidade durante 2015, pretendemos analisar em que medida as comunidades locais podem influenciar as decisões relativas à valorização do património nas cidades históricas. Num primeiro momento, abordaremos a evolução dos discursos relativos ao processo participativo do urbanismo ao património. Em seguida, analisaremos o argumento do património e a dimensão instrumental e política dos conselhos de bairro na cidade de Bordéus. Em que medida este tipo de ação pode contribuir para a mudança de olhar sobre a própria cidade? Qual é o papel da sociedade civil na co-construção de novos domínios do património? Por fim, terminaremos a nossa comunicação com algumas questões de pesquisa.

[1] CONVENÇÃO, 2005.

I. DO URBANISMO AO PATRIMÓNIO: EVOLUÇÃO DOS DISCURSOS RELATIVOS À PARTICIPAÇÃO

Antes de analisarmos o processo de participação no campo do património temos que abordar a noção no âmbito dos estudos do urbanismo. Efetuar um balanço da pesquisa sobre a questão da participação nos domínios referidos constitui um enorme desafio, tendo em conta a variedade de literatura neste campo e a diversidade de abordagens disciplinares. O conceito de participação engloba uma multiplicidade de definições que representam a diversidade dos enfoques e os diversos objetivos atribuídos.

A participação é um processo pelo qual as partes interessadas influenciam e partilham o controlo na fixação das prioridades, na definição de políticas, na distribuição de recursos e na implementação de diferentes programas[2]. As experiências e as teorizações da temática participativa no âmbito do urbanismo remontam há mais de 40 anos, mas é sobretudo ao longo dos últimos 20 anos que se afirmaram em vários domínios da ação pública. Um dos artigos mais citados no âmbito da participação é "A ladder of citizen participation" de Arnstein[3]. Este artigo foi publicado em 1969 na revista americana de urbanistas profissionais num contexto marcado por revindicações sociais. A partir da análise de vários programas federais nos Estados Unidos, que implicavam dispositivos participativos no âmbito da renovação urbana e da luta contra a pobreza, Arnstein concetualizou uma tipologia com diferentes níveis de participação baseada no poder legítimo dos cidadãos. As formas de urbanismo desse período e as desigualdades produzidas estão na origem dos movimentos urbanos e das revindicações sociais.

Em 1968, em França, Henri Lefebvre escreveu *O direito à cidade*[4] (2011) que pretende restituir aos habitantes uma verdadeira dimensão participativa na vida da cidade. Para Lefebvre a questão da transformação da cidade pelos habitantes é fundamental. Durante os anos 60 e 70 assistimos em França a várias experiências participativas no âmbito do urbanismo. OS G.A.M. (grupos de ação municipal) compostos por militantes associativos e políticos fora dos partidos tradicionais, e especialmente a experiência de Grenoble, permitiram aos habitantes participar na

---

[2] GAVENTA & BARRETT, 2012.

[3] ARNESTEIN, 1969: 216-224.

[4] Henri Lefebvre (1901-1991) foi um sociólogo, geografo e filósofo francês, fundador do Instituto de Sociologia Urbana e co-fundador da revista *Espaces et Sociétés.* A sua obra extensa e os seus estudos contribuíram para o desenvolvimento das ciências humanas e sociais, nomeadamente da geografia nos âmbitos da produção espacial e da crítica à vida quotidiana. "O direito à cidade" (Le droit à la ville) é uma obra-manifesto que permitiu uma reflexão crítica sobre a cidade, o urbano e o espaço numa perspetiva integradora e global. Esta obra foi o leitmotiv das politicas urbanas nas cidades francesas nos anos 1990.

elaboração de decisões. A partir da experiência quotidiana, os cidadãos tomam consciência política das soluções possíveis para os seus problemas. A experiência de Grenoble constituí a prática participativa mais longa e bem-sucedida (1965-1983), mostrando ao mesmo tempo os limites da participação a nível local e a pouca implicação das classes populares. Esta experiência pôs em evidência a necessidade de existirem instrumentos técnicos de participação, principalmente no campo do urbanismo. A criação da agência do urbanismo de Grenoble remonta a esse período[5].

Manuel Castells na obra *Luttes urbaines et pouvoir politique*[6] evidencia que os movimentos urbanos que se desenvolvem em todo o mundo a partir dos anos 1970 são constituídos por várias dimensões críticas: social, artística, política e ecológica. É a partir desses movimentos que uma série de experiências inovadoras, como é o caso dos *ateliers* públicos em França ou em Itália, aparecem e metem em evidência a mobilização conjunta dos habitantes e profissionais. Os *ateliers* públicos de urbanismo e de arquitetura aparecem com o objetivo de alargar a implicação dos habitantes[7].

A partir dos anos 1990 o interesse pela inclusão da sociedade civil e a interação com a esfera política são associadas a uma vontade de responsabilidade partilhada e são reveladores do papel do urbanismo como facilitador de debates entre os diferentes atores. Podemos encontrar essas ideias nas noções de cidade negociada e mais tarde cidade sustentável: o urbanismo não se limita ao tratamento do espaço mas pretende interação dos diferentes atores[8].

Em França, participação e cidadania ativa são institucionalizados através das leis que enquadram os projetos que se desenvolvem no âmbito do urbanismo.

Durante os últimos 40 anos, os instrumentos e dispositivos participativos multiplicaram-se nos vários domínios da ação pública que vão desde o orçamento participativo às Agendas 21. O fato da legislação francesa ter integrado o imperativo participativo contribuiu para a multiplicação dos conselhos de bairro entre outros dispositivos[9]. A tipologia de Arnstein evoluiu e transformou-se num esquema mais

---

[5] VERDIER, 2009: 84-85.

[6] Manuel Castells é professor de sociologia e planificação urbana e regional na Universidade de Berkeley. Autor de uma bibliografia extensa na área da sociologia urbana, o livro *Luttes urbaines et pouvoir politique* de 1972 constitui uma obra fundamental.

[7] O termo *atelier* público é uma noção que reagrupa pelo menos dois tipos de ateliers: o *atelier* público protesto-proposição (a associação La Bellevilloise criada em 1989 no 20ème de Paris) e o *atelier* público instrumento profissional permanente de democracia local e de assistência ao planeamento de obras (A.P.A. *Atelier* público Abraysien criado em St Jean de Braye perto de Orléans em 1984).

[8] BOURDIN, 2011: 52.

[9] Exemplos de dispositivos participativos: conferências, audiências públicas, debates, concelhos económicos ou sociais, orçamentos participativos, júris de cidadãos, consultas, concertações, mediação e conciliação, fóruns, células de planificação, referêndum, inquéritos públicos, etc.

complexo que distingue diferentes públicos, dinâmicas e mesmo temporalidades. O processo de participação permite conciliar as vozes das diferentes partes interessadas de forma a serem incluídos no processo decisório. O conceito de participação deve ser considerado como um processo contínuo que vai da forma de participação passiva à forma mais alta, que corresponde a uma automobilização, efetuada independentemente das instituições. Atualmente podemos constatar que a temática da participação constitui um campo fecundo para a investigação nas diferentes áreas de estudo.

O urbanismo construiu-se no património da modernidade. Durante os anos 1970, as cidades renovaram a sua ação nos espaços públicos. Se numa primeira análise o património não aparece como elemento central nas políticas, a referência ao património como conceito chave nos trabalhos de renovação e preservação dos bairros históricos é evidente[10].

A renovação da noção de património e a sua tripla extensão tipológica, cronológica e espacial, permitiu incorporar as noções de participação e espaço público, e consolidar um novo paradigma e uma mudança do olhar sobre a cidade. Essa evolução coloca a valorização patrimonial no coração das políticas urbanas e patrimoniais.

Atualmente, o conceito de património é considerado uma categoria aberta e plural que incluí novos conteúdos, recuperando também as bases tradicionais desta noção, traduzindo a pluridisciplinaridade das ciências sociais. A utilização da noção patrimonialização permite o surgimento de novos atores. Se os habitantes vivem o espaço patrimonial é normal que devam ser parte integrante dos processos de decisão.

Durante os anos 2000 assistimos a uma evolução dos discursos a vários níveis em relação à questão da participação nas práticas patrimoniais. Um dos exemplos notórios da evolução do discurso em relação à questão da participação e do património é a Convenção de Faro (2005). A grande inovação deste documento reside no fato de reconhecer o direito de todos os homens à implicação no património cultural: valor, potencial e gestão do Património cultural. A originalidade desta convenção reside nas noções de "viver junto", "habitar o património", "participação ativa", "gestão integrada" e "comunidade patrimonial"[11]. A Convenção de Faro estabelece um conjunto de referências comuns que permitem clarificar a distribuição

[10] Cfr. *Journal,* 1962, que em França constituí o artigo que completa a legislação sobre a proteção do património histórico e estético e facilita o restauro imobiliário; e *Code*, 2015, artigo referente ao Património salvaguardado.

[11] *Convenção de Faro*, 2005.

das responsabilidades públicas no âmbito do processo democrático e dos direitos individuais. A integração dos diferentes atores e a valorização de experiências inéditas são prioridades. Atualmente os gestionários dos sítios patrimoniais têm consciência da importância de implicar as comunidades locais nos processos de gestão dos sítios patrimoniais. A noção de comunidade local (investigadores, militantes, políticos, habitantes e visitantes) e a análise da relação entre os diferentes atores permite-nos abordar a questão da co-construção do património e perceber os processos de patrimonialização a nível local.

II. O ARGUMENTO DO PATRIMÓNIO E A DIMENSÃO INSTRUMENTAL E POLÍTICA DOS CONSELHOS DE BAIRRO

Vários investigadores se interessaram pelas relações entre os habitantes e os decisores políticos no contexto patrimonial: Ledrut (1973), Bourdin (1984), Lussault (1997), Loyer (2000), Noppen et Morisset (2004), Drouin (2005)[12]. Atualmente o património não é mais apanágio do Estado, mas constitui um instrumento utilizado pelos atores locais. As políticas públicas não se interessam somente pela reabilitação ou valorização patrimonial, mas pretendem colocar os habitantes como atores fundamentais nos processos de patrimonialização. Podemos constatar o papel do habitante em diferentes modalidades de participação: testemunhas, visitantes, utilizadores, embaixadores ou coprodutores[13].

A implicação dos habitantes através dos dispositivos participativos é central nas políticas municipais da cidade de Bordéus e permite a criação de espaços de diálogo com os seus representantes políticos. Desde 1995 que milhares de *bordelais* participam na vida local, ao lado das equipas políticas municipais, através dos conselhos de bairro e das comissões permanentes. Os conselhos de bairro são obrigatórios em França desde a aprovação da lei de 2002/Lei Vaillant para as cidades com mais de 80 000 habitantes[14]. Os conselhos de bairro são estruturas que associam os habitantes de uma grande cidade à gestão municipal. O poder consultivo é necessário e possível mas extremamente difícil de pôr em prática. Concretamente, os conselhos de bairro são assembleias abertas a todos os habitantes de um bairro determinado. Presidido pelo vice-presidente do distrito, o conselho de bairro reú-

[12] Anne Watremez (2009) na sua tese de doutoramento *Le patrimoine des avignonnais: la construction du caractère patrimonial de la ville par ses habitants* apresenta um estado de arte bastante completo.

[13] COUSIN *et al*., 2015.

[14] *Journal,* 2002.

ne-se pelo menos duas vezes por ano. Todos os representantes eleitos[15] da cidade são por direito membros dos conselhos de bairro. É um lugar aberto a todos os habitantes, para intercâmbio de informação sobre os projetos e os grandes desafios em termos de desenvolvimento urbano do bairro.

A primeira parte dos conselhos de bairro é dedicada à análise do orçamento. O desinvestimento do Estado nos últimos anos tem consequências no orçamento da cidade de Bordéus e uma redução nas subvenções destinadas às associações ou às temáticas culturais e patrimoniais. Mesmo assim, a cultura e o património continuam a ter um lugar de destaque. A importância da dimensão cultural é referida várias vezes nos relatórios dos diferentes conselhos de bairro.

O conselho de bairro Chartrons, Grand Parc, Jardin Public[16] contou com a participação do vice-presidente da cidade para as questões culturais e patrimoniais. O património aparece associado à cultura e à vida associativa. A questão patrimonial é tratada muitas vezes como parte integrante dos estudos de urbanismo. Os grandes projetos do bairro passam pelo desenvolvimento de uma vida associativa cultural, pela transformação de lugares em destinos patrimoniais e culturais e pela valorização do património ligadas às questões de habitação. No caso do conselho de bairro Bordeaux Marítime[17] o argumento património aparece associado à realização de grandes projetos urbanísticos. Nos intercâmbios realizados com o público, a questão da construção da Cidade do Vinho suscita bastante interesse por parte dos habitantes, assim como o seu impacto socioeconómico.

Mas o argumento do património não é sempre prioritário como podemos constatar no conselho de bairro Nansouty Saint-Gênes[18], no entanto abordando alguns pontos relacionados com o planeamento urbano.

As comissões permanentes são complementares aos outros dispositivos de participação e constituem um verdadeiro espaço de reflexão e expressão para os habitantes. Metade dos membros das comissões permanentes são sorteados a partir das listas eleitorais (último sorteio Junho de 2014) e os restantes 20 conselheiros são designados pelo presidente da câmara de Bordéus e proposta do vice-presidente do distrito. Os membros podem ser personalidades com qualificação adaptada às questões abordadas durante as comissões, ou habitantes que voluntariamente desejam integrar a comissão. Quatro lugares são reservados a jovens entre os 18 e os 25 anos e a paridade é uma das premissas. As comissões reúnem-se cinco vezes

---

[15] Os *élus* são representantes dos cidadãos a nível local nas diferentes coletividades territoriais. Atualmente em França existem 618.384 conselheiros municipais, 4042 conselheiros gerais e 1880 conselheiros regionais.

[16] BORDEAUX.

[17] *Idem.*

[18] *Idem.*

por ano. Atualmente, na cidade de Bordéus existem 320 conselheiros repartidos pelos 8 distritos da cidade com um mandato de 3 anos.

As comissões permanentes apoiam uma variedade de projetos que vai desde planeamento urbano, passando pela cultura e património. A educação cultural e patrimonial aparece frequentemente (Chartrons, Bordeaux Marítime, etc.).

A ideia de uma cidade colaborativa aparece na articulação dos diferentes projetos culturais e urbanos ligados aos cidadãos que culminam na vontade de estabelecer novas sinergias entre os diferentes atores[19]. A dimensão da construção do saber partilhado é fundamental para perceber a visão da cidade atual, laboratório urbano e patrimonial. Desde 2004, o recenseamento da paisagem urbana permite um conhecimento aprofundado do património da cidade. No último decénio a cidade de Bordéus realizou uma variedade de ações de sensibilização para a proteção do património e promoção da qualidade urbana. A importância do património é notória e podemos constatar através da criação de várias associações[20]. A associação Arc criada em 1981 organizadora da bienal *Agora*, evento maior de arquitetura e *design* na cidade, é um bom exemplo[21].

Nas mobilizações patrimoniais, os habitantes (mas também os visitantes) são analisados como exteriores às instituições, numa dinâmica de oposição ou resistência aos modos de patrimonialização dominantes. No âmbito de uma dinâmica colaborativa e participativa, o lugar dos habitantes é institucionalizado, como é o caso dos conselhos de bairro em França. A difusão do paradigma participativo traduz-se na elaboração de instrumentos apropriados dentro das políticas urbanas, mais precisamente das políticas patrimoniais. Para tal, os habitantes devem possuir capacidades e competências adequadas para poderem reconhecer os elementos de valorização patrimonial e desenvolverem os dispositivos participativos.

CONCLUSÃO

Henri Lefebvre na sua obra sobre *O direito à cidade* defendia a ideia que a força da cidade está na reinvenção permanente da vida social. Se por um lado os dispositivos participativos permitem sem dúvida a co-construção de novos domínios

---

[19] *Document d'orientation culturelle*, 2015: 20.

[20] A vida social e sindical da cidade de Bordéus não foi historicamente marcada pelo militantismo. No entanto o tecido associativo cultural e patrimonial é diverso. Podemos encontrar inventariadas 34 associações em Bordéus e 313 no departamento da Gironde na área patrimonial: http://www.fondationpatrimoine-aquitaine.com/fondation_associations.php?action=recherche

[21] *Arc en rêve*, 2016; *Agora biennale de Bordeaux,* 2016.

de património e o desenvolvimento de uma cidade colaborativa, por outro lado a questão da participação habitante apresenta limites e desafios.

Os concelhos de bairro são um dispositivo participativo, no entanto a sua origem vem dos poderes institucionais. Os conselhos de bairro permitem um espaço de reflexão mas não podemos considerar como uma prática inovadora que conduz ao estabelecimento de uma visão compartilhada sobre as questões patrimoniais. O saber dos habitantes deve ser considerado como capital espacial para uma democracia participativa. No entanto devemos colocar algumas questões: quais são os habitantes que normalmente participam neste tipo de eventos? Qual é a informação disponibilizada? Qual é a transparência nestes processos? Que espaço existe para a representação de grupos populares?

O que foi exposto permite dar visibilidade ao papel da comunidade local nos processos de patrimonialização. É extremamente importante ter em conta a negociação de valores entre os diferentes atores envolvidos no processo. Para tal deveremos redefinir os saberes (expert, militante, usuário, etc.) e as práticas participativas que permitem uma verdadeira transformação da ordem política. Como fazer dialogar os diferentes níveis de saberes e conhecimentos entre os diferentes agentes destes processos?

BIBLIOGRAFIA

ARNESTEIN, S. R. (1969) – *A ladder of citizen participation*. «Journal of the American Institute of Planners», 35 (4), p. 216-224.

BACQUÉ Marie-Hélène; GAUTHIER Mario (2011) – *Participation, urbanisme et études urbaines. Quatre décennies de débats et d'expériences depuis «A ladder of citizen participation» de S. R. Arnstein*. «Participations» (N° 1), p. 36-66.

BOURDIN, Alain (2011) – *O urbanismo depois da crise*, Lisboa, Livros Horizonte.

BORDEAUX (s.d.) – *Reunions de quartier*. Disponível em: https://goo.gl/dEgZpo [consulta realizada em 28/03/2016].

CHOAY, Françoise (1992) – *L'Allégorie du patrimoine*, Paris, Seuil, coll. «La couleur des idées».

Code de l'urbanisme (2015), L313-1, 23 de Setembro. Disponível em: https://goo.gl/CvL78Z [consulta realizada em 31/03/2016].

Convenção de Faro, Faro em 27 de Outubro de 2005. Disponível em: https://goo.gl/pDR8U4 [consulta realizada em 20/01/2016].

COUSIN, Saskia; DJAMENT-TRAN, Géraldine; GRAVARI-BARBAS Maria; JACQUOT, Sébastien (2015) – *Contre la métropole créative ... tout contre. Les politiques patrimoniales et touristiques de Plaine Commune, Seine-Saint-Denis*. «Revues Métropoles», 15 décembre. Disponível em: http://metropoles.revues.org/5171 [consulta realizada em 30/03/2016].

Document d'orientation culturelle (2015), Bordeaux.

JOURNAL Officiel de la République Française (1962) , Lei nº 62-903, 4 de Agosto. Disponível em: https://goo.gl/d3st3H [consulta realizada em 31/03/2016].

GAVENTA, John; BARRETT, Gregory (2012) – *Mapping the Outcomes of Citizen Engagement*. «World Development» Vol. 40, No. 12, pp. 2399–2410.

LEFEBVRE, Henri (2011) – *O direito à cidade*, São Paulo, Centauro Editora.

VERDIER Philippe (2009) – *Le projet urbain participatif*, Ed.Yves Michel.

VICTOIRE, Émilie (2014) – *Sociologie de Bordeaux*, Paris, Éditions la découverte.

WATREMEZ, Anne (2009) – *Le patrimoine des avignonnais : la construction du caractère patrimonial de la ville par ses habitants,* Tese de doutoramento em Ciências da Informação e Comunicação, Programa Internacional, Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse e Université du Québec à Montreal.

O "ESTUDO DA VALORIZAÇÃO URBANÍSTICA DA BAIXA DE MAPUTO" (1984) E A DEFINIÇÃO DE MECANISMOS DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO EDIFICADO DA CIDADE DE MAPUTO

LISANDRA FRANCO DE MENDONÇA*

Resumo: Ao longo da década de 1980, o aparelho do Estado da República Popular de Moçambique ficou dotado de órgãos especializados que fizeram sentir a sua ação na discussão, gestão e na criação de legislação para a salvaguarda do património cultural. Esse processo esteve primeiramente associado ao programa político-ideológico da "revolução" e sucessivamente, ficou marcado pelo recrudescimento da guerra civil e pela transição para uma economia de mercado. Nesse contexto, surgiu a proposta para a classificação da Baixa da cidade de Maputo, no "Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo" (1984). Esta pesquisa, ainda superficial, permitiu aferir que apesar de a delimitação proposta não ter sido aprovada, deu azo a que comummente passasse a indicar a "área protegida da Baixa" e a integrar o Plano Diretor em vigor.

Palavras-chave: Baixa de Maputo; Património; Conservação do património edificado em contexto pós-colonial; Moçambique.

Abstract: Throughout the 1980s, the state apparatus of the People's Republic of Mozambique was provided with specialized bodies that acted in the discussion, management and creation of legislation for the safeguarding of the national cultural heritage. In this context, there was a proposal for the delimitation of the first urban protected area of Maputo, which covers the old downtown. This text focuses on that proposal formalized in the "Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo", from 1984. That pioneering research has become a reference for the subsequent studies of the built heritage of the city, which gained momentum from the end of the 2000s.

Keywords: Downtown Maputo; Built heritage; Conservation of the built heritage in a postcolonial context; Mozambique.

---

* Universidade de Coimbra (Instituto de Investigação Interdisciplinar/Centro de Estudos Sociais) – 'Sapienza' Università di Roma (Dipartimento di Storia, Disegno e Restauro dell'Architettura). lisandramendonca@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Quarenta anos passados da Independência de Moçambique (25 de junho de 1975), as dificuldades na tutela e na reabilitação do património edificado no país são evidentes. Os ajustamentos estruturais resultantes de mudanças doutrinárias contrastantes e expressas na adoção de reformas económicas específicas, acrescidas de uma longa guerra civil (1976-1992) que intensificou a deslocação de população rural para as cidades, contribuíram para que se agravasse a degradação progressiva dos seus núcleos urbanos e serviços.

A densificação da ocupação "informal" das áreas urbanizadas foi acompanhada por roturas nos usos e costumes urbanos, ou, por outras palavras, pela ruralização da cidade. A transformação apressada nos modos de habitar e nos hábitos de subsistência, com uma grande percentagem dos cidadãos a socorrer-se de atividades produtivas do setor informal para sobreviver (atividades dificilmente taxáveis), acarretou problemas de difícil resolução, nomeadamente a falta de recursos (privados e públicos) para a requalificação do espaço urbano e dos serviços e a "deterioração" generalizada dos prédios e habitações (arrendadas) da «cidade de cimento».

Para além do caráter das próprias tradições locais, da deficiente organização da tutela e gestão do património cultural edificado, da falta de pessoal qualificado nos departamentos públicos e de verbas adequadas, há a considerar o facto de grande parte dos cidadãos não conhecerem ou reconhecerem uma parte relevante do património cultural da cidade – refiro-me à generalidade do património edificado da «cidade de cimento» —, a necessidade da sua proteção, e o seu papel de tutores.

Este texto apresenta parte de uma investigação, realizada pela autora, sobre a estruturação progressiva de mecanismos de tutela do património cultural em Moçambique recém-emancipado e sobre a transformação do entendimento e abrangência do conceito de Património Cultural associado ao processo de transição política e cultural e a mudanças doutrinárias no projeto de desenvolvimento adoptado para o país. Serviu a análise da evolução normativa (decretos de criação dos vários organismos associados à cultura e suas atribuições, regulamentos dos planos de urbanização da cidade, etc.), e de fichas de inventariação dos "sítios históricos" e dos "monumentos" compiladas no início da década de 1980 pelo Serviço Nacional de Museus e Antiguidades, que fazem parte do espólio do Arquivo do Património Cultural (Instituto de Investigação Sócio-Cultural) (ARPAC) em Maputo. Dada a falta de uma visão de conjunto sobre as várias iniciativas e desenvolvimentos no campo da salvaguarda do património após a Independência, a panorâmica sucinta aqui apresentada contou com vários depoimentos de observadores participantes desse processo. O período revolucionário do imediato pós-Independência deu lugar à institucionalização de muitos serviços/ órgãos na década de 1980 (funcionando

muitas vezes de forma experimental como "projetos" até à sua criação formal). Um mesmo grupo de pessoas, dada a falta de recursos humanos, participava contemporaneamente em vários projetos, acompanhando a criação de novos serviços e a reorganização do setor da cultura.

1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA PARA O PATRIMÓNIO CULTURAL DURANTE A PRIMEIRA DÉCADA DE INDEPENDÊNCIA

A evolução do entendimento e abrangência do conceito de património em Moçambique recém-emancipado esteve primeiramente associada ao programa político e ideológico da "revolução", que procurava contrastar a herança cultural imposta pelo colonialismo. Esse processo estendeu-se até à década de 1980, associado primeiramente à implementação de um modelo de desenvolvimento orientado para a construção de uma sociedade socialista. Sucessivamente, ficou marcado pelo recrudescimento da guerra civil e pela transição para uma economia de mercado[1].

Se a precedente Administração colonial, através da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique (1943-1975), tinha privilegiado o património, sobretudo edificado e arqueológico, com base, não no interesse científico dos seus valores documentais mas na propaganda da "construção civilizacional"; no período imediato, o foco foi colocado na criação de um repertório cultural nacional e na valorização do património "adequado" ao processo revolucionário[2]. O património cultural foi entendido, em parte, segundo a expressão de um conceito alargado e mais abrangente que levava em conta a moderna concepção "antropológica" da cultura, como testemunho do viver e agir quotidianos, ou, simplesmente, como "testemunho de civilização". Entendia-se que a cultura devia ser celebrada, inventariada, protegida e divulgada e abrangia, contemporaneamente, a tradição oral, a arte popular e toda e qualquer manifestação artística que se desenrolasse no quotidiano do povo. Foi sobretudo no levantamento e no reconhecimento do património cultural popular que a política cultural do governo pôs o enfoque inicialmente.

A partir de finais de 1976, o governo central deu impulso a vários projetos nas zonas residenciais da periferia urbana de Maputo com vista a corrigir a injustiça

---

[1] Segundo Teresa da Cruz e Silva, após a Independência, a situação política, económica e cultural foi marcada pelos impactos de desenvolvimentos internos e externos, individuando-se quatro fases distintas nesse processo: i) o Governo de Transição e a consolidação da Independência (1974-1977); ii) a implementação do socialismo (1977-1983/4); iii) a transição para a economia de mercado e a transição política (1984-1992); e iv) a reconstrução de uma nova sociedade a partir do final da guerra civil, com a transição política para um sistema multipartidário (1992-1999) (SILVA, 1999-2001).

[2] COSTA, 2005: 35.

da geografia colonial no acesso a infraestruturas, serviços, desenvolvimento social e cultural. Os subúrbios foram considerados a área prioritária para a intervenção do planeamento físico e para a implementação do novo programa (ideológico) de desenvolvimento, na luta por cenários alternativos de modernização (relativamente aos modelos promovidos pelos "centros"), no que respeitava ao desenho da cidade, aos modos de habitar e de produção. A área central da cidade de Maputo, correspondente ao antigo Distrito Municipal N.º 1 (Fig. 2), perfeitamente consolidada, com infraestruturas completas, não requeria o mesmo nível de atenção dos subúrbios e representava, por outro lado, a herança burguesa da sociedade colonial.

A partir de inícios da década de 1980, com o início da chamada "Ofensiva Política e Organizacional"[3], surgiu «um momento de balanço e revisão de muitas das [...] concepções relativas à cultura»[4] e procurou-se discutir a "descentralização" no setor

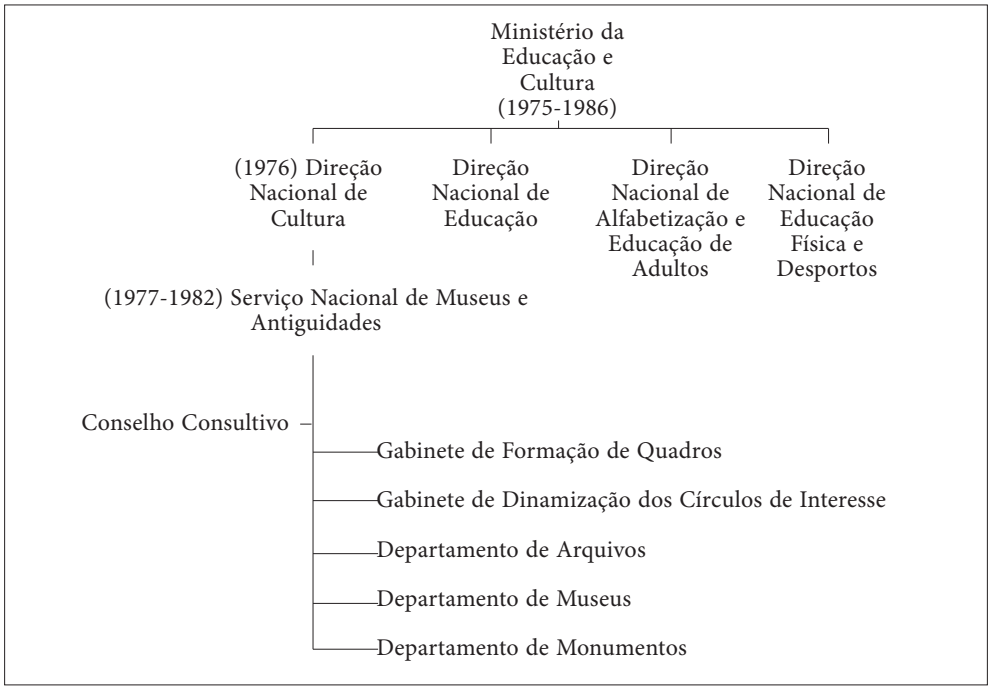


Fig. 1. Esquema da organização do serviço responsável pela investigação e valorização do património cultural entre 1977 e 1982 (informação tratada pela autora a partir dos *Boletins da República*).

[3] A "Ofensiva", lançada por Samora Machel (1933-1986) em 1980, visava questionar a concepção *leninista* do Estado (nas empresas estatais e nos serviços públicos) e do mercado (a ineficiência da economia estatal era uma questão estrutural e não funcional), e eliminar formas de atrito à luta pelo subdesenvolvimento (e.g., corrupção, nepotismo, burocratização, etc.). Veja-se NEGRÃO, 2006a; —, 2006b; —, 2006c.

[4] MINISTÉRIO DA CULTURA, 1989: 4.

da cultura e a sua reorganização em diferentes serviços. A criação de um departamento específico para o património edificado concretizou-se com o Serviço Nacional de Museus e Antiguidades (1977-1982), sob a tutela do Ministério da Educação e Cultura, mas foi sobretudo com a criação da Secretaria de Estado da Cultura (SEC)[5] (1983), que a vertente do património edificado ganhou outra dinâmica.

Com a instituição da SEC foi criada a Direção Nacional do Património Cultural (1983), o Departamento de Monumentos e o Serviço do Património Edificado. A salvaguarda do património edificado em Moçambique foi um tema discutido especificamente em artigos e relatórios publicados na década de 1980, aquando da elaboração da legislação para a salvaguarda do património cultural (Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro), e no âmbito da salvaguardada e sequente processo de candidatura da Ilha de Moçambique à inscrição na Lista do Património Mundial[6] da UNESCO[7].

A primeira proposta de delimitação do conjunto da Baixa de Maputo, com vista à sua classificação, surgiu em 1984, no Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo (adiante referido por "Estudo"), promovido pela SEC. O "Estudo" processou-se praticamente em paralelo à formulação do novo plano diretor da cidade, o Plano de Estrutura da Cidade de Maputo. Concluído em 1985 no Instituto Nacional de Planeamento Físico por cooperantes europeus, o Plano visava o desenvolvimento global da cidade[8], e indicava a conservação da «Zona da Baixa» como uma das intervenções prioritárias a desenrolar. Foi aprovado em 1985 pela Assembleia da Cidade, mas não chegou a ser ratificado.

Com a aprovação da lei da salvaguarda do património cultural, a Baixa antiga de Maputo ficou abrangida pela classificação atribuída genericamente aos centros antigos das principais cidades do país. A delimitação desse conjunto urbano e a definição de um regulamento para o seu edificado ficou, no entanto, dependente de discussão na especialidade. O primeiro plano diretor da cidade (aprovado) do período pós-colonial, o Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo de 2008 (PEUMM), assinalou a «Área Histórica Classificada» da Baixa e previu a elaboração de um Plano Parcial de Urbanização para sua requalificação[9], a averiguação dos seus limites físicos e de medidas para a sua salvaguarda. Essa proposta urbanística surgiu com o Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo (PPUBaixa) concluído em 2014, e que à data da conclusão desta pesquisa, no final de 2015, aguardava ratificação.

---

[5] Decreto Presidencial n.º 84/83, de 29 de dezembro.

[6] Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

[7] CAPÃO, 1988: 21.

[8] RAPOSO *et al*., 2012: 194.

[9] MUNICÍPIO DE MAPUTO, 2008.

1.1. O «Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo»

O processo de estudo, consciencialização e salvaguarda do património edificado levado a efeito ao longo da década de 1980 em Moçambique lidava com várias dificuldades, de entre elas, ressalvo sucintamente as seguintes:

a) Técnicas, pela ausência de recursos humanos e materiais adequados à elaboração da tarefa. A falta de técnicos para as diversas áreas de intervenção prioritárias foi colmatada inicialmente com o recurso à cooperação externa[10];

b) Políticas e ideológicas – o programa cultural dos primeiros anos de Independência foi orientado para práticas e produtos culturais considerados, pelo poder instituído, adequados à revolução cultural. A prioridade da «luta pelo desenvolvimento» no planeamento físico recaiu na resolução dos graves problemas dos assentamentos periurbanos e no planeamento de assentamentos populacionais rurais[11];

c) Económicas[12] – os fundos para a recém-criada SEC eram exíguos, apontando-se os poucos recursos disponíveis para a elaboração da Lei do Património (exigência da UNESCO)[13] e para o processo de candidatura da Ilha de Moçambique à inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO;

d) De legislação e organização administrativa – o edificado estava abrangido unicamente pelo Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU)[14] e não havia coordenação entre os vários serviços com responsabilidade na gestão da cidade[15].Nas palavras de José Forjaz,

> *havia uma espécie de limbo no que dizia respeito à regulamentação urbana, pois os planos urbanos aprovados eram os coloniais e podiam facilmente ser desrespeitados mas, sobretudo, eram muito mal (e convenientemente) conhecidos por parte dos funcionários do Conselho Executivo da cidade*[16].

e) Guerra civil – a insegurança generalizada impediu o desenvolvimento de muitas das linhas de ação preconizadas para o património[17];

---

[10] FORJAZ, 1985; KEIL DO AMARAL, 2000: 37.

[11] FORJAZ, 1985.

[12] Para uma síntese da situação económica de Moçambique ao longo da década de 1980, veja-se SILVA, 1999-2001.

[13] CAPÃO, 1988: 21.

[14] Aprovado em Moçambique pelo Diploma Legislativo n.º 1976, de 10 de maio de 1960, suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 19, I Série, de 1 de maio de 1960.

[15] SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984b: 2.

[16] Depoimento de José Forjaz à autora, 26 de abril de 2015.

[17] A título de exemplo, as ações de conservação e restauro iniciadas na Ilha de Moçambique a partir do início da década de 1980 foram interrompidas abruptamente em 1985 após a morte e o rapto de

f) De falta de reconhecimento do património do período colonial, considerado genericamente como «um conjunto de vestígios do regime colonial e não como objectos de importância cultural e histórica»[18].

Foi nesse contexto que a SEC formalizou uma proposta para a proteção da Baixa de Maputo. O "Estudo", já referido, foi concluído em janeiro de 1984 no Gabinete de Conservação e Restauro para a Baixa de Maputo, sob a coordenação do arquiteto Francisco Pires Keil do Amaral (Pitum)[19]. Um dos objetivos do "Estudo" era servir de base a uma proposta urbanística detalhada a integrar no plano diretor da cidade[20], o que não aconteceu. O "Estudo" serviu, nesses anos, a uma discussão alargada sobre a importância da preservação da Baixa de Maputo[21], em particular, e do património edificado, em geral. Foram realizadas várias ações no domínio de estudos, da divulgação «e o início de trabalhos concretos de conservação, restauro e revitalização», que receberam «apoios [externos] em assistência de técnicos qualificados, meios financeiros, equipamento e materiais»[22].

Fig. 1. Cartaz da Exposição do "Estudo da Valorização Urbana da Baixa de Maputo", organizada pela SEC, Maputo, 1984, [s.a.] (espólio de Francisco P. Keil do Amaral).

Em 24 de julho de 1984 – feriado nacional relativo ao Dia das Nacionalizações – foi inaugurada a exposição sobre o "Estudo da Valorização Urbana da Baixa de Maputo" na Casa de Ferro. A exposição foi usada por Luís Ber-

alguns trabalhadores do forno de cal da Ilha num ataque armado e a sequente evacuação dos técnicos estrangeiros (CAPÃO, 1988: 17).

18 COSSA, 2001 *apud* COSTA, 2005: 59.

19 Depoimento de Francisco P. Keil do Amaral à autora, 11 de maio de 2015.

20 SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984a: 1-2.

21 Tanto o "Estudo" como os depoimentos que recolhi, referiram algumas obras de reabilitação em curso nesse período em edifícios da Baixa. Os edifícios da Baixa antiga, no entanto, encontravam-se no geral em mau estado de conservação e muitos estavam desocupados (depoimento de Francisco P. Keil do Amaral à autora, 11 de maio de 2015).

22 CAPÃO, 1988: 16.

Fig. 2. Planta da cidade de Maputo assinalando o antigo Distrito Municipal N.º 1 (a cinza) e a zona de proteção da Baixa (cinza escuro). À direita, encontra-se a planta da «Zona de Proteção Histórico--Arquitetónica no Centro da Cidade de Maputo», que integra o Estudo da Valorização Urbanística da Baixa (1984).
Fonte: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, **1984b.**

nardo Honwana (1942 -) (Secretário de Estado da Cultura) para chamar a atenção para a importância da preservação da Baixa e da participação integrada das várias instituições com responsabilidade na gestão do património da cidade[23].

Desenvolvido de forma faseada, o "Estudo" procurou responder formalmente aos requisitos do RGEU relativamente à instrução de uma proposta para a criação de uma zona de proteção[24]. A caracterização do edificado respondeu a uma hierarquia relativa ao seu «interesse histórico-arquitectónico, estético ou paisagístico», enunciada em várias categorias. Para cada categoria – «A – Edifícios de qualidade»; «B – Edifícios de acompanhamento»; «C – Edifícios neutros»; «D – Edifícios dissonantes»[25]— identificou-se o nível de intervenção admissível. Os espaços urbanos

[23] Depoimento de Mário Trindade, 18 de março de 2015; e de Alda Costa à autora, 13 de abril de 2015.
[24] A saber: «a) Justificação pormenorizada da necessidade de protecção; b) Delimitação cartográfica da área de protecção com a indicação de todas as construções incluídas, natureza da sua utilização e outros elementos esclarecedores dessa protecção; c) Indicação de medidas concretas e objectivas necessárias à defesa e protecção» (Diploma Legislativo n.º 1976, de 10 de maio de 1960 – RGEU, Artigo 87.º, § 2.º).
[25] SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984b: 10.

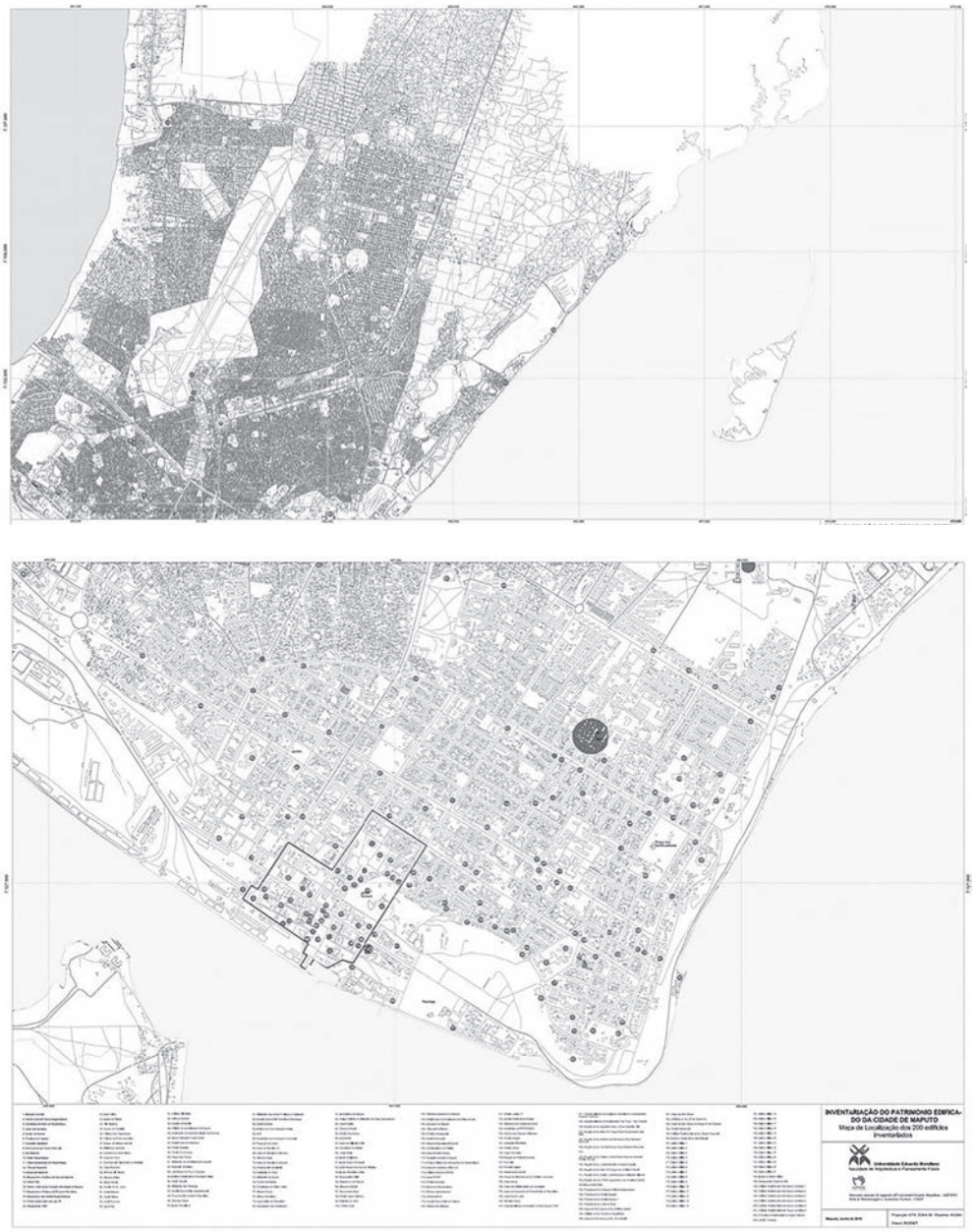


Fig. 3. Inventário do património edificado da cidade de Maputo, 2009. Mapa de localização dos edifícios inventariados, indicando a área de proteção histórico-arquitetónica (perímetro a negro) aferida no Estudo da Valorização Urbanística da Baixa (1984).
Fonte: Universidade Eduardo Mondlane.

públicos distinguiam-se em «Espaços de qualidade» – cujas características históricas, urbanísticas ou paisagísticas constituíam *per se* um valor para a cidade – e em «Espaços dissonantes» públicos ou privados, com função ou enquadramento inconveniente[26].

O "Estudo" era constituído por uma análise da área abrangida, a proposta de criação da zona de proteção e o seu regulamento provisório, fichas de inventário de todos os edifícios e espaços urbanos da área inquirida, peças desenhadas de síntese e peças desenhadas da proposta urbanística com recomendações que ainda hoje podem ser consideradas oportunas. Propunha «medidas de vitalização» para zonas que, apesar de estarem devidamente apetrechadas, não eram devidamente aproveitadas, caso das velhas ruas comerciais da Baixa antiga que «em tempos, foram a parte mais viva e animada da cidade»[27]; o condicionamento do tráfego automóvel, a uniformização dos pavimentos e o melhoramento das condições de iluminação e mobiliário urbano, de modo a beneficiar a circulação dos peões e a apetência pelo centro histórico, à época em clara decadência[28].

A caracterização da «Zona de Proteção Histórico-Arquitectónica no Centro da Cidade de Maputo», não fazia qualquer referência aos edifícios da zona classificados durante período colonial. Todos eles, no entanto, apareciam identificados como «Edifícios de qualidade». O que se verificou sucessivamente foi que a área delimitada pelo "Estudo", como zona de proteção histórico-arquitetónica, passou a ser entendida comummente e em informação veiculada pelo Ministério da Cultura como área classificada (Fig. 3), e os edifícios identificados como «de qualidade» passaram a fazer parte, praticamente na íntegra, da lista de edifícios «classificados» ou «em vias de classificação» da cidade de Maputo[29].

No ano de 2009, a criação de um projeto de valorização do património edificado da cidade de Maputo, através da Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane (FAPF-UEM) e com o apoio da Cooperação Itália-Moçambique, sistematizou a documentação «de cerca de 200 edifícios de valor histórico, ambiental ou arquitectónico»[30], com vista à sua inventariação e classificação. Esse projeto culminou com uma proposta para a classificação de trinta elementos (edifícios e memoriais) situados em grande parte na Baixa[31]. A proposta não obteve diferimento ficando a aguardar desenvolvimentos do PPUBaixa.

---

[26] SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984b: 11.
[27] SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984b: 24.
[28] SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984b: 29.
[29] Para a lista de elementos propostos para classificação atualmente, veja-se LAGE & CARRILHO, 2010: 2.
[30] LAGE, 2010: 3.
[31] LAGE & CARRILHO, 2010: 2.

BIBLIOGRAFIA

CAPÃO, José (1988) – *Ilha de Moçambique: Sem Desenvolvimento não há Conservação*. «ARQUIVO, Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique», n.º 4. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, p. 13-22.

COSTA, Alda (2005) – *Arte e Museus em Moçambique: Entre a construção da nação e o mundo sem fronteiras (c. 1932-2004)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.

FORJAZ, José (1985) – *A Planificação Física em Moçambique Independente*. ın *José Forjaz Arquitectos*. Disponível em <http://www.joseforjazarquitectos.com/textos/planmocind.html>. [Consulta realizada em 13/06/2015].

—— , *coord.* (2006) – *Moçambique, Melhoramento dos Assentamentos Informais: Análise da Situação e Proposta de Estratégias de Intervenção*. Maputo: Direcção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial (DINAPOT); Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA). Disponível em <http://www.sarpn.org/documents/d0002452/Mozambique_cities_slums_2006_Portuguese.pdf>. [Consulta realizada em 02/10/2013].

KEIL DO AMARAL, Francisco P. (2000) – *Trabalhar fora: Moçambique*. «Jornal dos Arquitectos», n.º 198. Lisboa: Ordem dos Arquitetos, p. 37–38.

LAGE, Luís (2010) – *Prefácio*. In LAGE, Luís; CARRILHO, Júlio, *coord.* – *Inventário do Património Edificado da Cidade de Maputo: Catálogo de Edifícios e Conjuntos Urbanos Propostos para Classificação*. Maputo: Edições FAPF, p. 3-4.

LAGE, Luís; CARRILHO, Júlio, *coord.* (2010) – *Inventário do Património Edificado da Cidade de Maputo: Catálogo de Edifícios e Conjuntos Urbanos Propostos para Classificação*. Maputo: Edições FAPF.

MINISTÉRIO DA CULTURA (1989) – *Política Cultural, Apresentação do Ministério da Cultura ao Conselho de Ministros* [documento dactilografado]. [s.l.] (Maputo).

MOÇAMBIQUE (1983)— Decreto Presidencial n.º 84/83, de 29 de dezembro, *Boletim da República*, n.º 52, I série, de 29 de dezembro de 1983 [criação da SEC].

—— (1988) – Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro, *Boletim da República*, 3.º suplemento, I Série, n.º 51, de 22 de dezembro de 1988, p. 13-17 [determina a proteção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural].

MUNICÍPIO DE MAPUTO (2008) – *PLANO DE ESTRUTURA URBANA DO MUNICÍPIO DE MAPUTO*, 4 vols. e mapas. Maputo: Município de Maputo.

NEGRÃO, José (2006a) – *Contribuições para história de Moçambique – Samora e o Desenvolvimento (I)*. In *Canal de Moçambique*, n.º 82, 02 de junho.

—— (2006b) – *Contribuições para história de Moçambique – Samora e o Desenvolvimento (II)*. In *Canal de Moçambique*, n.º 83, 05 de junho.

—— (2006c) – *Contribuições para história de Moçambique – Samora e o Desenvolvimento (III)*. In *Canal de Moçambique*, n.º 84, 06 de junho.

RAPOSO, Isabel; JORGE, Sílvia; VIEGAS, Sílvia; MELO, Vanessa (2012) – *Luanda e Maputo: inflexões suburbanísticas da cidade socialista à cidade-metrópole neoliberal.* «Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana», vol. 4, n.º 2, p. 189-205. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692012000200004&lng=en&nrm=iso>. [Consulta realizada em 11/11/2013].

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (1999) – *Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo. PROL, Relatório Final (versão preliminar), vol. I: Análise da Situação Urbana e Opções de Desenvolvimento*. Maputo: República de Moçambique, Ministério da Administração Estatal, Direcção Nacional de Administração Local.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA (1984a) – *Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo: Primeira Parte, Análise* [policopiado]. Maputo: SEC, Gabinete de Conservação e Restauro.

—— (1984b) – *Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo: Segunda Parte, Proposta* [policopiado]. Maputo: SEC, Gabinete de Conservação e Restauro.

SILVA, Teresa Maria da Cruz e (1999-2001) – *Moçambique: um perfil.* In *Reinvenção da Emancipação Social (RES)*. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html>. [Consulta realizada em 07/03/2015].

PLANEJAMENTO URBANO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UM OLHAR PARA O CONJUNTO URBANO SANTA TEREZA, BELO HORIZONTE

MARIA LETÍCIA TICLE*
ANA BEATRIZ MASCARENHAS PEREIRA**

Resumo: Este artigo pretende problematizar a relação entre preservação do patrimônio cultural e planejamento urbano. É tomado como objeto o bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte, protegido como Conjunto Urbano pela política de preservação do patrimônio cultural do município. Também serão discutidas questões relativas à prática do planejamento urbano, que envolve a regulamentação dos usos do espaço e suas funções econômicas, políticas e sociais. O processo, que envolve diversas disciplinas, como engenharias, arquitetura, história, sociologia, política e outras é, geralmente, muito mais orientado para a dimensão física das cidades, negligenciando seus desdobramentos sociais. As políticas patrimoniais intencionam preservar as complexas associações entre as dimensões material, social e imaginativa. Entretanto, incorporadas ao planejamento urbano, constituem um grande desafio, considerando seu dinamismo e sua interface com manutenção de subjetividades.

Palavras-chave: Santa Tereza; Planejamento Urbano; Conjunto Urbano; Patrimônio Cultural.

Abstract: This article aims to discuss the relationship between preservation of cultural heritage and urban planning. The district of Santa Tereza, in Belo Horizonte, is taken as an object protected as an Urban Assembly conservation policy set by the cultural heritage of the city. It will also discuss issues related to the practice of urban planning, involving the regulation of space and its economic, political and social functions. The process, which involves several disciplines such as engineering, architecture, history, sociology, politics and among others, is usually much more oriented towards the physical dimension of cities, neglecting their social consequences. Heritage policies intend to preserve the complex associations among material, social and imaginative dimensions. However, embedded into the urban planning, impose a major challenge, given its dynamism and its interface with maintenance of subjectivities.

Keywords: Santa Tereza; Urban Planning; Urban Assembly; Cultural Heritage.

* UFMG (BR). leticiaticle@gmail.com.
** UFMG (BR). tizamascarenhas@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de conservação de áreas urbanas tem, cada vez mais, se ampliado para abarcar aspectos que promovam o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões. Para tanto é necessário estratégias que, além de garantir sua proteção, permitam sua interface com o restante da cidade. Contudo, a dissociação entre o planejamento urbano e as políticas de proteção no Brasil deriva, segundo Leonardo Castriota[1], da incompreensão do conceito ampliado de patrimônio e de como se pode intervir sobre os bens culturais. O autor aponta que o planejamento pauta-se, frequentemente, na grande parte das cidades brasileiras, em modelos funcionalistas[2], norteados por critérios como infraestrutura e densidade negligenciando «a intricada teia de relações econômicas, sociais e culturais que marca a vida urbana e que caracteriza o seu patrimônio»[3].

Atuando no ambiente urbano, o planejamento deveria se ocupar dos processos de elaboração, estruturação e apropriação do espaço, adotando medidas que contemplassem cada região ou bairro com propostas distintas, respeitando suas especificidades e, ao mesmo tempo, compreendendo que fazem parte de um contexto mais abrangente. Ou seja, utilizando estratégias que conciliassem «o respeito pelas preexistências com métodos específicos de desenvolvimento urbano»[4]. Sob essa perspectiva, o conceito de planejamento urbano aqui adotado se refere a um processo interdisciplinar, incorporando diversos campos de conhecimento e permitindo uma visão mais holística da cidade. Dessa forma, propicia que os problemas sejam mapeados em todas as suas dimensões e soluções viáveis e compatíveis sejam adotadas.

Neste estudo, analisaremos a relação entre a proteção do Conjunto Urbano Santa Tereza em Belo Horizonte e sua interface com o planejamento urbano. Sob uma perspectiva histórica e urbanística examinaremos os instrumentos adotados para proteção do bairro e seus desdobramentos econômicos, sociais e culturais.

Nossa perspectiva vai ao encontro da de Jan Kolen, trazida por Lisa Diedrich, que propõe uma nova abordagem da história como contributo para as disciplinas de projeto[5]. O autor parte do princípio de que houve um deslocamento da ênfase no processo de conservação: dos objetos e bens isolados, o olhar voltou-se mais para o ambiente como um todo e a noção de lugar atraiu maior interesse. Dessa

[1] CASTRIOTA, 2009.

[2] O modelo funcionalista se caracteriza pelo zoneamento da cidade. As críticas apontam que esse modelo fragmenta a cidade promovendo a segregação social.

[3] CASTRIOTA, 2009: 174.

[4] DIEDRICH, 2013: 84.

[5] DIEDRICH, 2013.

forma, a história não figura apenas como coadjuvante metodológico, mas etapa essencial na compreensão dos valores patrimoniais do lugar.

2. VALORIZANDO O URBANO

A preservação de conjuntos históricos passou por ampliações significativas nas últimas décadas, passando a compreender além dos aspectos físicos também o seu caráter cultural. Tal enfoque permitiu que a cidade pudesse ser, atualmente, compreendida como patrimônio ambiental urbano. Como aponta Françoise Choay[6], após a Revolução Industrial o conceito de patrimônio se amplia geográfica, tipológica e cronologicamente, abarcando exemplares em locais senão a Europa e não apenas igrejas medievais e palácios neoclássicos. Entretanto, é apenas na segunda metade do século XX que bairros e cidades se convertem em objetos de reflexão. Sob essa perspectiva, a noção de conservação de conjuntos urbanos como meio de ancorar processos de memória coletiva é imprescindível.

Pela análise de algumas cartas patrimoniais[7] é possível perceber como o conceito de patrimônio se amplia e se desdobra. Segundo Sílvio Zancheti e Tomás Lapa[8], a Declaração de Amsterdã em 1975 já indicava os conjuntos urbanos como patrimônio de importância essencial para desenvolvimento socioeconômico. Seguida pela Recomendação de Nairóbi em 1976, que afirma que os conjuntos urbanos são considerados evidência de diversas produções culturais, sociais e religiosas, cuja salvaguarda e integração ao meio urbano contemporâneo não pode ser omitido pelos planejamentos territoriais.

A Carta de Washington – síntese da Assembleia Geral do ICOMOS[9] em 1987 – ratifica os manifestos anteriores declarando a salvaguarda das cidades ou bairros históricos como pressuposto primordial para ordenar os planos de desenvolvimento urbano. O documento também aponta para a participação dos habitantes no processo de construção desses planos.

---

[6] CHOAY, 2006.

[7] Documentos, cartas, recomendações referentes à proteção e preservação do patrimônio cultural, elaborados em encontros em diferentes épocas e partes do mundo. Orientam políticas de preservação do patrimônio referenciando os valores patrimoniais quanto aos seus aspectos socioculturais.

[8] ZANCHETI & LAPA, 2012.

[9] Em inglês, «International Council on Monuments and Sites» é uma organização não governamental de ação global que se dedica a promover a aplicação da teoria, metodologia e técnicas científicas à conservação do patrimônio arquitetônico e arqueológico.

Em 2011, a Conferência Geral da UNESCO[10] aprovou nova recomendação sobre a paisagem histórica urbana[11]. O instrumento complementa e reafirma que as abordagens de conservação já instituídas devem incluir «políticas e práticas de conservação do meio ambiente construído nas metas mais amplas de desenvolvimento urbano em relação aos valores e tradições de diferentes contextos culturais herdadas»[12]. A recomendação sugere que o patrimônio urbano – tangível e intangível – é vital para a coesão social. Neste sentido, Dolores Hayden[13] destaca a conexão entre os ambientes e a continuidade das tradições culturais reforçando o sentimento de pertencimento. De acordo com a autora, a memória é guiada ou pelo menos sustentada pelo lugar.

Contribuição interessante na discussão acerca da preservação de conjuntos urbanos pela perspectiva mais ampla até aqui explicitada, a do ambiente urbano como patrimônio, é a reflexão de Paola Berenstein Jacques[14]. A autora questiona os instrumentos de preservação urbana comumente utilizados no Brasil e a cultura como moeda de negociação nas ações de planejamento. Em consonância com as observações das cartas patrimoniais e com o instrumento da paisagem histórica urbana da UNESCO, Jacques teme que a exclusão da participação popular dos processos de conservação e planejamento, assim como a não consideração do ambiente como um conjunto de aspectos físicos, intangíveis e memoriais, descambe na "espetacularização" das cidades[15].

Quando a conservação e o planejamento estão desarticulados, expõem-se dois lados da especulação imobiliária. Dessa forma, a mercantilização da cidade se dá tanto pela conservação que manipula a cultura enquanto valor agregado nos conjuntos históricos quanto pela expansão urbana generalizada com a criação de novas áreas de expansão.

2.1. Valorizando Santa Tereza

O bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte, é constantemente descrito como tradicional, cultural e boêmio, seja em reportagens e matérias jornalísticas, trabalhos acadêmicos, no discurso oficial do poder público municipal e ainda no popular. Sua história, paisagem, a maneira como os moradores interagem uns com os outros e fazem uso dos espaços do bairro funcionam como suportes bastante razoáveis para

[10] Em inglês, «United Nations Education, Scientific and Cultural Organization».
[11] Em inglês, «Historic Urban Landscape». Em português é traduzido como Paisagem Urbana Histórica.
[12] UNESCO, 2011.
[13] HAYDEN, 1995.
[14] JACQUES, 2003.
[15] JACQUES, 2003.

a atribuição dessas três características. Os aspectos físicos associados aos intangíveis da vida do bairro são o cerne desses pilares de representação.

Sob essa perspectiva, Stella Bresciani[16] analisa o trabalho de Anne Cauquelin[17] que relaciona a importância das memórias individuais e coletivas para se compreender a cidade. Bresciani afirma que o reenvio mútuo e incessante dessas memórias constitui uma espécie de «estoque de dados que constitui a própria matéria urbana»[18]. As ideias podem ser transportadas para a análise do bairro Santa Tereza proposta no presente artigo:

> *A matéria urbana forma-se pelo fio condutor da opinião, como transmissor de memórias, uma doxa urbana vagabunda, mutável, transportadora de pedaços, de recordações, tanto históricas, como pessoais, intimamente misturadas à escrita, à escuta, ao momento e aos costumes. Trata-se da matéria, esta forma móvel que é a cidade, noção que não encontra lugar na epistemologia da qual representa. No entendimento de Cauquelin, o contrário odioso, o elemento deformante do discurso transparente do conceito. Nesse sentido, as memórias constituem anamorficamente (formas sempre em mudança) o que denominamos a realidade da cidade e a opinião, como já foi dito, se torna o elemento necessário desta operação de mistura pela qual chegam até nós as condensações dos tempos, essas dobras, esses deslocamentos de nomes que provocam modificações sensíveis na percepção da cidade*[19].

As memórias são transportadas de um sujeito a outro e fazem parte de Santa Tereza de maneira bastante complexa e profunda. Sejam elas vivenciadas, sejam somente ouvidas e repassadas, sejam individuais, familiares ou coletivas. Sendo assim, a *opinião* das pessoas conota e mantém as subjetividades do bairro, inteligíveis nos discursos que tratam das percepções sobre Santa Tereza pelas três características recorrentes[20]. Elas estão profundamente entrelaçadas à percepção dos sujeitos sobre o bairro – são características físicas e sua atmosfera, uma imprescindível da outra – e são partes do fundamento da valoração de Santa Tereza como patrimônio cultural da cidade de Belo Horizonte.

2.2. Protegendo o Conjunto Urbano

O bairro Santa Tereza deriva de uma das ocupações mais antigas de Belo Horizonte, cidade planejada na década de 1890 e inaugurada no ano de 1897. A planta proposta pela Comissão Construtora da nova capital de Minas Gerais foi

[16] BRESCIANI, 1991.
[17] CAUQUELIN, 1982.
[18] BRESCIANI, 1991: 13.
[19] BRESCIANI, 1991: 13, primeiro grifo da autora, segundo grifo nosso.
[20] BRESCIANI, 1991.

aprovada em 1895 – a cidade era, então, dividida em zonas urbana, suburbana e rural. Já no ano seguinte, deu-se a permissão por parte do governador do estado para a instalação de colônias agrícolas[21] nas zonas suburbanas, alterando, assim, a planta original aprovada anteriormente. Uma dessas colônias, chamada Córrego da Matta, posteriormente Américo Werneck, habitada por imigrantes e trabalhadores das obras de construção da cidade foi instalada em 1898. O decreto municipal de 05 de fevereiro de 1912[22] oficializou a emancipação da Colônia Agrícola Américo Werneck e a incluiu na sétima seção suburbana de Belo Horizonte, o que abrangia a área que viria a se tornar o bairro Santa Tereza. A ex-colônia passou a ficar, então, sob jurisdição da capital do estado, estando sob sua responsabilidade a urbanização da área.

Segundo Baggio[23], o bairro já era considerado populoso na década de 1930, mas poucas de suas ruas eram pavimentadas e serviços urbanos como energia elétrica, rede de água e esgoto, coleta de lixo e transporte público eram escassos. Intervenções de calçamento, pavimentação e iluminação pública principalmente em fins dos anos 1930 e nos anos 1940 foram executadas[24].

Até meados de 1980, Santa Tereza apresentava baixa densidade populacional e conservava um número expressivo de edificações do início do século XX. Entretanto, as mudanças no padrão de ocupação de Santa Tereza, foram se alterando gradativamente com a construção de pequenos edifícios residenciais. Além disso, houve também «(...) a construção, em 1992, do viaduto que passa sobre a Avenida dos Andradas, ligando Santa Tereza a Santa Efigênia e a construção da estação de metrô, inaugurada no ano seguinte»[25]. Com essas mudanças o bairro se tornou altamente atrativo ao mercado imobiliário.

A ameaça de tornar-se uma Zona de Adensamento Preferencial (ZAP) no Plano Diretor que seria implementado em 1996, mobilizou os moradores do bairro em defesa «de sua ambiência peculiar»[26]. Assim, surge o movimento Salve Santa Tereza que resiste à imposição desse zoneamento e em prol da «preservação das

---

[21] As colônias agrícolas foram pensadas para atender as necessidades de abastecimento alimentício da população da nova capital.

[22] Lei nº 55, de 05 de dezembro de 1912. Incorpora à zona suburbana da Capital o povoado do Calafate e as colônias Bias Fortes, Américo Werneck, Carlos Prates e Adalberto Ferraz e dá outras providências a respeito. Fonte: Coleção de Leis do Conselho Deliberativo de Bello Horizonte (de fevereiro a dezembro de 1912, ns 54 a 62). Bello Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1912. Acervo do APCBH.

[23] BAGGIO, 2005.

[24] Relatório de 1937. Apresentado a S. Excia. O Sr. Governador Benedicto Valladares Ribeiro pelo Prefeito de Bello Horizonte. Graphica Queiroz Breyner Ltda.

[25] FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015: 6.

[26] CAJAZEIRO & SOUZA, 2012: 297.

características ambientais, urbanísticas e culturais de Santa Tereza»[27]. A aprovação da Lei 7.166/96 de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo consistiu na vitória do movimento tornando o bairro uma Área de Diretrizes Especiais (ADE) de interesse cultural para a cidade de Belo Horizonte.

> *Esse mecanismo urbanístico é considerado um "sobrezoneamento", ou seja, a área, de acordo com essas leis, tem um zoneamento, cujas regras tem que ser seguidas, mas recebe uma outra delimitação de uma ADE, com regras que também tem que ser obedecidas e que preponderam sobre as primeiras. Como as regras da ADE (para coeficiente de aproveitamento do solo, quotas de terreno por unidade habitacional e taxa de permeabilização) devem ser iguais ou mais restritivas que os da zona em que se localizarem, tem-se, como resultado, um cenário diferenciado e menos denso na área em questão que no restante da região*[28].

A ADE é um instrumento de regulamentação proposto no Plano Diretor da cidade, documento de política de desenvolvimento urbano da Secretaria Adjunta de Planejamento Urbano. No entanto, por ser de interesse cultural, qualquer intervenção nas construções inseridas no perímetro da ADE Santa Tereza deveria ser comunicada e avaliada pela Diretoria de Patrimônio Cultural (DIPC), órgão ligado a Fundação Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e responsável pelas políticas municipais de preservação do patrimônio cultural. O que não vem acontecendo desde 1996, via de regra[29] Portanto, após rearticulação do Movimento Salve Santa Tereza, a Diretoria deu encaminhamento à proposta de incluir o bairro no Inventário de Conjuntos Urbanos de Belo Horizonte a partir de uma pesquisa iniciada em 2014, retomando antigos estudos da instituição[30].

A delimitação de conjuntos urbanos é uma das referências de atuação da DIPC no que tange à proteção do patrimônio cultural, caracterizando-os como:

> *(...) áreas polarizadoras, onde são encontradas ambiências, edificações ou mesmo conjunto de edificações que apresentam expressivo significado histórico e cultural. Esses espaços destacam-se por desempenharem uma função estratégica e simbólica na estruturação e compreensão do espaço urbano e de suas formas de ocupação*[31].

---

[27] MOVIMENTO SALVE SANTA TEREZA, 1996, *apud* CAJAZEIRO *et al.*, 2012: 297.

[28] PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, s/d: 2.

[29] Segundo comentário feito pela historiadora Françoise Jean, funcionária da DIPC, em entrevista concedida em março de 2015.

[30] O estudo para proteção do bairro vem sendo conduzido desde 1998, porém sem continuidade. Após longa pausa foi retomado em 2010, ano em que foi iniciado o inventário das edificações do bairro; em 2012, levantamento mais preciso dessas edificações foi feito.

[31] BELO HORIZONTE, s/d, grifos nossos.

O projeto de inclusão e proteção do Conjunto Urbano Santa Tereza foi apreciado, deliberado e aprovado junto ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH) em março de 2015, delimitando a área de proteção e o apontamento de 288 bens de interesse para tombamento individual.

Tanto a proteção do Conjunto Urbano quanto as indicações para tombamento individual seguem uma lógica que não a da excepcionalidade arquitetônica ou estilística, mas que destaca a organicidade[32] e a ambiência do Conjunto.

> *Frente às especificidades históricas do Conjunto Urbano Bairro Santo Tereza, a concepção de patrimônio que ora tomamos por referência assume um significado que vai muito além da mera valorização arquitetônica, buscando identificar e sobressaltar o valor imaterial subjacente ao bem edificado, ainda que esse não possua grandes atributos estilísticos[33].*

Como mencionado anteriormente, a atenção volta-se mais para o conjunto, em grande parte ainda uniforme, formado pelas edificações, seus usos e sua volumetria, pelas praças, calçamentos e vias. Em suma, como observado por Diedrich[34] a ênfase desloca-se dos objetos para o lugar. É importante evitar o essencialismo e noções de identidade pré-estabelecidas, já que este deve ser um «um entendimento que se baseia no pragmatismo e no funcionar das coisas, admitindo a presença e a *natureza* inerente de algo *transcendente*»[35]. O lugar não possui valor absoluto, mas atribuído e dependente do restante da cidade para que a conservação mantenha seu sentido. É uma construção dinâmica relacional e sua especificidade também é algo relacional. Daí a grande importância de aliar conservação e planejamento, evitando a espetacularização mencionada por Jacques[36].

Como suporte para a manutenção dessa ambiência, a equipe da DIPC considerou o tombamento individual de quase três centenas de edificações. Segundo a entidade,

> *(...) a relação entre os bens edificados e a preservação das referências históricas e simbólicas relacionadas ao modo de vida característico do bairro Santa Tereza; (...) a importância das edificações na conformação das vias que determinam os principais trajetos existentes no interior do Conjunto Urbano; (...) a importância dos bens culturais na conformação dos Pedaços existentes no interior do Conjunto Urbano[37].*

---

[32] Termo utilizado pela DIPC no parecer na Deliberação sobre o Conjunto Urbano Santa Tereza. (Diário Oficial do Município, Ano XXI, Edição n. 4761, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, março de 2015).

[33] FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015: 89.

[34] DIEDRICH, 2013.

[35] DIEDRICH, 2014: 92, grifos da autora.

[36] JACQUES, 2003.

[37] FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015: 89, 90, 95, grifos nossos.

As diretrizes de proteção do patrimônio edificado se referem à altimetria, a critérios de afastamento lateral e de fundo, à utilização de elementos de permeabilidade visual nos fechamentos frontais e à preservação de características essenciais dos imóveis. A proteção também se estende aos calçamentos em "pé-de-moleque", que deverão ser mantidos e restaurados, se preciso, sendo removidos capeamentos parciais ou integrais em todas as vias[38], além das quatro praças inseridas no perímetro do Conjunto Urbano Santa Tereza.

Contudo, mesmo que a proteção física seja potencialmente eficaz na proteção da imaterialidade da «teia de relações que marca a vida urbana e que caracteriza o seu patrimônio»[39] o tombamento e as diretrizes afins se mostram insuficientes quando sua relação com a proteção e valorização da memória não são explícitas aos olhos da população.

Agentes sociais essenciais nos processos de proteção e planejamento, muitos moradores do bairro e da cidade são contrários ao tombamento por não haver contrapartida suficiente no que diz respeito à manutenção das características de seus imóveis[40]. A imposição do instrumento causa insatisfação aos proprietários, ainda que estes almejem a preservação da ambiência do lugar onde vivem. Neste caso, a proteção deveria ser incorporada ao planejamento urbano, aliada a educação cidadã e patrimonial.

Jacques[41] insiste na manutenção da população local e sua participação no processo para uma conservação efetiva. Apesar de parecer utópico, a autora sugere que esta seja a chave para que o uso e o reconhecimento venham substituir o tombamento, como uma forma de acautelamento muito mais eficaz na conservação do patrimônio urbano.

Outro apontamento feito pela autora quando das formas de se equilibrar as "forças de manutenção e as forças de destruição", que, aparentemente, reforçam o distanciamento entre conservação e planejamento, é o Urbanismo Unitário proposto pelos situacionistas entre as décadas de 1950 e 1960 em Paris[42]. Partindo do pressuposto de que a cidade não é estática e recusando a conservação "museificadora" e "espetacularizadora", «a idéia do urbanismo unitário (UU) propunha um "modelo" alternativo: a utilização da cidade existente para a construção da

---

[38] «(...) exceção das ruas Hermilo Alves, Mármore, Salinas, Pouso Alegre, Dores do Indaiá e Paraisópolis no trecho entre as ruas Conselheiro Rocha e Dores do Indaiá, por onde passam as principais linhas de ônibus que atendem ao bairro e região» (Diário Oficial do Município, Ano XXI, Edição n. 4761, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, março de 2015).

[39] CASTRIOTA, 2009: 174.

[40] Opinião recorrente quando de entrevistas e conversas informais no decorrer das pesquisas das autoras.

[41] JACQUES, 2003.

[42] JACQUES, 2003.

cidade futura»[43]. O ambiente urbano, nessa perspectiva é, por excelência, o lugar da participação e da experiência. Ao invés de tentar "fixar a cidade no tempo", o UU propõe construir novos espaços a partir da experiência das pré-existências, em um movimento que acerta o compasso entre novo e antigo, entre manutenção e renovação. É a participação e a vivência das pessoas que dão o tom e o rumo a ser seguidos nos processos de conservação e planejamento.

3. PLANEJANDO DE FORMA INTEGRADA

Levando-se em considereção a complexa dinâmica das cidades e a constante reestruturação do tecido urbano, a coexistência entre o tecido histórico e novos desenvolvimentos podem ser perfeitamente compatíveis, apesar de parecer paradoxal, como aponta Bandarin e Oers[44]. Segundo os autores, a política de conservação desses espaços deve ser determinada pela dinâmica da cidade como um todo, garantindo seus aspectos físicos e seus valores. Os autores acrescentam que as políticas definidas devem proteger a integridade do tecido urbano assim como da paisagem urbana, e definidas pelas partes interessadas, de maneira sustentável.

Dessa maneira, alia-se à proteção da dimensão física pelo tombamento de edificações as políticas de patrimônio que incentivem o desenvolvimento econômico e social. Virgínia Pontual[45] aponta a conservação integrada como modelo que relaciona «os fundamentos do planejamento estratégico[46] à teoria do desenvolvimento sustentável e da conservação do patrimônio (...)[47]. Segundo a autora, a conservação integrada tem o objetivo de preservar as características originais do patrimônio, levando-se em conta suas questões econômicas e sociais. Castriota[48] também indica a conservação integrada como «a integração entre a preservação do patrimônio e o planejamento urbano»[49].

Este modelo de conservação foi apropriado no início dos anos 1980 como proposta de recuperação de áreas históricas degradadas convertendo-as em áreas altamente valorizados pelo mercado imobiliário. A consequência perversa foi

[43] JACQUES, 2003: 37.
[44] BANDARIN & OERS, 2012.
[45] PONTUAL, 2012.
[46] Segundo Pontual (PONTUAL, 2012), o planejamento estratégico aplicado à dimensão urbana permite ações conjuntas do poder público, do setor privado e da sociedade em prol das potencialidades das cidades.
[47] PONTUAL, 2012: 94.
[48] CASTRIOTA, 2010.
[49] CASTRIOTA, 2010: 58.

expulsão da população original assim como do comércio local, o que Otília Arantes denomina como gentrificação estratégica:

> *Daí a sombra de má consciência que costuma acompanhar o emprego envergonhado da palavra, por isso mesmo escamoteada pelo recurso constante ao eufemismo: revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação, até mesmo renascença, e por aí afora, mal encobrindo, pelo contrário, o sentido original de invasão e reconquista, inerente ao retorno das camadas afluentes ao coração das cidades*[50].

Entretanto, as tendências mais recentes de projetos de conservação urbana, segundo Zancheti e Lapa[51] apontam para uma concepção de caráter mais antropológica e ambiental, nas quais o território é percebido de maneira harmônica, «do ponto de vista da cultura, do ambiente, das tradições construtivas e da forma»[52]. Além disso, a participação popular na gestão urbana busca uma ação justa e democrática na sua construção.

Assim, a integração entre patrimônio e planejamento urbano permite que áreas de interesse histórico e/ou cultural não se isolem do restante da cidade e nem se tornem cenários comerciais pasteurizados de grande interesse para o mercado imobiliário. Portanto, é importante estabelecer equilíbrio entre o crescimento econômico e a qualidade de vida da comunidade local. Conforme Luis de la Mora[53], a adoção de modelo de planejamento com enfoque local, «numa perspectiva interdisciplinar, intersetorial e interinstitucional» procura, de modo articulado, mas descentralizado, propor diretrizes mais específicas para cada localidade. Lisa Diedrich[54] também aponta que «a especificidade local e o projeto [de conservação] devem ser reforçados com mais investigação e prática interdisciplinar»[55].

O modelo de Planejamento Local Integrado de projetos de Gestão da Conservação do Patrimônio busca a sintonia das diversas dimensões da "complex-cidade"[56], equilibrando os interesses de cada setor, organismo, grupo de pessoas e indivíduos de forma articulada e participativa. Todavia, de la Mora[57] indica que são grandes

---

50 ARANTES, 2000: 31.
51 ZANCHETI & LAPA, 2012.
52 ZANCHETI & LAPA, 2012: 28.
53 DE LA MORA, 2012: 103.
54 DIEDRICH, 2013.
55 DIEDRICH, 2013: 105.
56 A cidade é uma realidade complexa, dinâmica e contraditória, envolvendo dimensões físicas, geográficas, ambientais, urbanísticas, bem como demográficas, sociais, econômicas, culturais, políticas, legais, técnicas e organizacionais, abrindo-se novos campos na área da psicologia, dos valores e dos comportamentos (DE LA MORA, 2012: 103).
57 DE LA MORA, 2012: 112.

os desafios para a implementação do modelo, devido «à complexidade do entorno e à pluralidade de atores».

Nesse sentido, a ADE Santa Tereza de interesse cultural deveria funcionar como instrumento eficaz de proteção ao patrimônio cultural ainda que inserida âmbito das políticas de planejamento urbano. Um instrumento que perpassa políticas públicas diferentes, mas que se complementam, demonstra a necessidade de confluência e diálogos entre preservação e planejamento.

Mas, como exposto acima, o instrumento não foi suficiente para salvaguardar o bairro enquanto patrimônio cultural e em 2015 foi aprovada sua proteção enquanto Conjunto Urbano. Agora inserido também na agenda de políticas do patrimônio cultural, o bairro está protegido enquanto Conjunto Urbano, instrumento que se sobrepõe simbolicamente à ADE devido ao alto número de imóveis indicados para tombamento individual no dossiê de proteção.

Há, porém, certo receio que esse modelo de proteção possa ter consequências adversas. É notório as diversas áreas históricas revitalizadas que resultaram em locais de gentrificação. Para evitá-la é necessário um tipo de planejamento de conservação do patrimônio cultural, como aponta Pontual[58].

> *Quando se trata especificamente de sítios históricos acresce-se aos desafios comuns o planejamento das cidades e o de adaptá-lo às necessidades contemporâneas. Esse desafio está aliado ao objetivo de prolongar a vida útil de um bem cultural e valorizar as suas características históricas e artísticas sem perda da autenticidade e do significado*[59].

Segundo a autora, o planejamento da conservação do patrimônio cultural deve observar alguns aspectos, entre eles: a garantia da «manutenção e conservação das qualidades e dos valores da configuração urbana e arquitetônica» e «o contínuo monitoramento do estado de conservação e das estratégias de sustentação»[60]. Além disso, a preservação dos traços distintos e únicos deverá estar continuamente agregando «novos objetivos econômicos e sociais»[61].

A integração entre planejamento urbano e políticas de proteção de áreas históricas e culturais conformariam assim uma perspectiva uníssona. Dessa maneira, é essencial que Santa Tereza não figure isoladamente nas políticas públicas de patrimônio cultural do município de Belo Horizonte. É premente que as políticas de planejamento urbano municipais sejam aplicadas para além de algumas diretrizes do dossiê do Conjunto Urbano. A não ser que haja maior diálogo entre preservação

---

58 PONTUAL, 2012.
59 PONTUAL, 2012: 94.
60 PONTUAL, 2012: 94.
61 PONTUAL, 2012: 94.

do patrimônio e ações mais estreitamente relacionadas ao planejamento urbano do que o proposto nesse dossiê, o novo título adicionado ao bairro – antes ADE e agora também Conjunto Urbano – se mostrará tão ineficiente quanto o primeiro, apesar de indiscutivelmente adequado à realidade do bairro.

Juliana Prata[62] indica que houve evolução com relação aos instrumentos de gestão urbana, contudo os instrumentos de proteção e preservação ainda se apoiam, basicamente, no tombamento. Conforme a autora, «é urgente promover a ampliação das formas de acautelamento. A discussão patrimonial hoje ainda é muito marcada pelo tombamento, como se preservação e tombamento sinônimos fossem»[63].

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento urbano em Belo Horizonte é historicamente excludente no que tange a real qualidade de vida de grande parte da população – alargamentos de vias para o fluxo viário, supressão de árvores, tamponamento de rios urbanos, substituições arquitetônicas. Essa lógica contribui para o aumento do trânsito e das temperaturas urbanas, enchentes, afastamento da população das centralidades tradicionais, sem criar novas, dificuldades de deslocamento. Além disso, colabora para a ocultação e dissimulação dos vestígios e traços históricos da cidade, suprimindo a memória urbana e de seus moradores e dificultando os sentimentos de pertencimento e identificação.

A ideia detrás da proteção do Conjunto Urbano Santa Tereza é promover uma «cidade para pessoas». Entretanto, o desafio de entender e definir a relação entre o bairro e a cidade é extremamente complexo. O planejamento urbano deveria, portanto, incluir entre as suas diretrizes, políticas de preservação patrimonial, de forma a salvaguardar o ambiente urbano em todas as suas dimensões. Sob uma perspectiva de proteção que se mantêm até hoje dentro dos moldes funcionalistas, em sua maioria[64], o planejamento urbano deveria, de forma interdisciplinar, planejar e implementar diretrizes que conciliassem «a viabilidade econômica com o equilíbrio ecológico, a inclusão social, a conservação do patrimônio»[65].

Apesar da complexidade e dos desafios que o modelo de planejamento urbano integrado impõe, existe a possibilidade de que este seja muito mais assertivo do ponto de vista democrático, orientando-se pelos aspectos locais, para então inseri-los no contexto geral, sob uma visão interdisciplinar.

---

62 PRATA, 2012.
63 PRATA, 2010: 301.
64 CASTRIOTA, 2009.
65 DE LA MORA, 2012: 112.

Os valores que pautaram a proteção do Conjunto Urbano Santa Tereza se voltam para os interesses da vida que pulsa ali dentro, dos moradores, usuários e frequentadores de seu cotidiano. As diversas temporalidades que coexistem no bairro são mais dinâmicas que a monumentalização típica da patrimonialização. E é justamente por isso que a proteção aos moldes do Conjunto Urbano se faz premente, contanto que em diálogo com o planejamento do município como um todo: as mudanças nas estruturas físicas acabam por ocasionar mudanças nas formas de viver, já que a paisagem é a combinação dos elementos palpáveis e não palpáveis da existência humana em determinado espaço-tempo. Seus elementos visuais e sensíveis ao toque, suas imagens e texturas, funcionam como espaços para que se manifestem os demais sentidos invisíveis que conformam o cerne da vida humana, aguçam a percepção sonora, olfativa e subjetiva da paisagem.

Ressaltar a importância dos valores e tradições para o desenvolvimento urbano e para a coesão social aponta o caminho a ser seguido na proteção efetiva de Santa Tereza enquanto patrimônio. O destaque que Hayden[66] dá à relação entre memória e lugar, apresentado mais acima, em consonância com as análises de Cauquelin[67] e Bresciani[68], fundamentam a necessidade de se incluir e enfatizar os estudos sociais e históricos nas políticas de preservação e planejamento do bairro e da cidade, apontando para o entendimento que deve ir além – valorizando e dialogando com quem realmente vive, utiliza e sustenta as memórias e as subjetividades locais. Como aponta, ainda, Jacques:

> *Se o patrimônio cultural urbano se tornou, de fato, um simples espetáculo contemporâneo, poderíamos tentar nos servir do principal antídoto situacionista contra o espetáculo, ou seja, o seu oposto: a participação ativa dos indivíduos em todos os campos da vida social, principalmente no da cultura*[69].

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otília Beatriz Fiori (2000) – *Uma estratégia fatal: a cultura das novas gestões urbanas*. In ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia – *A cidade do pensamento único*: *desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes.

BAGGIO, Ulysses da Cunha (2005) – *A Luminosidade do Lugar*: *Circunscrições Intersticiais do Uso de Espaço em Belo Horizonte: apropriação e territorialidade em Santa Tereza*. 221f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

---

66 HAYDEN, 1995.

67 CAUQUELIN, 1982.

68 BRESCIANI, 1991.

69 JACQUES, 2003: 36-37.

BANDARIN, Francesco; OERS, Ron van (2012) – *The historic urban landscape*: managing heritage in an urban century. Oxford: Wiley-Blackwell.

BRESCIANI, Stella Maria (1991) – *As Sete Portas da Cidade*. «ESPAÇO E DEBATES*:* Revista de estudos regionais e urbanos», São Paulo, n. 34, p. 10-15. Ano XI.

CAJAZEIRO, Karime G; SOUZA, Françoise Jean (2012) – *A singularidade do lugar: a construção de um discurso identitário para o bairro Santa Tereza*. In ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele Abreu, *org*. – *Bairros pericentrais de Belo Horizonte: patrimônio, territórios e modo de vida*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas.

CAJAZEIRO, Karime G; SOUZA, Françoise Jean; SOARES, Carolina Pereira (2012) – *Instrumentos de proteção do patrimônio cultural: um olhar sobre o caso do bairro Santa Tereza*. In ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele Abreu, *org.* – *Bairros pericentrais de Belo Horizonte: patrimônio, territórios e modo de vida.* Belo Horizonte: Editora PUC Minas.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (2009) – *Patrimônio Cultural*: *conceitos, políticas, instrumentos.* São Paulo: Annablume.

—— (2010) – *Conservação urbana: tombamento e áreas de conservação*. In FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia, *orgs*. – *Revisitando o instituto do tombamento.* Belo Horizonte: Fórum.

CHOAY, Françoise (2006) – *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE. *Deliberação nº 019/2015*. Belo Horizonte, 05 de março de 2015.

DIEDRICH, Lisa (2014) – *Entre a Tabula Rasa e a Museificação*. In CARDOSO, Isabel Lopes, *coord.* – *Paisagem e Património: aproximações pluridisciplinares*. Évora: Dafne Editora/Chaia/ Universidade de Évora.

DE LA MORA, Luis (2012) – *Modelos de planejamento local*. In LACERDA, Norma; ZANCHETI, Sílvio Mendes, *orgs*. – *Plano de gestão da conservação urbana:* conceitos e métodos. Olinda: CECI.

HAYDEN, Dolores (1995) – *The power of place: urban landscapes as public history.* Cambridge: The MIT Press, 1995.

JACQUES, Paola Berenstein (2003) – *Patrimônio Cultural Urbano: Espetáculo contemporâneo?* «RUA 8, Salvador», v. 6, n. 1, p. 32-39, Salvador.

PRATA, Juliana Mendes (2010) – *Práticas de preservação na cidade de São Paulo: estudos de tombamentos de bairros*. In FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia, *orgs*. – *Revisitando o instituto do tombamento.* Belo Horizonte: Fórum.

PONTUAL, Virgínia (2012) – *Plano de gestão da conservação integrada*. In LACERDA, Norma; ZANCHETI, Sílvio Mendes, *orgs*. – *Plano de gestão da conservação urbana:* conceitos e métodos. Olinda: CECI.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Coordenação de Política Urbana e Ambiental. Conselho Municipal de Política Urbana. *Texto Base Áreas de Diretrizes Especiais ADE*. In: Anais da III Conferência Municipal de Política Urbana, Belo Horizonte, s/d.

UNESCO. *Recommendation on the Historic Urban Landscape*. Disponível em: < http://portal.unesco.org/en/ev.phpURL_ID=48857&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html> Acesso em: 18 de novembro de 2015.

ZANCHETI, Sílvio Mendes; LAPA, Tomás (2012) – *Conservação integrada: evolução conceitual.* In LACERDA, Norma; ZANCHETI, Sílvio Mendes, *orgs*. – *Plano de gestão da conservação urbana:* conceitos e métodos. Olinda: CECI.

PRESENTE, PASADO Y FUTURO EN LA GESTIÓN PATRIMONIAL: EL CASO DEL CONJUNTO HISTÓRICO DE BAIONA (PONTEVEDRA).

BEGOÑA FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ*

Resumo: Baiona é um pequeno município do Sul da província de Pontevedra, que conta com um importante passado histórico e apresenta um conjunto edificado declarado como BIC, protecção que constitui um caso único em Espanha e que veio a dificultar consideravelmente a sua gestão. Estas circunstâncias favorecem uma nova reflexão e análise sobre os seus ricos recursos patrimoniais, no sentido de garantir o seu reconhecimento e respetiva conservação.

Palabras chave: Baiona; Protecção; Gestão; Conjunto histórico.

Abstract: Baiona is a small village in the south of the province of Pontevedra, which has an important historical past and presents an extraordinary ensemble of historical buildings that has been declared as BIC. This protection constitutes a unique case in Spain and has brought a great impact to its management.
These circumstances benefit a new reflection and analysis of its rich heritage resources, towards its recognition and protection.

Keywords: Baiona; Protection; Management; Historical buildings.

INTRODUCCIÓN

Baiona es un enclave costero que, desde finales del siglo XIX, se ha convertido en un importante destino turístico. Es esta dedicación al sector servicios lo que ha permitido a este pequeño núcleo relanzar sus valores culturales y paisajísticos. Por

* Universidad de Santiago de Compostela. begona.fernandez@usc.es.

Fig. 1.
Urbanización Las Palomas. Conjunto histórico de Baiona.
Foto de autor

ello, esta riqueza, atesorada en el tiempo, es importante ya que es el principal motivo por el que sus habitantes se sienten orgullosos de residir en esta población[1] (Fig. 1).

Es este legado el que pone en marcha las medidas de tutela de los bienes culturales y evita que las transformaciones relacionadas con las alteraciones urbanas, vinculadas con políticas especulativas, les afecten.

A pesar de esta preocupación por sus bienes el planteamiento desarrollado no ha sido homogéneo a lo largo del siglo XX, ya que en la primera mitad se produce una política menos agresiva, mientras que en la segunda se observa el impacto de los procesos urbanísticos especulativos propios de muchos destinos turísticos.

En general se trata de intervenciones que parten de la potenciación del destino. Planteamiento que provoca un incremento de las actividades constructivas que, muchas veces por premeditadas o miméticas, producen alteraciones en la fisonomía urbana y en su entorno, y ponen en peligro la conservación de sus valores.

Buen ejemplo son las construcciones de los años setenta que todavía se conservan: el complejo Rocamar -Baredo-, el camping de Baiona-Playa, el Parador Conde de Gondomar o la urbanización Las Palomas. Es especialmente significativo el impacto de esta urbanización, sobre todo por su ubicación ya que con ella se rompen los criterios tradicionales de construcción en el espacio histórico[2], iniciando un proceso que no será reversible (Fig. 1).

Asimismo hay también que valorar las consecuencias que este "boom" provocó, y entre todas destaca el deterioro de la zona litoral[3], marcado por una sobreexplotación

[1] SOUTO GONZÁLEZ & SOUTO GONZÁLEZ, 1991: 134.
[2] GARRIDO RODRÍGUEZ, 2003: 177-178.
[3] GUNTIN, 2004: 118.

Fig. 2.
Plaza de Pedro de Castro.
Foto de autor

del terreno que aleja al núcleo de la imagen de encantadora villa marinera que, todavía en la actualidad, intenta trasmitir como "marca" turística.

Estas intervenciones originan tensiones sociales y obligan a las autoridades a adoptar medidas de protección para salvaguardar sus valores culturales. Valores inherentes al conjunto y constituidos tanto por sus espacios públicos como por las diferentes edificaciones que lo articulan.

En esencia, esta población se divide en cuatro grandes espacios, entre los que destaca el denominado antiguo, punto central de la configuración urbana y caracterizado por la elevada densidad de población y la concentración de las actividades económicas. Actividades que actualmente lo alejan de un asentamiento que encuentra en la Historia su razón de ser, premisa muy vigente en este espacio fuertemente condicionado por una morfología medieval, que le confieren un aspecto característico, sin importantes desniveles del terreno y en base a la edificación de la primera línea frente a la costa, con un conjunto de callejones que, perpendiculares a este eje, lo cortan y no presentan un desarrollo continuo[4].

A pesar de esta configuración, marcada por la funcionalidad marinera, en este ámbito se pueden diferenciar dos zonas determinadas por la orografía, que generan espacios distintos no solo por el terreno sino también por su ocupación poblacional y distribución espacial.

Así, la primera es la inmediata a la línea de costa. Se encuentra comprendida entre la travesía urbana de la PO-552 -Calle Alférez Barreiro y Paseo de Elduayen-, la calle Ventura Misa, y su prolongación en la calles Fonte da Ceta, Porta da Vila y Santísima Trinidad. Estos dos ejes viarios, se comunican por medio de estrechos

[4] LLANO CABADO, 1983: 32-33.

Fig. 3.
Calle de la Iglesia.
Foto de autor

callejones y la Plaza de Pedro de Castro (Fig. 2), lo que genera manzanas regulares, caracterizadas por la presencia de una edificabilidad que concentra la mayor calidad constructiva del conjunto.

Por lo que respecta a la segunda zona, la más alejada de la costa, se caracteriza por una mayor pendiente del terreno, por lo que para facilitar la comunicación entre las vías se emplean escaleras, tal y como sucede en calle de la Iglesia (Fig. 3). Esta segunda zona se articula por las Calles Do Conde, San Lourenzo y Fonte de Ceta, cortada por vías secundarias -Iglesia, Reloxo, Rúa da Bola, Lorenzo Carrera, Manuel Valverde, Diego Carmona y Laxe- que enlazan en el borde del espacio histórico con la de Ventura Misa.

En esta segunda se disponen también los principales monumentos de la población, aunque la calidad de la edificación sea inferior y presente importantes problemas de conservación patrimonial.

DEL ESPACIO CONSOLIDADO AL BIEN DE INTERÉS CULTURAL

El primer intento de tutelar el conjunto se relaciona con la legislación urbanística. Se trata del *Plan General de Ordenación Municipal* de los arquitectos Bar Boo, Baltar

Fig. 4. Ensache urbano.
Foto de autor

Tojo, Garrido Rodríguez y Riera Nieves. Este Plan se redacta en 1970, aunque no será aprobado hasta 1975[5], año en el que entra en vigor.

Este texto, que sustituía al *Plan de Ordenación del Litoral de las Rías Bajas* aprobado en 1966, aunque con lagunas, establecía tres grandes unidades urbanas[6], de las que la "I" se correspondía con el conjunto histórico. Junto con su delimitación también especificaba medidas proteccionistas, al establecer «(...) se respeta la zona de interés histórico, artístico y monumental con sus principales monumentos, y debe de ser objeto de protección especial, (…) para conservar su carácter (...)».

La delimitación de este espacio en la normativa del 75 era más reducido que la del declarado en la actualidad, al no incorporar la calle Carabela Pinta, ni el paseo marítimo o el puerto. A pesar de estas diferencias, ambos coinciden en no integrar la Península de Monte Boi, declarada como "Zona Hotelera Existente" y tutelada por el *Decreto de protección de los castillos españoles* de 1949[7].

Asimismo, regula también estudios de detalle que permiten la creación del ensanche, caracterizado por bloques de hasta siete plantas en la primera línea de costa y con uso mayoritariamente residencial en verano (Fig. 4).

Junto con estas actuaciones, también propició la ordenación del espacio histórico. Para ello son básicos dos documentos: el primero el *Estudio en detalle de las alineaciones de la Carabela Pinta y travesías 1º tramo* y el segundo, mucho más relevante, las *Normas para la edificación y protección del casco antiguo*, completadas

[5] GARRIDO RODRÍGUEZ, 1990: 54

[6] *Plan General de Ordenación Municipal del Ayuntamiento de Bayona*, 1975…, p. 88-89.

[7] *Decreto de 22 de abril de 1949, sobre protección de los castillos españoles*. BOE, nº. 125, de 5 de mayo, p. 2058-2059.

por Resolución de septiembre de 1987 por la que se incoaba expediente para la declaración del conjunto histórico artístico.

La importancia de esta normativa es que con ella se alteró, de forma significativa, el conjunto al fomentar las intervenciones de remodelación. Esta tiene su origen en la Resolución de julio de 1977 de la Comisión Provincial de Arquitectura y Urbanismo por la que se aprobaba de *Plan General*. En la que se establecía la obligación del Ayuntamiento de realizar un estudio «para la defensa del patrimonio artístico», análisis del que se encarga el arquitecto Manuel Jesús Freijeiro Martínez en marzo de 1977[8].

En este estudio se indica que el conjunto «se encuentra prácticamente destruido en su totalidad». Estado que explica la dura crítica del técnico hace: «Si estudiáramos edificio por edificio escasamente encontraríamos algunos de interés histórico-artístico, no obstante lo que adquiere aquí un valor extraordinario, es TODO EL CONJUNTO, formando sin duda uno de los núcleos de mayor sabor típico-ambiental que disponemos en Galicia», por lo que su objetivo no será «la necesidad de conservación del conjunto artístico, sino ambiental al que le da su esencia la desigualdad de las fachadas y la inexistencia de alineaciones».

Es la asimilación de esta realidad la que marca el camino a seguir primando la conservación del ambiente urbano, de su imagen, lo que implica una total libertad para efectuar reformas interiores, «puesto que cualquier reconstrucción interior obtendrá, sin duda unas mejores condiciones de la vivienda que las existentes en la actualidad».

Con ello se produjo la alteración de muchos inmuebles, al solo quedar protegidos los exteriores – alineaciones, fachadas y empleo de materiales tradicionales, altura máxima de tres plantas, mantenimiento del fondo edificable, en las obras de remodelación, cubiertas con una pendiente máxima de un 35%, posibilidad de reformas siempre y cuando el edificio no pase de la altura existente y prohibición de los vuelos – y para los casos en los que se realizase obra nueva o de reforma

Con su aprobación, muchos de los edificios sufrieron aumentos de volumen y obras que se alejan del ritmo compositivo y de las tipologías arquitectónicas características de este espacio. Un buen ejemplo de estas intervenciones es la que se realiza en la calle del Reloxo, num. 12[9], en el que aunque hay un cierto intento compositivo en la organización de la fachada pero la paleta empleada rompe el ritmo.

---

[8] Proyecto de normas de edificación y conservación del casco histórico de Baiona. http://www.planeamentourbanistico.xunta.es/default.asp; [Consultada el 22 de agosto de 2016].

[9] Tal y como figura en el catastro, se trata de una construcción de 1983, de una superficie reducida y que posee un uso hotelero. Fuente: https://www1.sedecatastro.gob.es/OVCFrames.aspx?TIPO=CONSULTA [Consultada el 22 de agosto de 2016].

Además este conjunto también sufrirá el "boom" urbanístico de los años ochenta[10] con la ocupación masiva de terrenos por altos bloques de edificios, determinado por su carácter turístico[11]. Especulación que se denuncia en diversos medios de comunicación y provocó fuertes tensiones sociales.

Un ejemplo es el intento de urbanizar una parcela al SW de la península de Monte Boi. El terreno de 15.000 m2[12], se había disgregado, a modo de compensación para los antiguos propietarios, de los terrenos puestos a la venta para el Parador, indemnización que permitía la construcción una urbanización, intervención para la que los propietarios solicitaron licencia municipal, que fue denegada[13].

Tras esta negativa y transcurrido un tiempo, se pone a la venta, y serán los nuevos propietarios los que nuevamente lo intenten. Para ello se pretende recalificar el suelo -"Delimitación del suelo urbano"[14]-, intento que tampoco prosperó[15], y que terminó con la compra del terreno por el ayuntamiento[16].

Pero, sin duda, la medida de protección más relevante es la que se recoge en la Resolución de 11 de noviembre de 1987, por la que se incoa como Bien de Interés Cultural el conjunto histórico-artístico de Baiona –BOE, nº. 23, de 27 de enero de 1988- y cuya declaración se produjo 5 años más tarde -Decreto 48/1993, de 25 de febrero. BOE nº. 86, de 10 de abril- de ese mismo año.

Con esta declaración se establecía una zona de protección mucho más amplia que la del Plan de 1975 pero, al igual que en él, tampoco se incluía el espacio de la antigua Monterreal. Ausencia que, si cabe, más llamativa con la inclusión de otros elementos externos -núcleo de Baredo y la península de Santa Marta; Edificaciones en línea en el lugar de Sabarís, Núcleo del Parque Natural de la Virgen de la Roca, Núcleo de Bahiña, Núcleo de Belesar, Núcleo de Baredo, Monte da Peñiza, Monte de Castro Morade, Edificaciones en la Plaza de María Carabal y mercado de Sabarís, Edificaciones de Santa Cristina de Ramallosa- y otros de la propia población -casa

---

[10] En la Voz de Galicia, en 1986, se publica la opinión de Xose Ruibal, quien afirma «lo que ocurre en Baiona es curiosísimo. En todos los lugares de España, o en la mayoría, con la llegada de la democracia se recuperaron las ciudades; en Baiona fue el efecto contrario. No se que malaberismo del actual mandatario de Baiona se convirtió en una auténtica chapuza urbanística. Se perdió toda sensibilidad por la historia de Baiona, por su arte y eso es gravísimo».

[11] GUNTIN, 2004: 118.

[12] *Boletín del Congreso de los Diputados*, nº. 1582-II, de 3 de junio de 1981, pp. 3090/1-3090/2.

[13] GARRIDO RODRÍGUEZ, 2003: 190.

[14] «Sentencia contra la construcción de una urbanización de lujo en Bayona», *El País*, 11 de noviembre de 1982.

[15] «Incidentes en una asamblea de vecinos a causa de una urbanización», *El País*, 22 de agosto de 1982; «Vecinos del pueblo de Bayona contra la construcción de chalets de lujo junto a un parador nacional», *El País*, 25 de agosto de 1982.

[16] GARRIDO RODRÍGUEZ, 1990: 57.

nº. 20 de la calle Ramón y Cajal, casa número 25 de la calle Laureano Salgado, casa número 23 de la calle Laureano Salgado, Villa Zoila con su entorno inmediato, Casa nº. 10 de la calle Tomás Mirambal, edificación y entorno de la finca de los herederos de Tapias-[17].

La inclusión de estos elementos bajo una única figura es llamativa y no tiene parangón en Galicia, ya que se trata de un caso único, lo que provoca un importante grado de dificultad en la gestión del espacio declarado en la máxima categoría de protección establecida por la legislación.

Todo parece indicar que con esta inclusión lo que se pretende es tutelar los lugares o elementos que, con valores patrimoniales, se integran dentro del término municipal, a pesar de que nunca constituyeron una unidad de asentamiento. Aspecto que no evita que guarden relación al tener pautas comunes de evolución histórica y utilizar el mismo lenguaje constructivo y formal.

Con posterioridad a esta declaración el ayuntamiento redacta un nuevo Plan General de Ordenación Urbana. Este planeamiento fue aprobado definitivamente en marzo de 1994, publicándose en el Boletín Oficial de la Provincia de Pontevedra los días 2 y 3 de agosto del mismo año – BOPPo, nums. 147 y 148-. Este texto, que se mantiene en vigor hasta 2014[18], establecía la posibilidad de realizar actualizaciones cada ocho años. En él se han producido frecuentes modificaciones[19], aunque ninguna afectó al espacio histórico protegido como conjunto histórico artístico.

En esta normativa, de amplio desarrollo[20], figuran una serie de ordenanzas para la regulación del suelo urbano y, en concreto, en la número 5, se hace referencia al espacio del conjunto histórico artístico. En ella se establece que el Ayuntamiento tendrá «la obligación de redacción de un Plan Especial de Protección y Mejora», indicando además que mientras no se redacte, el espacio estará regido por las *Normas de Edificación y Conservación del Casco Viejo*, texto que permitía, como ya se indicó, unas amplias posibilidades de intervención en el espacio.

---

17 BOE nº. 86, de 10 de abril de 1993, p. 86.

18 En el mes de Junio se aprueba una nueva figura de planeamiento. Plan que fue aprobado inicialmente en el mes de noviembre de 2008.
http://www.baiona.org:89/pxom.baiona/1.informacion.urbanistica/documento.1.pdf;. http://www.baiona.org:89/pxom.baiona/5.catalogo.do.patrimonio.cultural/catalogo.pdf. [Consultada el 28de septiembre de 2014].

19 *El Plan General de Ordenación Urbana del Ayuntamiento de Baiona* de 1994, cuenta con las siguientes modificaciones puntuales: Modificación puntual nº. 1, aprobada el 29 de septiembre de 1997, (BOPPo, nº. 200, de 16 de octubre de 1997), que afectaba a 17 aspectos; Modificación puntual nº. 2, aprobada el 11 de noviembre de 1997, (BOPPo, nº. 236, de 5 de diciembre de 1997); Modificación puntual nº. 5, aprobada el 3 de octubre de 2008.

20 Fuente http://www.baiona.org:89/pxom.baiona/1.informacion.urbanistica/documento.1.pdf; [Consultada el 28 de septiembre de 2014].

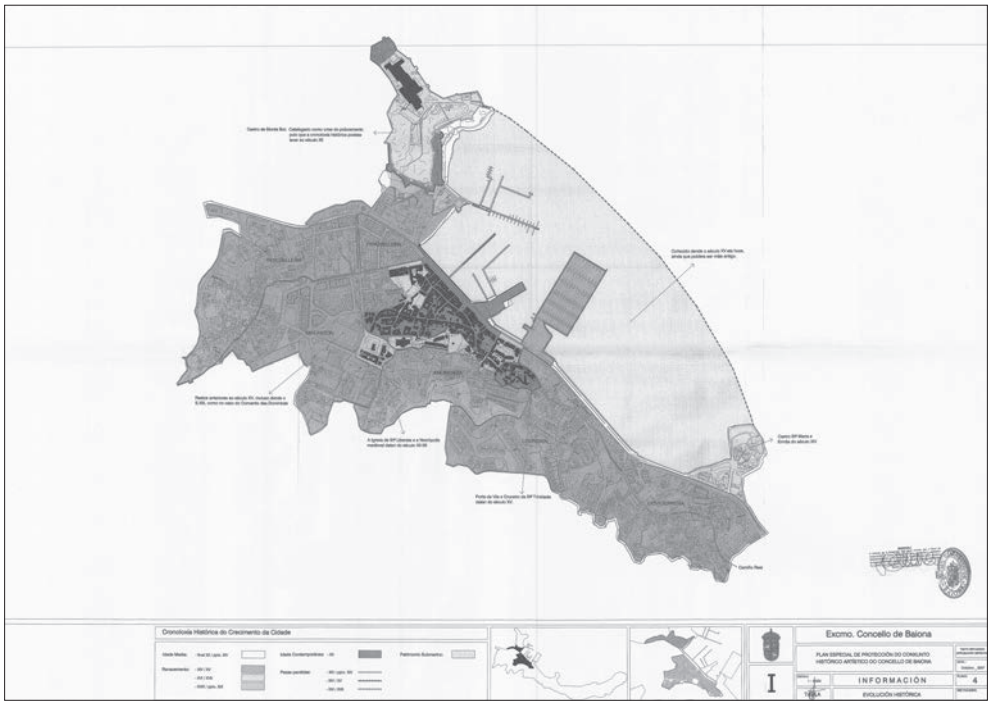


Fig. 5. Plano del Plan especial de Protección del conjunto histórico de Baiona.

Otra de las ordenanzas del Plan que afectaba directamente a este espacio era la núm. 6 que regula las actuaciones permitidas; así se autorizaban obras de restauración, conservación, consolidación o acondicionamiento[21], de demolición[22] o de construcción de nuevos edificios[23], al tiempo que fijaba las condiciones estéticas que las debían regir basadas en el criterio de «composición libre, con respecto al tratamiento actual de la edificación existente sobre la que actúen».

Junto con estas ordenanzas, esta figura también regulaba los criterios de protección específicos para la tutela del patrimonio cultural que se recoge en el catálogo que la acompaña -Anexo 1[24]- y en el que se indica que las actuaciones en estos bienes quedaban supeditadas a autorización de la Xunta de Galicia.

Otro texto a tener en cuenta es la Ley 8/95 de Patrimonio Cultural de Galicia. Se trata de un documento específico[25], en el que se indica: «En aquellos espacios declarados conjuntos históricos, el Ayuntamiento tendrá la obligación de redactar

[21] Ordenanza, nº, 6, del *Plan General de Ordenación Urbana del Ayuntamiento de Baiona* de 1994, art. 1
[22] *Idem*, art. 2
[23] *Idem*, art. 3
[24] Anexo 1. *Plan General de Ordenación Urbana del Ayuntamiento de Baiona* de 1994.
[25] FARIÑA TOJO, 2000: 198-199.

un plan espacial del área afectada» -art. 45-[26], compromiso que también se establecía en el PGOU de 1994[27] y en el artículo 69.3, de la Ley 9/2002, de 30 de diciembre, de Ordenación urbanística y protección del medio rural de Galicia[28].

Siguiendo esta premisa se redacta el Plan Especial de Protección para el conjunto histórico, que fue aprobado el 2 de junio de 2011 y publicado el día 22 del mismo mes en el Boletín Oficial de la Provincia[29], y el 28 de junio en el Diario Oficial de Galicia (DOG)[30] (Fig. 5). En esencia, es un plan que no solo trata de controlar de la edificación para preservar los valores culturales, sino también de potenciar el bienestar de los habitantes. Para ello trata de gestionar el espacio de forma activa, con lo que se genere un dinamismo y un diálogo entre las diferentes partes de la ciudad.

Es este principio el que lleva a que establezca como prioridad, por delante de la conservación y defensa patrimonial, la recuperación de las funciones urbanas propias, para lo que propone el establecimiento de nuevos equilibrios basados en factores físicos, en los sociales o en los económicos, generando así la renovación del tejido urbano[31].

Otro punto importante es que reconoce que el conjunto no es un unidad, sino que es el instrumento por el que se regula y gestiona la protección patrimonial en el municipio, al incorporar como partes integrantes bienes ajenos pero susceptibles de ser protegidos.

No obstante el espacio del conjunto posee singularidad, marcada por su carácter compacto, como estructura determinada por la presencia de una trama derivada de su pasado histórico, con construcciones de carácter civil y religioso que son de las más significativas de la zona del Val Miñor. Todas ellas son testimonio de la evolución arquitectónica no solo desde una visión histórica, sino que también reflejan la evolución social de la población[32].

---

[26] Art. 45. Ley 8/95, de 30 de octubre de Patrimonio Cultural de Galicia. CASTRO ALLEGUE, 2002: 100-101.

[27] TROITIÑO VINUESA, 1992: 38-39.

[28] Art. 69.3 y art. 75. Ley 9/2002, de 30 de diciembre, de Ordenación urbanística y protección del medio rural de Galicia.

[29] Edicto del Ayuntamiento de Baiona. "Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico Artístico del Ayuntamiento de Baiona. Normativa Urbanística". BOPDEPO, nº. 199, de 22 de junio de 2011, p. 19-57.

[30] Ayuntamiento de Baiona. Edicto de aprobación definitiva del Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Baiona. DOG., nº. 123, de 28 de junio de 2011, p. 17342.

[31] TROITIÑO VINUESA, 2003: 133 .

[32] *Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico Artístico de Baiona* (2011) Memoria justificativa. Concello de Baiona, p. 8.

Junto con estos valores esta figura, acorde a la normativa[33], establece un catálogo en el que figuran tres categorías de protección: Nivel I: Protección Integral[34], que poseen un reducido número de bienes y se otorga, por norma general, a aquellos que, aunque en la actualidad no cuentan con la declaración de BIC, si son susceptibles, por sus valores, de recibirla, Nivel II: Protección estructural[35], la poseen un grupo más amplio, formado por edificios de finales del siglo XIX o principios del XX y Nivel III: Protección ambiental 1, 2, 3[36], que se da en aquellos edificios que sin valores especiales conservan estructuras tipológicas propias del siglo XIX, han sufrido reformas o alteraciones que las han convertido en elementos modernos que no causan impacto, o por el contrario, se disponen como elementos impactantes y ajenos a las señas de identidad características.

Estos textos son los que articulan la regulación, desde el punto de vista normativo del conjunto histórico de la villa de Baiona, espacio que como tantos otros ha sufrido importantes modificaciones con el tiempo.

BIBLIOGRAFÍA

CASTRO ALLEGUE, Francisco (2002) – *Normativa do patrimonio cultural de Galicia.* Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.

Decreto de 22 de abril de 1949, sobre protección de los castillos españoles. BOE, nº. 125, de 5 de mayo, pp. 2058-2059.

Decreto de 22 de abril de 1949, sobre protección de los castillos españoles. BOE, nº. 125, de 5 de mayo, pp. 2058-2059.

FARIÑA TOJO, José (2000) – *La protección del patrimonio urbano. Instrumentos normativos*. Madrid: Akal.

GARRIDO RODRÍGUEZ, Xaime (1990) – *Baiona o urbanismo da democracia*. «Obradoiro», nº. 18, pp. 54-60.

—— (2003) – *En defensa do patrimonio histórico, arquitectónico e ambiental de Baiona*. «REM: revista de estúdios miñoranos», nº. 3, pp. 177-200.

GUNTIN, M. (2004) – *Contraurbanización no Val Miñor. O Caso de Baiona*. «REM: revista de estúdios miñoranos», nº. 4, pp. 117-122.

"Incidentes en una asamblea de vecinos a causa de una urbanización", El País, 22 de agosto de 1982.

LLANO CABADO, Pedro de (1983) – *Arquitectura popular en Galicia, A Casa mariñeira, a casa das agras, a casa do viño, as construccións adxetivas*, T. II, Vigo: COAG.

---

[33] Art. 46.3. de la Ley 8/95, de Patrimonio Cultural de Galicia. CASTRO ALLEGUE, 2002: 102.

[34] *Plan Especial de protección del conjunto histórico artístico de Baiona*. Memoria justificativa, p. 46.

[35] *Idem*, p. 46-47.

[36] *Idem*, p. 47-48.

Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico Artístico de Baiona (2011) Memoria justificativa. Concello de Baiona.

Plan General de Ordenación Municipal del Ayuntamiento de Bayona, 1975, s/p

"Sentencia contra la construcción de una urbanización de lujo en Bayona", *El País*, 11 de noviembre de 1982.

SOUTO GONZÁLEZ, Marta; SOUTO GONZÁLEZ, Xosé Manuel (1991) – *O Val Miñor entre as transformacións e as innovacións urbanas*. Vigo: Cámara Oficial de Comercio, Industria e Navegación.

TROITIÑO VINUESA, Miguel Angel (1992) – *Cascos antiguos y centros históricos: problemas, políticas y dinámicas urbanas*. Madrid: Ministerio de Obras públicas y Transporte.

TROITIÑO VINUESA, M.A. (2003) – *La protección, recuperación y revitalización funcional de los centros históricos*. «Mediterraneo Económico: Ciudades, arquitectura y espacio urbano», num. 3, pp. 131-160.

Vecinos del pueblo de Bayona contra la construcción de chalets de lujo junto a un parador nacional, «El País», 25 de agosto de 1982.

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO NO CONCELHO DE MORA: UM EXEMPLO DE GESTÃO

LEONOR ROCHA*

Resumo: O concelho de Mora destaca-se, no panorama nacional, pelo seu pioneirismo em termos de investigação arqueológica. De facto, numa altura em que a maior parte dos trabalhos realizados eram casuísticos, espacial e cronologicamente dispersos, a freguesia de Pavia teve um projeto de investigação estruturado, realizado por Virgílio Correia, entre 1914 e 1918[1].
Depois de ter sido residualmente abrangido pelos trabalhos realizados por Manuel Heleno no Alentejo Central, na década de 30, do séc. XX, a área volta a ganhar importância na última década deste século quando se iniciam novos trabalhos arqueológicos, inseridos em projetos de investigação de continuidade.
Ao longo dos últimos 20 anos procedeu-se a novos trabalhos de inventariação, de escavação de monumentos megalíticos, de sondagens em povoados, de recuperação e musealização de sítios…
Ao comemorar os 100 anos do início da investigação no concelho, a autarquia abalança-se para um novo projeto que se traduz num exemplo de boa gestão do património, fruto de um longo investimento: a criação de um Museu de Megalitismo.

Palavras-chave: Mora; Investigação arqueológica; Divulgação; Gestão patrimonial.

Abstract: Mora municipality stands out in Portugal for its pioneering archaeological research. In fact, at a time when most of the work carried out were casuistic, spatial and chronologically scattered, Pavia parish had a structured research project, conducted by Virgilio Correia, between 1914 and 1918[2].
After being caught by the residually work done by Manuel Heleno in Central Alentejo, in the 30s, the area around gained importance in the last decade of that century when they begin new archaeological work, inserted in continuing research projects.
Over the past 20 years we have proceeded to an inventory process, excavation of megalithic monuments, surveys in settlements, recovery and musealization of archaeological sites ...

---

* CHAIA/UÉ [2016] – Ref.ª UID/EAT/00112/2013 [CHAIA/UÉ 2014] – [Projeto financiado por Fundos Nacionais através da FCT/Fundação para a Ciência e a Tecnologia]. lmprocha@gmail.com.

[1] CORREIA, 1914; —, 1921.

[2] CORREIA, 1914; —, 1921.

Commemorating the 100th anniversary of the beginning of the investigation, the county moved to a new project which results in an example of good asset management, the result of a long investment: the creation of a Museum of Megalithism.

Keywords: Mora; Archaeological research; Divulgation; Patrimonial management.

1. O PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DO ATUAL CONCELHO DE MORA

1.1. A primeira metade do séc. XX

Apesar de existirem referências dispersas à existência de monumentos megalíticos na região de Pavia, desde 1625, nomeadamente, à famigerada anta-capela[3], pouco se conhecia sobre o património arqueológico desta região.

No início do século XX, Nery Delgado, Carlos Ribeiro e Leite de Vasconcelos desenvolveram alguns trabalhos nesta região, em torno do megalitismo funerário. Destes trabalhos conhecem-se algumas publicações no Archeólogo Português, da autoria de Leite de Vasconcelos[4] e de Maria Cristina Neto que, nos anos 70, publica uma lista de monumentos megalíticos do Alentejo, com base em informações de campo deixadas por Nery Delgado e Carlos Ribeiro, onde constam cerca de duas dezenas de monumentos localizados na região de Pavia[5].

Na realidade, os primeiros trabalhos sistemáticos de inventariação e escavação nesta região, apenas, se iniciam com Vergílio Correia, em 1914, e duram cerca de quatro anos[6]. No decurso deste período, este investigador identifica e intervenciona um conjunto significativo de sítios (monumentos megalíticos funerários, povoados e «santuários») centrados na freguesia de Pavia (Mora), subsidiado pelo Museu Etnológico Português, onde era conservador (ver Tabela 1).

Tabela 1. Dados dos sítios registados/ intervencionados por V. Correia no concelho de Mora[7].

	ANTAS		POVOADOS		«SANTUÁRIOS»	
V. Correia (1914-1918)	Identif.	Interv.	Identif.	Interv.	Identif.	Interv.
	71	48	2	2	2	(?)

[3] SEVERIM DE FARIA, 1740; VASCONCELOS, 1910; —, 1914; OLIVEIRA *et al.*, 1997; ALVIM, 2012; ROCHA, 1999a; —,1999b; —, 1999c; —, 2014b; —, 2015.

[4] VASCONCELOS, 1910; —, 1914.

[5] NETO, 1976-77: 99-104.

[6] CORREIA, 1921; ROCHA, 1999a.

[7] sdg. CORREIA, 1921; ROCHA, 1999a.

Os resultados destes trabalhos foram parcialmente publicados numa monografia que acabou por projetar a área arqueológica desta região a nível internacional. De facto, as incompatibilidades pessoais que teve com Leite de Vasconcelos, que acabaram por conduzir à sua saída de conservador do Museu Etnológico (1921), levaram-no a publicar esta obra em Espanha (Fig. 1). Infelizmente, estes problemas inviabilizaram também o seu acesso aos espólios e cadernos de campo depositados nesta Instituição, pelo que os dados apresentados acabam por ser nalguns casos bastante omissos ou sintéticos.

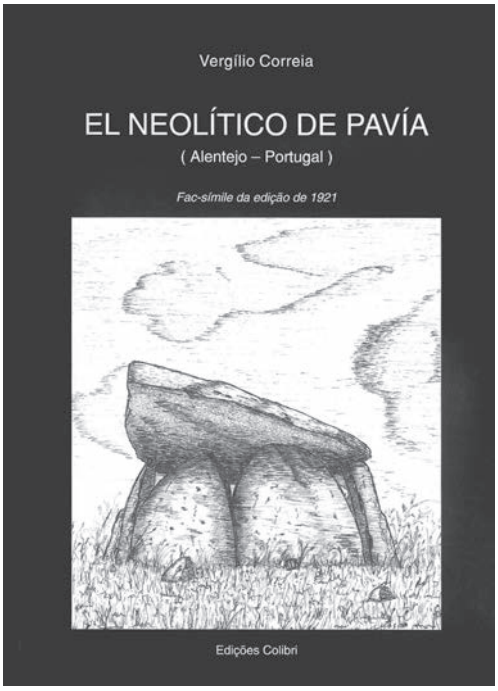


Fig. 1. Primeira monografia publicada sobre o concelho.

Após um hiato de cerca de 20 anos, este concelho desperta o interesse de outro investigador, que surge com o intuito de realizar uma investigação em torno do megalitismo funerário. Trata-se de Manuel Heleno, diretor do Museu Etnológico e também ele subsidiado por verbas desta Instituição. Procurando de certa forma manter alguma distância do seu antecessor, centra os seus trabalhos na freguesia de Brotas, que também apresentava uma densa mancha de monumentos megalíticos.

Entre 1934 e 1938 intervenciona cerca de 40 sítios entre povoados e monumentos megalíticos funerários (ver Tabela 2), reescavando sete das antas anteriormente intervencionadas por V. Correia, o conjunto de Briços[8].

Tabela 2. Dados dos sítios registados/ intervencionados por M. Heleno no concelho de Mora[9].

	ANTAS		POVOADOS	
M. Heleno (1934-1938)	Identif.	Interv.	Identif.	Interv.
	31	38	2	2

Os estudos de M. Heleno acabaram por nunca vir a ser publicados e exerceram uma influência muito negativa sobre a investigação arqueológica nas gerações

[8] ROCHA, 2005; —, 2009/2010.

[9] sdg. ROCHA, 2005.

seguintes, criando-se mesmo um verdadeiro mito em torno das suas descobertas[10]. Assim, apesar das centenas de contentores com materiais depositados no então Museu Etnológico, o conhecimento que existia sobre o concelho de Mora, no final da 1ª metade do séc. XX, era muito pouco consistente.

1.2. A segunda metade do séc. XX

A década de 50 trouxe consigo novos investigadores interessados no tema do megalitismo concelhio. Irisalva Moita, que havia sido aluna e discípula de M. Heleno na Faculdade de Letras de Lisboa e, muito provavelmente, inspirada por ele, procedeu a escavações em algumas antas a Nordeste e a Noroeste da povoação de Pavia nos anos de 1952 e 1953, subsidiada pelo Instituto da Alta Cultura. Estes trabalhos foram publicados em 1956[11].

Tabela 3. Dados dos sítios registados/ intervencionados por I. MOITA no concelho de Mora[12].

	ANTAS		POVOADOS		«SANTUÁRIOS»	
Moita	Identif.	Interv.	Identif.	Interv.	Identif.	Interv.
	2?	5	0	0	0	0

Os trabalhos do casal Leisner em relação ao megalitismo funerário do concelho de Mora acabaram por se cingir à revisão dos materiais depositados no Museu Etnológico por V. Correia, tendo sido publicada uma listagem geral das antas, assim como plantas e desenhos de alguns materiais. Sendo certo que este casal de investigadores não realizou quaisquer trabalhos de campo no concelho, tendo eventualmente visitado M. Heleno em alguma das suas intervenções, não deixa de ser estranho o facto de terem publicado algumas antas inéditas. Muito provavelmente esta informação estaria guardada no Museu Etnológico (Cadernos de Campo de V. Correia?) e foi inserida na sua obra de referência sobre o Megalitismo da Península Ibérica[13].

Na década de 70, a equipa dos Serviços Geológicos realizou trabalhos de campo na região, com vista à elaboração da Carta Geológica. À semelhança do que aconteceu noutras áreas, também aqui localizaram alguns monumentos e sítios arqueológicos. O seu contributo foi particularmente profícuo no que diz respeito à identificação de menires/ cromeleques que tinham, até á data, passado desaperce-

[10] ROCHA, 2005.
[11] MOITA, 1956.
[12] sdg. MOITA, 1956.
[13] LEISNER & LEISNER, 1959.

bidos aos arqueólogos, apesar de bem representados no concelho[14]. Aparentemente não realizaram qualquer intervenção arqueológica.

Tabela 4. Dados dos sítios registados pela equipa dos Serviços Geológicos de Portugal.

	POVOADOS		CROMELEQUES		MENIRES	
Zbyszewski *et al.* (197…(?)	Identif.	Interv.	Identif.	Interv.	Identif.	Interv.
	1	0	2	0	1	0

A partir da última década do séc. XX a signatária inicia um projeto de investigação sobre o megalitismo de Pavia que se viria a estender, nas décadas seguintes, ao estudo integrado das Primeiras Sociedades Camponesas.

Durante muito tempo considerada marginal em relação aos principais conjuntos conhecidos (Montemor, Évora e Reguengos de Monsaraz) a investigação realizada, no decurso dos últimos 20 anos, no concelho de Mora permitiu alterar substancialmente esta realidade. De facto, os resultados desses trabalhos (alguns realizados em parceria com outros investigadores) permitiu ampliar substancialmente os dados conhecidos, existindo atualmente inventariados mais de 450 sítios arqueológicos no concelho, atribuídos, sobretudo à Pré-história Recente, criando assim as bases para a fase seguinte: a gestão integrada do património concelhio[15].

2. DA INVESTIGAÇÃO À MUSEALIZAÇÃO

O conjunto de sítios intervencionados, nas últimas duas décadas, permitiu ir alicerçando informação e, sobretudo, iniciar o planeamento da sua gestão turística, quer através da sua recuperação e musealização, quer através da exposição de espólios – infelizmente a esmagadora maioria destes encontra-se depositada em Lisboa, no Museu Nacional de Arqueologia.

Pese embora os esforços desenvolvidos, na prática, algumas das tentativas de gestão integrada de alguns dos monumentos intervencionados acabou por nunca se poder materializar completamente, uma vez que estes se encontram em propriedades privadas e o seu acesso e fruição, por parte do grande público, coloca alguns problemas até agora incontornáveis (Fig. 2). Por esse motivo, a autarquia

[14] ZBYSZEWSKI *et al.*,1977.

[15] ALVIM & ROCHA, 2012; CALADO & ROCHA, 2008; CALADO *et al.*, 2007; —, 2009; —, 2012; DUARTE *et al.*, 2003; ROCHA, 2000a; —, 2000b; —, 2001; —, 2003a; —, 2003b; —, 2012a; —, 2012b; —, 2013b; —, 2014a; —, 2014c; —, 2014e; —, 2016a; —, 2016b; ROCHA & ALVIM, 2011; —, 2012; —, 2015; ROCHA & CALADO, 1996; —, 2006; ROCHA & DUARTE, 2009; ROCHA & MATALOTO, 2012; ROCHA *et al.*, 2005; —, 2009; —, 2011.

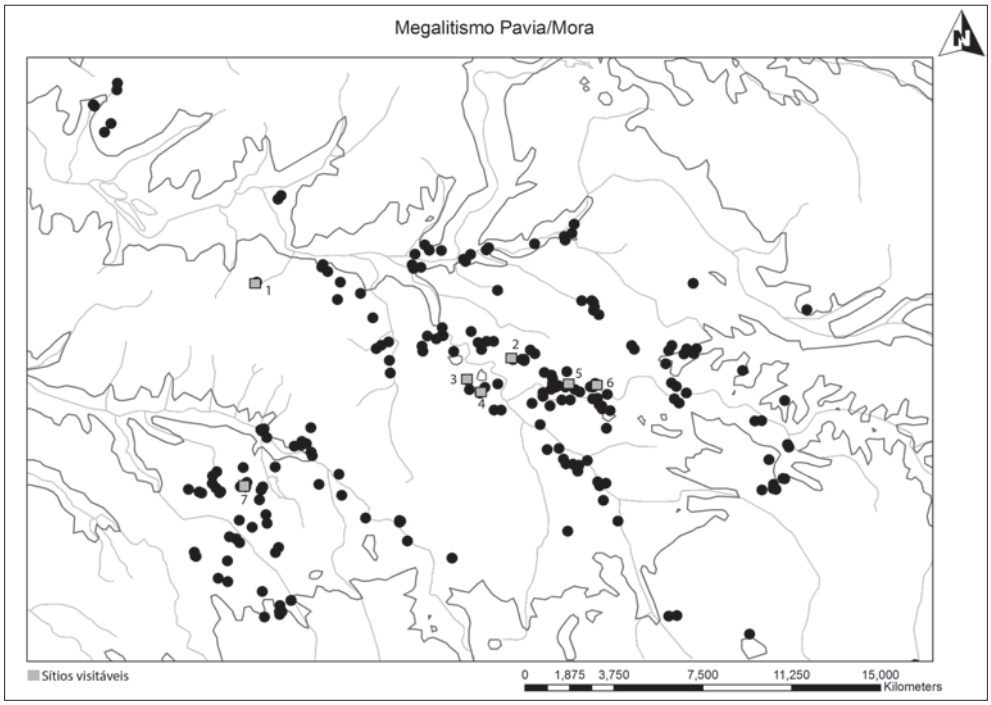


Fig. 2. Monumentos megalíticos do concelho. 1: Cromeleque das Fontaínhas; 2: Cromeleque de Vale d`el Rey; 3: Anta Capela de Pavia; 4: Anta da Lapeira; 5: Alinhamento do Monte da Têra; 6; Menir do Monte da Têra; 7: Menires do Alto da Cruz.

acabou por nunca se abalançar na criação de sinaléticas e de roteiros, que seriam certamente centrados em torno do megalitismo, que se apresenta nesta região bem preservado e tipologicamente bastante diversificado, quer no que respeita ao mundo funerário quer, ao não funerário.

Ao comemorar os 100 anos do início da investigação no concelho a autarquia de Mora assume um novo projeto, que se traduz num exemplo de boa gestão do património fruto, como se viu anteriormente, de um longo investimento: a criação de um Museu de Megalitismo.

Este núcleo museológico, o primeiro com estas características a ser criado na região do Alentejo, localiza-se na antiga Estação da CP de Mora, recuperando as suas edificações e criando, simultaneamente, novos espaços destinadas ao núcleo museológico e áreas de serviços. O edifício antigo é aproveitado para uma pequena biblioteca e um espaço internet. A estrutura que servia de armazém foi remodelada e tornou-se um complemento ao museu, com um espaço dedicado, sobretudo, às crianças onde estarão disponíveis diversos jogos interativos. Por último, para integrar este núcleo museológico foi construído um edifício, com 400m^2. Os diversos

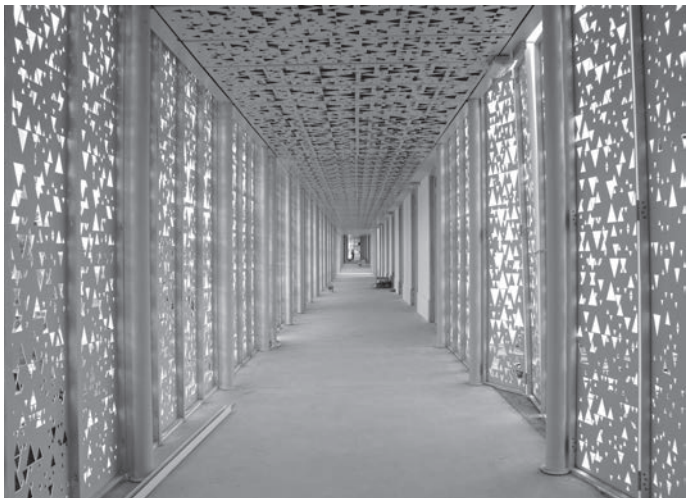


Fig. 3.
Vista parcial do corredor de ligação, em fase de obra.

espaços ficam interligados por um longo corredor, protegido com placas metálicas, com diferentes dimensões de triângulos, simbolizando o geometrismo presente nas placas de xisto alentejanas do III milénio a.C (Fig. 3).

A área do museu apresenta um design moderno, criada pelos arquitetos do P06 Atelier, com um modelado de madeiras que visa representar as curvas de nível do território (Fig. 4). Embutidas neste ondulado encontram-se os três espaços que englobam o quotidiano das populações neolíticas: a Vida, a Morte e a Contemplação. As coleções arqueológicas expostas provêm, maioritariamente, de cedências provenientes do Museu Nacional de Arqueologia (materiais do concelho de Mora) e de outras instituições. Para além da exposição de espólios, o museu conta ainda com maquetes que reconstituem as três componentes anteriormente referidas (Fig. 5), assim como vitrines interativas que permitem ao visitante explorar espaços e peças arqueológicas.

A criação deste museu temático, em 2016, veio valorizar o vasto conjunto megalítico existente no concelho de Mora, não pela via das visitas aos sítios, devido aos condicionalismos anteriormente apontados e ainda não superados, mas pela divulgação dos espólios recuperados nas escavações antigas (em depósito no MNA), de espólios de outras áreas do Alentejo (atualmente do concelho de Sesimbra e de Alter do Chão) e de outros sítios recentemente intervencionados.

A possibilidade de rentabilização turística e cultural deste espaço museológico beneficia do fato de existir um conhecimento científico bastante sólido, com vários monumentos intervencionados, e da possibilidade destes virem a integrar roteiros megalíticos.

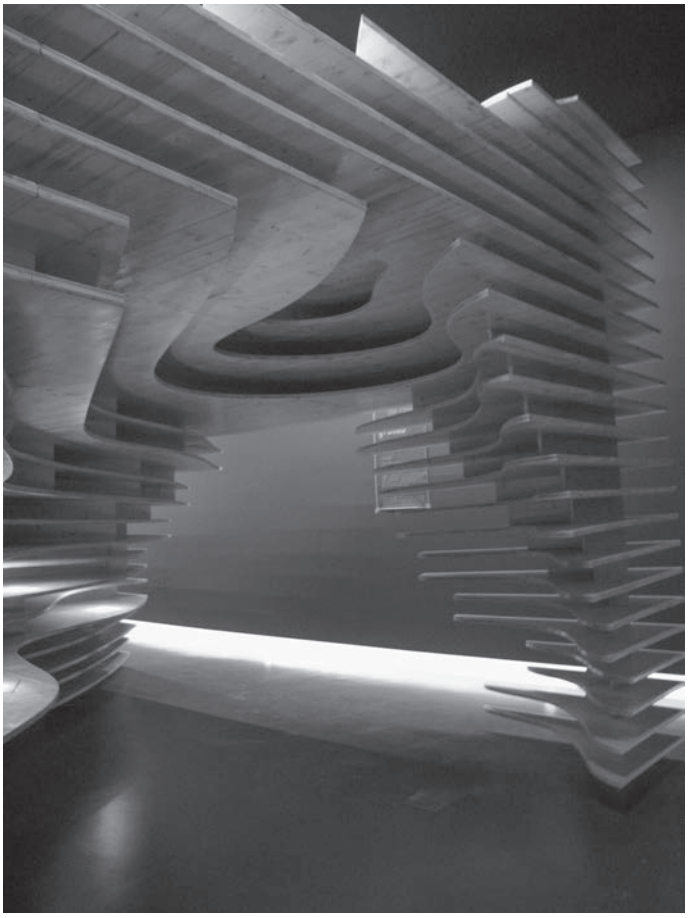


Fig. 4.
Pormenor de uma das áreas do interior do museu.

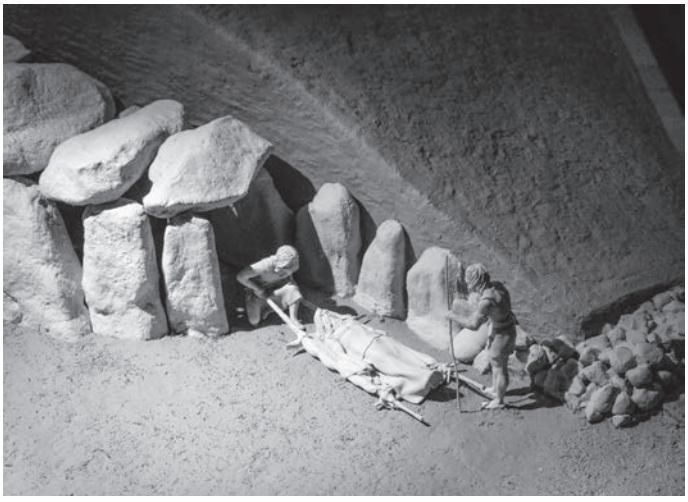


Fig. 5.
Pormenor de uma das maquetes: monumento megalítico funerário.

De salientar que tanto os trabalhos de V. Correia e M. Heleno como os de I. Moita, identificaram monumentos que acabaram por ser destruídos ao longo do séc. XX, sendo, por isso, o seu registo e divulgação importante para a compreensão da dispersão do megalitismo funerário no concelho de Mora.

BIBLIOGRAFIA

ALVIM, Pedro (2012) – *Fui lá visitar um pastor: S. Dinis, a anta – capela de Pavia*. *O tempo das Pedras. Carta Arqueológica de Mora.* Mora: Câmara Municipal de Mora, p. 114-115.

ALVIM, Pedro; ROCHA, Leonor (2011) – *Os menires do Alto da Cruz: novos dados e algumas reflexões sobre o Megalitismo da área de Brotas (Mora)*. «Revista Portuguesa de Arqueologia». Vol.14. Lisboa: IGESPAR, p. 41-55.

CALADO, M.; ROCHA, L. (2008a) – *Sources of monumentality: standing stones in context (Fontaínhas, Alentejo Central, Portugal). BAR S1857. Early Neolithic in Iberian Peninsula Regional and transregional components / Le Néolithique ancien dans la Péninsule Ibérique. Les éléments regionaux et transregionaux*. In *Proceedings of the XV UISPP World Congress (Lisbon, 4-9 September 2006) / Actes du XV Congrès Mondial (Lisbonne, 4-9 Septembre 2006)* Vol. 18, Session C44. edited by: Mariana Diniz, p.61-70.

CALADO, Manuel; ROCHA, Leonor; ALVIM, Pedro (2009) – *O tempo das Pedras. Carta Arqueológica de Mora.* Mora: Câmara Municipal de Mora.

—— (2007) – *Neolitização e Megalitismo: o recinto megalítico das Fontainhas (Mora, Alentejo Central)*. «Revista Portuguesa de Arqueologia». Vol. 10. Nº 2. Lisboa: IPA, p. 75-100.

CORREIA, Vergílio (1914) – *Crónica. Excursões arqueológicas ao Alentejo*. «O Archeologo Português». Lisboa, p. 191.

—— (1921) – *El Neolítico de Pavia*. «Memoria». 27. Madrid: Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas.

DUARTE, Cidália; ROCHA, Leonor; PINHEIRO, Vanda (2003) – *A necrópole da 1ª Idade do Ferro do Monte da Têra (Pavia)*. «Trabalhos de Arqueologia». Paleoecologia Humana e Arqueociências: um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura. MATEUS, José Eduardo; MORENO-GARCÍA, Marta, eds. 29. Lisboa: IPA, p. 269-270.

LEISNER, Georg; LEISNER, Vera (1959) – *Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel: Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter. II: 2.

MOITA, Irisalva (1956) – *Subsídios para o estudo do Eneolítico do Alto Alentejo*. «O Arqueólogo Português». III. Lisboa, p. 135-176.

OLIVEIRA, Jorge; SARANTOPOULOS, Panagiotis; BALESTEROS, Carmen (1997) – *Antas-Capelas e Capelas junto a antas no território português*. Lisboa.

ROCHA, Leonor (1997) – *Os menires de Pavia, Mora (Portugal). Actas do II Congreso Peninsular de Arqueologia*. Tomo II. Zamora, p. 221-228.

—— (1999a) – *Povoamento Megalítico de Pavia. Contributo para o conhecimento da Pré-história Regional*. Setúbal: C. M. Mora.

—— (1999b) – *Aspectos do Megalitismo da área de Pavia, Mora (Portugal)*. «Revista Portuguesa de Arqueologia». Vol. 2. No 1. Lisboa, p. 71-94.

—— (1999c) – *O megalitismo funerário da área de Pavia, Mora (Portugal). Estado actual da investigação*. *II Congrés del Neolític a la Península Ibèrica*. Valencia, p. 604-622.

—— (2000a) – *O Alinhamento do Monte da Têra, Pavia (Mora): resultados da 1ª campanha (1996)*. «Trabalhos de Arqueologia». 16: *Muitas antas, pouca gente? – Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: IPA, p. 183-194.

—— (2000b) – *O monumento megalítico da Idade do Ferro do Monte da Tera – Pavia (Portugal)*. In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Vol. III. *Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica*. Porto: ADECAP, p. 521-527.

—— (2001) – *Povoamento Pré-histórico da área de Pavia*. «Revista Portuguesa de Arqueologia». Vol. 4. Nº 1. Lisboa: IPA, p. 17-43.

—— (2003a) – *O monumento megalítico do Monte da Têra (Pavia, Mora), Sector 2: resultados das últimas escavações*. «Trabalhos de Arqueologia». 25: *Muita gente, poucas antas? Origens, Espaços e contextos do Megalitismo – Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: IPA, p. 339 -350.

—— (2003b) – *O monumento megalítico da I Idade do Ferro do Monte da Têra (Pavia, Mora). Sectores 1 e 2*. «Revista Portuguesa de Arqueologia». Vol. 6. Nº 1. Lisboa: IPA, p. 121-129.

—— (2005) – *As origens do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno*. Tese de doutoramento policopiada. Lisboa.

—— (2009/2010) – *As origens do megalitismo funerário alentejano. Revisitando Manuel Heleno*. «Promontoria». Universidade do Algarve.

—— (2012a) – *História da Investigação Arqueológica*. «O tempo das Pedras. Carta Arqueológica de Mora». Mora: Câmara Municipal de Mora.

—— (2012b) – *Metodologia*. In *O tempo das Pedras. Carta Arqueológica de Mora*. Mora: Câmara Municipal de Mora.

—— (2012c) – *Anta do Monte das Figueiras*. In *O tempo das Pedras. Carta Arqueológica de Mora*. Mora: Câmara Municipal de Mora.

—— (2014a) – *The contribution of Manuel Heleno to the knowledge of the funerary Megalithic in Alentejo*. In *Rendering Death: Ideological and Archaeological Narratives from Recent Prehistory (Iberia)*. CRUZ, Ana; CERRILLO-CUENCA, Enrique; BUENO-RAMÍREZ, Primitiva; CANINAS, João Carlos; BATATA, Carlos – *BAR International Series 2648*, p. 13-22.

—— (2014b) – *A Anta Capela de Pavia (Pavia, Mora). Relatório Técnico- Cientifico Final*. Acessível nos Arquivos da DGPC, Lisboa.

—— (2014c) – *Torre das Águias. Monumento Nacional em risco*. «Boletim Municipal de Mora». nº 99, p.6

—— (2014d) – *Anta – Capela de Pavia: O maior monumento funerário do concelho e um dos maiores da Península Ibérica*. «Boletim Municipal de Mora». nº 100, p.6

—— (2014e) – *1914 – 2014: Cem anos de investigação arqueológica em Mora*. «Boletim Municipal de Mora». nº 101, p.6

—— (2015) – *A Anta-Capela de Pavia (Mora): novos dados sobre o megalitismo desta área*. In *VII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. MEDINA ROSALES, N., *ed.* Ayuntamiento de Aroche, p. 235-250.

—— (2016a) – *Percorrendo antigos [e recentes] trilhos do Megalitismo Alentejano. Terra e Água. Escolher Sementes, invocar a Deusa. Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves*. In SOUSA, Ana Catarina; CARVALHO, António; VIEGAS, Catarina, *eds. – Estudos & Memórias.* 8. Lisboa, p. 167-177.

—— (2016b) – *O Neolítico no Alentejo: novas reflexões*. «Monografias AAP». 2. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 109-118.

ROCHA, Leonor; ALVIM, Pedro (2015) – *Novas e velhas análises da arquitectura megalítica funerária: o caso da Mamoa do Monte dos Condes (Pavia, Mora)*. «Estudos & Memórias». 8. Lisboa. p. 557-563.

—— (2011) – *Mamoa do Monte dos Condes (Pavia, Mora). Relatório Final/10.* Acessível nos Arquivos do IGESPAR, Lisboa.

—— (2012) – *Águias 2 (Brotas, Mora). Relatório Final*. Acessível nos Arquivos do IGESPAR, Lisboa.

ROCHA, Leonor; ALVIM, Pedro; CALADO, Manuel (2009) – "Catálogo". In *O tempo das Pedras. Carta Arqueológica de Mora*. Mora, p. 66.

ROCHA, Leonor; CALADO, Manuel (1996) – *Neolitização do Alentejo Interior: Os casos de Pavia e Évora*. In *Rubricatum. I Congrés del Neolític a la Península Ibèrica.* vol. 2. Gavà- Bellaterra: p. 673-682.

—— (2006) – *Megalitismo de Mora: nas fronteiras do Alentejo Central*. Lisboa: Apenas Livros, Lda.

ROCHA, Leonor; CALADO, Manuel, ALVIM, Pedro (2011) – *Carta Arqueológica de Mora. Encontro Arqueologia e Autarquias*. ALMEIDA, Maria José; CARVALHO, António, *eds.* Cascais: C.M. Cascais, p.155-164.

ROCHA, Leonor; DUARTE, Cidália; PINHEIRO, Vanda (2005) – *A necrópole da 1ª Idade do Ferro do Monte da Têra, Pavia (Portugal): dados das últimas intervenções.* In *Actas do III Simpósio Internacional de Arqueologia de Mérida: Protohistoria del Mediterrâneo Occidental*. 1. Mérida: CSIC/ Junta de Extremadura/Consorcio de Mérida, p. 605-614.

ROCHA, Leonor; DUARTE, Cidália (2009) – *Megalitismo funerário no Alentejo Central: os dados antropológicos das escavações de Manuel Heleno*. In POLO CERDÁ, Manuel; García- Prósper, E., *eds. – Investigaciones histórico-médicas sobre salud y enfermedad en el pasado. Actas del IX Congreso Nacional de Paleopatología*. Valencia: Grupo Paleolab & Sociedad Española de Paleopatologia, p. 763-781.

ROCHA, Leonor; MATALOTO, Rui (2012) – *O conjunto megalítico do Monte da Têra. O tempo das Pedras. Carta Arqueológica de Mora*. Mora: Câmara Municipal de Mora.

SEVERIM DE FARIA, Manuel (1740) – *Noticias de Portugal escritas por Manoel Severim de Faria*. Lisboa.

VASCONCELOS, José Leite de (1910) – *Analecta archeológica. 1. Dolmen transformado em capella*. «O Archeologo Português». XV. Lisboa, p.321-322.

—— (1914) – *Anta de Pavia*. «O Archeologo Português». 19. Lisboa, p. 376-377.

ZBYSZEWSKI, G; FERREIRA, O. V; SOUSA, H. R; NORTH, C. T. (1977) – *Nouvelles Découvertes de Cromlechs et de Menhirs au Portugal. Comunicações Serviços Geológicos de Portugal*. Vol. LXI. Lisboa: SGP. 63-73

JARDINS HISTÓRICOS PORTUGUESES: CONCEÇÃO E ENQUADRAMENTO JURÍDICO PARA A SUA GESTÃO E VALORIZAÇÃO

CARLA MARQUES RIBEIRO*

Resumo: Na sua dimensão patrimonial, normativamente consagrada, os jardins históricos constituem simultaneamente um monumento vivo e um espaço de sociabilidade, enquanto testemunhos não só da identidade cultural de uma sociedade como da composição arquitetónica do espaço.
Para além disso, configuram realidades territorialmente situadas e identificadas numa dimensão turística potencialmente estratégica, com a possibilidade da sua fruição, valorização e enriquecimento, o que pressupõe um modelo adequado para a gestão e valorização, numa perspetiva de sustentabilidade cultural e económica.
Neste contexto, releva-se a valorização dos jardins históricos portugueses por via da atividade turística e a configuração de um modelo de rede integrada em sede de gestão e valorização cultural.

Palavras-chave: Jardins históricos; Gestão; Valorização; Sustentabilidade.

Abstract: In the patrimonial dimension, normatively consecrated, the historic gardens are simultaneously a living monument and a sociability space, as a testimony not only of the cultural identity of a society but also as the architectural composition of the space.
In addition, the historic gardens configure territorially realities and identified in a potentially strategic tourist dimension, with the possibility of fruition, valorization and enrichment, which requires a suitable model for the management and valorization, in a cultural and economic sustainability perspective.
In this context, it reveals the valorization of the portuguese historic gardens through the tourism and a configuration of a integrated network model, for his management and valorization.

Keywords: Historic Gardens; Management; Valorization; Sustainability.

* FLUP/ CITCEM. cmarques@letras.up.pt.

INTRODUÇÃO

A ordem jurídica portuguesa consagra, entre as tarefas fundamentais do Estado, a proteção e valorização do património cultural do povo português, conforme dispõe o art. 9.º, al. e) da Constituição da República Portuguesa de 1976 (CRP), ao lado do direito fundamental à fruição e criação cultural e do dever de preservação, defesa e valorização do património cultural, nos termos do art. 78.º, n.º 1 da CRP. A salvaguarda, valorização e divulgação do património cultural, enquanto elemento vivificador da identidade cultural comum, constitui uma incumbência do Estado a desenvolver em colaboração com todos os agentes culturais, conforme prescreve o art. 78.º, n.º 2, al. c), entre os quais, os proprietários e detentores de bens culturais, bem como as estruturas associativas de defesa do património cultural.

Por seu turno, a Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural (LPC) – Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, consagra os princípios da contratualização, da cooperação e da sustentabilidade, dando abertura a novos modos de gestão e prossecução de estratégias de valorização dos bens culturais, entre os quais, os jardins históricos portugueses.

No contexto nacional, a temática dos jardins históricos foi subalternizada, não constituindo uma preocupação específica aos níveis legislativo e administrativo, se tivermos na devida conta que, no decurso temporal, muitos jardins perderam o seu caráter artístico e histórico ou simplesmente foram desaparecendo. Verificou-se uma insuficiência na sua proteção, inventariação e classificação e a ausência de um regime jurídico que respondesse às respetivas especificidades e interesse cultural. Contudo, a partir dos anos noventa do século XX, abriram-se novas possibilidades para a proteção, salvaguarda e valorização, por via da sua rendibilização.

Para o nosso propósito, seguimos as prescrições constantes da LPC, ao nível da contratualização, cooperação e sustentabilidade, enquanto suporte para um complexo de medidas tendentes a uma compreensão dinâmica e articulada da gestão e valorização dos jardins históricos portugueses que permita assegurar a respetiva sustentabilidade cultural e económica. Consideramos as possibilidades da sua rendibilização por via da atividade turística, tendo como pano de fundo a configuração de uma rede integrada de jardins históricos dotados de interesse cultural, enquanto modelo administrativo, que possibilite a sua agregação, independentemente da sua titularidade pública ou privada.

1. CONCEÇÃO JURÍDICA DE JARDIM HISTÓRICO

No quadro atual pressupõe-se uma visão dinâmica da política do património cultural, compreendendo não só o tradicional direito de acesso à fruição dos bens culturais, nas suas múltiplas manifestações, mas também a sua valorização ou enriquecimento[1], abrindo-se a possibilidade para abranger os bens culturais potenciais[2].

No que concerne ao conceito de jardim histórico, a Carta da Preservação dos Jardins Históricos, adotada pelo ICOMOS-IFLA, em Florença, no ano de 1981[3], veio, por um lado, consagrar a expressão «jardim histórico» que deve compreender conjugadamente o que já foi ou está sendo construído, num ciclo evolutivo. E, por outro lado, tornou-se o principal documento orientador das suas intervenções, com a finalidade de preservação e a possibilidade da sua fruição cultural.

Nos termos dos arts. 1.º e 2.º, define e carateriza o jardim histórico, como uma composição arquitetónica e vegetal com interesse para o público, pelo seu caráter histórico ou artístico, devendo ser considerado como um monumento. Dada a sua expressão territorial, torna-se necessária uma abordagem integrada das suas componentes naturais e construídas e ainda da diversidade de contextos sociais e económicos em que se enquadram, podendo englobar quer os jardins e paisagens culturais de grande dimensão quer os jardins de menor dimensão.

Neste sentido, a essência material e imaterial do jardim histórico apela à Carta do Espírito dos Lugares, adotada pelo ICOMOS, em 2008, que assume um conjunto de princípios para a preservação do «spiritu loci» através da proteção do património material e imaterial, designadamente dos monumentos, sítios e paisagens, como uma forma de salvaguardar a preservação da identidade cultural das comunidades.

No que diz respeito ao quadro jurídico português pode afirmar-se que, durante muito tempo, esteve confinado a uma conceção monumentalista e historicista, centrada no património de caráter singular e erudito, com base no Decreto n.º 20985, de 7 de março de 1932. Ultrapassada uma visão conservadora e estática, adotou-se uma conceção ampla de património cultural, corroborada pelo art. 2.º, n.º 1 da LPC, ao referir que «integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização», abrangendo igualmente os contextos dos bens culturais materiais e imateriais que, pelo seu valor de testemunho, possuam com estes uma relação interpretativa e informativa, relevando o enquadramento ambiental e paisagístico.

---

[1] ALIBRANDI & FERRI, 2001: 27.

[2] CORNU, 1996: 25.

[3] FERREIRA, 1998: 49.

Tendo em conta esta amplitude tipológica, manifesta-se o interesse pelas paisagens, sítios e monumentos naturais, nos quais se enquadra o jardim histórico como património, obra de arte e documento cultural, artístico e histórico, que traduz «um espaço para o uso privado ou público, onde prevalecem elementos naturais da paisagem, articulados com elementos construídos»[4], materializando uma das expressões mais grandiosas, mas também a mais delicada do património cultural e paisagístico[5].

A LPC veio contemplar uma referência mais específica relativamente ao jardim histórico, o que não sucedia na legislação anterior. No entanto, não prescreve uma definição de jardim histórico, nem um regime jurídico específico, o que se traduz na remissão para os princípios constantes da Carta de Florença. Mas, por um lado, compreende-o como bem cultural e, como tal, constitui um dos componentes do regime geral de valorização, conforme refere a al. c) do art. 70.º, ao dispor sobre «a proteção e valorização da paisagem e a instituição de novas e adequadas formas de tutela dos bens culturais e naturais, designadamente os jardins históricos e sítios». Por outro lado, verifica-se no âmbito da defesa da qualidade ambiental e paisagística, referida no art. 44.º, que pode ser um elemento potenciador da coerência dos monumentos, conjuntos e sítios, reconhecendo os jardins e parques, ao lado de outros conjuntos urbanos e elementos naturais integrados na paisagem.

2. ENQUADRAMENTO JURÍDICO PARA A GESTÃO E VALORIZAÇÃO DOS JARDINS HISTÓRICOS PORTUGUESES

2.1. Generalidades sobre o regime de gestão e valorização do património cultural

A sustentabilidade cultural requer uma compreensão jurídica suscetível de integrar diversos instrumentos para a política de gestão e valorização dos bens culturais, com formas de utilização adequadas e mecanismos para a sua rendibilização[6], podendo contribuir para o desenvolvimento regional e local[7] e, nessa medida, deve relevar-se a promoção e valorização dos bens culturais enquanto «bens económicos produtivos»[8], na prossecução da sustentabilidade económica, tendo em conta

[4] CASTEL-BRANCO, 2002: 5.
[5] ESTADÃO, 2006: 2.
[6] XAVIER, 2001: 34.
[7] NETZER, 2001: 49.
[8] MOSSETTO & VECCO, 2001: 23.

uma adequada repartição intergeracional dos encargos públicos[9]. Por isso, devem preconizar-se as medidas necessárias num processo de desenvolvimento sustentável, tal como refere a al. c) do art. 1.º da Convenção Quadro relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, adotada pelo Conselho da Europa, em 2005.

Hoje, a política do património cultural português abrange não só a sua conservação e proteção, por via das figuras do inventário e da classificação, constantes dos arts. 19.º e 18 .º da LPC, mas também a sua valorização, divulgação e enriquecimento.

A conceção dinâmica de património cultural adotada pela LPC, refletiu-se ao nível da sua gestão e valorização, no sentido de assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento cultural unirá as gerações num percurso civilizacional singular, conforme dispõe o n.º 1 do art. 3.º da LPC, procurando incentivar e assegurar o acesso à fruição cultural, no sentido da democratização cultural[10].

A valorização dos bens culturais comporta um conjunto amplo de atividades destinadas a promover o conhecimento e a assegurar as condições da sua utilização e fruição pública[11], por isso, o regime geral de valorização dos bens culturais comporta uma panóplia de componentes, elencadas no art. 70.º da LPC, designadamente, a divulgação, o crescimento e enriquecimento, a utilização, a rendibilização e a gestão. Neste sentido, a LPC dispõe de um conjunto de instrumentos contemplados no art. 71.º, designadamente os regimes de acesso, a visita pública, os programas e projetos de divulgação, os planos e os programas de aproveitamento turístico.

Para a sua concretização torna-se importante a cooperação articulada entre as diversas entidades públicas e privadas, os titulares de bens culturais e a comunidade, acentuando-se o encorajamento à intervenção dos particulares para a atividade, socialmente útil[12], de valorização do património cultural. Com efeito, o património cultural integra cada vez mais bens de propriedade ou titularidade privada e, para a sua fruição pública, deve haver modos de valorização e divulgação concertados entre a Administração Pública e os seus proprietários e detentores, concretizando-se fundamentalmente no direito de visita reconhecido nos arts. 78.º, n.º 1 da CRP e 7.º, n.º 2 da LPC.

Embora nos diversos normativos da LPC esteja refletido implicitamente o princípio da sustentabilidade, a sua normação nada refere quanto aos termos em que os agentes culturais e a sociedade civil devem agir concretamente em sede de

---

9 SILVA, 2009: 23.

10 CANOTILHO & MOREIRA, 2014: 46.

11 VOLPE, 2007: 223.

12 CORTESE, 2007: 85.

gestão e valorização dos bens culturais, deixando uma ampla margem de discricionariedade para o legislador português.

2.2. Arquétipos para a gestão e valorização dos jardins históricos portugueses

2.2.1. A dimensão turística como veículo estratégico

A atividade turística converteu-se num setor estratégico para a economia e para as políticas de desenvolvimento regional, no qual relevam as formas de turismo cultural e temático, no âmbito de uma compreensão de turismo sustentável, gerando a rendibilização dos bens culturais[13]. A prioridade na manutenção de um quadro de referência para esta atividade, consubstanciou-se na aprovação do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)[14], com a função de articular o turismo com outros domínios, como o património cultural.

No Estado Português temos assistido à afetação relativa dos bens culturais à atividade turística, com suporte na LPC que integra nos componentes do regime de valorização dos bens culturais a sua utilização, aproveitamento, rendibilização e gestão, e nos instrumentos desse regime os programas de aproveitamento turístico, nos termos da al. i) do art. 70.º e al. l) do art. 71.º.

Pela atividade turística passa a viabilidade de proteção, conservação e valorização do património cultural, pelo facto de ser uma das atividades mais relevantes para o exercício do direito à fruição cultural, com o enriquecimento continuado e aberto a novos conteúdos, como os oferecidos pelos jardins históricos.

Hoje, a Lista do Património Mundial integra alguns jardins históricos classificados pelas suas caraterísticas extraordinárias, de acordo com os critérios constantes da Convenção para a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural, adotada pela UNESCO, em 1972, o que se traduz num retorno cultural e económico[15].

Alguns Estados também atribuíram a devida importância a este tipo de bens culturais, como sucedeu, no Reino Unido, com a criação e implementação do Registo Nacional de parques e jardins históricos de especial interesse, com o importante contributo de organizações como a National Trust no sentido da sua preservação, valorização e promoção[16]. Assim, como no Estado francês, a política a favor dos parques e jardins, institucionalizada em 2003, visou alcançar a proteção, restauração,

[13] PÉREZ FERNÁNDEZ, 2004: 163.
[14] Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 4 de abril.
[15] BENTO, 2010: 53.
[16] MINTER, 2004: 29.

manutenção e valorização dos jardins históricos, e na qual se insere a distinção de Jardin Remarquable e a implementação de planos de gestão[17].

No Estado português verifica-se, por um lado, que a temática do turismo dos jardins históricos portugueses ainda é abordada de uma forma residual, quando comparada com o enaltecimento de outros bens culturais. No entanto, deve compreender-se as possibilidades que os jardins históricos portugueses podem proporcionar ao nível da sua fruição e enriquecimento cultural, uma vez que dispõem de um conjunto de caraterísticas singulares, no que concerne aos materiais, à arte topiária, à decoração ou dimensão, à sua localização, à topografia, às influências atlântica e mediterrânica e à organização política, social e económica, que podem configurá-los como um recurso turístico.

Contudo, há que ter em conta a especial vulnerabilidade[18] dos jardins históricos, aos mais diversos danos, resultantes quer da força da natureza quer da mão humana, o que pressupõe uma atitude substancialmente preventiva. Assim, uma utilização turística tendencialmente massificada pode implicar um risco potencial ou efetivo para a descaraterização e perda da essência e identidade do jardim. No sentido de o evitar, a atividade turística deve ser objeto de uma política concertada e efetiva, facto para o qual alertou a Carta do Turismo Cultural, adotada em 1976[19], ao consagrar alguns princípios orientadores da política do turismo cultural que deve tomar em consideração os efeitos negativos decorrentes da utilização dos bens culturais, o que implica a definição e a implementação de normas aceitáveis e o controlo dos fenómenos resultantes da massificação turística. Neste quadro, a Carta Internacional sobre Turismo Cultural, de 1999, valorizou a interação dinâmica entre turismo e património cultural e veio propugnar um conjunto de princípios sobre a gestão do turismo de modo sustentável, numa perspetiva intergeracional.

Deste modo, a atividade turística deve ser um meio para a sua salvaguarda e não um instrumento para a sua danificação, por isso, torna-se necessário um planeamento e medidas de gestão adequadas para a fruição dos jardins históricos de forma sustentável ou, caso contrário, inviabilizaremos o seu processo de salvaguarda e valorização.

2.2.2. As possibilidades e construção de uma rede para a gestão e valorização dos jardins históricos portugueses

O cenário português está substancialmente alicerçado na atividade turística e no enaltecimento dos mais diversos bens culturais, por isso, para que os jardins

[17] PEREIRA, 2013: 155.
[18] CABRAL, 1993: 14.
[19] FERREIRA, 1998: 41-45.

históricos portugueses sejam considerados não só como espaços sociais e de lazer mas como verdadeiros bens culturais, com especificidades em razão da sua natureza, propõe-se um modelo de gestão administrativa gerador de valor com uma estrutura suportada numa rede integrada para a sua salvaguarda, gestão e valorização.

A implementação de uma rede integrada de jardins históricos portugueses, como modelo de gestão, poderá impulsionar uma dinâmica de desenvolvimento territorial, com uma política que tenha em conta a introdução de determinados padrões, designadamente o cumprimento das funções culturais a que se propõem, a aprovação de um plano de gestão e desenvolvimento, de regulamentos internos, a garantia do acesso à fruição comunitária e a existência de recursos financeiros adequados para assegurar a respetiva sustentabilidade.

Deste modo, entre os diversos instrumentos jurídicos suscetíveis de estruturarem a rede, destacamos, em primeiro lugar, os instrumentos de natureza contratual que permitam a cooperação entre as diversas entidades públicas e privadas nas atividades de proteção, gestão e valorização dos jardins históricos, como decorre da possibilidade de contratualização do património cultural[20], conforme os n.ºs 1 e 2 do art. 4.º da LPC, permitindo que o Estado, as regiões autónomas e as autarquias locais possam celebrar acordos para efeito da prossecução do interesse público neste domínio, com particulares detentores de bens culturais, outras entidades interessadas na sua preservação e valorização, designadamente as estruturas associativas de defesa do património cultural e, em particular, a Associação Portuguesa de Jardins Históricos ou empresas especializadas, o que implica a conjugação de instrumentos administrativos e privatísticos que conformem os diversos interesses e iniciativas no sentido de uma colaboração recíproca para fins de identificação, reconhecimento, conservação, segurança, restauro, valorização e divulgação dos jardins históricos.

Em segundo lugar, os instrumentos de planeamento são importantes no âmbito da atuação em rede para a gestão e valorização dos jardins históricos, com a criação e implementação de estratégias, orientações, objetivos, medidas e ações para as quais são necessários recursos financeiros adequados, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável.

Por último, os instrumentos de apoio financeiro, mediante a atribuição de contrapartidas de apoio financeiro e de incentivos fiscais pelas entidades públicas aos proprietários e detentores de jardins históricos. Tal como refere o art. 99.º da LPC, o Estado promoverá o apoio financeiro, em condições favoráveis, aos proprietários e demais titulares de direitos reais de gozo, com a condição de procederem a trabalhos de proteção e valorização dos bens culturais, sob orientação da entidade competente.

---

[20] NABAIS, 2010: 102-109.

Enquanto fonte de financiamento, os fundos públicos culturais podem constituir um incentivo, através da afetação de recursos a projetos e investimentos adequados e concebidos de forma sustentável, não só para a conservação mas também, e pela função social e cultural que os jardins cumprem, para a possibilidade de uma maior abertura à visita pública, dado que, em termos estatísticos, a maioria dos jardins históricos portugueses constituem propriedade privada e talvez, por isso, se torne mais difícil o acesso aos mesmos.

Para além do seu valor cultural intrínseco os jardins históricos também podem contribuir para o desenvolvimento regional e local, por isso, devem privilegiar-se os programas que promovam a sua conservação e valorização e contribuam, simultaneamente, para a respetiva sustentabilidade económica e rendibilização, o que será mais viável com a organização e trabalho em rede que terá maior possibilidade para obter não só investimento público mas também investimento privado por via do patrocínio e do mecenato cultural.

Para uma coordenação e cooperação eficazes, sugere-se ainda a criação de medidas concertadas no âmbito da qualificação dos jardins históricos portugueses, de forma articulada com outras políticas, designadamente as políticas de educação, da ciência, do ordenamento do território, do ambiente e do turismo, dando cumprimento ao princípio da coordenação prescrito na al. c) do art. 6.º da LPC, para a promoção da coerência e complementaridade.

CONCLUSÃO

Perante a conjuntura atual da política cultural portuguesa baseada na valorização e divulgação dos mais diversos bens culturais, é tempo de considerar as potencialidades cultural, turística e educativa dos jardins históricos portugueses com o seu valor histórico, artístico, documental e ambiental, sejam de titularidade pública ou privada, o que implica o levantamento e estudo dos jardins públicos e privados portugueses, tendo em vista revelar a sua autenticidade, a identidade arquitectónica, o espírito do lugar e a informação que encerram.

Mesmo que o seu percurso seja residual quando comparado com outras dimensões do turismo cultural, os jardins históricos devem conhecer algumas possibilidades, designadamente no âmbito de um turismo menos massificado e mais seletivo. Podem adquirir relevância no seio da atividade turística, afastando, por um lado, a subalternização do seu potencial e evitando, por outro, a degradação e abandono de muitos jardins, como sucedeu no passado.

A relação entre jardins históricos e turismo é dotada de alguns riscos, o que exige o necessário equilíbrio entre a imperatividade das suas caraterísticas, a valorização e rendibilização, pelo que se torna fundamental a institucionalização de um modelo em rede adequado para a sua gestão e valorização, numa perspetiva de sustentabilidade cultural e económica, que garanta o direito à fruição não só da geração presente como das gerações vindouras.

Por fim, dada a sua natureza e especial vulnerabilidade quando comparado com outros bens culturais, concluímos pela necessidade da consagração de um enquadramento legal específico para os jardins históricos portugueses, em articulação com os princípios basilares da política e do regime de proteção e valorização do património cultural previstos na LPC, tendo como objecto, entre outros, definir os princípios da política dos jardins históricos e instituir mecanismos de regulação e controlo, restando sempre a questão de saber qual será a respetiva eficácia, ou seja, o seu cumprimento quer pelas entidades públicas quer privadas.

BIBLIOGRAFIA

ALIBRANDI, Tommaso; FERRI, Piergiorgio (2001) – *I Beni Culturali e Ambientali*, 4.ª ed., Milano: Dott. A. Giuffrè Editore.

BENTO, Inês (2010) – *Património Comum da Humanidade: uma resposta à insuficiência de incentivos à conservação do património cultural?* «Revista do CEDOUA», n.º 26. Coimbra: CEDOUA, p. 47 e segs.

CABRAL, Francisco Caldeira (1993) – *Fundamentos da Arquitetura Paisagista*. Lisboa: ICN.

CANOTILHO, J. J. Gomes e MOREIRA, Vital (2014) – *Constituição da República Portuguesa Anotada – arts. 1.º a 107.º*. Coimbra: Coimbra Editora, vol. I.

CASTEL-BRANCO, Cristina (2002) – *Jardins com História, Poesia Atrás dos Muros*. Lisboa: Edições INAPA.

CORNU, Marie (1996) – *Le Droit Culturel des Biens. L'Intérêt Culturel Juridiquement Protégé*, Bruxelas: Bruylant.

CORTESE, Wanda (2007) – *Il patrimonio culturale. Profili normativi*. 3.ª ed., Padova: CEDAM.

ESTADÃO, Luísa (2006) – *Políticas de Inventário de Jardins Históricos em Portugal*. Atas do Congresso 30 anos APAP: *A paisagem da Democracia*. Lisboa: Edição APAP.

FERREIRA, Jorge A. B. (1998) – *Direito do Património Histórico-Cultural. Cartas, Convenções e Recomendações Internacionais. Atos Comunitários*, Coimbra: CEFA.

GREFFE, Xavier (2001) – *Il Patrimonio come Opportunità Economica*. In MOSSETTO, Gianfranco; VECCO, Marilena dir. – *Economia del Patrimonio Monumentale*, Milano: Franco Angeli, p. 34 e segs.

MINTER, Sue (2004) – *Sustainable tourism and botanic gardens – a Win-Win situation*. Roots, vol. 1, p. 12 e segs.

MOSSETTO, Gianfranco; VECCO, Marilena (2001) – *L'Economia e la gestione del patrimonio edificato*. In MOSSETTO, Gianfranco; VECCO, Marilena (dir.) – *Economia del Patrimonio Monumentale*, Milano: Franco Angeli, p. 23 e segs.

NABAIS, José Casalta (2010) – *Introdução ao Direito do Património Cultural*. 2.ª ed., Coimbra: Almedina.

NETZER, Dick (2001) – *Património Culturale e Sviluppo Económico Regionale e Locale*. In MOSSETTO, Gianfranco; VECCO, Marilena (dir.) – *Economia del Património Monumentale*, Milano: Franco Angeli, p. 49 e segs.

PÉREZ FERNÁNDEZ, J. M. (2004) – *Derecho público del Turismo*. Navarra: Thomson-Aranzadi.

SILVA, Susana Maria Pereira da (2013) – *A dimensão patrimonial e o potencial turístico dos jardins históricos: o caso de Portugal*. «Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales». Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XVIII, n.º 1053.

SILVA, Suzana Tavares da (2009) – *Para uma nova dinâmica do património cultural: o património sustentável*. «Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Manuel Henrique Mesquita, Coimbra: Coimbra Editora, vol. II, p. 945 e segs.

VOLPE, Giulio (2007) – *Manuale di Diritto dei Beni Culturali. Storia e Attualità*. 2.ª ed., Padova: CEDAM.

PORTO (IN)VISÍVEL: REDESCOBRIR OS ANTIGOS MANANCIAIS. REFLEXÃO SOBRE A SUA RELEVÂNCIA

ANA RUTE LOURENÇO MORAIS*
CARLA ANDREIA GALVÃO DE CARVALHO**

Resumo: O artigo aborda a temática das infraestruturas de abastecimento de água, estabelecendo a simbiose entre estas e a evolução e desenvolvimento da cidade do Porto.
Analisa e compara as soluções aplicadas ao longo dos tempos, relacionando a água e a arquitetura, nomeadamente no campo do urbanismo.
Tem por objetivo compreender de que forma a cidade resolveu a questão do abastecimento de água até ao século XX, assim como correlacionar a sua evolução com a das próprias redes de abastecimento, tomando consciência da singularidade deste sistema e, ainda, fomentar a reflexão sobre a sua eventual preservação.
Procura ainda alertar para a possibilidade de compatibilização entre esse legado subterrâneo e os *layers* percorríveis da cidade atual.

Palavras-chave: Porto; Manancial; Água; Abastecimento.

Abstract: This papper makes an approach to the issue of water supply infrastructure, establishing the symbiosis between them and the evolution and development of Porto city.
It analyzes and compares the solutions applied over the time, connecting water and architecture, particularly in the urban planning field.
This work proposes to understand how the city solved the water supply issues up to the 20th century, as well as establish the relationship between the evolution of the city and the supply network, becoming aware of the sistem's singularity and, consequently, to boost the reflection about its possible preservation.
It also aims to alert to the possibility of compatibility between this underground heritage with practicable layers of the modern city.

Keywords: Porto; Spring gallery; Water; Supply.

* FAAULP. rutemorais.arlm@gmail.com.
** FAAULP. carlacarvalho.arquitectos@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A cidade do Porto foi desde sempre rica em recursos hídricos, no entanto, devido ao crescimento demográfico que observou ao longo dos tempos, sentiu a necessidade de fazer chegar esses recursos à população.

Esta investigação estuda as infraestruturas de abastecimento de água para consumo.

Tem por objetivo divulgar a forma como foi efetuado o abastecimento de água na cidade, sublinhando a relevância do património a ele associado e tomando consciência da sua singularidade, já que, sendo uma das de maior qualidade e quantidade, era considerada um *ex-libris* na Europa.

Pretende, sobretudo, refletir na preservação e conservação do mesmo e das suas características físicas, de forma a permitir a sua redescoberta pela população.

Pretende ainda destacar a importância do património resultante das soluções que foram sendo adotadas e ainda refletir nas hipóteses de atuação perante o mesmo.

2. CONDICIONANTES

A região do Porto possui uma configuração geomorfológica que consiste numa plataforma litoral, caracterizada por uma área aplanada regular, que desce ligeiramente para oeste e sul.

A cidade insere-se no domínio geotécnico do Maciço Ibérico, onde predominam as rochas graníticas, sobretudo na zona este[1], e é drenada, maioritariamente pelo rio Douro, através de pequenos afluentes. No entanto, a maioria deles possuem o seu caudal canalizado, impedindo que exerçam a sua ação na morfologia da cidade, apesar de ainda conduzirem as águas pluviais[2].

Os diversos cursos de água que durante séculos abasteceram a cidade brotavam do subsolo abundantemente, consequência dos solos graníticos onde a cidade se implanta.

Existiam dois ribeiros importantes que atravessavam o Porto. O rio Frio corria desde a zona de Cedofeita até desaguar no Douro, abaixo das Virtudes. O rio da Vila, por sua vez, era formado por duas linhas de água, uma com origem na praça do Marques de Pombal, e outra com origem no Bolhão, que se juntavam na Praça Almeida Garrett e de onde desciam até ao Douro[3]. Este ribeiro foi um grande catalisador da ocupação do seu vale, favorável graças à inclinação suave da sua topo-

[1] AFONSO *et al.*, 2007: 4.
[2] RAMOS, 2000: 52.
[3] AMORIM & PINTO, 2001: 52.

grafia, fornecendo os recursos hídricos necessários ao dia-a-dia da população. No entanto, viria a tornar-se um grave problema, por servir como depósito de lixos e fonte de epidemias[4] e foi parcialmente canalizado sob a Rua de S. João, em 1763. Após a construção da Rua de Mouzinho da Silveira, em 1875, sobre o seu restante leito, ficou totalmente invisível até aos nossos dias[5].

3. SUBTERRÂNEOS DO PORTO

Apesar de terem existido diversas nascentes no Porto, tal não significava quantidade de água suficiente, procedendo-se à construção de diversos aquedutos subterrâneos, por forma a abastecer a cidade com água vinda dos arrabaldes.

Com base nas análises efetuadas por Souza Reis[6], Tito de Noronha[7], Adriano Fontes[8] e Bahia Júnior[9], destacamos aqui nove mananciais como sendo os principais a abastecer de água da urbe, graças à potabilidade e quantidade das suas águas.

De forma a relacionar a evolução dessas redes de abastecimento e a da própria cidade, dividimos esses mananciais em 2 secções: a 1ª, que engloba os que influenciaram ou foram influenciados pelo crescimento urbano; e a 2ª secção que engloba os que abasteciam apenas uma fonte ou que possuíam uma extensão ou percurso pouco relevantes.

3.1. Manancial do Campo Grande; Manancial do Bispo e Freiras; Manancial de Paranhos; Manancial da Cavaca e Manancial de Camões

Nesta primeira secção são analisados, por ordem cronológica, os mananciais do Campo Grande, Bispo e Freiras, Paranhos, Cavaca e Camões. De forma a articulá-los com o crescimento urbano, tivemos por base plantas da cidade do Porto, nomeadamente, a Planta Redonda de George Balck (1813), a Planta de Perry Vidal (1844-1865) e a Planta de Telles Ferreira (1892). Recuámos ainda à data de 1700, já que as nascentes de alguns mananciais existiam desde os séculos XVI e XVII.

O Manancial do Campo Grande ou Campo 24 de Agosto é o mais antigo desta secção. Resultava da reunião de, pelo menos, 3 minas daquela zona[10].

---

4 RIBEIRO DA SILVA, 1988: 801.
5 AMORIM & PINTO, 2001: 52.
6 REIS, 1984.
7 NORONHA, 1885.
8 FONTES, 1908.
9 JÚNIOR, 1909.
10 JÚNIOR, 1909: 1.

A primeira indicação da existência de água naquele local data do século XV, por Fernão Lopes, quando este faz referência ao Chafariz de Mijavelhas[11]. A mina mais antiga era a de Mijavelhas, que possuía uma arca localizada na Quinta de Reimão e que abasteceu primitivamente a Fonte da Rua Chã[12], em 1633. Essa arca ficou por diversas vezes aterrada, devido aos sucessivos aluimentos do terreno onde se encontrava[13] e por isso, sofreu na Época Moderna vários melhoramentos. No século XIX foi encerrada no Reservatório do Campo Grande, por decisão régia[14], e recuperada, aquando da construção da linha de Metro da cidade, inserida na Estação do Campo 24 de Agosto.

A segunda mina correspondia ao Manancial de Montebello e localizava-se na rua com o mesmo nome, hoje Avenida Fernão Magalhães, com nascente na Quinta do Prado do Bispo. A entrada deste manancial localizava-se na esquina das ruas de Montebello e das Eirinhas[15]. A mina seguia daí, até ao portão do cemitério Prado Repouso, onde abastecia uma fonte, do lado exterior e dois tanques interiores. Encaminhava-se depois para a Rua do Heroísmo e ia abastecer a Fonte da Rua Garrett[16].

A terceira mina, a do Campo Grande, que deu nome ao manancial, tinha a sua nascente no Campo 24 de Agosto, junto à Rua do Bonfim[17] e corria até fornecer a Fonte da Batalha e depois a Fonte de S. Sebastião, na Rua Escura. Abasteceu ainda a Fonte da Rua Chã e a Fonte do Anjo, junto à Sé[18]. No total, eram sete as fontes abastecidas pela reunião destes mananciais.

Analisando cronologicamente, em 1700 apenas a primitiva mina de Mijavelhas chegava à cidade, junto à Porta do Cimo da Vila, para abastecer a Fonte da Rua Chã. Em 1813, existiam já as três minas que constituíam o Manancial do Campo Grande. Em 1865, a Quinta do Prado do Bispo tinha já dado lugar ao cemitério do Prado Repouso e em 1892 era já desaparecida a Quinta de Reimão, em virtude do crescimento urbano.

O Manancial do Bispo e Freiras surgiu em 1525, resultante da união de dois mananciais no lugar da Póvoa de Cima, a norte do Monte dos Congregados. A nascente das Freiras localizava-se no antigo Campo da Espinheira, à Rua de Costa Cabral e o manancial surgiu da vontade das religiosas do Convento de Santa Clara se fazerem abastecer especificamente da água dessa zona. A nascente do Bispo

[11] TEIXEIRA, 2011: 55.
[12] JÚNIOR, 1909: 1.
[13] METRO DO PORTO, 2000.
[14] BOTELHO & ALLEN, 1999: 4-5.
[15] JÚNIOR, 1909: 2,26.
[16] JÚNIOR, 1909: 34.
[17] BOTELHO, 1999: 5.
[18] JÚNIOR, 1909: 77-79.

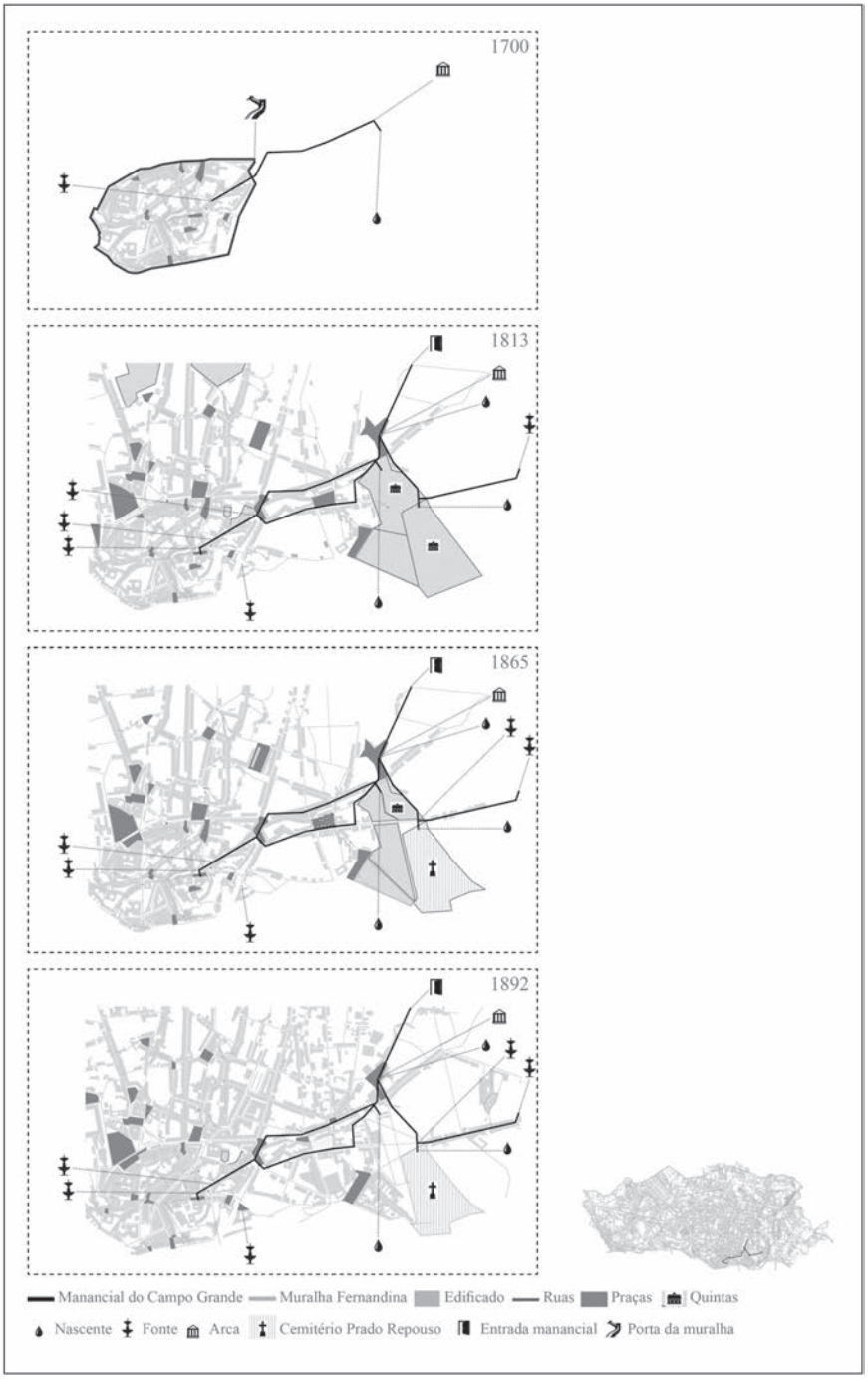


Fig. 1. Diagramas de evolução do Manancial do Campo Grande (Cartografia da cidade do Porto, editada pelas autoras).

encontrava-se nos terrenos onde foi rasgada a Rua da Constituição e chegou à Sé porque o Bispo, sentindo igualmente necessidade de água, pediu às freiras que, pelo mesmo cano, se fizesse passar água para a mitra, ao qual as franciscanas acederam, mediante autorização régia.

A escritura data de 1537. Após a reunião dos dois mananciais, a norte do Monte dos Congregados, o aqueduto seguia para poente e sul, para abastecer o chafariz da Praça da Batalha, e daí até ao Convento de Santa Clara e ao Chafariz de S. Miguel-o-Anjo, junto à Sé[19].

Em 1700, já as águas deste manancial chegavam intramuros, junto à porta do Sol. Em 1813 o aqueduto continuava ativo e seu percurso mostrava-se inalterado. No entanto, sofreu várias fugas de água, escasseando a água que chegava às freiras e à mitra. Por isso, o aqueduto foi cedido à Câmara, em 1855. A partir daí, o Manancial do Bispo e Freiras passou a abastecer a Fonte da Rua da Firmeza, a Fonte do Canavarro, na Rua de Santa Catarina, a Fonte da Praça do Bolhão, e ainda, em épocas de estio, a Fonte Seca também em Santa Catarina. Posteriormente, o manancial adotou um novo trajeto no qual a união das minas se fazia apenas na Fonte da Rua da Firmeza. O aqueduto do Bispo passou a abastecer o Chafariz da Póvoa, na Rua de S. Jeronymo, hoje Rua de Santos Pousada, antes de chegar ao ponto de união com o das Freiras, e daí, ambos continuaram a abastecer a Fonte do Canavarro, antes de descerem para o Convento de Santa Clara e para a Sé[20].

O aqueduto mais expressivo, quer em quantidade, quer em qualidade das águas, é o Manancial de Paranhos. A primeira referência às suas nascentes data de 1120, na carta de doação do burgo do Porto, a favor do bispo D. Hugo. A sua construção está relacionada com o contexto demográfico existente, já que o rápido aumento populacional levou a uma escassez de água potável. A população de intramuros solicitou ao rei D. Sebastião que se trouxesse a água de Paranhos, por meio de canalização, para alimentar a cidade. Posteriormente, o rei D. Filipe I, após avaliar a viabilidade da obra, autorizar a sua construção em 1597[21]. No entanto essas águas só chegaram à cidade em 1607, junto à Porta do Olival.

As suas nascentes encontravam-se distribuídas por duas arcas, a Arca Velha e a Arca Nova, no subsolo do Largo da Arca d'Água (atualmente Jardim da Arca d'Água, na Praça de Nove de Abril), que à data se localizava nos arrabaldes da urbe.

Em 1776, houve novamente falta de água na cidade e, feita uma vistoria ao aqueduto, verificaram-se defeitos nas canalizações. Em 1825, e após novas vistorias, a Câmara procedeu a uma reforma na arca e modificou o trajeto inicial do

[19] JÚNIOR, 1909: 3, 37.
[20] JÚNIOR, 1909: 4-39.
[21] AMORIM & PINTO, 2001: 33, 43.

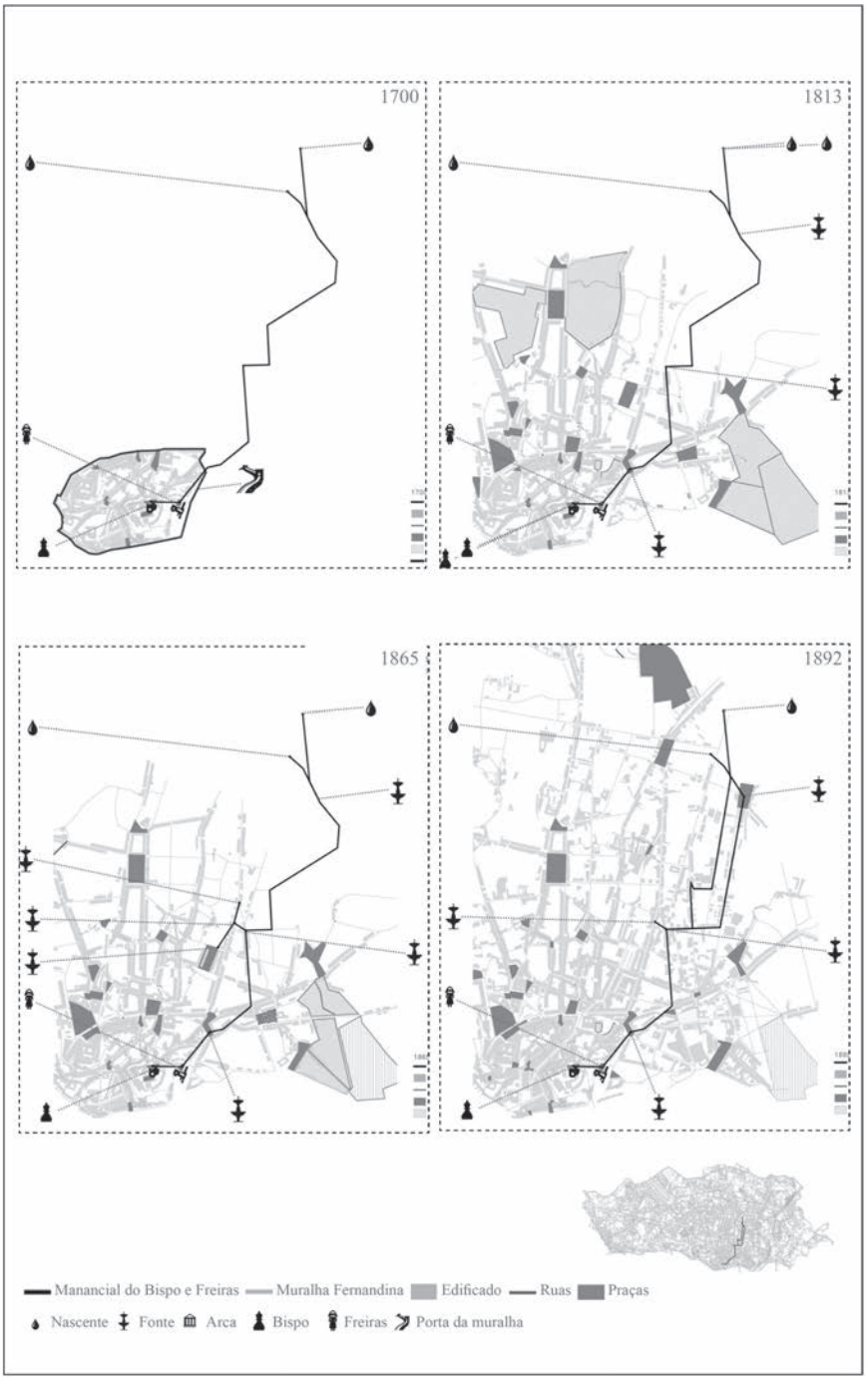


Fig. 2. Diagramas de evolução do Manancial do Bispo e Freiras (Cartografia da cidade do Porto, editada pelas autoras).

túnel e o local dos lavadouros públicos, a nascente da Estrada de Braga, para o lado poente, onde estão atualmente. No mesmo ano, foi também aprovada a união com o Manancial de Salgueiros, aumentando o caudal disponível[22].

Este estava construído desde 1790, e tinha a sua nascente no subsolo da Rua de Antero de Quental[23]. As águas da união dos dois mananciais chegaram à cidade em 1838, e corriam até à Arca de Sá Noronha[24], na atual Praça de Gomes Teixeira, sendo depois conduzidas até à Arca do Anjo[25].

Quanto à sua configuração, sabe-se que no local onde existe hoje um alçapão que se abre para a escadaria de acesso à Arca Nova, existiu em tempos uma casa de pedra, conhecida como "Arca d'Água", por onde se acedia ao aqueduto.

A Arca Nova surge após a descida da escadaria. É um recinto com cerca de 125m^2 e 4 m de altura, com o teto sustentado por três séries de quatro arcos, não excedendo os 2,50 m de altura, contendo três nascentes. A arca dá acesso a um percurso com pedras no pavimento que servem de passadiço. Este interseta em ângulo bastante agudo um outro, que conduz à Arca Velha, que consiste num recinto com 3,80 x 4,60 m, tendo uma altura variável entre os 3,40 m e os 2,50 m e que possui quatro nascentes[26].

Após 5 m do ponto de união dos dois percursos, designados caneiros, já em direção ao aqueduto, encontra-se uma caleira, aberta em blocos de granito, designada Caleira de Paranhos, que mais à frente desvia parte da sua água para uma pia, que abastece o Lavadouro Público[27]. Junto a este, existe uma porta de acesso ao manancial. O seu primeiro troço prossegue até à Rua Nova do Regado, assumindo diversas configurações ao longo do percurso.

A segunda secção do manancial vai desde a Rua Nova do Regado, até à Rua dos Bragas[28], e é ao longo deste segundo troço, que atravessa terrenos na zona de Salgueiros, onde se une ao manancial com o mesmo nome[29]. Por fim, a terceira secção inicia-se na Rua dos Bragas e termina na Arca de Sá Noronha[30].

Este manancial abastecia um total de dezanove fontes públicas[31].

Em 1700 o aqueduto abastecia a Fonte da Arca d'Água e os lavadouros adjacentes, e chegava á cidade muralhada junto à Porta do Sol. Em 1813, já abastecia a Fonte da Bica Velha, em Cedofeita, a Fonte da Falperra, no Carvalhido, a Fonte da

22 AMORIM & PINTO, 2001: 43-45.
23 SMAS, 1961.
24 FONTES, 1908: 23.
25 AMORIM & PINTO, 2001: 45.
26 FONTES, 1908: 45-49.
27 FONTES, 1908: 50.
28 CHAMINÉ, 2010: 7.
29 SMAS, 1961.
30 CHAMINÉ, 2010: 7.
31 REIS, 1984: 181.

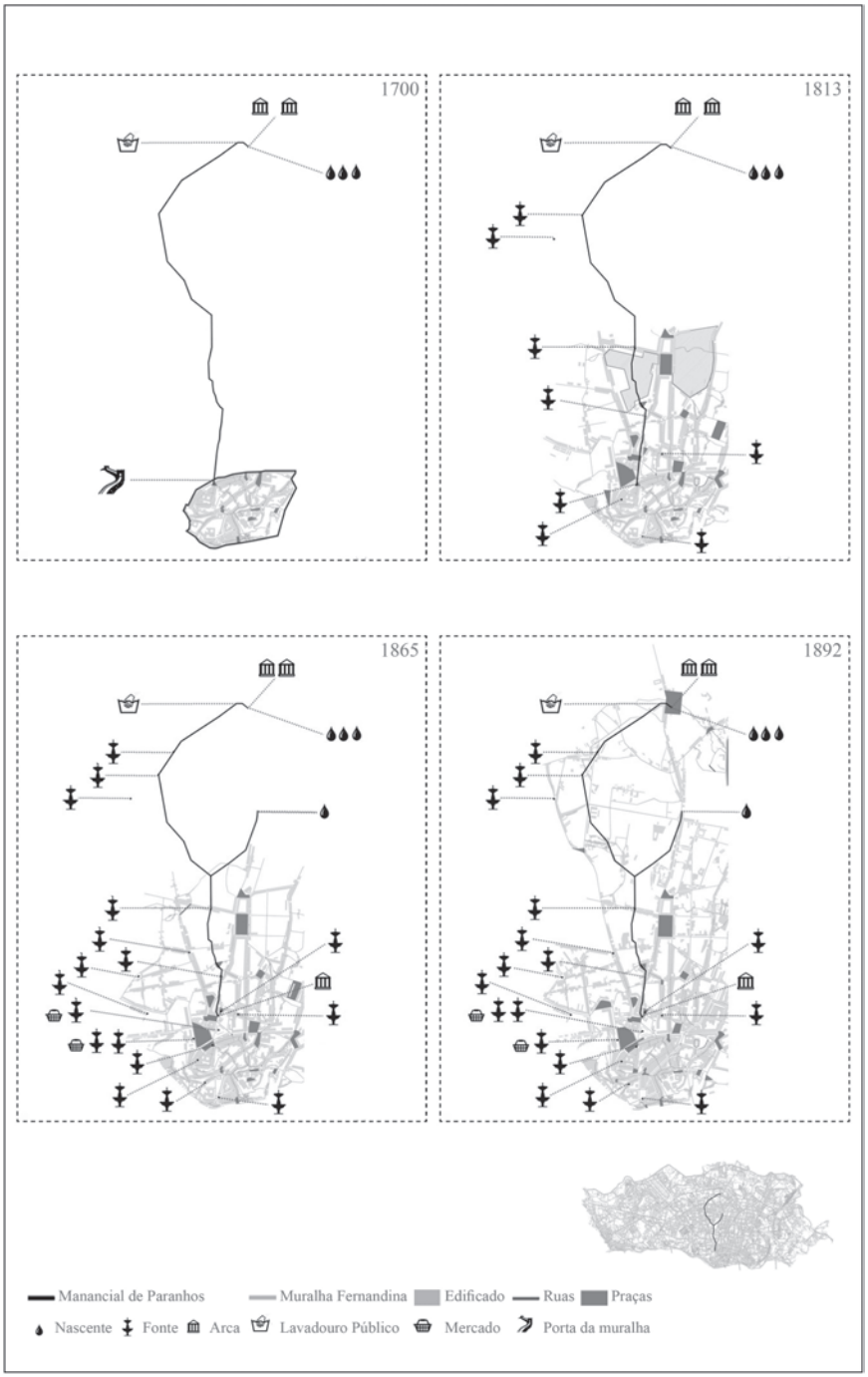


Fig. 3. Diagramas de evolução do Manancial de Paranhos (Cartografia da cidade do Porto, editada pelas autoras).

Boavista, a Fonte das Oliveiras, a Fonte da Fábrica do Tabaco, a Fonte da Rua das Congostas, a Fonte do Olival e a Fonte das Taipas. Em 1865, eram também abastecidas a Fonte de Cedofeita, o Chafariz do Campo Pequeno, a Fonte do Regado, a Fonte da Rua do Triunfo, a Fonte de S. Domingos, a Fonte da Praça de Santa Tereza e a arca de Sá Noronha. Após a união com o manancial de Salgueiros, passou a abastecer a Fonte da Praça do Peixe, junto ao antigo mercado com o mesmo nome, o Chafariz do Mercado do Anjo e, junto a este, a Arca do Anjo, que era um reservatório de distribuição de água. Em 1892 a sua configuração não sofreu alterações, já que o aqueduto permaneceu com o mesmo percurso até aos nossos dias, sendo o único que resistiu na totalidade da sua extensão. É uma obra digna de ser apreciada, quer pela sua dimensão, quer pela sua arquitetura.

O Manancial da Cavaca existia próximo da Rua Duquesa de Bragança, hoje conhecida como D. João IV. Pertenceu aos Religiosos de Santo António que adquiriram terrenos no lugar da Póvoa de Baixo para abastecer o seu convento, construído no final do século XVIII, que deu lugar à Biblioteca Municipal do Porto, junto ao jardim de S. Lázaro[32]. Os monges construíram não só o manancial, como uma arca, situada nos terrenos traseiros contíguos à Rua D. João IV.

Ao sair da arca, a mina dirigia-se para sul, até à Rua de Santo Ildefonso, onde encontrava uma pia divisória. Do extremo norte dessa pia, a canalização ia abastecer a Fonte do Largo do Padrão. Do extremo sul, partiam as canalizações para abastecer a Fonte do Jardim de São Lázaro, o Hospital dos Lázaros e o Recolhimento das Órfãs. A restante água que saía da pia ia depois reunir-se com as águas do Campo Grande[33].

Era esta a configuração do manancial em 1813. Analisada a planta de Perry Vidal (1844-65), podemos verificar já a existência do Jardim de S. Lázaro, onde se localizava a fonte com o mesmo nome. Os Religiosos de Santo António deixaram o convento em 1832 e a Biblioteca Municipal é instalada no mesmo edifício dez anos mais tarde. Contudo, em termos de cartografia, esta alteração só se verifica na planta de 1892, de Telles Ferreira. Nesta data, era também abastecida a Fonte do Largo do Padrão, reconstruída em 1891.

O Manancial de Camões é o último desta primeira secção. Estava situado nos terrenos da antiga Quinta de Santo António do Bonjardim, pertencente a Gonçalo Cristóvão. Este cedeu à Câmara, em 1838, todo o terreno necessário para a abertura de novas ruas.

A Câmara aforou os terrenos à exceção de um, no extremo sul, onde existia a nascente e onde mandou que se construísse uma arca, que acabaria por ser demo-

[32] JÚNIOR, 1909: 7-8.
[33] JÚNIOR, 1909: 9, 43-47.

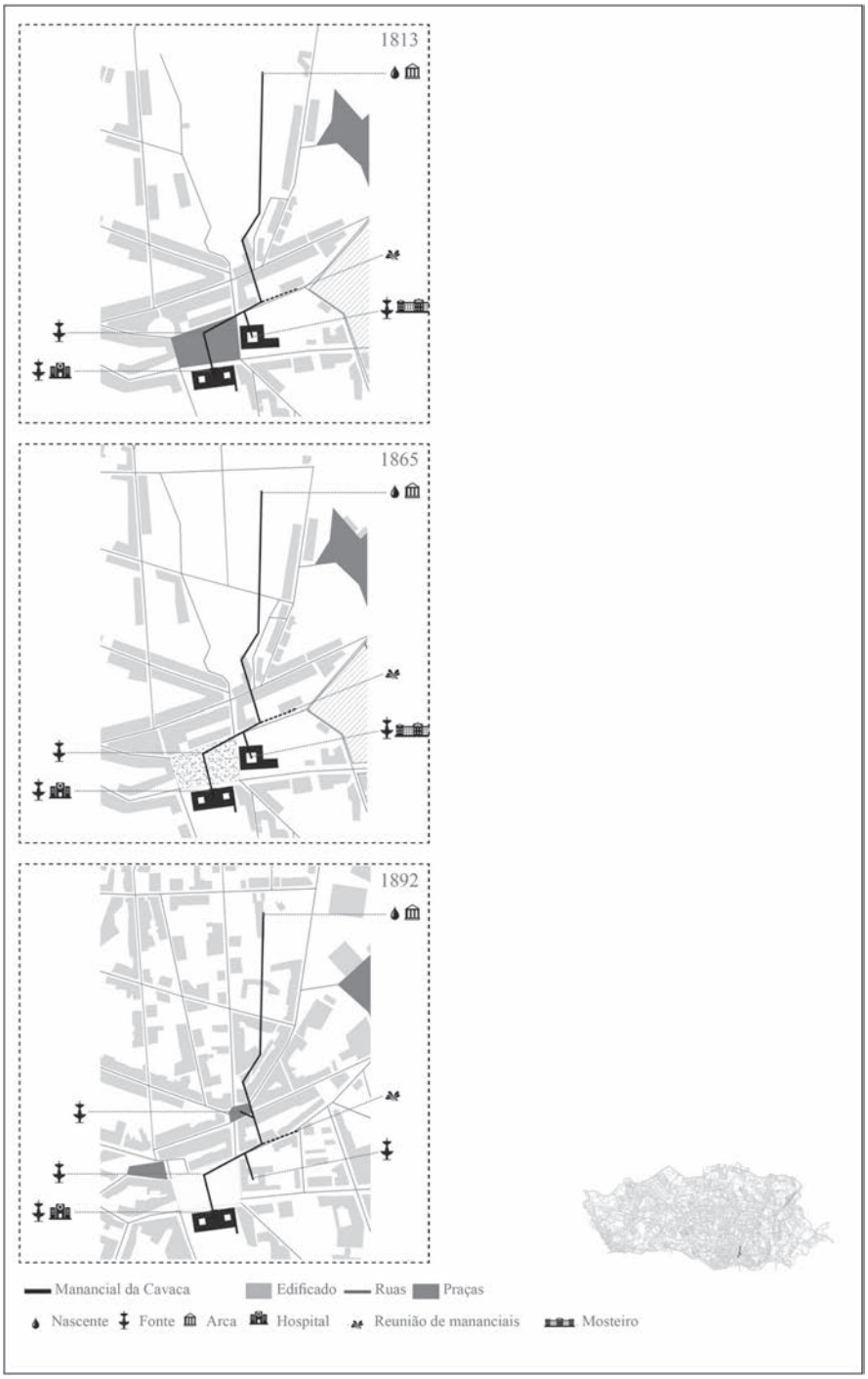


Fig. 4. Diagramas de evolução da Cavaca (Cartografia da cidade do Porto, editada pelas autoras).

lida em 1853. O aqueduto existia desde 1864 e abastecia a Fonte do Largo das Freiras de São Bento, o Chafariz do Laranjal e a Fonte da Rua de Sá da Bandeira[34].

Estabelecendo novamente o paralelismo entre a cronologia do aqueduto e a cartografia da cidade, verificamos que em 1813 apenas existia a nascente localizada na Quinta do Bonjardim. Em 1865 estavam já rasgadas as novas ruas e já tinha sido construído o manancial. A cidade continuou a desenvolver-se e em 1892 o manancial ainda possuía essa mesma configuração.

3.2. Manancial de Mameajudas; Manancial das Fontaínhas; Manancial das Virtudes e Manancial da Aguardente

Os mananciais de Malmeajudas, Fontaínhas, Virtudes e Aguardente constituem, cronologicamente, a 2ª secção definida anteriormente, que engloba aqueles que, embora de alguma forma importantes, não tiveram relação direta com a evolução da cidade.

O mais antigo era o Manancial de Malmeajudas, na zona dos Guindais, na Ribeira. Abastecia a antiga Fonte da Ribeira, posteriormente substituída pela existente, e um lavadouro público[35], e consistia numa mina escavada em rocha com cerca de 100m de comprimento[36].

O Manancial das Fontaínhas, que data de 1588, abasteceu a partir de 1830 a fonte com o mesmo nome[37]. É um dos mais antigos da cidade e estava situado junto à Praça da Alegria. O Hospital dos Lázaros chegou a ser abastecido por estas águas para limpeza. Os Jesuítas foram igualmente abastecidos por esta infraestrutura, que pertenceu depois aos Religiosos de Santo Agostinho, em 1761[38].

O Manancial das Virtudes surgiu em 1619, graças à reunião das águas das várias minas espalhadas nessa zona. Abastecia apenas três fontes: a Fonte das Virtudes, a Fonte da Rua de S. João Novo e outra no Convento dos Religiosos de Santo Agostinho[39]. Ao Convento dos Gracianos chegava igualmente meio anel de água deste manancial[40]. O Manancial da Aguardente surgiu devido a um período de grande seca em 1868. A Câmara, sabendo da existência de uma abundante nascente no Largo da Aguardente, hoje Praça Marquês de Pombal, e também das permanentes faltas de água da Fonte Seca, na Rua de Santa Catarina, mandou construir o aqueduto para abastecer essa fonte. À Fonte da Rua da Alegria chegou também água deste manancial[41].

[34] JÚNIOR, 1909: 10-11.
[35] TEIXEIRA, 2011: 60.
[36] NORONHA, 1885: 15-16.
[37] TEIXEIRA, 2011: 58.
[38] JÚNIOR, 1909: 16-17.
[39] MARÇAL, 1968: 309.
[40] SILVA, 2000: 30.
[41] JÚNIOR, 1909: 7.

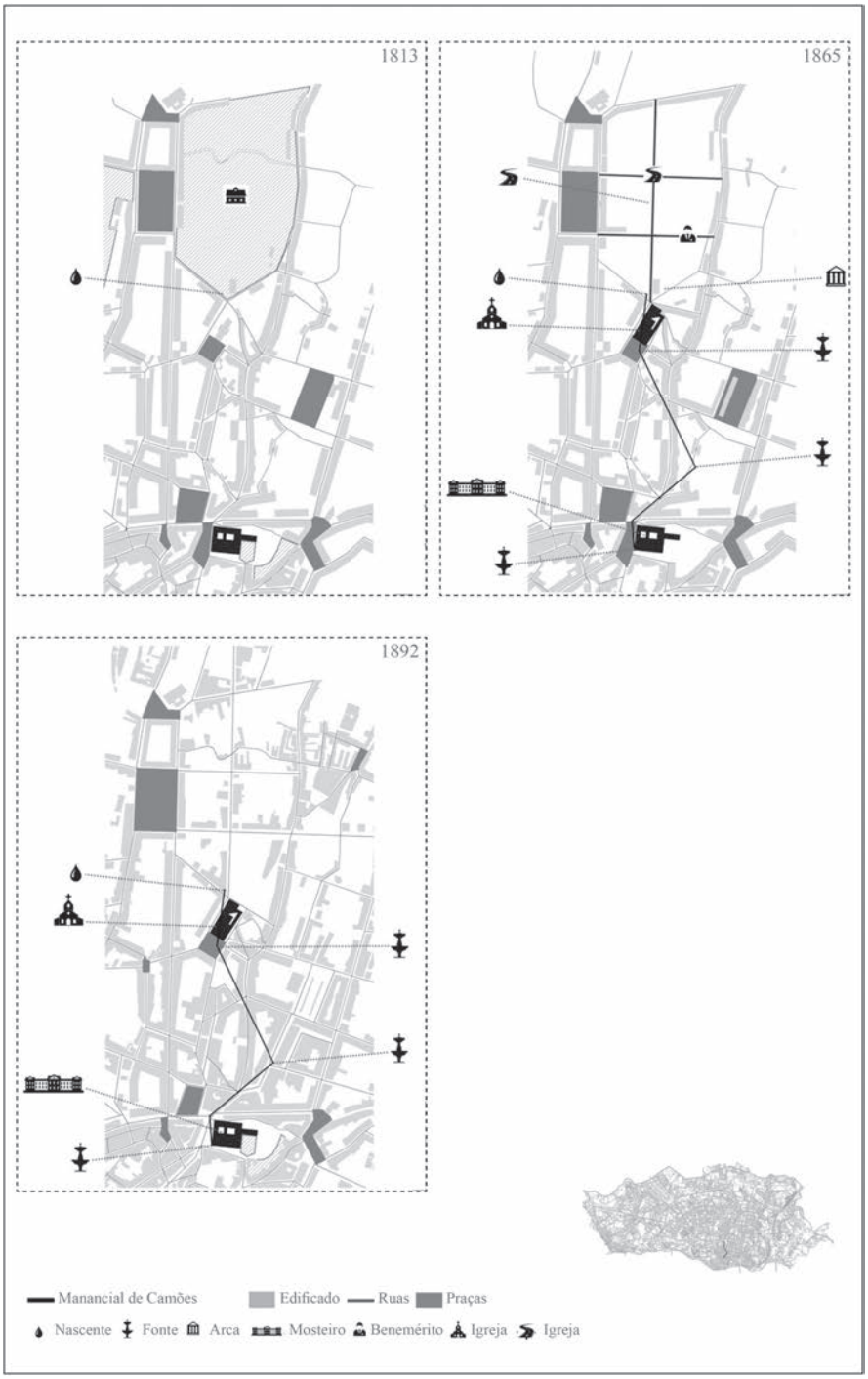


Fig. 5. Diagramas de evolução de Camões (Cartografia da cidade do Porto, editada pelas autoras).

3.3. A rede de abastecimento e o crescimento e desenvolvimento urbanos

Com a construção de diversos equipamentos religiosos na cidade muralhada, muitas das iniciativas de abastecimento foram levadas a cabo pelas próprias Ordens Religiosas, como aconteceu com os mananciais de Bispo e Freiras e Cavaca. Noutros casos foram os donos de algumas das mais importantes quintas da cidade que cederam ou venderam os mesmos para que a cidade pudesse beneficiar dessas águas. Foi graças a isso que foram abertas novas ruas, o que potenciou também o crescimento da cidade para além dos seus limites.

O Manancial de Paranhos destacou-se dos demais por ser o mais extenso e por ter surgido por iniciativa da população.

Ainda assim, este manancial pouco contribuiu para a evolução da cidade no *layer* em que a conhecemos, excluindo a zona da Arca d'Água, onde se localizam as suas nascentes. Portanto, neste caso foi antes o traçado do manancial que se adaptou à evolução da cidade, principalmente quando se uniu ao de Salgueiros, para aumentar o caudal disponível e permitir o abastecimento a locais de comércio ou lazer da população, como os mercados do Peixe e do Anjo.

Praticamente todos os casos em que os mananciais transportavam água de fora para intramuros, esta entrava na cidade sempre junto às portas da muralha, reforçando a ideia de que esta apenas era permeável através das suas portas e postigos, confirmando o seu carácter de defesa e proteção.

Observa-se a predominância de traçado norte-sul dos mananciais, com exceção dos do Campo Grande e Malmeajudas, que se desenvolvem maioritariamente no sentido nascente-poente.

É de salientar que esta complexa rede de abastecimento de que o Porto usufruía era considerada um ex-libris, sendo das de maior capacidade da Europa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após se conhecerem estas infraestruturas, importa refletir na forma como deve ser encarado o património reminiscente e nas hipóteses de atuação face à cidade atual.

Pretendemos com esta sistematização da informação, consciencializar para a necessidade de preservação e conservação deste património e das suas características físicas, por forma a permitir a sua redescoberta pelas entidades intervenientes e pela população.

Consideramos importante alertar para a importância da valorização deste tipo de infraestruturas, que constituem uma herança genética que não deve ser descurada.

Os elementos que reunimos e sintetizamos em esquemas são agora mais uma base para uma intervenção consciente, de forma a ultrapassar a atual passividade e inércia das entidades responsáveis e dos restantes intervenientes sobre a manutenção e a recuperação do património.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, M.J. *et.al.,* (2007) – *Uma abordagem geoambiental no estudo dos subterrâneos da cidade do Porto: o caso do manancial de Paranhos*. «Actas do seminário sobre águas subterrâneas», Lisboa: LNEC, Associação Portuguesa de Recursos Hídricos.

AMORIM, Alexandra Agra; PINTO, João Neves (2001) – *Porto d'agoa: o abastecimento de água à cidade do Porto através dos tempos.* Porto: Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento do Porto.

BOTELHO, Iva Teles (1999) – *A Arca de Água do Campo 24 de Agosto: Pesquisa histórica por Iva Teles Botelho*. Disponível em:

<http://www.metrodoporto.pt/files/1/documentos/20130408112840592002.pdf>. [Consulta realizada em: 5/05/2014].

BOTELHO, Iva Teles; ALLEN, Tomás (1999) – *A Pedra de Armas da Arca d'Água de Mijavelhas. Sua Contextualização Histórica: Dados e Problemas*. Disponível em: <http://www.metrodoporto.pt/files/1/documen-tos/20101130122917677407.pdf> [Consulta realizada em 5/05/2014].

BRITO, Maria Fernanda – *Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, 2ª série. Porto: Biblioteca Municipal do Porto, 1984. ISBN: 972-634-064-0. Biblioteca Municipal do Porto.

CHAMINÉ, H.I. *et al.* (2010) – *Urban Speleology applied to groundwater and geo-engeneering studies: underground topography surveying of the ancient Arca D'Água galleries catchworks (Porto, NW Portugal)*. «International Journal of Speleology». Bolonha, 39(1): 1-14.

FONTES, Adriano (1908) – *Contribuição para a hygiene do Porto: analyse sanitaria do seu abastecimento em agua potavel, I – Estudo dos mananciaes de Paranhos e Salgueiros*, Vol.I. Porto: Typografia da "Encyclopedia Portugueza".

JÚNIOR, J. Bahia (1909) – *Contribuição para a Hygiene do Porto: analyse sanitaria do seu abastecimento em agua potável, II – Mananciais do Campo Grande, Bispo e Freiras, Cavaca, Camões, Virtudes, Fontaínhas, Marquez de Pombal e Burgal; fontes suas derivadas e fontes de nascente privativa*. Vol. II. Porto: Escola Medico-Cirurgica.

MARÇAL, Horácio (1968) – *O abastecimento de água à cidade do Porto e à vila de Matosinhos*. «O Tripeiro», Série VI, Ano VIII. Porto: Câmara Municipal do Porto.

NORONHA, Tito de Bourbon (1885) – *As águas do Porto: Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica*. Porto: Thypographia Occidental.

RAMOS, Luís de Oliveira (2000) – *História do Porto*. Porto: Porto Editora.

RIBEIRO DA SILVA, Francisco (1988) – *O Porto e o seu termo 1580-1640: Os homens as instituições e o poder*. Volume 2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SILVA, Germano (2000) – *Fontes e chafarizes do Porto*. Porto: Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento do Porto.

S/A, 2000 – *Uma inspiração para o Arq.º Souto de Moura*. Disponível em: http://www.metrodoporto.pt/files/1/documentos/20130408113140342395.pdf. [Consulta realizada em 20/03/2014].

S.M.A.S. – *Mananciais de Paranhos e Salgueiros em 1961*. 1961. Acessível no Arquivo Histórico dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento, Porto, Portugal.

TEIXEIRA, Diogo (2011) – *O abastecimento de água na cidade do Porto nos séculos XVII e XVIII: aquedutos, fontes e chafarizes*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

A MÃE D'ÁGUA DE MIJAVELHAS. DO PRINCÍPIO DA CONSERVAÇÃO PELO REGISTO CIENTÍFICO

IVA BOTELHO*
FILIPE GOMES**

Resumo: Pretende-se mais do que abordar o insólito na mitigação patrimonial das obras do metro do Porto: a descoberta pelos engenheiros do potencial arqueológico do subsolo do Campo 24 de Agosto (Porto), apesar de multiplamente referenciado na escrita de Ilustres do Porto e de outros que por aí passaram.
Pretende-se, sim, refletir sobre o imponderável em Arqueologia (ou "potencial abstrato"), presente no Campo e valorizado na remontagem da Mãe d'Água de Mijavelhas, e forma de mitigação; e, no quadro do Ambiente, abordar o desenvolvimento sustentável.
Tudo aplicado à Arqueologia Preventiva, defende-se uma governança equilibrada das necessidades de satisfação de curiosidade e de aquisição de conhecimento presente e futura, balanceando conservação pelo registo científico com conservação *in situ*.

Palavras-chave: Arqueologia Preventiva; Mitigação Ambiental; Potencial abstrato; Desenvolvimento Sustentável.

Abstract: It is intended, more than reflecting on the imponderable of heritage mitigation during the works of the Porto subway: the discovery, by the engineers, of the archaeological potential of the subsoil of Campo 24 de Agosto (Porto), although already several times referenced in the writing of Porto's illustrious and others that passed by.
It is intended, rather, to reflect on the imponderable in Archeology (or "abstract potential"), present in the Field and valued in the reassembly of the Mãe d'Água de Mijavelhas, and form of mitigation; and, within the framework of the Environment, to address sustainable development.
All applied to Preventive Archeology, it is defended a balanced governance of the needs of satisfying curiosity and the present and future acquisition of knowledge, balancing conservation by the scientific registry with *in situ* conservation.

Keywords: Preventive Archeology; Environmental Mitigation; Abstract potential; Sustainable development.

---

* Metro do Porto, S.A. iva.botelho@metro-porto.pt.
** Arqueohoje, Lda. arq@arqueohoje.gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

«(…) caixa é muito grande, toda em pedra e tem uma cara gravada na pedra!» *Um Operário*[1]

Culminava a conservação pelo registo científico do complexo hídrico ao redor dos mananciais de Mijavelhas-Campo Grande na musealização da Mãe d'Água na Estação de 24 de Agosto da rede do Metro do Porto. Protagoniza, por isso, o projeto insólita mitigação dos impactos havidos sobre o património e, igualmente, singular desfecho, com o projeto concebido de raiz para albergar memória arqueológica.

Mitigação insólita e singular porque – apesar de este «pequeno espaço da cidade» ter merecido atenção bastante na Escrita, desde o histórico Fernão Lopes ao contemporâneo Germano Silva, nesta Obra já enquadrada pelo Regime Jurídico de Avaliação de Impacto Ambiental, o respetivo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) não identificara a sensibilidade científica do achado que viria a ser feito na Fase de Construção, *pelo Empreiteiro*.

Testemunhando justificado vanguardismo da responsabilidade social do Promotor, não deixa a remontagem dos vestígios arqueológicos apenas ter sido possível pela verificação simultânea de três condições *sine qua non*: uma *circunstância* – descoberta e decisão ainda assim temporãs no calendário da elaboração do projeto; um *contexto* – de abastança financeira; e uma *vontade* (férrea, da Engenharia) em concretizar uma fantasia: criar uma memória da *coisa*. Pois foi muito pouco, e a indiciação do elevado interesse científico logo vislumbrado nas fontes escritas, que suscitou o interesse e motivou a hipótese de musealização: numa caixa subterrânea encontrada no levantamento de Redes, a sua *arcaria*, a letra "*P*" gravada num silhar e um *brasão*. E quão distinta é a solução final privilegiando a novidade total: uma intervenção no velho chafariz de Mijavelhas, este conhecido do Cronista, mas aquela apagada da memória.

E não será o imponderável o mais distinto predicado do mundo arqueológico? Encaremo-lo, então como um *potencial abstrato*. Como tal, no quadro da Arqueologia Preventiva, seja também albergado na Avaliação de Impacto Ambiental (AIA).

A sensibilidade da questão radica na gestão equilibrada da satisfação de necessidades entre gerações, desiderato recortado em *Brundtland*[2] e, previamente, em *Nova Deli*[3]*;* e, concretamente na sua aplicação a um capital consubstanciado em

[1] SANTOS, 2013.

[2] BRUNDTLAND, 1987.

[3] http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001145/114585e.pdf.

curiosidade e aquisição de conhecimento sobre o passado tomado de empréstimo aos vindouros e fragilmente materializado em terra, pedras e cacos.

2. O PROCESSO DE 24 DE AGOSTO E OS TEMPOS DO ACHADO

«*Espaço pouco urbanizados no século XIX, representando ao nível do património, impactes menos sensíveis*». EIA[4]

Assim era avaliado o *troço-lote T04.05 da Linha C*[5]*da rede do metro do Porto*, a secção de obra referente à construção da *Estação de 24 de Agosto*. Isto em sede de EIA, realizado pela COBA no enquadramento dado pelo DL n.º 186/90, de 6 de junho[6], e pela Lei n.º 13/85, de 6 de julho, tendo sido avaliado pelo Procedimento de AIA 505, de 1997. Uma (falta de) sensibilidade notoriamente contrariada depois, pela Obra.

Vária é a explicação para tal. Com certeza, há 20 anos atrás, as incontornáveis jovialidade e inexperiência da Equipa de Património Cultural, constituída por 4 elementos, ter-lhe-ão retirado mundividência e segurança que potenciasse diagnóstico mais certeiro. Não obstante, tenhamos também presente a realização desse EIA sobre Estudo Prévio. E assim sendo, o processo de identificação e mitigação dos efeitos relevantes (neste caso, culturais) da proposta incidiu na previsão da construção de uma *estação de tipo mineira*, sob o edificado nascente do jardim menor do Campo. A solução do Projeto de Execução, com *estação do tipo cut&-cover* em pleno jardim, trouxe-a o Proponente NORMETRO, tendo merecido a aprovação da autoridade competente, o antigo Instituto Português de Ambiente (IPAMB). Depois, a classificação do Centro Histórico do Porto como Património Mundial, pela UNESCO, em dezembro de 1996, terá induzido uma avaliação da sensibilidade patrimonial indexada à diacronia reconhecida à expansão urbana da cidade. Desta forma, a avaliação de impactos previa uma classificação que ia de *Zona 1*, atribuída a áreas onde os processos de ocupação fossem mais antigos, até *Zona 4,* dada a áreas ainda rurais, esperando-se reduzidos efeitos negativos sobre o património[7]. E cartografia vária evidencia a chegada do planeamento urbano ao Campo 24 de Agosto já no séc. XIX, com o traçado viário projetado em território muito pouco construído.

---

[4] COBA, 1997: 4-80.

[5] Linha Azul, na Fase de Exploração.

[6] Transposição de Diretiva 85/337/CEE, de 27 de junho.

[7] Cfr. COBA (*ibid*.: 4-80).

Terá sido por tudo isso que não fora diagnosticado especial potencial o subsolo desta zona da cidade, para além do seu interesse inerente à localização dentro do perímetro periurbano do Porto Moderno. De acordo com os critérios *supra*, foi-lhe conferida a classificação *Zona 3*, dado que pouco urbanizada no séc. XIX, atribuindo-se-lhe baixa sensibilidade. Neste sentido, entre as Medidas Mitigadoras para a Fase de Construção, era preconizada a *Medida P(c)1*: realização de «sondagens arqueológicas, anteriores às obras (…) no Campo 24 de Agosto».

A localização atual do lugar em meio urbano ditava a implementação da medida na gestão do Programa de Salvaguarda do Património, igualmente previsto e confiado à responsabilidade do Promotor Metro do Porto, SA, já em fase de Obra.

Entretanto, fora esta adjudicada ao consórcio NORMETRO, ACE, ao abrigo de um Contrato tipo Conceção-Construção. Por isso coubera a este – pelo *chave-na-mão,* incumbido de *conceber, projetar e construir* – a autoria de tal descoberta. Na Primavera de 1999, pesquisas de terreno e arquivo para a elaboração do Projeto de Desvios de Redes recuperavam a memória de um antigo reservatório de água que integrara o abastecimento público da cidade do Porto. Encontrava-se a sua desativação registada em relatório sobre a condenação do Manancial do Campo Grande (topónimo prévio do Campo 24 de Agosto), elaborado pelos SMAS, em 1958. E por este começava a indiciar-se o inusitado potencial arqueológico ao redor de uma «arca com armas reais» que já existiria em 1548. Bahia Júnior (1909) e Carlos dos Passos (1955), entre outras fontes[8] recolhidas por Maria José Santos, líder da equipa de projeto, aditavam mais informação relevante que, ao abrigo de alguma hermenêutica, permitia identificar aquela infraestrutura com os mananciais de Mijavelhas e Campo Grande.

Os trabalhos arqueológicos subsequentes, realizados descontinuamente entre 1999 e 2002, em articulação com diferentes fases de Obra, foram já impulsionados pelo Promotor, envolvendo as empresas ERA, Lda, ARQUEOHOJE, Lda, e o próprio Empreiteiro, e revelariam uma rica e multissecular estratificação pétrea.

Depois, tomada a decisão de musealização e obtida autorização governamental, restava preparar o Aditamento de 2001 ao contrato inicial, albergando a conceção de raiz da Estação de 24 de Agosto com fito de remontagem da Mãe d'Água. Como é sabido, solucionou-a o Arquiteto Souto de Moura, do Empreiteiro, projetando para tal o mezanino baixo.

[8] BOTELHO, 1999.

3. SÚMULA DOS RESULTADOS E POTENCIAL ABSTRATO

> «*– Dr.ª! Então disse ao Empreiteiro que não sabe quando terminam os trabalhos?*
>
> *– Ora bem, Sr. Eng., em Arqueologia, há sempre o fator imponderável...*
>
> *– Dr.ª, obra faz-se com números, não com adjetivos*!»[9]

Uma exposição mais alongada sobre a estratificação arquitetónica e sedimentar deste local encontra-se exposta no artigo "De chafariz a arca de Mijavelhas", no volume 2 da presente publicação.

Importa aqui reter o seu desenvolvimento multissecular ao longo das Idades Média, Moderna e Contemporânea, a par da complexidade trazida pelas permanências no transcurso das alterações. Sobrepunham-se estas sincronias funcionais à diacronia construtiva do complexo, a qual fora acompanhada pela evolução ambiental do espaço, com o seu assoreamento a transformar a arca em poço. A integração, no séc. XVII, do manancial no abastecimento ao burgo, traria novas necessidades de alimentação; estas, o encanamento de novas minas, no séc. XVIII; e, depois, para bom aproveitamento da água, a ampliação do reservatório, no séc. XIX.

De tudo isto sobrava memória escrita em fontes do séc. XX, que evocavam ainda o relato de Fernão Lopes.

Mas, como já foi enunciado, o *Campo* testemunha o imponderável na investigação arqueológica. Assomaria em importância e absoluta novidade a fase construtiva remontante à Época Moderna. Em concreto, uma requalificação do chafariz medieval, trabalhando proporcionadamente a sua métrica, o qual foi, então, transformado em arca pujada de armas reais, e esta dotada de dois tanques, tudo enquadrado num extenso lajeado. O conjunto parecia destacar-se pelo trabalho de uma medida – 3,64 m – criando composição na base da figura geométrica do quadrado observada em plano e intuída em alçado.

Fora diagnosticado na AIA *perigo previsto*, pelos múltiplos dados impressos, ou mesmo *risco incerto*, na razão de alguma incerteza científica desses dados[10], ainda assim, toda esta intervenção Moderna se encontraria ocultada pela imponderabilidade – ou *potencial abstrato* – inerente ao desconhecimento de qualquer indiciação.

De todo o modo, confirmava-se o prognóstico do EIA: a afetação negativa de património em fase de construção era minimizada pelo «melhor conhecimento das condições de evolução histórica e arqueológica» daquele espaço[11].

---

[9] Das memórias das obras, em janeiro de 2000.

[10] GOMES, 2014.

[11] COBA (*ibid.*: 4-78; 5-97).

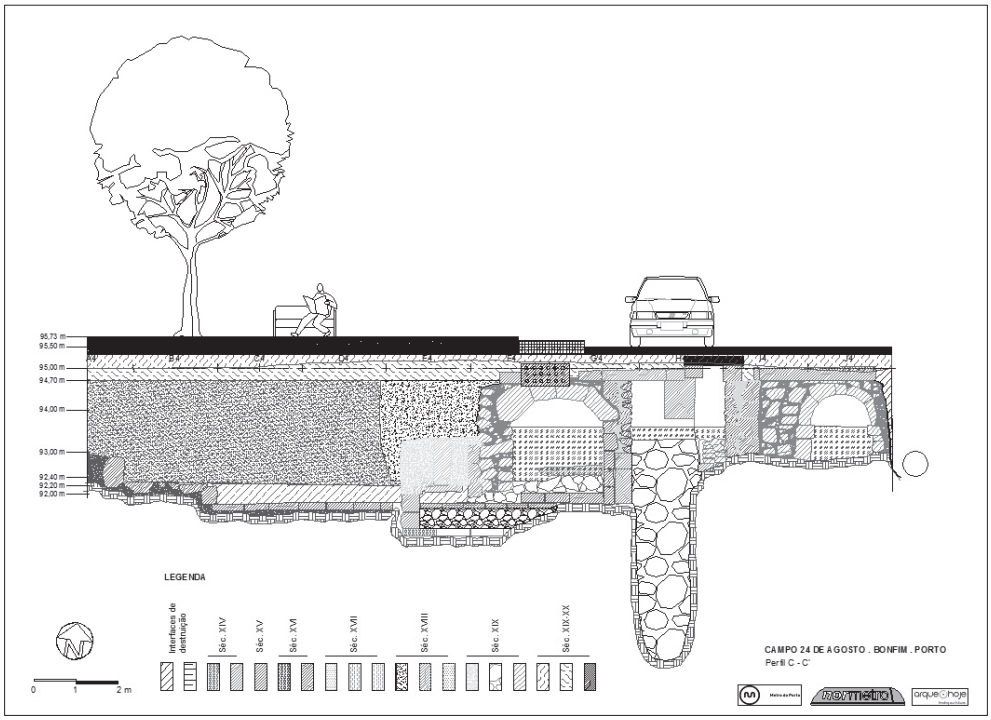


Fig. 1. Estratificação da Mãe d'Água de Mijavelhas – Campo Grande: perfil oeste-este.

4. MUSEALIZAÇÃO E RELEVÂNCIA DO PATRIMÓNIO CULTURAL PARA A SOCIEDADE

> «- Então, Dr.ª, está satisfeita com o resultado, aqui na caverna?
>
> - Sr. Arq.! Bem me parece que temos aqui uma cópia infiel da ideia!»[12]

Naturalmente que tais novidades teriam que refletir-se na *definição do objeto a musealizar*, pois que se como ponto de partida tínhamos no Campo 24 de Agosto a *Arca de Mijavelhas* e o *Reservatório do Campo Grande*, finalmente houve que destacar *a intervenção urbana "Largo de Mijavelhas"*, quinhentista, à qual se subordinou tudo o resto – apontamentos da caleira do séc. XVIII e remontagem

[12] Das memórias da Obra, em março de 2004.

Fig. 2.
A Mãe d'Água de Mijavelhas na Estação de 24 de Agosto (Cândida Cardoso).

parcial do reservatório de séc. XIX estão ali marcando ruturas, ausências, limites ao conhecimento no edificado do séc. XVI.

Resultou, assim, composição de alguns momentos catapultados para uma sincronia funcional que é plena criação do séc. XXI. E isto mesmo se enfatizou e documentou, colocando uma moeda de *um euro do Ano de 2004* algures, na remontagem.

Ainda falada, ficou por criar uma memória à superfície do chafariz de Mijavelhas. Deste (sofridamente) e de resto não remontado, ficou para a posteridade a conservação pelo registo científico *tout court* – desenho e fotografia.

Quanto à Mãe d'Água na Estação, não se poupou Souto Moura a esforços para que a destacasse no Edifício, procurando maximizar a sua influência, pese embora os ajustes acarretados na parte estrutural. A criação da varanda no *mezanino alto* – pretendendo oferecer uma visualização abrangente, de cima –, espelha essa vontade. Mas também as adaptações funcionais inerentes à circulação de passageiros lhe conferem domínio espacial, pois que ao *mezanino baixo*, todo por conta da Memória, compete a distribuição de passageiros.

Certamente espelhando solução entre outras possíveis, não deixa de suscitar reflexão sobre a musealização de sítios arqueológicos multisseculares na dinâmica da sua estratificação. No caso se evidencia a relevância da proteção dada pela Lei 107/2001 (Art. 74.º/2) ao *contexto*[13], que ali faria entender a textura rugosa do reservatório; e aos *depósitos estratificados,* que explicavam a dicotomia de para-

[13] Lei 107/2001/ Art. 74.º/2 — O património arqueológico integra *depósitos estratificados*, estruturas, construções, agrupamentos arquitectónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respectivo *contexto*, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso (...).

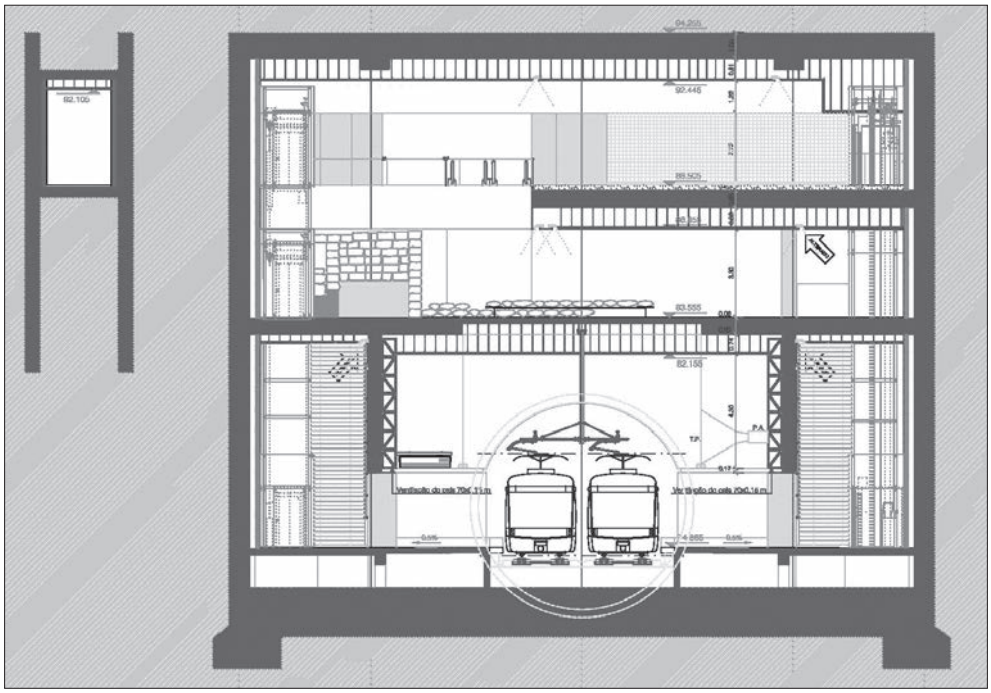


Fig. 3. Estação de 24 de Agosto, corte este – oeste.

mentos '*opus versus* alvenaria' na 'arca *versus* reservatório'. Depósitos estratificados que explicariam ainda a passagem de contexto de arquitetura *a céu aberto* a arquitetura *enterrada*.

Para quem tomou decisões, ficou a desconfortável e platónica sensação de a Mãe d'Água de Mijavelhas constituir *cópia infiel da ideia* presente na estratificação chafariz-arca-poço-reservatório de Mijavelhas-Campo Grande. Dos acertos, ocorridos qual efeito dominó desencadeado pela topografia chã do novo assentamento e destacamento da parede de fundo, destaquem-se o abatimento e aperto da junta do lajeado e a diminuição de uma fiada no tanque leste, na medida em que alteram a métrica original.

Por outro lado, pela possibilidade de descoberta feita ao longo da escavação, desmontagem e remontagem, achado e musealização demonstrarão também esbatimento da dicotomia positivo *versus* negativo nos impactos. Foi a conservação pelo registo que recuperou a memória da requalificação Moderna, permitindo a remontagem uma segunda oportunidade para esclarecer pormenores – como os cuidados havidos com a hidrostática ou a constatação de alguma irregularidade no trabalho da dita medida-padrão. De resto, o sacar de significado a toda aquela

terra e pedra – designadamente, *a descodificação da métrica presente* – resultou bastante da viva discussão entre linguagens diferentes: Engenharia, Arquitetura e Arqueologia. E, no fim, a empresa vingava como efetivo elo de identificação entre os construtores e elemento de identidade para o cidadão portuense.

De facto, se há forma de monitorização da mitigação do impacto cultural sê-lo-á por meio da medição do interesse votado pelo Público: no início de 2016, um rastreio na *www* permitia identificar 29 *blogs* e *sites* referenciando a Estação de 24 de Agosto por causa da Memória, e ainda um selo personalizado, um produto comercializado pelos CTT! Documenta, assim a musealização da Mãe d'Água a relevância do património cultural para Sociedade, revelando-se testemunho *avant la lettre* da pertinência da Convenção-Quadro de Faro, de 2005, ratificada pelo Estado Português.

Evocando Carlos Alberto Ferreira de Almeida, sim, neste espaço, a Mãe d'Água vem surgindo em *24 de Agosto* «como valor de identidade e de memória de uma comunidade, [vindo a promover] a qualidade de vida» do cidadão anónimo que por ali passa. Um deles comentava, nos idos de 2006:

> *É curioso constatar como os habitantes atuais e os turistas na cidade d'O Porto se apropriam do lugar e aprendem a sua história. O casal de namorados, sentado à beira das pedras, conversa intimamente como se fizesse parte do cenário (…). Crianças vestindo uniformes escolares soltam-se das mãos dos adultos que as vigiam. (…)* [Estes], *distraídos ou apressados lentamente (re)descobrem o significado da Arca de Mijavelhas, antigo chafariz, reservatório e, hoje, memória do lugar onde se planta a estação*[14].

5. ALGUNS CONCEITOS A MONTANTE

> «A avaliação de alternativas é o 'coração' da declaração de impacto ambiental»[15].

E se todo aquele palimpsesto enterrado e apenas entendido na sua relação com a estratigrafia sedimentar associada e à medida que esta foi sendo *des-construída* tivesse sido indiciado desde a *Avaliação de Impacto Ambiental (AIA)*? Ancorados na Mãe d'Água de Mijavelhas, transportemo-nos ao presente contexto jurídico e façamos um périplo por alguns conceitos desejavelmente familiares a todo o Profissional participante na gestão global da dita *AIA*.

---

[14] http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=159&doc=11750&mid=2.

[15] NEPA, Regulamento de 1978.

AIA, atualmente definida pelo DL 151-B/2013/2.º/d) como «instrumento de carácter preventivo da política do ambiente, sustentado na … análise de possíveis alternativas, que tem por objeto a recolha de informação, identificação e previsão dos efeitos ambientais de determinados projetos, bem como a identificação e proposta de medidas que [*mitiguem*] esses efeitos, tendo em vista uma decisão sobre a viabilidade da execução de tais projetos …».

Integrada, portanto, em processo de tomada de decisão, a AIA apela a uma análise integrada dos fatores ambientais em presença, entre os quais o património cultural (DL151-B/Anexo IV/3). Desta forma são convidados à participação Profissionais ligados ao Património Histórico, Arquitetónico e Arqueológico. Tal como o convoca a Convenção de La Valetta (art. 5.º/3), também ratificada pelo Estado Português.

No que respeita ao património arqueológico, técnica e desejavelmente, deverá a AIA basear-se no diagnóstico de *i) perigos previstos* indiciados em fontes seguras, ii*) riscos incertos,* decorrentes da insuficiência de dados científicos, e também *iii)* do *potencial abstrato*[16], indexado à ausência de quaisquer indícios. Passará a *mitigação* por ações que evitem, minimizem ou compensem[17] os efeitos negativos associados. E estes são avaliados no estudo de diferentes alternativas, incluindo a *alternativa zero,* referente à evolução previsível da situação atual, na ausência do plano.

É essa projeção *a situação de referência* para a avaliação[18], designada de *cenário base* na Diretiva 2014/52/UE, que a define como a «provável evolução do estado atual do ambiente no caso de o projeto não ser executado».

Efetivamente, *impacto* é o «conjunto das alterações favoráveis e desfavoráveis produzidas no ambiente, sobre determinados fatores, num determinado período de tempo e numa determinada área, resultantes da realização de um projeto, comparadas com a situação que ocorreria, nesse período de tempo e nessa área, se esse projeto não viesse a ter lugar» (DL 151-B/2013/2.º/k)).

Assim se desenha o desiderato básico da AIA: a gestão *intra e intergeracional* de interesses visada no *desenvolvimento sustentável*.

[16] MARTINS (2010: 20). BOTELHO (2016).
[17] DL 151-B/2013/2.º/d). Vide JESUS (2008).
[18] JESUS, 2007.

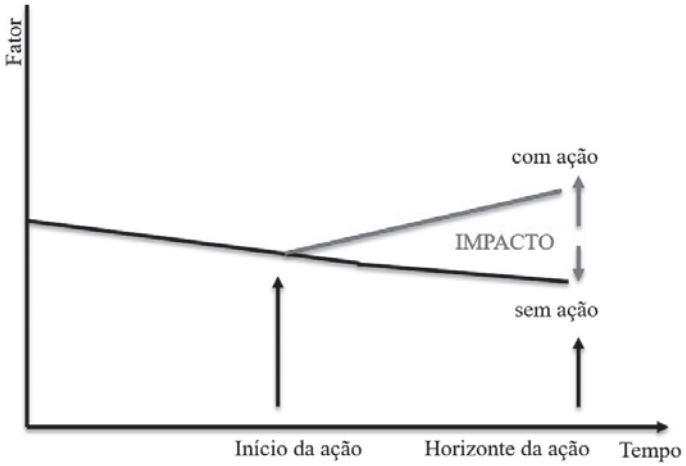


Fig. 4.
Impacto[19].

6. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O RECURSO ARQUEOLÓGICO

> «Nós não herdámos a Terra dos nossos antepassados, nós tomámo-la de empréstimo às gerações futuras». Antoine Saint-Éxupery

Segue-se, pois, o *desenvolvimento sustentável*. Conceito burilado em *Brundtland* (1987), é o princípio que, visando a articulação de interesses e gestão de recursos finitos e não renováveis, apela à «satisfação das necessidades presentes, sem comprometer a capacidade de as futuras gerações suprirem as suas próprias necessidades»[20].

Retomando a hipótese lançada, se tivesse ocorrido em sede de AIA a indiciação da elevada sensibilidade do subsolo de 24 de Agosto que veio a ser revelada em Obra:

– Deveria tal ser avaliado como impacto negativo, direto, de magnitude elevada e muito significativo, na medida em que sacaria ao futuro a possibilidade de, com melhores meios, indagar os vestígios arqueológicos ao redor do aproveitamento multissecular do manancial de Mijavelhas-Campo Grande?

– Ou, pelo contrário, como um impacto positivo e muito significativo, dependendo da conservação pelo registo concretizada, na medida em que o enriquecimento da memória atual seria acompanhado pela recuperação de um

[19] JESUS, 2007.
[20] BRUNDTLAND, 1987.

> património em decaimento material, possivelmente sem significado histórico num resgate futuro? Ao Presente, diz certamente bastante o reconhecimento do chafariz referenciado no Cronista.

Ao abrigo da doutrina internacional, podemos considerar que a Recomendação de Nova Deli, da UNESCO (1956), na criação da figura *reserva arqueológica,* «in order that their excavation may benefit from improved techniques and more advance archaeological knowledge» (art. 9.º), espelha pioneiramente o referido desiderato Brundtland, na medida em que tal se vincula ao reconhecimento de melhor capacitação às gerações futuras. E a Carta de Lausanne, da ICOMOS (1990), que reitera a mesma promoção das reservas (art. 2.º), declara a transladação como processo violador da conservação *in situ* (art. 6.º), sendo de sublinhar o apelo feito à capacitação académica no sentido da promoção da mudança de políticas de conservação «from excavation to in situ preservation» (art. 8.º).

Carta de Lausanne sucedânea à Recomendação de Paris (1968), da UNESCO, de cuja letra se extrai pela primeira vez o princípio da *conservação pelo registo científico*:

> «When overriding economic or social conditions require that cultural property be (…) destroyed, (…) rescue operations should always include (…) the *preparations of detailed records*» (art.º 9).

Convém termos presente o caracter implícito da menção, bem como a subsidiariedade ao nomeado '*princípio da conservação in situ'*. E, com certeza, no contexto nacional, deve o relevo ser dado à Convenção de La Valetta, do Conselho da Europa (1992). O que nos leva a constatar a mesma prevalência da conservação *in situ*.

Portanto, pelo que aqui se expõe, no quadro da doutrina internacional referente à proteção dos bens culturais no quadro do Fomento, a otimização futura do conhecimento dos recursos arqueológicos presentes no subsolo do Campo 24 de Agosto apelaria à conservação *in situ*, devendo optar-se por alternativa de projeto insuscetível de impactos. Pela alternativa *zero*, não construindo de todo uma estação por ali, ou por variante, desviando, por exemplo, a implantação da estação para a Av. Camilo? O superior interesse socioeconómico decidi-lo-ia.

Mas, e o *potencial abstrato*? Ao desviarmos um plano de um impacto certo de destruição (portanto, suscetível de mitigação otimizada por intervenção conceptualmente detalhada *a priori*), não poderemos estar a dirigi-lo a um outro bem desconhecido, tornando-o alvo de uma minimização, improvisada, não planificada, logo, amputada no seu cariz investigacional?

A resposta à problemática geral não é certamente dicotómica. Antes apelará a decisões caso a caso. E estas ao consenso e ao cultivo da confiança entre os pro-

fissionais, a bem da credibilidade. E convém notar que, à doutrina internacional, a Lei 107/2001, embora idealisticamente apele à conservação *in situ* de estruturas arqueológicas que apareçam no decurso das obras (79.º/2), responde com a prevalência da conservação pelo registo (75.º/1):

Aos bens arqueológicos será desde logo aplicável, nos termos da lei, o princípio da conservação pelo registo científico.

Realisticamente, Carla A. Gomes[21] define o *desenvolvimento sustentável* como a «equação de ponderação circunstanciada e conjuntural do interesse de preservação ambiental e dos interesses do desenvolvimento económico», dando a responsabilidade intra e intergeracional como «prenhe de simbolismo e intenção ética, mas destituída (no estado actual) de condições de operacionalização real».

7. EPÍLOGO

Assuma-se a fragilidade máxima da AIA: visando informar um processo de tomada de decisão, o EIA sobre Estudo Prévio, embora configure a modalidade que melhor alberga estudo de alternativas, impõe a avaliação sobre documentação técnica ainda mal definida. A base ideal para o diagnóstico de impactos e identificação de medidas mitigatórias estaria no projeto de execução. Mas a elaboração deste já pressupõe tomada de decisão.

O que importa enfatizar é que a busca de sustentabilidade da proteção do património arqueológico deverá procurar a governança equilibrada das necessidades de satisfação de curiosidade e de aquisição de conhecimento e aprendizagem, na gestão desse recurso finito e não renovável. Assim sendo, responsabilizarmo-nos por uma sociedade mais justa implica sempre pensar nas gerações futuras. Sempre que for solução a conservação pelo registo científico, consciencializemo-nos de que estaremos a sonegar aos vindouros a possibilidade de, com meios mais avançados, obterem conhecimento mais aprofundado.

Restará, pois, a gestão da mitigação do dano sobre o património arqueológico (e na medida em que incide sobre potencial abstrato) pautar-se por estratégias que permitam equilibrar o impacto negativo da destruição com o impacto positivo dado pela conservação pelo registo científico, este espelhado no melhor conhecimento da evolução histórica e arqueológica do território. Somente maturidade científica e experiência profissional providenciarão a mundividência necessária que cedo «vença

[21] GOMES, 2014: 83.

a batalha de procurar sem propriamente ver, e ver sem propriamente procurar», promovendo, então equidade social e intergeracional[22].

BIBLIOGRAFIA

AAVV (1997) – *Estudo de Impacte Ambiental para o Sistema de Metro Ligeiro na Área Metropolitana do Porto*. Relatório Síntese, COBA.

BOTELHO, Iva (1999) – *A arca d'água do Campo 24 de Agosto*. [Em linha] Metro do Porto. A vida em movimento. http://www.metrodoporto.pt/uploads/document/file/296/Arqueologia.pdf.

—— (2016) – *O Processo do Corgo. Da conservação pelo Registo Científico*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para obtenção do grau de Doutor.

BOTELHO, Iva; GOMES, Filipe (2017) – *De chafariz a arca de Mijavelhas. Firmitas, utilitas et venustas numa intervenção na berma de um caminho à distância a cavalo da cidade*. In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo, *org.* – *Genius Loci. Lugares e Signifcados*. Porto: CITCEM.

BRUNDTLAND, Gro *et al.* (1987) – *Our Common Future. Report of the World Commission on Environment and Development: Gro Harlem Brundtland*. [Em linha]. Disponível na www: <URL: http://www.bne-portal.de/fileadmin/unesco/de/Downloads/Hintergrundmaterial_international/Brundtlandbericht.File.pdf?linklisted=2812>.

CARVER, Martin (2009) – *Archaeological Investigation*. Londres: Routledge.

GOMES, Carla A. (2014) – *Introdução ao Direito do Ambiente*. Lisboa: AAFDL.

JESUS, Júlio (2007) – *Questões do «Impactês». Situação de Referência ou Situação atual?* «Boletim APAI», n.º 10, p. 8.

—— (2008) – *Questões do «Impactês». Minimização ou Mitigação*. «Boletim APAI», n.º 11, p. 12.

MARTINS, Ana M. N. (2010) – *A Protecção do Património arqueológico: proteger o quê, como e para quê. Reflexões a partir do direito do património cultural e do ambiente.* [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa – Instituto de Ciências Jurídicas-Políticas. [Consult. 2014-01-24]. Disponível na www: <URL: http://www.icjp.pt/sites/default/files/media/663-1094.pdf>.

SANTOS, M. José (2013) – *Uma descoberta no Campo 24 de Agosto*. [Em linha] Metro do Porto. A vida em movimento. http://www.metrodoporto.pt/uploads/document/file/296/Arqueologia.pdf.

S.A. Records of the General Conference Ninth Session New Delhi 1956 resolutions. [Consult. 2011-08-24]. Disponível na www: <URL: http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001145/114585e.pdf.

[22] CARVER, 2009.

OS CANAIS SETECENTISTAS DO RIO ESTE, VILA NOVA DE FAMALICÃO. SINGULARIDADES DE UM SISTEMA HISTÓRICO DE GESTÃO SUSTENTADA DA ÁGUA

LUZIA SILVA*

Resumo: Num ambiente telúrico, o regadio tradicional de Nine, Vila Nova de Famalicão, implantado nas margens do rio Este, preserva um conjunto de práticas e saberes únicos aplicados na gestão da água. Data de 1796 o plano da autoria de Custódio José Gomes de Vilas Boas, para o aproveitamento das águas do rio para a rega.
A partir do estudo das evidências materiais ainda existentes, bem como do fundo documental pertencente à Mesa Económica do Encanamento das Águas do rio Este, propomo-nos apresentar as singularidades deste sistema hidráulico e a complexidade do conhecimento a ele associado, particularmente do sistema matemático aplicado na partilha da água, bem como a sua importância histórica, tanto como património material quanto imaterial, que urge valorizar.

Palavras-chave: Rio Este; Regadios tradicionais; Partilha das águas; Metrologia.

Abstract: In a telluric environment, the traditional irrigation system of Nine, Vila Nova de Famalicão, implanted on the river Este's banks, preserves the traditional and unic knowledge applied to the management of water. Dates of 1796, the plan by Custódio José Gomes Vilas Boas, to use the river's water in irrigation.
From the study of the existing material evidences, as well as of the document resources belonging to the Mesa Económica do Encanamento das Águas do rio Este, we propose to present the singularities of this hydraulic system and the complexity of the knowledge associated with it, particularly the mathematical system applied in the sharing of water, as well as its historical importance, both as material and intangible cultural heritage, which needs to be valorized.

Keywords: River Este; Traditional irrigation; Water sharing; Metrology.

* Arqueóloga a título particular. mlmps.20@gmail.com.

INTRODUÇÃO

«Los regadíos históricos son el resultado de una transformación del paisaje natural con criterios de sostenibilidad»[1].

É nossa intenção, com o presente estudo de caso, revelar a singularidade de um sistema hidráulico e de partilha da água, presente no regadio do Encanamento das Águas do rio Este, freguesia de Nine, Vila Nova de Famalicão, sistema arquitetado em 1796, pelo engenheiro militar Custódio José Gomes de Vilas Boas, facto sem paralelo e desconhecido até à realização deste estudo. Concentrar-nos-emos em dois aspetos que distinguem este sistema dos demais regadios: em primeiro lugar, o poder e liderança exercido pela Mesa Económica essencial à sobrevivência do regadio até à atualidade; em segundo lugar, destacamos o intrincado e complexo sistema matemático aplicado na gestão da água de lima, perpetuado na arquitetura do regadio.

O sistema de rega foi implementado na sequência da intervenção no rio Este, aprovada por alvará de D. Maria I em 1787[2] e efetuada numa extensão de 5 km, no extremo noroeste do concelho. Em resultado da congregação de esforços da comunidade de agricultores da freguesia do Louro, que viram no encanamento do rio a única possibilidade de sobrevivência da agricultura e da própria comunidade, o rio que, até finais do século XVIII, corria neste vale meandrizado, com sucessivas inundações dos terrenos agrícolas, foi intervencionado dando origem a um canal retilíneo, ao longo das veigas. O novo curso cumpre, desde logo, a sua função, drenando os terrenos marginais, libertando ricas terras aluviais para a agricultura. No início dos anos noventa do século XVIII, a produção de «pão» passava os seis mil alqueires[3] e «a terra que so produzia junco passou a produzir com extraordinária abundancia milho maís e feijão e os pobres donos das lagoas passarão a ser ricos labradores possuintes de ferteis campos»[4].

No entanto, com o novo canal, dá-se uma mudança de paradigma, já que, terrenos devassados pelas inundações viam-se, agora, ameaçados pela escassez de água, refletida na quebra da produção agrícola.

Os proprietários agrícolas de Nine, em 1795[5], compreendem a importância de uma gestão equilibrada e sustentada dos recursos hídricos, que se refletiria na produtividade dos terrenos marginais, e reúnem-se numa Junta de Regantes, coordenando esforços para empreenderem a construção do regadio. Desde a mais remota anti-

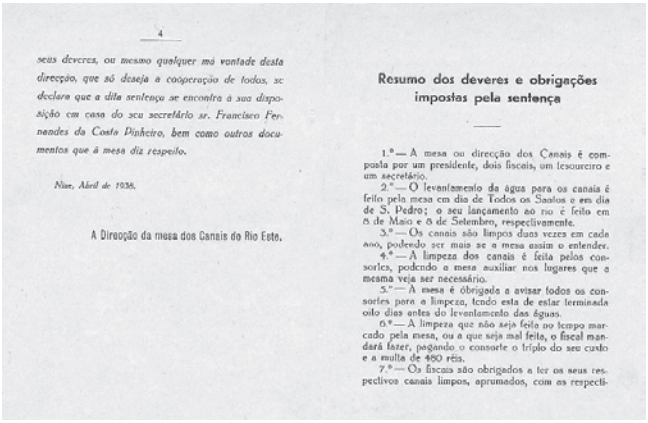
[1] PLA & GARCIA, 2014: 56.
[2] BCM/03, fl.17. Consultável em SILVA, 2013: 162.
[3] BCM/01, fl. 4. Consultável em SILVA, 2013: 142.
[4] MCN/04, fl. 8v. Consultável em SILVA, 2013: 189.
[5] MCN/03, fl.1. Consultável em SILVA, 2013: 183.

guidade, é esta coordenação de esforços por parte dos lavradores que, reunidos em Juntas de Regantes, tem contribuído, também, para o desenvolvimento dos regadios[6].

A MESA ECONÓMICA DO ENCANAMENTO DAS ÁGUAS DO RIO ESTE

Conhecida pela simples denominação de Mesa, a nova Junta de Regantes empreende a tarefa de construção do sistema de rega, segundo plano[7] concebido por Custódio José Gomes de Vilas Boas, aprovado por Resolução de D. Maria I em 26 de Janeiro de 1797. Pretendiam o aproveitamento sustentável do caudal do rio Este para irrigação dos terrenos agrícolas marginais, uma vez que, após a captação e distribuição pelas parcelas, as águas excedentárias seriam novamente devolvidas ao rio, permitindo a sua reutilização.

O sistema, projetado em 1796, encontramo-lo ainda em funcionamento em pleno século XXI. De dimensão relativamente reduzida, com cerca de 80 ha, tem-se mantido estável desde a origem. Sendo certo que a longevidade e sobrevivência do regadio se deve à contínua exploração dos terrenos agrícolas, sem dúvida que a ela também não será alheia a existência da Mesa Económica com plenos poderes administrativos e judiciais, alicerçados no regulamento validado por sentença cível em 1842[8]. O funcionamento deste sistema, e particularmente a gestão da água, decorre da existência deste regulamento (Fig. 1) disponibilizado a todos os consortes de uma forma muito clara, o que tem contribuído, talvez, para o baixo nível de conflitualidade no regadio, que se resume, maioritariamente, a desvios indevidos da água e limpeza deficiente dos canais.



4

seus deveres, ou mesmo qualquer má vontade desta direcção, que só deseja a cooperação de todos, se declara que a dita sentença se encontra à sua disposição em casa do seu secretário sr. Francisco Fernandes da Costa Pinheiro, bem como outros documentos que á mesa diz respeito.

Nine, Abril de 1938.

A Direcção da mesa dos Canais do Rio Este.

Resumo dos deveres e obrigações impostas pela sentença

1.º — A mesa ou direcção dos Canais é composta por um presidente, dois fiscais, um tesoureiro e um secretário.

2.º — O levantamento da água para os canais é feito pela mesa em dia de Todos os Santos e em dia de S. Pedro; o seu lançamento ao rio é feito em 8 de Maio e 8 de Setembro, respectivamente.

3.º — Os canais são limpos duas vezes em cada ano, podendo ser mais se a mesa assim o entender.

4.º — A limpeza dos canais é feita pelos consortes, podendo a mesa auxiliar nos lugares que a mesma veja ser necessário.

5.º — A mesa é obrigada a avisar todos os consortes para a limpeza, tendo esta de estar terminada oito dias antes do levantamento das águas.

6.º — A limpeza que não seja feita ao tempo marcado pela mesa, ou a que seja mal feita, o fiscal mandará fazer, pagando o consorte o triplo do seu custo e a multa de 480 réis.

7.º — Os fiscais são obrigados a ter os seus respectivos canais limpos, aprumados, com as respecti-

Fig. 1.
Regulamento dos Canais. Ano de 1938[9].

[6] OLCINA & GIL, 1992: 195.
[7] MCN/04, fl.8. Consultável em SILVA, 2013: 189.
[8] MCN/09, fl.1. Consultável em SILVA, 2013: 260.
[9] Documento pertencente ao Presidente da Mesa dos canais.

A existência da sentença cível e do regulamento contribuem ainda para a singularidade deste sistema, uma vez que, apesar das centenas de regadios tradicionais existentes, poucos são os que se regem por regulamentos escritos. Por exemplo, em Aboim, Cabeceiras de Basto não existe um regulamento claro e «as regras não são escritas, e só algumas são expressas sob uma forma explícita, por alguns regantes»[10]. Na Levada do Moinho, ilha da Madeira «os usos e costumes são a lei, e são geridos por uma estrutura informal»[11].

À supervisão da Mesa se deve a aplicação do princípio de equidade e proporcionalidade da partilha de custos, trabalho, direitos e deveres[12] entre os consortes, que impera desde a sua criação. Uma vez que os conflitos são intrínsecos à partilha da água[13], a Mesa intervém na sua resolução, tendo a capacidade de impor sanções aos prevaricadores, decisões que são tomadas em reuniões de consortes, com o acordo da maioria e com o devido registo em ata. O poder investido na Mesa de aplicar coimas é um pormenor deveras importante, revelador duma autonomia que distingue este regadio de outros considerados tradicionais.

A estrutura da Mesa ilustra, em parte, a organização que encontramos no outro lado da fronteira, nas Hortas de Valencia. Aqui, os conflitos são resolvidos pelo Tribunal das Águas da Veiga de Valencia[14], cujos membros são eleitos democraticamente. Os conflitos são apresentados ao tribunal e resolvidos oralmente, de forma transparente e imparcial. No entanto, mais do que a faceta legal, pela perda de superfície regada, o Tribunal das águas tem assumido um papel simbólico na comunidade[15].

A PARTILHA DE UM BEM COMUM: A ÁGUA

Este é um território dinâmico, cuja sobrevivência se deve à capacidade que os agricultores demonstraram em se adaptar às exigências da agricultura moderna, com a adoção da monocultura do milho para silagem, com exigente demanda de irrigação. O plano na génese do regadio revela em pormenor a especificidade do projeto, que assenta em três secções distintas: a captação do caudal do rio no açude, condução da água por gravidade através dos dois canais e a difícil partilha equitativa da água. O regadio divide-se em dois canais mestres ao longo do rio Este, com 12 palmos de largura, cuja localização, «um em cada margem, dá origem a dois

[10] SALESSE, 2004: 52.
[11] FERNANDES, 2008: 3.
[12] SILVA, 2013: 11.
[13] WATEAU, 2000; SALESSE, 2004.
[14] Reconhecido como Património Cultural Imaterial da humanidade desde 2009.
[15] PLA & GARCIA, 2014: 56.

subsistemas de rega, com estrutura e organização idênticas, e que funcionam em uníssono»[16]. A água é depois conduzida pelos terrenos agrícolas por um intrincado sistema de capilares, ou regos em terra.

Como referimos, a singularidade deste sistema de rega reflete-se em várias vertentes, mas, sem dúvida, o processo adotado na partilha da água será o que mais contribui para identidade única do regadio de Nine.

Ciente da forte variação de caudal do rio Este, em que a disponibilidade hídrica no verão poderá ser nula, Custódio Vilas Boas valorizou a abundância de água do inverno, já que as

> *terras limadas com huma corrente branda, bem repartida como esta pode, e deve ser (…) augmenta a produção das terras hum terço mais do que produzião, se não fossem limadas ainda que se lhes dê hum deligente fabrico*[17].

A democraticidade da gestão do regadio assenta na equidade e proporcionalidade da partilha realizada de acordo com as rasas de semeadura, ou quantidade de semente utilizada por cada parcela. Desde a partilha da água, trabalho e aos custos de manutenção dos canais, cada consorte assume uma quota correspondente às rasas de semeadura de cada parcela que possui no perímetro do regadio. Todos os direitos e deveres ficam agregados às parcelas, o que significava que, em caso de venda, seriam assumidos pelo novo proprietário, o que não invalida que os direitos à água de uma parcela fossem agregados a outra parcela do mesmo proprietário.

A captação da água que alimenta o regadio era realizada, como acontece atualmente, pelo açude localizado a norte, no centro do leito do rio, numa posição estratégica que dá origem a que a totalidade do caudal do rio seja repartido e derivado, equitativamente, pelos dois canais mestres para ambas as margens.

De acordo com a variação da disponibilidade hídrica ao longo do ano, e salvaguardando a sustentabilidade do regadio, a partilha da água de rega e de lima processa-se segundo dois métodos bem distintos. As 702 rasas e 1 maquia, que representavam a capacidade produtiva total do regadio em 1818[18], eram irrigadas em 5 giros, ou turnos de rega, com início às 24 h do dia 28 de junho para terminar a 8 de setembro, época em que a água escasseia, o que terá determinado o rigor na gestão da água, num controlo horário, em que a totalidade do caudal existente no canal mestre é derivado para a parcela, sem quantificação alguma. Sem sistema de armazenamento, os agricultores encontravam-se, e ainda se encontram, na total dependência da disponibilidade hídrica no seu turno de rega, que poderá mesmo ser nula.

---

[16] SILVA, 2013: 77.

[17] MCN/04, fl.9v. Consultável em SILVA, 2013: 263.

[18] MCN/05, fl.1. Consultável em SILVA, 2013: 199.

Devido à disparidade na dimensão dos terrenos beneficiados por cada canal (344 rasas de semeadura, para o canal da direita, e 358 e 1 quarto de semeadura[19], para o da esquerda) verifica-se que as parcelas da margem direita são beneficiadas em relação às da esquerda. Nesta margem, uma rasa de semeadura corresponde, no cômputo dos 5 giros, a 4 horas e 44 minutos, enquanto na margem direita corresponde a 4 horas e 58 minutos de rega[20]. Esta diferença poderá ser explicada pela existência de dois canais, ou dois subsistemas, em que a água deve correr paralelamente, a distâncias idênticas do açude, para que mantenha sempre o mesmo peso. Desta forma, os regantes asseguram que a quantidade de água derivada pelo açude à boca dos canais mantém um caudal estável, sendo repartida de modo equitativo a ambos canais. Conforme expresso no Rol[21] da partilha, a ordem das regas mantém-se inalterada nos 5 giros, iniciando-se na última parcela de cada canal.

Em oposição, a gestão da água de lima, rega de abundância, concentra-se na regulação do caudal correspondente às rasas de semeadura das parcelas. As terras são limadas continuamente na estação fria, promovendo o crescimento da erva e a termorregulação das terras.

Fig. 2. Registo granítico e soleira.
Imagem da autora.

A especificidade da arquitetura associada ao aproveitamento da água de lima é um contributo importante para a identidade local, contribuindo para a otimização e gestão eficiente deste recurso. Uma vez que não estavam condicionados pela disponibilidade hídrica, todas as parcelas eram irrigadas continuamente e em uníssono. A água era derivada do canal mestre para os terrenos agrícolas através dos registos (Fig. 2), ou tomadias, elementos que se evidenciam pela sua singularidade, tanto arquitetónica como funcional, já que resultam de um processo de cálculo matemático e engenharia hidráulica[22].

[19] MCN/011, fl.1. Consultável em SILVA, 2013: 239.
[20] SILVA, 2013: 97.
[21] MCN/05, fl.1. Consultável em SILVA, 2013: 199.
[22] SILVA, 2013:11.

A construção destes elementos viria a revelar-se um processo moroso e tecnicamente difícil, particularmente após o desaparecimento de Custódio Vilas Boas, em 1809[23], obrigando a que a versão final da partilha e o assentamento dos registos tivesse passado por um processo provisório[24] de avaliação do comportamento dos registos e do consumo hídrico de cada parcela, que poderia variar, por exemplo, conforme a inclinação dos terrenos. Terrenos com maior inclinação seriam beneficiados com maior quantidade de água, em detrimento de terrenos planos, pondo em causa a democraticidade da partilha.

Os registos, são sólidos blocos graníticos de forma paralelepipedal com um orifício central, firmemente enterrados nas testeiras das parcelas, assegurando, de «forma permanente, o princípio da proporcionalidade entre a água disponível e a capacidade produtiva de cada parcela»[25]. Entre 1 de novembro e o dia 1 de maio, a água corre pelos canais e os consortes têm as terras limadas, na proporção que lhes é devida, sem assistência alguma.

O volume da água que lhes corresponde é apenas controlado pela área do referido orifício, que se alonga desde o centro até à base. Esta configuração assegura a derivação permanente, mesmo havendo variações, com níveis muito reduzidos de caudal no canal mestre. Todas as parcelas possuem o seu registo próprio, tanto as marginais como as interiores, sendo estas alimentadas por regos secundários provenientes do canal mestre. Para assegurar a estabilidade do caudal derivado através dos registos, estes conjugam-se com uma soleira granítica, soterrada junto ao orifício, por onde corre a água. Trata-se de uma construção sólida e estável, preparada para enfrentar as enchentes do rio que se engolfam pelos canais em pleno inverno, sem perder nunca a verticalidade. Esta característica dos registos é da maior importância, uma vez que a mais pequena variação na verticalidade implicaria uma alteração ao caudal admitido aos terrenos.

Para evitar o encharcamento excessivo dos terrenos, a Mesa recorre ao encerramento da boca dos canais no açude, podendo optar por abrir os canais de drenagem, ou sangradouros, direcionando as águas excedentárias para o rio. Por outro lado, dada a reduzida altura dos registos (0,70 m em média), os que se situam no fecho dos canais são facilmente ultrapassados pela corrente, que é devolvida ao rio.

Ainda que a rega sem aparelhos elevatórios, seja o sistema utilizado mais antigo[26], na pequena freguesia de Nine souberam inovar e ultrapassar o desafio que

[23] Custódio V. Boas foi assassinado pela população em Braga, durante a segunda invasão francesa.
[24] MCN/09, fl.41. Consultável em SILVA, 2013: 275.
[25] SILVA, 2013: 88.
[26] DIAS, 1986: 179.

representava a partilha da água lima de forma equitativa, em concordância com as rasas de semeadura das parcelas.

Sendo certo que a medida métrica linear só entrou em vigor em 1859[27], esta já tinha sido adotada em França em 1790, para uniformizar os pesos e medidas. Este novo sistema não seria estranho a Portugal, pois na primeira década do século XIX muitos oficiais tinham já o palmo das réguas divididos em décimos e centésimos[28].

O regadio de Nine adotou um sistema único para mensuração das medidas lineares, a que se referem como primeiros, segundos, terceiros, quartos e quintos, correspondentes à divisão decimal do palmo. Um primeiro corresponderá à décima parte do palmo. Uma vez que seriam necessárias medidas reduzidas, devido a existirem no regadio parcelas de pequena capacidade, com meia rasa ou quartos de semeadura, a correspondência em medidas lineares foi encontrada subdividindo sucessivamente os primeiros. A medida encontrada seria designada de segundos, que, dividida também por dez deu origem aos terceiros e sucessivamente aos quartos. Desta forma, obtiveram as décimas, centésimas, milésimas e «milésimos de esimos» do palmo, que seriam representadas graficamente em toda a documentação da Mesa pelos «carates»[29]. A divisão seria extensiva até aos ínfimos quintos, que não chegaram a ser considerados por serem uma medida residual[30].

Terminado este processo, para determinarem a quantidade de água reservada para cada parcela, foi realizada a correspondência das rasas de semeadura a irrigar e o caudal disponível em ambos os canais. A capacidade total do regadio (702 rasas e 1 maquia) foi então dividida pela água disponível correspondente a 24 palmos (correspondente a 12 palmos de largura de cada canal), chegando ao valor de 29 rasas e 1 quarto, para cada palmo de água disponível. Para determinarem a quantidade de água correspondente para a lima de uma rasa, o palmo é dividido pelas 29 rasas e 1 quarto. Desta forma, obtiveram o valor de 0,034 palmos, designados pelos carates, 3" e 4"' (3 segundos e 4 terceiros). O mesmo sistema seria aplicado para a correspondência à 1/2 rasa e a 1 quarto de rasa.

Tendo determinado, à partida, que os registos marginais teriam 3 palmos de altura e os interiores somente 1 palmo de altura, as medidas lineares são transformadas em áreas, como passamos a exemplificar:

0,034 palmos x 3 palmos de altura = 0,102 palmos de área
0,102 palmos x 1 palmo de altura = 0,102 palmos de área

---

[27] *Decreto de 20 de Junho de 1859*. Diário do Governo nº 152.
[28] TRIGOSO, 1815: 383.
[29] MCN/06 f.1. Consultável em SILVA, 2013: 239.
[30] SILVA, 2013: 100.

Em suma, registos de configurações diversas derivam para o interior das parcelas a mesma quantidade de água, na estrita observância dos princípios da equidade e igualdade de direitos presentes desde a primeira hora e que ainda norteiam a vivência deste regadio.

NOTAS FINAIS

> É verdade que a profunda reestruturação por que tem passado a agricultura minhota ao longo dos últimos vinte anos resulta numa notável diminuição da importância do regadio na economia local[31].

O regadio de Nine revela a sua versatilidade ao ter sabido adaptar-se à evolução da agricultura e necessidades da economia moderna, ultrapassando a falta de mão-de-obra rural e elevado emparcelamento, o que resulta na sua longevidade.

Curiosamente, a água de lima já não é tão valorizada pelos agricultores no perímetro do regadio, que se dedicam, maioritariamente, à produção do milho de silagem, com maior necessidade de irrigação na estação quente. No entanto, verificamos que toda a área continua a beneficiar deste recurso abundante que a percorre no inverno, ainda que já sem o controlo eficaz dos registos. Muita desta água provém de orifícios abertos nos canais mestres provocados por alguma degradação que já se torna evidente.

O regadio de Nine, com a sua Mesa Económica é um património singular preservado pelo uso contínuo e pelas boas práticas dos regantes, que têm contribuído para uma gestão equilibrada dos recursos hídricos.

Pelo pormenor envolvido desde o planeamento, arquitetura e particularmente aplicado na partilha da água, este regadio é um interessante exemplo de engenharia hidráulica vernacular que urge ser preservado.

FONTES

Decreto de 20 de Junho de 1859. Diário do Governo nº 152. Ministério da Obras Públicas, livro 1859

MCN/03. *Mesa dos canais de Nine*. [Manuscrito]. Consultável em SILVA, 2013

MCN/04. *Mesa dos canais de Nine*. [Manuscrito]. Consultável em SILVA, 2013

MCN/05. *Mesa dos canais de Nine*. [Manuscrito]. Consultável em SILVA, 2013

MCN/06. *Mesa dos canais de Nine*. [Manuscrito]. Consultável em SILVA, 2013

31 DURANT, 2003: 21.

MCN/09. *Mesa dos canais de Nine.* [Manuscrito]. Consultável em SILVA, 2013

MCN/011. *Mesa dos canais de Nine*. [Manuscrito]. Consultável em SILVA, 2013

BCM/03. *Biblioteca Cupertino de Miranda*. [Manuscrito]. Consultável em SILVA, 2013

BCM/01. *Biblioteca Cupertino de Miranda*. [Manuscrito]. Consultável em SILVA, 2013

BIBLIOGRAFIA

COSTA, M. R. (2013) – *A casa de baixo e a casa de riba na Drave: crónica de um lugar do maciço da Gralheira em Portugal*. «Revista Labor & Engenho», Vol. 7, nº2, p. 45-62. Disponível em <https://www.academia.edu/6568736/A_casa_de_baixo_e_a_casa_de_riba_na_ Drave_cronica_de_um_lugar_do_maciço_da_Gralheira_em_Portugal>. [Consulta realizada em 20/06/2016]

DIAS, Jorge (1986) – *Aparelhos de elevar a água de rega: contribuição para o estudo do regadio em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

DURANT, Jean-Yves (2003) – *A Diluição do Consenso: A Água de "Fonte de Vida" a "Património Colectivo"*. Etnográfica, Vol. VII (1), p.15-31.

FERNANDES, Filipa (2008) – *Taparam a água de Cabeça. Discórdias e encenação de status forjados numa levada de heréus. Lisboa, VI Congresso Português de Sociologia Mundos Sociais: Saberes e Práticas*. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/397.pdf>. [Consulta realizada em 21/06/2016]

GOUVEIA, A. (1996) – *A agricultura madeirense: dos poios às levadas*. In BRITO, Joaquim Pais de, *coord. – O Voo do Arado*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, p.591-597.

NEVES, Luís Quintas (1965) – *A Partilha das Águas de Rega no Direito Consuetudinário e nas Tradições Rurais do Norte de Portugal. Atas do Congresso Internacional de Etnografia*. Santo Tirso: Vol. III, p.361-371.

OLCINA, A. Gil; GIL, A. Morales (1992) – *Hitos Históricos de los Regadios Españoles*. Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentacion.

PLA, Jorge Hermosilla; GARCÍA, Emilio I. (2014) – *Claves Geográficas para la Interpretación del Patrimonio Hidráulico Mediterráneo. A Propósito de los Regadíos Históricos Valencianos*. «Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles». N.º 66, p.49-66. Disponível em: < https://dialnet.unirioja.es> [Consulta realizada em 12/06/2016].

—— (2010) – *Censo de Hidráulica en el Mediterráneo Peninsular*. «AREAS. Revista Internacional de Ciencias Sociales». Nº 29, p.73-89. Disponível em: < http://revistas.um.es/areas/article/view/115561/109571>. [Consulta realizada em 21/06/2016]

PORTELA, J. (1996) – *Regadios tradicionais em Trás-os-Montes*. In BRITO, Joaquim Pais de, *coord. – O Voo do Arado*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, p. 371-381.

SALESSE, Emmanuel (2003) – *Os que "Sabiam" e os que "Andam Baralhados": Funcionamento técnico e Social de um Regadio*. «Etnográfica», Vol. VII (1), pp. 33-61. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_07/N1/Vol_vii_N1_033-062.pdf. [Consulta realizada em 10/06/2016]

SILVA, Luzia P. (2013) – *O encanamento do rio este e o regadio das veigas de nine nos séculos XVIII e XIX. Uma obra de Custódio José Gomes de Vilas Boas e dos lavradores das veigas*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

SOEIRO, Teresa (1999) – *Agras: Campos abertos em espaço fechado. O caso de Lagares, concelho de Penafiel.* In BARROCA, M. – Carlos Alberto Ferreira de Almeida, in memoriam. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 409-422.

TRIGOSO, Sebastião F. M. (1815) – *Memoria sobre os pesos e medidas portuguezas, e sobre a introducção do systema metro-decimal*. In *Memorias Economias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Tomo V, Lisboa. pp.336-411. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=PTxFAAAAcAAJ&pg=PA375&lpg=PA375&dq=academia+real+de+ciencias+medida+de+palmo&source=bl&ots=V9hVHPlFOH&sig=clR010hAUfQyReKAKme75pJdjNs&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwi0ztGch9jOAhVFchQKHY3BC7gQ6AEILDAD#v=onepage&q=palmo&f=false> [Consulta realizada em 2/8/2016].

WALL, Karin (1998) – *Famílias no Campo. Passado e Presente em duas Freguesias do Baixo Minho*. Lisboa: Publicações Dom Quixote (col. Portugal de Perto).

WATEAU, Fabienne (2000) – *Conflitos e Água de Rega. Ensaio sobre a Organização Social no Vale de Melgaço*. Lisboa: Publicações D. Quixote (col. Portugal de Perto).

DE ENGENHO FORTALEZA A MONUMENTO NACIONAL BRASILEIRO – A TRAJETÓRIA DAS RUÍNAS ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS

RODRIGO CHRISTOFOLETTI*

Resumo: Este texto discute a trajetória do mais antigo remanescente arquitetônico da presença portuguesa no Brasil, o Monumento Nacional Ruína Engenho São Jorge dos Erasmos, hoje Base Avançada de Universidade de São Paulo. Após quatro décadas interditado, o hoje, sitio arqueológico, tornou-se um lugar que instiga a imaginação. As perguntas sem respostas concernentes a esse patrimônio são hoje seu maior vetor de qualificação.

Palavras-chave: Engenho São Jorge dos Erasmos; Ruínas; Engenho de açúcar; Patrimônio nacional brasileiro.

Abstract: This paper discusses the history of the oldest architectural remnant of the Portuguese presence in Brazil, the National Monument Ruin Mill São Jorge dos Erasmos, today Advanced Base of University of São Paulo. After four decades interdicted, today, this archaeological site has become a place that excites the imagination. The unanswered questions concerning this heritage are now their biggest vector of qualification.

Keywords: São Jorge dos Erasmos Mill; Ruins; Sugar mill; Brazilian national heritage.

O QUE FOI O ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS E O QUE REPRESENTA O EPÍTETO DE MONUMENTO NACIONAL?[1]

Nos últimos cinquenta anos, a pauta sobre o patrimônio passou a discutir bem mais que a simples conservação dos conjuntos e heranças culturais, materiais ou

* Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. r.christofoletti@uol.com.br.

[1] Este tópico retoma o histórico descrito no projeto: Projeto de restauro e adaptação USP/BNDES, coordenado pela Profª Drª Vera Lucia Amaral Ferlini (FERLINI, 2014: 13-14) e dialoga com as premissas básicas da Carta de Burra – ICOMOS Austrália, 1999, condicionando a ideia de que a *adaptação* deve

imateriais dos seres humanos. O entendimento de que o patrimônio significa a continuidade da cultura de um povo colaborou para que seu próprio conceito passasse a ser compreendido a partir de um elaborado alargamento: denominado, por muitos, como um *bem cultural*, o cerne deste significado, obviamente, transbordou a, até então, categoria de mero constructo humano. Definições de critérios passaram a balizar a proteção do patrimônio cultural/natural mundial, que por meio de documentos indicativos, (as chamadas Cartas Patrimoniais) e seleções de mérito (as listas indicativas do patrimônio local, regional e mundial) buscaram se tornar portadores de um conjunto de proposições, muitas vezes, universais.

Compreensão mais ampla passou a ser empregada nos foros internacionais ainda na década de 1950, quando a UNESCO definiu que o patrimônio cultural compreendia os monumentos arquitetônicos, os sítios arqueológicos, e os objetos e estruturas herdados do passado, dotados de valores históricos, culturais e artísticos; bens que representavam as fontes culturais de uma sociedade ou de um grupo social. Mas a UNESCO não centralizou a tutela de tais bens. A proteção do patrimônio cultural passou a ser outorga e tarefa primordiais do Estado interessado em possuir bens carimbados com tal rubrica. Isso significa que cada país tem a prerrogativa de cuidar para que seus bens figurem nesta listagem de exemplares únicos, e por isso, dignos de diferenciação.

No caso do Brasil, alguns patrimônios que ainda não integram a lista brasileira de potenciais patrimônios da humanidade merecem destaque seja por sua singularidade, seja por seu caráter excepcional. As ruínas do mais antigo engenho de açúcar do país é um exemplo excepcional.

Em 2017, celebram-se os 483 anos deste antigo engenho de açúcar. Muito mais que uma nota de rodapé nos anais do complexo açucareiro americano, este engenho marca o registro arquitetônico de um momento histórico único: o encontro das matrizes étnicas que presenciaram o rompante de uma nova era. As ruínas do antigo Engenho São Jorge dos Erasmos, atualmente categorizado como museu universitário a céu aberto constitui complexo arquitetônico único em território brasileiro.

Hoje, o engenho em ruínas é dotado de múltiplas funções, abarcando campos de atuação os mais diversos. O remanescente do antigo engenho fortificado (certamente, o mais antigo ainda existente em território sulamericano) se encontra em lugar privilegiado, como bem tombado nas instâncias federal, estadual e municipal[2]. Até o século XIX pertenceu ao município de São Vicente, no entanto, desde o

---

ser limitada àquilo que for essencial para o uso para o *sítio*, determinado em acordo com os Artigos 6 e 7 desta Carta. A adaptação só é aceitável quando tiver um impacto mínimo sobre o significado do bem.

[2] Tombado pelas instâncias de salvaguarda do patrimônio brasileiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 1963; Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico,

século XX se acha em território santista. Resultado dos processos culturais vividos e marcados pela ação de senhores e escravos, posses e lutas, interesses e disputas, este engenho, hoje em ruínas, passou a ser administrado pela Universidade de São Paulo – USP, em 1958, quando este foi doado à universidade, e desde 2004 vem convivendo com múltiplas atividades que congregam programas educacionais e de arqueologia.

Essas ruínas quinhentistas sofreram nas últimas décadas os efeitos nefastos de uma urbanização que alterou a paisagem que as emoldurava. A artificialização do meio, potencializada pela criação de um novo cenário teve um duplo efeito no processo de manutenção/preservação das ruínas deste antigo engenho. Se, por um lado, a urbanização da região transformou a feição do espaço envoltório, a paisagem e as próprias ruínas; por outro, o fato de tratar-se de um processo recente, retardou a degradação do ambiente envoltório.

Historicamente, a cidade de Santos, assim como o município de São Vicente, contíguos na mesma ilha, vivenciaram a dinâmica de uma economia monocultora de exportação (o açúcar) exigindo o avanço tecnológico e a articulação do trabalho cada vez mais especializado e, por tal, compartimentado. O que, nos primórdios da colonização foi o resultado prático das ações do capitalismo mercantilista recém disseminado tornou-se, séculos depois, o elemento desencadeador de um processo irreversível de urbanização. Tanto no século XVI como no XIX ou XX a ordem dinâmica sempre foi a expansão territorial como corolário de uma extensão econômico-social[3].

Percebe-se a mesma realidade na região onde se encontra o Monumento Nacional RESJE. O assentamento dos Erasmos, sob a vertente ocidental do conjunto de colinas que se eleva no centro da ilha de Guaiaó, rastreou o avanço dos colonos para as «terras mais a leste, do outro lado dos morros, onde a breve planície litorânea debruçava no Enguaguaçu, (a "grande enseada", em Tupi) e oferecia sua fertilidade às plantações de cana»[4].

Compreender as recentes transformações dos espaços contíguos a este antigo remanescente de engenho possibilita perceber em quais condições a recente urbanização da região fronteiriça entre o terreno do antigo engenho e a malha urbana adjacente interferiu na condição de integridade e autenticidade do bem, assim como, na identificação por parte da população vivente desta região. Uma vez instalada numa ilha, a dinâmica de crescimento urbano não pôde se expandir para além das

---

Arqueológico e Turístico de São Paulo – CONDEPHAAT, em 1974 e Conselho de Defesa do Patrimônio de Santos – CONDEPASA, o congênere municipal, em 1990.

[3] SILVA & CHRISTOFOLETTI, 2011: 56.

[4] SIQUEIRA *et al.*, 2014: 70.

fronteiras insulares, o que obrigou a população nativa e os que se estabeleceram a partir das migrações a se redimensionar espacial, cultural e socialmente.

Assim, se por um lado esta região vive os reflexos de uma historicidade temporal um tanto quanto recente (uma história de transformação urbana de menos de um século) por outro vive nas entrelinhas de sua cotidianidade as marcas de outra historicidade menos imediata e mais duradoura. Neste sentido, não se trata de inferirmos sobre um período curto de transformação, mas de refletirmos a cerca de como, neste último quartel de século houve uma recaracterização deste território, o que se traduziu inclusive na transformação do conjunto arquitetônico restante que caracteriza essas ruínas.

Do ponto de vista histórico a expedição de Martim Afonso de Souza a São Vicente em 1532 pode ser considerada o ponto de partida para a manufatura açucareira de larga escala no Brasil. A construção deste engenho de açúcar é o corolário deste empreendimento que vai rapidamente mudar de mãos. Martim Afonso de Souza, donatário da Capitania de São Vicente, foi responsável pelo lançamento das bases da ocupação da região, criando uma infraestrutura que permitiu a fixação dos portugueses no território. Além de doar sesmarias e construir fortalezas, introduziu o cultivo da cana de açúcar na capitania, levando à construção do Engenho, provavelmente no ano de 1534.

O Engenho dos Erasmos tornou-se, posteriormente propriedade da família Schetz, por volta de 1540. Ainda no primeiro quartel do século XVI, a família de Erasmus Schetz (banqueiro radicado em Antuérpia) distribuía seus produtos por toda a Europa. Sem dúvida, o período de apogeu do Engenho São Jorge dos Erasmos como manufatura açucareira foi sob a direção da família Schetz. O laborioso levantamento sucessório dos proprietários do engenho realizado por Maria Cecília França Lourenço nos dá a dimensão do quanto aprofundadas eram tais relações entre o capital, a terra e as famílias capitalistas da recém criada capitania[5].

Segundo o arquiteto holandês Paul Meurs, o Engenho funcionou até o século XVIII, beneficiando o açúcar de cana para exportação, além de rapadura e aguardente para consumo interno em ambas as vilas (Santos e S. Vicente). Ao longo desse século, porém, podemos constatar a decadência da propriedade. Para a produção de açúcar e derivados, além da fábrica propriamente dita, o Engenho comportava unidades administrativas e residenciais. A parca documentação escrita (em grande maioria em flamenco arcaico, espanhol e português do século XVI, acervo este a ser traduzido e interpretado) certamente poderá revelar um manancial riquíssimo de informações a serem decifradas.

[5] LOURENÇO, 2005: 13.

Ao longo dos tempos, modificam-se também os proprietários, lembrando que Erasmos Schetz falece a 30 de maio de 1550, passando a propriedade exclusivamente para os herdeiros, tendo seu filho Gaspar assumido os negócios e vindo a falecer em 1568, mas mantendo-se o negócio na família, até princípios do Século XVII. Do século XVIII até a metade do século XX este engenho foi praticamente esquecido e abandonado. Alterando-se este quadro internacional, o engenho esteve vinculado a várias famílias paulistas por adoção e, finalmente em 1943, pelas informações que dispomos sobre a trajetória mais recente deste empreendimento, consta que os terrenos com as ruínas foram adquiridos por Otávio Ribeiro de Araújo, que loteou a propriedade e doou o Engenho São Jorge dos Erasmos à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, no ano de 1958[6].

No mesmo ano, Luís Saia, chefe do 4º Distrito da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão federal, relatou ao presidente da Comissão Especial do Engenho São Jorge dos Erasmos que realizou prospecção e definiu o partido arquitetônico como de «modelo açoriano, tipo real e movido à água»[7]. O esforço de compreensão da linha sucessória de proprietários deste engenho, possibilitará um aprofundamento das interpretações sobre o bem, sem jamais escamotear suas múltiplas significações culturais. Por isso, sua simples restauração, ignorando sua sistemática e a história de seus diversos proprietários, seria uma ação inócua, condenando o bem a reduzir-se a parque temático, esvaziando-o das espessas camadas formadas por lutas ali sentenciadas[8]. Compreende-se, portanto, que o foco na condição de Ruínas deve ser incentivado, buscando estabelecer uma agenda que dê conta de responder às questões elencadas a seguir: valorizar a diversidade; permitir seu livre acesso e aquilatar seu acervo como fonte de conhecimento. Constitui este tripé, o arcabouço elementar de sua preservação.

PROJETOS EDUCATIVOS: PONTES ENTRE O PASSADO E O PRESENTE.

O programa museológico/expositivo/educativo do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos encontra-se aberto, com projetos especiais voltados a públicos distintos, a partir de um plano estratégico – a Plataforma Sophia, que propõe abordagens interdisciplinares, congregando distintas áreas do conhecimento. O setor educativo do Monumento Nacional RESJE desenvolve vários programas

6 LOURENÇO, 2005: 17.
7 SAIA, 1958.
8 LOURENÇO, 2005: 16.

educacionais[9], dos quais destacam-se: a) "*Portas Abertas*"; b) "*Projeto VouVolto*" e c) Projeto de *Valorização patrimonial*: os três primeiros voltados para o público escolar do ensino fundamental e médio, e o último, pensado para o público espontâneo.

O programa *Portas Abertas* oferece atividades especiais gratuitas aos finais de semana e é destinado ao público de todas as idades. Inclui cursos de difusão cultural, exposições, saraus, palestras, encontros, oficinas, dentre outros. As atividades vem permitindo que o local seja visitado e conhecido por um número cada vez maior de pessoas, tornando este antigo engenho de açúcar um espaço de reflexão e produção de conhecimento.

O Projeto *VouVolto*, destinado ao público escolar do ensino básico e fundamental, consiste em visitas dialogadas com roteiros sócio-histórico e ambiental. Em uma primeira etapa, o corpo docente da escola visita o local e protagoniza o planejamento da visita ou estudo do meio. Na etapa seguinte, os alunos vêm com sua escola e, posteriormente, são convidados a voltar ao local durante os finais de semana e as férias, acompanhados de seus pais, amigos e convidados.

O Conselho Deliberativo do Monumento Nacional, sua equipe gestora e o setor educativo vêm, na última década, aprofundando as discussões acerca das novas demandas e necessidades de proteção do espaço, bem como sobre sua utilização mais consciente. Fruto desta discussão é o *Projeto de Valorização Patrimonial* que viabilizará maior visitação ao bem. A preservação do sítio arqueológico e a ampliação do programa de visitas serão potencializadas pela construção de uma torre de observação e passarelas de acessibilidade. A torre será interligada por passarelas que se integram ao sítio e se conectam umas às outras, permitindo a ligação com a Base de Cultura e Extensão Universitária, já existente. A torre mirante, de 16,25 m de altura, com área total de 546m², possui pavimentos e passarelas que objetivam interferir o mínimo possível na paisagem do Bem tombado. O projeto ainda possui dois outros subprojetos: para além dessa construção, será realizado o mapeamento de espaços com potencial arqueológico/histórico/turístico na Baixada Santista para posterior composição de roteiros histórico/turísticos e a realização de uma série gratuita de espetáculos de luz e som (com tecnologia de *videomapping*) nas ruínas. Financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, este projeto encontra-se em fase adiantada. O conjunto de torre e passarelas tornará o espaço do Monumento Nacional acessível sem danificá-lo,

---

[9] Outros projetos são: "*Biodiversidade: a escola e seu entorno*"; "*Território e Transformações*", "*Museu do Morador da Zona Noroeste*" e "*I-Papo (Integração e Práticas Aproximativas do Patrimônio)*" (todos em fase de aprimoramento), voltados para o público espontâneo, além de projetos recentemente implantados, como: "*Se Essa Rua Fosse Minha – adequação da Rua Alan Cíber Pinto*" (rua onde se localiza o Engenho) e "*Conheça Santos: Zona Noroeste*", este último, em parceria com a Secretaria de Turismo de Santos.

possibilitando, simultaneamente, a retomada das pesquisas arqueológicas e o maior acesso do público sem o pisoteamento do sítio.

Esses programas de usufruto do bem cultural se coadunam ao Plano Gestor do Monumento que visa dotar o Monumento Nacional espaço de construção, fruição, pesquisa e lazer. Reconhecendo que o *espírito do lugar* é composto por elementos tangíveis e intangíveis que dão uma contribuição importante para formar o lugar e lhe conferir uma identidade, compreende-se que todos os projetos de preservação, conservação e restauro devam vir acompanhados de sua valoração espiritual. Portanto, o *spiritu loci*[10] é o resultado de um processo complexo, multiforme e plural que exige permanente reconstrução, por parte de seus usufrutuários, coletivo gestor, parceiros afetivos e institucionais. Devemos portanto, *Loci et temporis ex more* conceber o espírito do lugar de acordo com seus costumes e seu tempo, sua natureza intrínseca, mas também as diversas matrizes que a compõem.

O *spiritu loci* do antigo engenho, bem como de suas atuais ruínas, compõem-se das histórias, memórias, relações sentimentais, laborativas e referenciais que sua paisagem, suas texturas, cores e fragrâncias remetem às pessoas que de alguma maneira estiveram ligadas a este espaço ao longo de suas vidas. Memórias emprestadas, memórias vividas, reveladas por meio de um pêndulo que liga o presente ao passado, ajudam a construir o *spiritu loci* desde bem. Portanto, assegurar a presença deste sentimento sobre o lugar e a sua manutenção permitirá às futuras gerações conhecerem e fruírem o bem compreendendo-o como parte de sua própria identidade.

AS RUÍNAS COMO FACE DE JANO: AVALIANDO A AUTENTICIDADE E INTEGRIDADE DO MONUMENTO NACIONAL RESJE

> *No instante em que olharmos ruínas devemos reconstruir na imaginação sua vida pregressa ou aceita sua caducidade impondo-se rigorosos impeditivos imaginativos?*
>
> (Jacob Burckhardt, *O Cicerone*, 1855)

Algumas máximas se perpetuam na literatura, seja por sua beleza, contundência ou sensibilidade. A chamada *síndrome da sobredose de beleza* ou, simplesmente, *síndrome de Stendhal*, que se caracteriza pela catarse absoluta diante do excesso

[10] Tal como preconiza a Declaração de Quebec sobre o *spiritu loci*. Quebec, Canadá, 04/08/2008. Não confundir o *spiritu loci* com a ideia de *genius loci* (protetor de um lugar) figura mítica comum à religião clássica romana que consistia em proteger o espaço mediante oferendas.

de exposição do indivíduo a obras de arte ou lugares de grande beleza e a valor histórico, é um exemplo canônico de máximas que permanecem atuais. O escritor francês Stendhal (pseudônimo de Marie-Henri Beyle), após observar por muito tempo alguns afrescos da Basílica de Santa Croce, em Florença, Itália, teria ficado «absorto na contemplação de tão sublime beleza, me deparei com sensações celestiais (...) minha vida parecia estar sendo drenada. Catártico, desvaneci»[11]. Esta sensação de absoluta integração com aquilo que se contempla, esta catarse, não pode, nem deve se confundir com a mera fruição acadêmica, ou a curiosidade enciclopédica.

Com isso, não se quer dizer que devamos nos contentar com o simples gozo do fragmento em si e de seu contexto, mas a permanência desses estilhaços de "memória concreta", esses pontos de fuga entre um passado destruído e a consolidação quase pétrea do que sobrou, atua como catalisadora de histórias não vividas por nós. É como se, diante de ruínas como as estudadas neste texto, a história calcinada na argamassa que as unem, fosse tomada de empréstimo como vetor de imaginação e contemplação. Logo, a catarse, a admiração inebriada, a fruição da ruína, tal como salienta[12], só possui sentido se a manutenção, preservação e conservação desses "espaços em pedaços" forem mais que boas intenções ou mero deleite. O que se tenta dizer é que, com ou sem catarse, ruína preservada é aquela que continua a responder às indagações do presente, sendo inquirida sempre pelo que foi, mas também pelo que é.

Tal como se percebe de maneira paradigmática no Monumento Nacional RESJE, estabelece-se entre a ruína e a paisagem relação dialética, um singular jogo de «ricochete entre elementos naturais e o fragmento do edifício, que até podem ser simplesmente desprovidos de qualquer valor artístico mas que proporcionam um exemplo moral entre os cenários da natureza»[13]. Os restos deste complexo arquitetônico (paredes, traçados e alicerces que ainda marcam a geografia e espacialidade do lugar), por menor quantidade que se apresente, guardam de maneira eloquente pistas que ajudam a revelar esta relação dialética entre o usufruto da natureza, o domínio do território, a consolidação de uma nova forma de se relacionar com o meio e, sobretudo, o manejo dos recursos e os registros dessa interação humana.

A preservação das ruínas como se encontram atualmente, aplicando-se a elas o filtro de todas as camadas de usufruto e deterioração que o bem acumulou ao longo de sua trajetória, mostra ser o único caminho possível quando pensamos na salvaguarda deste bem. Mesmo que para alguns a restauração completa deste espaço possa significar uma injeção de vida na história do local, compreende-se

[11] STENDHAL, 1817: 56.
[12] CARENA, 1984: 124.
[13] CARENA, 1984: 112.

que a única reposta possível à indagação provocadora do *Cicerone* de Burckhardt seja, de maneira consciente, desenvolver entre nós a atividade reconstrutora, imaginativamente, e não nos contentar com as «premissas unívocas dadas pelo passado». Não se compreende o espírito de um lugar em ruínas, sem imaginação, senão aceitando a caducidade do bem, pois é na caducidade compreendida que estão contidos a força e a excepcionalidade de suas características primordiais. A contemplação, preservação, salvaguarda e conscientização sobre essas ruínas, exigem, da gestão pública/compartilhada deste patrimônio, atenção sistemática, para que «a ruína futura não seja aquela: muda, poeirenta e solitária, num panorama de extinção total»[14].

A salvaguarda de ruínas como as estudadas neste texto corrobora a convicção de que as pátinas do tempo devem ser descamadas, revelando-se assim estratos de histórias que representam parte significativa de nossa identidade enquanto povo. Tempo e identidade calcinados na matéria e espírito sobreviventes: estes, ingredientes que chancelam a integridade e autenticidade de um bem. Como a figura mitológica romana de Jano, que se compõe de duas faces, viradas para lados opostos e que vislumbram temporalidades distintas, buscando o mesmo propósito, ambos os atributos devem também ser analisados conjuntamente, visando a compreensão do valor original do bem.

O Monumento Nacional RESJE pode ser interpretado à luz dessa metáfora, pois se comporta tal como a figura de Jano: está voltado para o passado, sem perder de vista as vicissitudes da permanência. As diversas transformações a que foram submetidas essas ruínas legaram ao coletivo gestor deste patrimônio uma herança que, se mal compreendida, de certo, acelerará seu processo de deterioração. É fato que seu caráter de integridade e autenticidade sofreu com o estabelecimento desses episódios; porquanto, os significados desta mutação devem balizar a análise comparativa dos aspetos referentes à significação deste bem.

BIBLIOGRAFIA

(2013) – *Manual de Candidaturas para Patrimônio Mundial.* UNESCO.

BURCKHARDT, Jacob (1984) – *Der Cicerone, eine Anleitung zum Genuss der Kuntewerke Italiens*. S/d. Basileia. In CARENA, Carlo – *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1. Verbete Ruínas/Restauro. Referências Bibliográficas, p. 107-128.

CARENA, Carlo (1984) – *Ruína e Restauro*. In LE GOFF, Jacques, *org.* – *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p.107-129.

[14] CARENA, 1984: 128.

FERLINI, Vera Lucia Amaral, *coord.* (2014) – *Projeto de Restauro e Adaptação – Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos*. USP/BNDES.

LOURENÇO, Maria Cecília França (2005) – *Projeto Educacional VouVolto. Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos.* Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária – USP.

MEURS, Paul (1990) – *History of São Jorge: Europe- The historic documents- Brazil.* [Engenho São Jorge dos Erasmos; Santos Preservation Studies, 1990]. São Paulo: CPC Universidade de São Paulo.

SAIA, Luis (1958) – *Notas sobre o processo de restauração do Engenho dos Erasmos*, Pasta Primeiros anos. IPHAN/São Paulo.

SILVA, Cesar Agenor Fernandes da & CHRISTOFOLETTI, Rodrigo (2013) -*Fronteiras transitórias: o processo de construção histórica das identidades da baixada santista (1870-1996).* Projeto de Pesquisa apresentado ao MEC/CNPQ. MCTI /CNPq /MEC/CAPES N º 07/2011 na área de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

SIQUEIRA, Zaida; MONTES, Maria Lucia; MALAVOGLIA, Fabio (2014) – *A História sob a terra: achados arqueológicos na Baixada Santista.* São Paulo: Governo do estado da Cultura/ Secretaria Cultural

STOLS, E. (1969) – *Um dos Primeiros Documentos sobre o Engenho dos Schetz em São Vicente*. «Revista de História», vol. 37, 1976, p. 407-19.

O RESTAURO DO SUBSISTEMA HIDRÁULICO SUPERIOR NAS CATEDRAIS DE LISBOA E GUARDA

ANA PATRÍCIA R. ALHO*

Resumo: A investigação, sob o tema *O sistema hidráulico na arquitectura sacra gótica em Portugal dos séculos XIII a XVI*, parte de um conceito de arquitectura entendida como um conjunto estruturado de sistemas que, faseadamente, constituem a preocupação do mestre construtor. Foi desde sempre uma das preocupações afastar as águas pluviais para o exterior da zona coberta, nomeadamente aquando da realização das campanhas de restauro nos edifícios, visto tratar-se de uma zona sensível. Neste artigo enfatiza-se o restauro realizado, a partir do século XIX, ao subsistema hidráulico superior presente nas catedrais portuguesas de Lisboa e da Guarda.

Palavras-chave: Arquitetura; Restauro; Liturgia; Ritual; Devoção; Hidráulica.

Abstract: The research, under the theme *The hydraulic system in Gothic religious architecture in Portugal from the thirteenth to the sixteenth century*, starts from a concept of architecture understood as a structured set of systems that, in phasing, constitute the master builder's concern. It has always been a concern to keep rainwater outside the covered area, particularly when carrying out restoration campaigns on buildings, since it is a sensitive area. This article emphasizes the restoration carried out, from the 19th century, on the upper hydraulic subsystem present in the Portuguese cathedrals of Lisbon and Guarda.

Keywords: Architecture; Restoration; Liturgy; Ritual; Devotion; Hydraulics.

1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO DAS CATEDRAIS DE LISBOA E GUARDA.

O primeiro impulso edificador da catedral de Lisboa deu-se no ano de 1147, sendo que as transformações mais marcantes para a construção da catedral – a capela de Bartolomeu Joanes, o claustro Dionísio e a nova cabeceira com deambulatório – estiveram sob a alçada de D. Afonso IV.

* ARTIS – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. ana_alho@hotmail.com.

Sobre a formação do arquitecto da catedral de Lisboa, existe uma omissão: é apenas conhecido o seu primeiro nome – Roberto – e as suas orientações para o desenvolvimento segundo um plano de a arquitectura setentrional.

As sucessivas alterações verificadas no edifício foram devidas não só à natural sobreposição de obras e estilos ao longo dos tempos (observada nos vários acrescentos e especialmente na gramática decorativa sucessivamente adoptada no interior) mas também os diversos abalos sísmicos, incêndios e agressões que o edifício foi sujeito.

As grandes transformações estruturais sofridas pela catedral posteriormente ao período medieval restringem-se à construção da sacristia anexa à fachada sul (séc. XVII) e da casa do capítulo no seu piso superior (séc. XVIII).

Especialmente destruidores foram os vários sismos que abalaram a catedral ao longo do século XIV, equiparáveis às do grande terramoto de 1755, que provocaram o desmoronamento de grande parte da torre Sul da fachada e da primitiva torre sineira do cruzeiro, além da destruição pelo fogo de parte do revestimento de talha no interior do templo e de uma extensão considerável das capelas do claustro. A derrocada das torres arrastou consigo a abóbada de cantaria da nave central e da capela-mor, refeitas a partir do ano de 1777 sendo que, só na quarta década do século XX, com o monumento muito descaracterizado, foi reconstruída a abóbada de berço ainda hoje existente.

São taxativas as descrições de Thomas Pitt no ano de 1760 aquando da sua visita à catedral de Lisboa:

> *Não está assim tão destruída que não possa ser facilmente reparada, tal como é intenção do Rei. É de grande antiguidade, embora não esteja convencido de que seja mourisca, tal como se pretende. A fachada ocidental é ladeada por duas torres que têm cúpulas para sinos; uma delas caiu…*[1].

Independentemente das inúmeras transformações sofridas, a catedral de Lisboa apresenta três fases construtivas fundamentais, a saber: a românica (o templo ficou inteiramente concluído, bem como a muralha do recinto), a transição romano-gótica (anexos adossados exteriormente à sua fachada norte, entre o braço do transepto e o portal lateral) e a gótica (claustro e suas galerias).

A estrutura do corpo da igreja é baseada em planta em cruz latina, com três naves de seis tramos, sendo a axial mais larga e elevada e apresentando sobre as transversais um trifório de arcaturas redondas, que percorre o transepto.

O claustro gótico é limitado por arcada de dupla volta com capiteis esculpidos. No pátio encontram-se os vestígios da actividade arqueológica desenvolvida

[1] NETO, 2006.

ao longo dos anos, que pôs a descoberto – entre outros artefactos – uma cisterna. Apresentando evidentes semelhanças com o claustro do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, de que é claramente contribuinte, o claustro da catedral de Lisboa é exemplo de uma fase inicial do gótico português.

Segundo Pedro Dias[2], dado o acentuado declive do terreno, o claustro da catedral de Lisboa não foi edificado lateralmente ao corpo da igreja (como seria de esperar) mas por trás da cabeceira. Em 1332 decorria a sua construção, e sendo seu mestre João Anes, mas apenas concluído no reinado de D. Afonso IV. Cerca de uma centena de homens e setenta mulheres trabalharam sob as ordens de João Anes. Destaca-se Estêvão Domingues – um dos mestres – que se assume como sucessório a Domingos Domingues na chefia das obras de Santa Clara de Coimbra. Outros mestres foram Mateus Miguéis, Afonso Mendes, João de Alcochete, Pêro Pires, Garcia Pires, Domingos de Alcobaça, Pêro Galego, Domingos Pires Castelão, Lourenço Esteves Pessanha e Pedro Cota. Sabe-se que algures entre 1281 e 1319, Miguel Martins fora mestre das obras da catedral, sem provada garantia na interferência da empreitada do claustro.

Quanto ao sistema de cobertura foi seguido o modelo mais comum dos templos românicos, com uma abóbada de berço apoiada em torais sobre a nave principal e uma abóbada de arestas nas naves laterais.

A fase com mais significativas transformações estruturais é, sem dúvida, o século XIV, particularmente com a construção da nova cabeceira gótica por D. Afonso IV, que veio substituir a primitiva, provavelmente destruída ou danificada por um terramoto em 1344. A estrutura da nova cabeceira, que no essencial chegou aos nossos dias, é constituída pela capela-mor de abside poligonal, rodeada de deambulatório para o qual abrem nove capelas radiais mais baixas, permitindo a iluminação directa da charola.

As coberturas em telhado de duas águas estão presentes na nave central, nos terraços das naves laterais, na capela de Bartolomeu Joanes e nas capelas do deambulatório. Existem também coberturas de duas e quatro águas no claustro, no camarim do Patriarca e no edifício da sacristia. Na capela-mor deparamo-nos com coberturas de sete águas.

Segundo Paulo Pereira[3] a cobertura do deambulatório é feita de cruzaria de ogivas e as capelas radiantes abrem para o deambulatório por um arco apontado assente em capitéis de cesto largo e meias-colunas grossas. Pode observar-se pelo exterior, o que permanece dos arcobotantes que serviam de descarga ao empuxe

[2] DIAS, 1994.
[3] PEREIRA, 2009.

lateral das abóbadas da desaparecida capela-mor afonsina, uma vez que o conjunto possuía, segundo o mesmo autor, três níveis de abobadamento em ogiva.

Quanto à catedral da Guarda sabemos a partir das descrições de Matos Sequeira e de Nogueira de Brito que:

> *a abside oferece um aspecto interessante com o seu terraço sobre as capelas absidiais, as janelas góticas que iluminam o deambulatório, dando para ele, e os arcos-botantes que deviam contrafortar a capela afonsina destruída que vêem pousar, aguentando primeiro o corpo do deambulatório, nos pontos reentrantes que correspondem à intersecção das absidiais no prolongamento das gárgulas-esgôtos de água*[4].

Do século XV existem vestígios de obras, essencialmente devido à reparação em estragos provocados por abalos sísmicos, sendo os mais significativos realizados durante o reinado de D. João I, nomeadamente na capela-mor, nos dois primeiros tramos do deambulatório e na capela dedicada a S. Vicente. No século XVI também se efectuaram obras de reparação, sobretudo em estragos provocados pelo terramoto de 1531.

O Bispo D. Frei Vasco de Lamego, partidário do Mestre de Avis é um dos intervenientes na decisão da edificação do templo religioso, recordando a promessa feita por D. Fernando a D. João I. Assim sendo, a construção da nova catedral iniciou-se posteriormente ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

Desconhece-se a data exacta do início da obra: sabe-se apenas que em 1426 erguia-se já a abside e o pórtico lateral do Norte, com edificação lenta e morosa. O período de maior actividade deu-se no tempo do bispo D. Pedro Gavião durante o reinado de D. Manuel I, tendo sido dada por concluída no ano de 1540.

Desconhece-se o autor da planta, no entanto sabe-se que D. João I enviou para a Guarda o plano da catedral, sendo evidente haver dois períodos construtivos distintos: um primeiro de D. João I e um segundo de D. Manuel I. Por um lado, a planta inicial poderia ter saído da pena da escola batalhina, dirigida inicialmente pelo Mestre Afonso Domingues e seguido pelo Mestre Huguet. Por outro lado, no fecho das abóbadas e remates da catedral da Guarda confere-se a técnica de Boitac, e as semelhanças do portal principal com a capela da Universidade de Coimbra associam-no com o desenho de Marcos Pires.

[4] SEQUEIRA, 1930.

2. CAMPANHAS DE RESTAURO EFECTUADAS NAS CATEDRAIS DE LISBOA E GUARDA.

Ao longo da Idade Moderna, a catedral de Lisboa foi objecto de vários restauros e enriquecimentos arquitectónicos e artísticos. Assim, em meados do século XVIII é projectada e construída uma nova e ampla sacristia adossada ao muro da nave Sul[5], que durante a primeira metade do século XX sofreu duas campanhas de restauro.

É de referência a pormenorizada analise sobre os restauros que a catedral de Lisboa tem sofrido com os trabalhos de investigação levados a cabo por Maria João Baptista Neto, debruçando-se sobre as descrições que Thomas Pitt deixou sobre alguns dos edifícios portugueses no ano de 1760. Thomas Pitt elogiou a solidez da catedral de Lisboa e referiu que, quanto às consequências do terramoto de 1755, apenas ruiu parte da torre Sul da fachada e foi afectada a grande torre lanterna sobre a igreja.

Em 1895 iniciaram-se as obras na catedral de Lisboa com o objectivo de ali se realizar a *Exposição de Arte Sacra Ornamental* comemorativa do Centenário de Santo António, acabando por ser transferida para as instalações do Museu de Belas-Artes, devido ao atraso dos trabalhos[6].

O Ministério das Obras Públicas dirigiu as obras de restauração entre os anos de 1856 e de 1864, com o objectivo de devolver ao edifício as suas funções de Sé Patriarcal, sendo que a intervenção realizada foi feita essencialmente no seu interior[7].

Segundo Lúcia Rosas[8], no ano de 1898 iniciaram-se as obras de demolição no interior e a respectiva remoção de entulhos, dirigidas pelo engenheiro do Ministério das Obras Públicas, Victor Gomes Encarnação. No ano de 1901 já se trabalhava no deambulatório e no ano seguinte restaurava-se a capela de Bartolomeu Joanes, reforçada com barras de ferro, abrindo-se para a rua o portal adjacente e abobadado, formando um alpendre que simultaneamente servia de contraforte à capela.

No século XIX, a cultura exigiu a reintegração estilística do monumento na pureza arquitectónica medieval, tendo sido elaborados alguns projectos sem qualquer efectividade prática. Apenas no ano de 1901, sob a direcção do Augusto Fuschini, a catedral é alvo de um programa de restauro.

No ano de 1906 a capela estava já restaurada, a torre Norte concluída e rematada com coruchéu de cimento, quando se iniciava um coroamento semelhante ao da torre sul, contemporâneo ao restauro do claustro na sua ala oriental e do deambulatório[9].

---

[5] NETO, 1999: 133.
[6] ALVES, 2009: 206.
[7] ROSAS, 2005: 57-71.
[8] *Idem*: 57-71.
[9] AIRES-BARROS, 2001: 475.

Os trabalhos decorreram até ao ano de 1911, data da morte de Fuschini, nas fachadas norte e principal, propondo-se a realizar mais uma *reconstrução do que uma restauração do monumento*. De acordo com os desenhos do arquitecto verifica-se que este procurou *unificar o monumento* usando, concomitantemente, elementos românicos e góticos.

Fushini descreve a fachada actual e primitiva da igreja com as duas torres que a compõem, na sua obra *A Arquitectura na Idade Média*[10], além de tecer considerações acerca das suas opções de restauro. São cruciais as suas descrições acerca dos restauros efectuados nas duas torres ao longo dos séculos:

> *Além d'isso, as torres soffreram restaurações em diferentes épocas; a do norte no período ogival e depois na renascença manuelina; a do sul foi quasi toda reconstruida depois do terramoto de 1755. N'uma e n'outra, as grandes janelas primitivas foram transformadas em sineiras, fim que primitivamente não tiveram, porque os sinos ocupavam uma elevada torre, construída sobre o cruzeiro, que desabou pelo terramoto de 1755*[11].

A destruição evidente da catedral de Lisboa é relatada dando-nos a conhecer o estado de ruína em que o edifício se transformou:

> *O terramoto de 1 de novembro de 1755, finalmente, produziu profundas ruinas na egreja e no claustro da sé. Metade da torre sul desabou, bem como a torre sineira que veio a esmagar a abobada da nave central e da capella-mór*[12].

Com a morte de Fuschini, a direcção da obra foi então assumida pelo arquitecto António de Couto Abreu (de 1911 a 1944), que procedeu a demolições de alguns trabalhos de Fuschini, destacando-se a agulha que coroava a torre norte e o altar exterior da capela de Bartolomeu Joanes[13]. Segundo Lúcia Rosas[14] no ano de 1916 as capelas do deambulatório e o claustro estavam já restauradas com as respectivas aberturas superiores correspondentes ao projecto de Fushini. Entre os anos de 1923 e 1934 foi restaurado o pórtico principal, depois procedidas escavações arqueológicas e demolições. Nas décadas de trinta e quarenta do século XX, António de Couto Abreu, agora ao serviço da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, modificou a fachada principal do templo[15].

---

[10] FUSCHINI, 1904.
[11] *Idem.*
[12] *Idem.*
[13] AIRES-BARROS, 2001: 475.
[14] ROSAS, 2005: 57-71.
[15] AIRES-BARROS, 2001: 475.

A partir do *Mapa de Planeamento de Acções*[16] realizado pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (Direcção de Lisboa e Vale do Tejo) que prevê os trabalhos a realizar na Catedral de Lisboa entre os anos de 2007 e 2014, é possível comprender o estado em que este edifício se encontra no que diz respeito ao objecto de estudo: o subsistema hidráulico superior e inferior. Assim sendo, no deambulatório é indicado que a impermeabilização é deficiente e no terraço, nas caleiras e nas capelas da charola denotam-se faltas de secção em cantarias de terraço e sistemas de drenagem. Existem elementos soltos ou desarrumados, no claustro (Norte/Poente) existe uma impermeabilização deficiente nos terraços e caleiras, existem elementos partidos, detritos e entulho acumulado e finalmente quanto ao cruzeiro as telhas encontram-se muito porosas fissuradas ou fracturadas sem conservação e com ligações insuficientes.

Para uma análise comparativa, roda-se o prisma para a Catedral da Guarda.

Nos séculos XVII e XVIII a primitiva fábrica da catedral da Guarda foi adulterada com anexos e acrescentos, sendo que no ano de 1899 iniciaram-se as obras de restauro sob a orientação do arquitecto Rosendo Carvalheira, tendo como colaborador artístico o Mestre Valentim[17], executando aqui um dos mais importantes projectos de restauro revivalista. Carvalheira deixou perpetuado o seu trabalho ao realizar a *Memória sobre a Sé Cathedral da Guarda e a sua possível restauração*, onde define desde logo o tipo de restauro que deve ser aplicado na catedral da Guarda, dada a análise cronológica da construção e o estado precário do edifício ameaçado de infiltrações das águas pluviais e de outras causas de ruína. São categóricas as suas palavras: «o termo restauração n'este caso, tem para mim o valor restricto de reposição no estado provável em que o edifício ficou ao concluir-se» [18].

O exterior do templo apresentava uma série de acrescentos mais ou menos arruinados que ocultavam as fachadas; sobre os terraços que coroavam as abóbadas das naves laterais, tinham sido construídos aposentos cobertos por telhados de uma água danificando os arcobotantes, ocultos por aquelas construções, os vãos da nave central, as platibandas e algumas gárgulas[19]. Assim, desobstruíram-se as habitações que adulteravam a fachada Sul, construídas nos terraços, separou-se a casa do capítulo e a habitação do sacristão. Por fim libertou-se a abside, reparando-se o portal lateral, a fachada principal e os arcobotantes entaipados.

---

[16] Processo n.º DRL-DS/2010/11-16/467/PIE/657.

[17] Um dos mais hábeis cinzeladores do granito, iniciador de uma escola regional de canteiros. O Mestre Valentim evidenciou-se como artista de granito, trabalhou no restauro das gárgulas da catedral e foi também santeiro.

[18] CARVALHEIRA, 1897.

[19] *Idem*.

Através da análise dos escritos de Rosendo Carvalheira[20] (compostos por dois volumes, sendo um deles formado por imagens) pode concluir-se o estado em que se encontravam alguns dos elementos estruturais do sistema hidráulico superior antes do restauro efectuado na catedral da Guarda. Assim sendo no que diz respeito aos telhados, Rosendo Carvalheira afirma que:

> *N.º 1. Ala Sul: Vista tirada do terraço da Nave cruseira. Vê-se ao fundo o coroamento da torre do relógio e do lado esquerdo, o telhado que cobre e se apoia sobre os arcos-botantes, muito arruinado. N.º 2. Ala Norte: Vista tirada do terraço da nave cruseira. Vê-se ao fundo o coroamento da torre dos sinos e à direita, o telhado nas mesmas condições da anterior*[21].

Já quanto aos terraços o autor é perentório quando nos informa que:

> *Esta estampa representa dois dos arco botantes da Ala Norte do edifício, na sua situação e estado actaes. Quando um tempo transformaram os terraços ou coberturas das naves lateraes do templo, em casarões para habitação, os arco botantes que dos "botaréus" exteriores das naves, se lançavam graciosamente para as aprumadas da nave central ostentando a descoberto a sua linha esbelta e característica, ficaram torpemente entaipados. As várias mutilações que posteriormente lhes fizeram e as sobrecargas que lhes addicionaram, deram em resultado a disjunção e resvalamento das peças de aduela que os constituem, levando-os o estado actal ruina, cuja reparação se torna melindrosa e difícil. A escada de madeira que na estampa se vê ao fundo, dá acesso ás duas torres da fachada principal. A porta que se vê ao tôpo, comunicava antigamente o terraço d'est ala com o da ala Sul, por intermedio de uma galeria, (actualmente obstruída) aberta na espessura da parede da fachada principal, entre a rosacia e o pórtico. É n'este pavimento e nível, que existe a casa dos fólles*[22].

No que diz respeito ao estado mau estado em que as coberturas se encontravam, o mesmo arquitecto critica os restauros aplicados anteriormente:

> *A casa que se vê na Estampa, junto à torre, é a chamada Casa do Capítulo. A casa abarracada de miserável aparência que em seguimento da anterior, existe junto ao edifício, é a habitação do sacristão. Os três vãos de janelas rectangulares que se vêem na ala comprehendida entre o extremo oeste a parte saliente da nave cruzeira, existem na parede que em tempo foi construída parallelamente à da nave central do Edifício, como fim transformarem os antigos terraços – coberturas das naves lateraes, n'um recinto fechado para servir de habitação. Na ala Norte corresponde a este, praticou-se idenditco*

[20] Recentemente participamos no Congresso realizado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, onde publicamos um artigo sobre a campanha de restauro levada a cabo por Rosendo Carvaleira. Vide: ALHO, 2014: 71-77.

[21] CARVALHEIRA, 1897: Estampa XXXI .

[22] CARVALHEIRA, 1897: Estampa XXVII.

> *barbarismo. Existem emtupidos n'este recinto a que serve de cobertura um arruinadíssimo telhado de uma só água, com arcos-botantes que ligam os botaréus de reforço das naves lateraes com os da nave central*[23].

Rosendo Carvalheira descreve algumas das gárgulas presentes no edifício, sendo que na sua opinião tratavam-se já de restauros das originais, afirmando assim que: *algumas gárgulas que coroavam o edificio foram mutiladas e encorpadas nas alvenarias com que sobrecarregaram os mencionados arcobotantes*[24].

Na estampa III volta a descrever as gárgulas presentes do edifício concluindo que:

> *A capella que por este lado se liga à abside, como se vê na estampa, é actualmente aplicada para a capella do Santíssimo. O terraço que primitivamente servia de cobertura a esta capella, existe actualmente encoberto com o detestável e mesquinho telhado de tethavã, cuja ruina evidente se manifesta na estampa. As gárgulas que guarnecem esta capella, não só as que primitivamente existiram, e pela simples inspecção local, parece reconhecer-se que as peças actualmente destinadas a substituir as primitivas, pertenceram a algum vão de porta ou janella do edificio que vandalicamente se destruiu, para tal fim. A janela rectangular que se vê n'uma das faces externas da abside, é um dos muitos vandalismos perpetrados no magestoso edificio.*[25].

Prossegue na estampa VII onde descreve as gárgulas canhão:

> *Vê-se nas fotografias as duas torres que ladeiam a fachada principal (oeste). Estes tem em cada uma duas gárgulas visíveis em forma de canhão"*[26]*e finalmente na estampa XXIX volta ao mesmo assunto: "Algumas das muitas gárgulas que guarnecem o edificio e foram vandalicamente destruídas, aparecem fazendo parte da alvenaria com que sobrecarregam os arcos-botantes d'esta ala [Topo Oeste]. Vendo-se com atenção os primeiros arcos representados na estampa, já se encontram duas das referidas gárgulas*[27].

O estudo do restauro da catedral da Guarda pode esclarecer alguns aspectos porque se supõe que as semelhanças com a igreja de Santa Maria da Vitória, que foram notadas por Rosendo Carvalheira, devem ter sido acentuadas pelas obras de restauro, sendo que no que concerne ao subsistema hidráulico superior não temos qualquer dúvida em afirmar que existe uma semelhança imperativa nas soluções hidráulicas superiores encontradas[28].

---

[23] CARVALHEIRA, 1897: Estampa I.
[24] CARVALHEIRA, 1897: 46.
[25] CARVALHEIRA, 1897: Estampa III.
[26] CARVALHEIRA, 1897: Estampa VII.
[27] CARVALHEIRA, 1897: Estampa XXIX.
[28] ROSAS, 1996.

Relativamente à campanha de obras de restauro levada a cabo pela D.G.E.M.N.[29] o seu Boletim[30] n.º 88 – dedicado à Catedral da Guarda, encontra-se um relatório exaustivo das obras efectuadas no edifício, evidenciando os trabalhos que envolvem o sistema hidráulico: execução dos remates de alguns dos gigantes, com elementos decorativos idênticos aos existentes; reparação dos remates decorativos do parapeito dos terraços e substituição dos que se encontravam inutilizados; apeamento do campanário central dos terraços e reposição do parapeito danificado; demolição da armação dos telhados que cobriam os terraços, incluindo a remoção dos materiais aproveitáveis; vedação dos terraços com produto especial, incluindo a pavimentação com tijoleira e, finalmente, restauro da sacristia, incluindo a instalação de dependências sanitárias.

Nos finais da década de setenta e começos de oitenta do século XX, evidenciavam-se nas abóbadas da catedral da Guarda fissuras e sinais de deslocação de pedras, originando as infiltrações das águas pluviais, sendo que já anteriormente na década de quarenta do mesmo século, na abóbada do transepto, do lado sul, haviam sido detectados. Com estes dados, procedeu-se a uma consolidação por parte das obras públicas.

No ano de 1986 foi realizada uma intervenção no subsistema hidráulico superior sendo colocadas goteiras metálicas neutralizando assim a função das gárgulas existentes no 1º registo. Dentro da boca de todas as gárgulas existe um tubo metálico para direccionar melhor as águas pluviais, para o exterior do edifício e para o mais longe possível da estrutura murária.

Na década seguinte foi realizada uma limpeza exterior da catedral, tal como um arranjo urbanístico, resultando actualmente problemas de infiltração de água na porta Manuelina[31].

No ano de 1999, o Instituto Português do Património Arquitectónico lançou uma empreitada com vista à reabilitação das drenagens exteriores, para com esta acção resolver os problemas de humidade no interior do templo.

Os terraços são de duas águas, á semelhança dos do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, cobertos com chumbeiras para evitar a infiltração das chuvas e as consequências de gelo/degelo. Depois do restauro revestiram os terraços de tijolos, recobertos nas juntas por cimento, que não protegiam das infiltrações e alguns ameaçavam a ruína, o que levou às últimas intervenções, realizadas em 1986, onde foram cobertos com membranas butílicas. Nos terraços foi colocada uma caixa de ar, de forma a evitar o congelamento das águas pluviais em épocas de neve.

---

[29] Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais.

[30] Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, A Catedral da Guarda, N.º 88, 1957.

[31] Na sacristia existem dois quartos de banho num piso subterrâneo. Este espaço foi defendido por alguns autores como tendo-se tratado de uma passagem subterrânea entre o convento de Santa Clara e a catedral.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Catedral de Lisboa, devido aos restauros efectuados ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX na fachada principal, torres e arcobotantes, podemos actualmente visualizar a colocação de quatro novas gárgulas (duas em cada) nas torres e um conjunto de arcobotantes que apesar de serem rasgados com o objectivo de fazer a distribuição das águas pluviais de um terraço para o interior do claustro, verifica-se esta impossibilidade, uma vez que o arranque dos arcobotantes está a uma cota superior do arranque do piso do terraço, para além de se encontrar actualmente coberta com argamassa.

Conclui-se que a solução adoptada para o subsistema hidráulico superior é actualmente obtusa, bem como as gárgulas presentes nas torres, uma vez que depositam as águas pluviais para um telhado que se encontra entre as torres: ao contrário do que seria suposto, pois a descarga das águas pluviais deveria ser directamente para o exterior do edifício.

Relativamente à Catedral da Guarda e a partir das descrições presentes nos documentos, indaga-se sobre a originalidade e autenticidade actual das gárgulas no edifício, sendo que as mesmas são objectos de restauro efectuados a partir do século XIX: tal como na grande parte das gárgulas originais foram tapadas aquando das obras realizadas aos arcobotantes e telhados do edifício, sendo nessa altura feitas novas peças para substituir as originais. Desta forma, todo o subsistema hidráulico superior presente foi alterado, sendo tapadas as gárgulas originais e colocadas gárgulas novas, bem como a alteração aos arcobotantes, telhados e terraços do edifício. Dentro da boca de todas as gárgulas existe um tubo metálico para direccionar melhor as águas pluviais, para o exterior do edifício e o mais longe possível da estrutura murária. Os terraços são de duas águas, eram cobertos com chumbeiras para evitar as infiltrações das chuvas e gelo/degelo, depois do restauro revestiram os terraços com tijolos, recobertos nas juntas por cimento, que não protegeram das infiltrações e alguns ameaçavam a ruína, levando assim às últimas intervenções, realizadas em 1986, onde foram cobertos com membranas butílicas.

A importância da "Caixa-de-Ar" evita o congelamento das águas pluviais em épocas de neve.

Na década noventa do século XX foi realizada uma limpeza exterior da catedral sendo feito um arranjo urbanístico, que veio resolver os problemas de infiltração de água na porta Manuelina., denotando-se uma insuficiente nas componentes técnicas e de detalhamento do projecto, com grandes e importantes consequências para a estrutura da obra, e a sua possível manutenção futura.

BIBLIOGRAFIA

AIRES-BARROS, Luís (2001) – *As Rochas dos monumentos portugueses – Tipologias e patologias*. Lisboa: IPPAR, 2001.

ALHO, Ana Patrícia Rodrigues (2014) – *Rosendo carvalheira – protagonista do restauro na Catedral da Guarda. Um caso paradigmático de restauro*. In RODRIGUES, José Delgado – *De Viollet-le-Duc à Carta de Veneza. Teoria e prática do restauro no espaço Ibero-Americano*. Lisboa: LNEC, p. 71-77.

ALVES, Alice Nogueira (2009) – *Ramalho Ortigão e o culto dos monumentos nacionais no século XIX*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento em História na especialidade de Arte, Património e Restauro.

Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, A Catedral da Guarda, N.º 88, 1957.

CARVALHEIRA, Rosendo (1897) – *Memória sobre a Sé Catedral da Guarda e a sua possível restauração*. [s.l.], 2 vols.

CASTRO, Osório da Gama e (1902) – *Diocese e distrito da Guarda*. [s.l.].

DIAS, Pedro (1994) – *A Arquitectura Gótica Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.

FUSCHINI, Augusto (1904) – *A Architectura Religiosa na Edade Média. Ensaios de História da Arte*. Lisboa: Imprensa Nacional.

NETO, Maria João (2001) – *Memória, Propaganda e Poder. O restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

—— (2006) – *Thomas Pitt. Observações de uma viagem a Portugal e Espanha (1760)*. [s.l.]: IPPAR.

NETO, Maria João Baptista (1999) – *Os restauros da Catedral de Lisboa á luz da mentalidade do tempo.* «Separata de Carlos Alberto Ferreira de Almeida» Porto: Universidade do Porto, p. 133.

PEREIRA, Paulo (2009) – *Arte portuguesa da pré-história ao século XX. A arquitectura gótica*. [s.l.]: Fubu Editores.

Processo n.º DRL-DS/2010/11-16/467/PIE/657.

ROSAS, Lúcia (2005) – A Sé *de Lisboa: Augusto Fuschini e a representação da arquitectura medieval.* «Idearte – Revista de Teorias e Ciências da Arte». Ano II, N.º 3. p. 57-71.

—— (1996) – *O Restauro da Sé da Guarda: Rosendo Carvalheira e o poder sugestivo da arquitectura*. «Revista História». N.º 13. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SEQUEIRA, Matos, BRITO, Nogueira de (1930) – *Sé de Lisboa. Estudo histórico-arqueológico e artístico*. S.l.: Litografia Nacional.

PASSADO E PRESENTE NAS ENVOLVENTES AO ROMÂNICO PORTUGUÊS

DAVIDE MIGUEL GUIMARÃES MALHEIRO*

Resumo: A conservação das envolventes aos monumentos vem assumindo um papel crescente na salvaguarda do património, passando da simples salvaguarda das imediações do imóvel para a sua inserção num meio que ele ajudou a construir, envolvendo aspectos materiais e imateriais que permitem apreciá-lo, fruir e experimentar, para além de contribuir para a qualidade de vida das populações que com ele convivem. O artigo toma por referência o «Estudo de valorização e salvaguarda das envolventes aos monumentos da Rota do Românico» que analisou as envolventes de 29 imóveis, com a convicção de que a gestão das envolventes é crucial para o entendimento, fruição e perduração destes monumentos e do território que eles ajudaram a construir. Procura-se refletir sobre a importância destes espaços, a forma de os delimitar e atuar neles.

Palavras-chave: Envolventes ao Património; Arquitectura Românica; Gestão Integrada; Desenvolvimento; Comunidade Participativa.

Abstract: The conservation of architectural heritage setting has had an important role in heritage protection, through the simple safeguard of the monumet´s vicinity to their inclusion in a setting he helped build, involving material and immaterial aspects that allow appreciate it, enjoy and experience, especially to contributing to the quality of life of people who live with them. The article takes as a reference the «Study of enhancement and protection of the settings of monuments of the Route of the Romasnesque» which analyzed the settings of 29 monuments, with the conviction that setting management is crucial to the understanding, enjoyment and preservation of these monuments and the territory they helped build. Seeks to reflect on the importance of these spaces, how to delimit and act on them.

Keywords: Heritage surroundings; Romanesque Architecture; Integrated Management; Development; Participatory community.

* CITAD/ Universidade Lusíada Norte – Porto. arqmiguelmalheiro@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

As envolventes aos monumentos são um elemento a que se tem prestado uma especial atenção devido à sua ampliação de valores e elementos constitutivos, preponderantes na salvaguarda dos imóveis de valor patrimonial e nos elementos materiais ou imateriais que compõem o lugar em que o bem se insere. O propósito deste artigo é dar a conhecer algumas das reflexões que se realizaram no recente estudo de Valorização e Salvaguarda das Envolventes aos Monumentos da Rota do Românico[1], produzido em 2015, focado nas questões territoriais. Ele aborda as envolventes a 29 imóveis, distribuídos pela região norte de Portugal, compreendendo duas capelas, 21 igrejas e 6 mosteiros. A forma imobilista como a legislação portuguesa lida com o assunto, levou a Rota do Românico a definir um instrumento que registasse as transformações ocorridas nas envolventes assim como a possibilidade ou necessidade de intervenções. Esta análise permitiu compreender as relações tangíveis e intangíveis do património arquitectónico com o seu contexto cultural, físico, visual e imaterial. A percepção das relações entre edifício e lugar, e a proposta de intervenções sugeridas, realçou a necessidade de estabelecer critérios de intervenção, onde os espaços interdependentes ao imóvel se revelaram de extrema importância na contextualização das envolventes. Embora o estudo foque diversos aspectos e sugestões para a caracterização e salvaguarda das envolventes, este artigo foca-se na evolução do conceito de envolvente a um monumento, da legislação nacional às cartas patrimoniais, assim como nos espaços interdependentes que constituem as envolventes ao bem patrimonial, dada a sua relevância para a contextualização, integridade e potenciação do significado dos monumentos. Constata-se o que Carlos Alberto Ferreira de Almeida testemunhou, quando disse que o nosso românico deve ser «observado nos sítios onde se implantou, aí onde se integra na paisagem que ajuda a compor».

2. O PROCESSO DE DEFINIÇÃO DE UMA ENVOLVENTE

O processo de definição de uma envolvente adequada a um determinado imóvel é uma tarefa difícil e pouco definida na legislação nacional ou cartas de património, especialmente ao nível dos critérios a ter em conta. Neste sentido, o inventário é um elemento muito importante para definir uma

[1] MALHEIRO, coord., *et al*., 2015.

estratégia de salvaguarda e valorização do património[2]. A análise realizada aos inventários da entidade da tutela portuguesa, a Direção Geral do Património Cultural (DGPC) é crucial para caracterizar estas envolventes, ou pelo menos deveria de o ser. No entanto, verifica-se que os espaços envolventes não são tidos em conta nos dois inventários existentes na DGP[3], ficando-se pela caracterização do bem patrimonial.

Relativamente aos instrumentos disponíveis para efetuar a proteção das envolventes aos bens culturais, eles são realizados através de zonas de proteção. A Lei de Bases do Património Cultural Português[4] define que a proteção do enquadramento dos imóveis, conjuntos e sítios classificados, ou em vias de classificação, é feito através da delimitação de zonas de proteção que, em termos legais, «são servidões administrativas que atribuem à tutela o controle das intervenções a realizar dentro dos seus limites»[5]. Neste sentido, a administração central pronuncia-se em termos vinculativos sobre intervenções que proponham eventuais alterações da «(...) topografia, os alinhamentos, cérceas, e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios»[6], que se proponham no interior das zonas de proteção. Desta forma, muitas vezes ficam por definir os critérios e *acompanhamento* das intervenções realizadas nos espaços que envolvem os bens patrimoniais, às alterações dos limites desses espaços e dos materiais, cores e texturas que os compõem, mas que são cruciais para a contextualização dos imóveis, como veremos adiante.

3. O PAPEL DA ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO (ZEP)

A legislação Portuguesa prevê a existência de dois tipos de zonas de proteção: uma zona geral de proteção (ZGP) e uma zona especial de proteção (ZEP). Pode ainda incluir-se, em alternativa, uma zona especial de proteção provisória (ZEPP), com limites adaptados às características do bem imóvel protegido e do seu local de implantação. Relativamente à ZEP, ela é estudada caso a caso e «tecnicamente determinada dependendo de um traçado que resulta de um estudo do conjunto e

---

[2] ALÇADA, 1998: 49-51.

[3] Um refere-se à informação recolhida do extinto Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR, 1992-2007) e o outro refere-se ao Inventário do Património Arquitectónico (IPA) realizado pela extinta Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN, 1929-2007), mais completo e abrangente que o anterior.

[4] Lei n.º 107/01 de 8 de Setembro.

[5] MARADO, 2009: 85.

[6] Ponto 4 do art.º 43º da Lei de Bases do Património Cultural Português.

dos nexos que se verificam existir entre o imóvel classificado e a sua envolvente»[7]. Estas zonas consistem maioritariamente em «áreas normalizadas que delimitam parcelas no território, cortadas sempre com o mesmo molde e onde não existe uma efetiva e comprovada relação entre o bem imóvel e o seu espaço, para além da simples proximidade física»[8]. A demarcação é feita de forma abstracta em volta do elemento arquitectónico, apesar de estudada caso a caso, onde os limites são definidos apenas com base numa relação de carácter unilateral e não de interdependência, ou seja na relação do domínio do objecto sobre a paisagem. Também não se encaram no sentido de reordenar ou intervir, mas apenas como áreas a preservar, ou seja, a manter como estão, não permitindo alterações, estejam elas em meio urbano ou rural. Ocasionalmente é definida a Zona *non aedificandi* (ZNA), onde é proibido qualquer tipo de construção, com o intuito de criar zonas tampão. É uma proteção defensiva que considera que a envolvente se encontra em harmonia com o bem cultural, onde as suas características se mantêm inalteradas. Esta situação não é compatível com as áreas em que se inserem a maioria dos imóveis que compõe a Rota do Românico, dado que a sua inserção predominante em zonas periurbanas se encontra sujeita a profundas alterações de carácter. Para além da fragilidade dos instrumentos previstos na legislação portuguesa e da transformação do território onde se inserem, verifica-se que dos 29 imóveis analisados apenas 7 têm uma ZEP definida, e 8 possuem uma ZGP, pela sua condição de terem a classificação de Monumento Nacional. Os restantes 14 imóveis não têm qualquer zona de proteção, confirmando a necessidade e urgência do estudo levado a cabo.

4. O VALOR DAS ENVOLVENTES NAS CARTAS DE PATRIMÓNIO

O papel da envolvente vem assumindo um papel preponderante na proteção do património arquitectónico, fazendo-se constantemente referência disso nas diversas cartas patrimoniais, desde a Carta de Veneza de 1964, onde se procura salvaguardar uma «envolvente à sua escala», sendo ampliado mais tarde, na Convenção de Granada (1985), onde devem ser adoptadas medidas «nas áreas circundantes dos monumentos» que «visem melhorar a qualidade do ambiente» através de uma ideia de «conservação integrada». A *Declaração de Xi´an* de 2005 ressalta a necessidade de reconhecer o contexto para o significado dos bens patrimoniais e consequentemente, a necessidade de desenvolver instrumentos que promovam a sua

[7] AAVV., 2000: 82.
[8] MARADO, 2007: 352-353.

conservação e gestão. Esta atenção focada no contexto deve-se às transformações ocorridas nas cidades, paisagens e itinerários culturais provocados pelas alterações de modos de vida, na agricultura, no desenvolvimento e no turismo. Ela define contexto do edifício como o «espaço envolvente, de natureza reduzida ou extensa, que forma parte ou que contribui para o seu significado e carácter peculiar»[9], onde se devem considerar interações entre as componentes físicas e visuais com aspectos ambientais, sociais e espirituais, conferindo-lhe um carácter intangível. Para proteger este contexto, ela recomenda a delimitação de uma zona de proteção que assegure a conservação do significado do contexto[10]. Mais tarde, em 2008, surge a *Declaração sobre a preservação do espírito do lugar* (*spiritu loci*)[11], onde este é definido como «os elementos tangíveis (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.)» isto é, «os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar». Considera ainda que a transmissão deste espírito do lugar é feito essencialmente pelas pessoas, em especial as comunidades locais que convivem com os bens culturais.

Estas duas declarações expressam a importância do lugar e contexto em que os imóveis se inserem, através do seu carácter tangível e intangível, para o significado dos bens patrimoniais, realçando a necessidade do envolvimento das pessoas, em especial das que com eles convivem diariamente. Elas apontam a necessidade de cuidar da manutenção ou recriação de conexões entre as comunidades e os seus bens culturais. As comunidades devem experimentar os seus monumentos, não apenas ao nível da contemplação ou estética, mas simultaneamente através do estabelecimento de conexões materiais e emocionais, criando novos ou repondo antigos diálogos com os seus monumentos. Neste estabelecimento de relações, o lugar e o contexto assumem um papel preponderante, havendo a necessidade de desenvolver instrumentos que promovam a sua conservação, gestão e valorização.

5. A TRANSFORMAÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÓNIO

Pelo que foi dito até aqui, percebe-se uma substancial transformação do conceito de património, ampliando os seus limites a partir do elemento singular e iso-

---

[9] ICOMOS. *Xi´an Sobre a Conservação do Contexto das Construções, Sítios e Sectores Patrimoniais*, 2005. Acedido em 15.01.2016:
http://www.international.icomos.org/xian2005/xian-declaration-sp.htm

[10] *Idem*.

[11] ICOMOS. Declaração do Québec Sobre a Preservação do Espírito do Lugar, 2008. Acedido em 15.01.2016: http://www.international.icomos.org/ home.htm.

lado para um conjunto mais amplo do bem cultural situado no seu meio (físico e social). No entanto, esta ampliação de limites cria dificuldades na sua delimitação, definição e caracterização das intervenções a realizar.

A delimitação de um espaço físico e simbólico com o qual o bem patrimonial se relaciona (onde se integra e participa) é tão importante quanto o saber como se atua sobre ele, com o objectivo de preservar os seus valores e a sua relação com o bem patrimonial e, desta forma, salvaguardar o carácter e o significado do próprio bem. Por outro lado, para além destas ações serem importantes para estimular a significação do bem patrimonial, elas também devem contemplar a totalidade das dimensões sociais, culturais, económicas, educativas, etc., que definem a formação e desenvolvimento do indivíduo, de forma pessoal e na sua relação com o meio, o qual não poderia ser concretizado a nível tutelar, através da figura da envolvente.

6. A CONCEPÇÃO DE UMA ENVOLVENTE

J. C. Ruiz diz que o meio mais eficaz de delimitar e preservar a envolvente é mediante o planeamento territorial e urbanístico. Estes instrumentos não devem impedir as transformações a que os imóveis estão sujeitos, num território também ele sujeito a constantes e profundas transformações, mas alertar para a ponderação e regulação dos mesmos, com o objectivo de menorizar o seu impacto na leitura e interpretação do significado do bem. A concepção da envolvente é encarada não como um espaço circundante aos bens imóveis e valorizada de forma semelhante a eles, mas como um conjunto de espaços vinculados aos bens imóveis e susceptíveis de intervenção em função das exigências de atuação nestes. Assim, a envolvente «é uma causa ou um agente, já presente ou possível, de deterioração dos valores dos bens imóveis, pelo que não tem sentido identificar estes agentes sem concretizar as medidas que evitem ou solucionem o dano que eles podem causar»[12], ou seja, só tem sentido a delimitação da envolvente com a apresentação de propostas que visem a intervenção ou manutenção dos contextos.

7. A POTENCIAÇÃO DOS VALORES DA ENVOLVENTE

Qualquer metodologia que se proponha para estabelecer os critérios gerais para proceder à delimitação ou ação a levar a cabo na envolvente,

[12] RUIZ, 1993: 868.

deve prestar especial atenção às relações perceptivas ou às exigências de percepção do monumento. Assim, J. C. Ruiz diz-nos que a delimitação das envolventes deve potenciar os valores «significativos dos bens imóveis, para que a sua *apreciação* permita extrair e potenciar os seus significados»[13]. Ora, é neste sentido que o limite entre o bem imóvel e a envolvente, tal como o conhecimento tradicional, as texturas, cores, e materiais que constituem os espaços interdependentes, adquirem uma preponderância suprema.

Os factores subjetivos e referenciais são tidos em conta no significado do monumento, para além do seu carácter objectivo, da sua existência ou características físicas. A relação perceptivo-significativa entre o bem imóvel e a sua envolvente pode caracterizar-se em três factores ou dimensões, segundo J. C. Ruiz: «A identificação dos bens imóveis e da envolvente como *lugar*; a integração do bem imóvel na paisagem; a existência e valorização de perspectivas estéticas consolidadas histórica e/ou colectivamente»[14]. Esta capacidade significativa revela-se na envolvente através de símbolos espaciais e referentes físicos para situar, manter e reforçar a identidade de uma comunidade. A sua dimensão cultural constitui a memória colectiva da comunidade que com ele convive.

8. A ENVOLVENTE COMO LUGAR

A caracterização da envolvente como *lugar* e a intervenção nela a partir desta perspectiva, revela-se um critério adequado para assegurar os fins perseguidos em relação à potenciação dos significados dos monumentos, tendo em conta que são estes que organizam o espaço que os rodeia e apresentam-se como centros com significação. Desta forma é possível tratar da envolvente como espaço público definido por uma diversidade de elementos e funções, variáveis no tempo (fenomenologicamente-ciclos de vida), com uma diversificada utilização, a qual se repercutirá numa afirmação e vitalização do significado do monumento, dadas as condições de vinculação física e funcional existentes entre a envolvente e o monumento.

A envolvente é uma unidade espacial que adquire um carácter marcadamente significativo, deduzido da experimentação humana do mesmo, implicando reações emotivas. Trata-se de um espaço vivencial, mas enquanto unidade espacial não tem escala. Ela é identificada pela solidez da vincula-

[13] RUIZ, 1993: 648.
[14] RUIZ, 1993: 649.

ção que estabelece com o monumento. Ela não é um espaço unitário, mas antes a resultante de situar espacialmente e com limites pouco precisos, os espaços vinculados ao monumento pelas exigências de atuação nele[15]. Desta forma, qualquer uso atribuído a este espaço público ou ao desenho deste, deve manifestar sempre uma vinculação ao monumento, para além de potenciar a fruição pública dos espaços que o compõem.

9. AÇÕES A IMPLEMENTAR NAS ENVOLVENTES ATRAVÉS DO CONCEITO DE PAISAGEM

Uma das possibilidades de fundamentar as ações a concretizar nas intervenções nas envolventes é através do conceito de paisagem. Para a conformação do lugar formado pelo bem imóvel e envolvente em que se insere, é necessário entendê-lo como um determinado espaço definido pelo conjunto de formas, texturas, cores, significados, usos, etc., como se referiu atrás. A paisagem, ou o conceito de paisagem, tem um grande carácter formal, que implica um reconhecimento perceptivo do mesmo. Tem também uma capacidade para situar a identidade de um território num âmbito determinado, e uma condição unitária. Nesta concepção da envolvente como lugar, é também crucial manter e valorizar as perspectivas históricas, consolidadas histórica ou colectivamente, algo que o conceito de paisagem cumpre.

Verifica-se então, que a envolvente é um espaço público, sendo importante que as pessoas o experimentem e o relacionem com o monumento. No fundo, é necessário criar uma relação, mesmo que não seja de forma óbvia, mas que as pessoas a utilizem, porque essa utilização também irá contribuir para a manutenção do significado do monumento, física e espiritualmente. No entanto, as pessoas devem ser incentivadas a experimentar a envolvente como algo mais que o sítio ou pano de fundo do imóvel.

Esta forma de lidar com a envolvente como se de um lugar se tratasse, a olhar para ela como se apreciam as paisagens, deve, como nestas, dar atenção ao limite, como o seu mais básico elemento político[16], tal como refere J. B. Jackson. Esses limites definem espaços interdependentes com o monumento, constituídos por materiais e texturas próprias, culturalmente assimilados porque transmitidos ou criados, por vezes empiricamente, por artesãos e técnicas de construção tradicional, mas também simbólicos. O monumento instalou-

[15] RUIZ, 1993: 653.

[16] JACKSON, 1984: 13.

-se num determinado local, organizou os espaços circundantes e os limites, são, consequentemente, inequívocos, permanentes, invioláveis, essenciais. Neste sentido, as envolventes são uma composição de espaços intimamente relacionados com o monumento, são uma composição ou rede de limites.

10. A ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO NA IDADE MÉDIA

A igreja medieval tinha sempre uma cerca ou muro a delimitar um espaço que a anexava e excluía, funcionando como uma zona tampão envolvente, de espaço vazio, que lhe dava dignidade e altivez. Numa macro escala, também tivemos na Idade Média Portuguesa uma organização administrativa do território dividida em *terras*, porções de terra agrícola com as suas fronteiras bem delimitadas. Esta estruturação do território formava um «agrosistema de equilíbrio entre a criação de animais e a produção de cereais e de alguns bens hortícolas» obrigando «à construção de vedações: valos, sebes e muros fazem-se, então, não tanto para dividir propriedades mas para potenciar a criação de porcos, de bovinos e de outros animais domésticos»[17]. As fronteiras criam-se por questões de boa vizinhança, essencialmente. Estas «comunidades rurais organizam-se em redor de uma igreja, *ecclesia*, com seu espaço cemiterial que lhes ajuda a sedimentar o social, a vicinidade e lhes assegura a proteção de Deus e dos santos para os vivos e para os mortos»[18]. A igreja é «o melhor símbolo para evidenciar que um território está possuído e organizado» através da estruturação de espaços, estruturas, fronteiras que definiam uma composição, estabilizando as relações sociais. Foram estes limites que potenciaram a qualidade humana, senão o território não passaria de uma porção de terra amorfa. São estes limites que definem espaços específicos, com características intimamente relacionadas com a função que servem ou serviram, normalmente interdependentes do monumento que contribuiu ou lhes atribuiu uma especificidade própria.

11. ENVOLVENTE E CONSCIÊNCIA CÍVICA

Concordamos que isto é extremamente relevante para a definição da envolvente enquanto espaço de potenciação do bem patrimonial, porque

[17] ALMEIDA, 2001: 58.
[18] ALMEIDA, 2001: 59.

representa uma ordem social, onde a identidade da comunidade se revela parte de uma sociedade étnica ou religiosa, nesta caso específico que estamos a tratar. Por isso é importante perceber estes espaços em termos históricos. Qualquer espaço público tradicional, seja ele de carácter político, religioso ou étnico, «mostra a variedade de símbolos, inscrições, imagens, monumentos, não como obras de arte mas para relembrar às pessoas os seus privilégios e obrigações cívicas» e «tacticamente para excluir os forasteiros»[19]. Estes espaços envolventes potenciam o significado do monumento, mas também criam uma «consciência cívica» para a sua salvaguarda.

Assim, consideramos que se torna significativo termos presente os espaços interdependentes e as fronteiras que os delimitam, tal como Jackson as descreve, não como uma epiderme mas sim como um invólucro, uma forma de visibilidade, uma identidade corpórea do monumento que ele envolve. A constituição destes espaços deve ter em conta as diferenças de organização espacial, por forma a percebermos como classificamos as coisas, a função que cabe a cada uma através das suas características visíveis, que permita a sua junção ou separação.

12. AS ENVOLVENTES AOS MONUMENTOS DA ROTA DO ROMÂNICO

O estudo de salvaguarda e valorização das envolventes aos monumentos da Rota do Românico foi realizado por uma equipa multidisciplinar envolvendo as disciplinas da história, arqueologia, engenharia civil, engenharia electrotécnica, arquitectura paisagista e arquitectura, tendo esta última coordenado o trabalho. O objectivo deste trabalho, como referido, foi analisar estas envolventes com o propósito de definir ações que visem a manutenção ou intervenções que evitem ou solucionem possíveis danos identificados nas mesmas. Aqui, interessa-nos debater a forma como se encontraram os espaços interdependentes que constituem as envolventes, o princípio de união ou separação destes espaços, assim como as formas naturais ou materiais e técnicas construtivas que os constituem e as cores e texturas daí resultantes, tentando compreender a relação cultural que estas estabeleciam com o monumento e meio envolvente. Nesta procura de identificação, definição e caracterização da intervenção na envolvente, compreendeu-se que a tipologia do monumento que lhe serve de suporte cria espaços interdependentes distintos, como o espaço amplo envolvente

[19] JACKSON, 1984: 18.

a uma capela no cimo de um monte, ou o espaço do adro e cemitério de uma igreja, em comparação com a escala de um terreiro, cerca e dependências agrícolas associados aos mosteiros.

As igrejas e mosteiros que constituíram a amostra estudada, localizam-se predominantemente em meios rurais, sendo na sua maioria igrejas paroquiais. Elas têm associado espaços essenciais que separam o espaço sagrado do restante território circundante, normalmente apelidado de adro, que durante largos períodos de tempo foi a necrópole da paróquia. O seu contraponto nos mosteiros é a cerca, espaço com limites precisos, normalmente com o muro da cerca a delimitá-lo, que cria um espaço de aproximação ao imóvel com características semelhantes. Esta sua função inicial determinou a perduração, na maioria dos casos, da utilização de pavimentos permeáveis, geralmente realizados com saibros compactados, com limites murados, com uma escala proporcional à do imóvel que contêm, denunciando a ruralidade que os envolve. As igrejas que mantiveram este primeiro espaço estável têm uma envolvente delimitada e visível. No entanto, verificou-se a existência de alongamentos ou junções deste espaço a outros adjacentes, tanto nos adros como nos terreiros, provocando um desajuste de escala, a que se associa a utilização sucessiva de materiais impermeáveis que favorecem o trânsito automóvel em detrimento da circulação pedonal, sobrepondo-se a lógica urbana à lógica rural. Nestes casos é necessário repor os limites ancestrais e materiais secularmente utilizados nos pavimentos, que reintroduzem significados que reforçam a noção de lugar, nomeadamente a escala, a transição entre espaços, os materiais e técnicas construtivas associadas aos pavimentos que os constituem, a arborização autóctone, para recuperar o *spiritus loci* daquele lugar.

Numa envolvente mais alargada, normalmente agrícola, verifica-se igualmente transformações de alterações de usos ou da forma ancestral de exploração agrícola, normalmente associadas a fortes terraplanagens dos ancestrais socalcos que caracterizam grande parte da paisagem das bacias dos rios Douro, Tâmega e Sousa, onde se localiza a maioria dos imóveis analisados, para introdução de novas culturas ou técnicas de exploração agrícola. Um estudo como o que foi desenvolvido, permite alertar as autoridades responsáveis pela tutela do território para a necessidade de sensibilizar as populações no sentido de salvaguardar os elementos físicos que dão sentido àqueles lugares, como a manutenção dos caminhos vicinais, elementos arbóreos autóctones e a relação topográfica das encostas com os imóveis, tendo em conta a presença do bem patrimonial, que muitas vezes é descurado.

Mas se verificamos que existem limites que são abolidos e provocam escalas despropositadas nos espaços de aproximação aos monumentos, pela união de vários espaços interdependentes, também se verifica o contrário, em especial numa tipologia diferente, a capela. As capelas encontram-se normalmente afastadas das manchas humanizadas, em espaços isolados onde se integram e participam da paisagem. Como diz J. C. Ruiz, a apreciação destes monumentos nestes locais permite extrair e potenciar os seus significados. Assim, a construção de limites murados de grande extensão a delimitar um espaço de proteção a estas tipologias, cria normalmente desajustes na sua apreciação, porque interrompem a topografia natural do território e o lugar que a capela ali estabeleceu.

13. CONCLUSÃO

Estes espaços interdependentes de que falamos não servem uma função, mas o *status* do monumento e da comunidade participante. As formas arquitectónicas históricas não são importantes para definir as intervenções nas envolventes aos bens culturais. Pelo que vimos, o que se torna importante é a compreensão da existência de espaços distintos nos espaços de aproximação ao monumento, com as suas fronteiras bem definidas. Os espaços definidos por essas fronteiras devem captar o *spiritus loci* do lugar formado pelo bem e sua envolvente, sendo extremamente importante prestar uma atenção especial às formas, texturas, cores, significados e usos, que importa potenciar e ter presente quando definimos, delimitamos e intervimos nas envolventes aos monumentos medievais.

A abordagem realizada centrou-se no que consideramos ser um elemento extremamente importante a ter em conta nas envolventes aos monumentos religiosos medievais, os espaços interdependentes e fronteiras das envolventes aos monumentos. A continuidade desta investigação poderá dar um contributo para a formalização de critérios de intervenção e acompanhamento das envolventes aos bens culturais, aspecto fulcral para a sua salvaguarda.

14. AGRADECIMENTOS

O autor Miguel Malheiro agradece o financiamento pelos Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projecto UID/AUR/04026/2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALÇADA, Margarida (1998) – *Inventariar, documentar, informar.* In ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (2001) – *História da Arte em Portugal: o Românico*. Lisboa: Editorial Presença.

AAVV. (2000) – *Património [2000-2006]. Balanço e Perspectivas*. Lisboa: IPPAR.

COUCEIRO, João, *coord.* (1998) – *Urbanidade e Património*. Lisboa: Igaphe.

JACKSON, John Brinckerhoff (1984) – *The world itself, in Discovering the Vernacular Landscape*. New Haven and London: Yale University Press.

MALHEIRO, Miguel, *coord.* (2015) – *Estudo de Valorização e Salvaguarda das Envolventes aos Monumentos da Rota do Românico – 3ª Fase*, Porto, (s.n.).

MARADO, Catarina; CORREIA, Luis Miguel (2009) – *The setting of Architectural Heritage: A research project*, In *Spatial and Organizational Dynamics*, nº 2, Quaterly Edition, Faro: CIEO.

MARADO, Catarina Almeida (2007) – *Patrimonio conventual y periferia. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve.* Ph.D. Thesis. Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio, ETSArquitectura, Universidade de Sevilha.

RUIZ, Juan Carlos (1993) – *El entorno de los bienes inmuebles de interes cultural*, Doctorate thesis presented to the Granada University, Department of Art History, Policopied text, Granada, vol. 2.

GESTÃO DO PATRIMÓNIO E ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES. O PLANO DE GESTÃO PARA A CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS MONUMENTOS DA ROTA DO ROMÂNICO

TERESA CUNHA FERREIRA*

Resumo: A Rota do Românico constitui um processo exemplar em Portugal no que respeita às estratégias de gestão e à salvaguarda do património cultural, beneficiando do sistema de rede e da economia de escala, em estreita articulação com o desenvolvimento local integrado. O Plano de Gestão para a Conservação e Valorização dos Monumentos da Rota do Românico é uma ferramenta de gestão e conservação preventiva que tem como objetivos otimizar o planeamento dos recursos (reduzindo os custos de intervenção a médio e longo prazo), maximizar a preservação dos valores patrimoniais (garantindo a qualidade do produto turístico), bem como potenciar o envolvimento, capacitação e qualificação das comunidades e agentes locais para a futura salvaguarda e sustentabilidade deste património.

Palavras-chave: Gestão; Manutenção; Prevenção; Património; Rota do Românico.

Abstract: *Rota do Românico* is an exemplary experience as far as management and safeguard strategies are concerned, benefiting from a network system and economies of scale, aiming to strengthen local communities through an endogenous and integrated form of development. The Management Plan for the Convervation and Valorization of the Monuments of Rota do Românico is a management tool for preventive conservation that aims at the optimization of resources' management (reducing costs of intervention in mid and long term perspective), the maximization of heritage preservation (sustaining the quality of the touristic offer), as well as the improvement of the participation, empowerment and qualification of local stakeholders and communities for the future safeguard and sustainability of this important heritage.

Keywords: Management; Maintenance; Prevention; Heritage; Rota do Românico.

* Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo. tferreira@arq.up.pt.

1. INTRODUÇÃO

Como refere Álvaro Siza,

> *é grave [o] hábito que se perdeu de manutenção das casas. No fundo é um problema cultural. Enquanto não se criar um ambiente como existe, por exemplo na Holanda: quando chega a Primavera, só se vê gente a pintar janelas, portas, rebocos. (…) Se fosse possível que o dinheiro fosse canalizado para meios, hábitos [e] cultura de manutenção, o problema seria muito menor*[1].

De facto, o contexto actual de vulnerabilidade económica, a saturação ecológica e o excedente de construções (grande parte das quais estão devolutas, degradadas ou obsoletas) exigem uma abordagem cuidadosa na gestão do construído. Neste sentido, é hoje determinante a implementação de estratégias de conservação preventiva e manutenção de edifícios, que potenciam uma melhor gestão dos recursos, permitem prevenir riscos e danos, garantindo o bom funcionamento dos edifícios e a preservação da sua autenticidade e valor arquitectónico assegurando, assim, uma transmissão mais sustentável às gerações futuras.

Deste modo, um dos actuais desafios da reabilitação consiste na implementação de hábitos e práticas de conservação preventiva e de manutenção, passando de uma filosofia de actuação reactiva (pós-dano), para uma filosofia de prevenção (pré-dano) e de cuidado continuado ao longo do tempo.

Importa, todavia, diferenciar as estratégias de manutenção quando aplicadas a edifícios com valor patrimonial, na medida em que a resposta a eventuais requisitos de desempenho e eficiência (que preveem substituições cíclicas) devem ser ponderadas em função dos critérios de autenticidade e integridade do património arquitectónico ou móvel.

Em contexto internacional, destacam-se algumas medidas neste âmbito, como a criação da *UNESCO chair* em *Preventive Conservation, Monitoring and Maintenance of Monuments and Sites* (PRECOMOS)[2] ou experiências no âmbito da conservação preventiva e da manutenção de edifícios com valor patrimonial: no Reino Unido a *Society for protection of Ancient Buildings* que, sob o lema do seu fundador William Morris «stave off decay by daily care»[3] tem desenvolvido um trabalho exemplar neste campo; os programas de *Conservazione Programmata* na Lombardia[4]; ou ainda o *Monumentenwatchen*, organização independente e sem fins lucrativos, fundada na Holanda (1973) e na Bélgica (1991) – cujo modelo se estende posteriormente a

[1] SIZA, 2002: 20.
[2] VAN BALLEN & STULENS, 2010.
[3] MORRIS, 1877.
[4] DELLA TORRE, 2003.

outros países europeus (Alemanha, Dinamarca, Hungria, Eslovénia, entre outros) – que se ocupa, em escala nacional ou regional, de actividades de inspecção e manutenção destinados à preservação do património arquitectónico[5]. O seu lema, «Prevention is better than cure», não deixa dúvidas de que

> *a prevenção é a melhor forma de conservação. Se as causas da degradação forem eliminadas, ou pelo menos minimizadas, um grande feito foi conseguido*[6].

A palavra manutenção vem do latim *manu-tenere* (que se poderia traduzir por "ter na mão") e remete seja para um cuidado e vigilância contínuos, seja para um trabalho manual, intrinsecamente ligado ao homem e à sua acção. Uma "cultura da manutenção", que sempre existiu na história da construção, reflectindo-se num acto cultural assimilado e transmitido de geração em geração. Seria a industrialização da construção a inverter a relação entre os custos da mão-de-obra e dos materiais, incentivando uma prática de substituição em detrimento da reparação ou manutenção.

Em Portugal, o termo "manutenção" é geralmente usado de forma abrangente e entendido como o "conjunto de operações preventivas destinadas a manter em bom funcionamento, quer uma edificação como um todo, quer cada uma das suas partes constituintes"[7]. Nesse sentido, podem distinguir-se vários tipos de manutenção: 'manutenção preventiva ou preditiva' (controles e acções preventivas), 'manutenção condicionada' (acções pós-sintomas) e 'manutenção curativa ou correctiva' (acções pós-dano)[8]. Por seu lado, o ciclo produtivo da manutenção, geralmente divide-se em três fases: Instrutória (recolha de informação, bases de dados, diagnóstico), Programática (calendarização das inspecções, controles e reparações, através de manuais técnicos e de utilização) e Actuativa (execução de acções que podem ir desde a limpeza, à inspecção visual, medições e ensaios, acções de pequena reparação ou substituição, instruções de utilização)[9]. Importa ainda referir que os Planos de Manutenção são instrumentos dinâmicos e em contínua actualização.

É, assim, muito abrangente o campo da manutenção, englobando um vasto conjunto de operações, directas ou indirectas, mais simples ou qualificadas, variáveis também na sua periodicidade (diária, semanal, mensal, semestral, plurianual) ou em função das estações do ano[10].

---

[5] LIPOVEC & VAN BALLEN, 2010.
[6] FEILDEN & JOHKILETHO, 1998.
[7] HENRIQUES, 1991.
[8] AGUIAR *et al.*, 2006.
[9] FLORES-COLLEN & BRITO, 2003.
[10] CÓIAS, 2004.

No âmbito de investigação em curso, tem vindo a ser desenvolvida uma metodologia de implementação de estratégias de manutenção[11] (planos de manutenção) em edifícios com valor patrimonial. Esta metodologia pressupõe dois níveis de intervenção: (1) nos imóveis, através do planeamento e operacionalização de rotinas de inspecção, monitorização e manutenção; (2) nos utilizadores, promovendo o seu envolvimento nos processos de manutenção, na convicção de que apenas com a participação, capacitação e educação das comunidades, se poderá garantir a manutenção quotidiana e uma efectiva sustentabilidade futura do património edificado.

Deste modo, para além dos manuais técnicos, sublinha-se também a relevância da participação dos utilizadores na manutenção de edifícios, no sentido de evitar modos de uso impróprios, prevenir situações de risco e colaborar nas acções de manutenção quotidianas (limpeza, controle de ventilação, sombreamentos, etc.).

Deste ponto de vista, a sociedade civil tem um papel importante na preservação do património, podendo contribuir para um desenvolvimento mais sustentável e culturalmente integrado. De facto, só com o envolvimento das comunidades locais conseguiremos entender, como refere Carlos Alberto Ferreira de Almeida, o "Património como valor de identidade e de memória de uma comunidade e, sobretudo, o de Património como qualidade de vida" adquirindo, progressivamente, maior importância e atenção[12].

Fig. 1. Fotografia da Oficina "JANELAS com TINTA têm muito + PINTA", 12 de Setembro de 2012 (org. ICOMOS-Portugal/ CEAU-FAUP/ IC-FEUP – Teresa C. Ferreira, Esmeralda Paupério, Domingas Vasconcelos, Francisco Sousa Rio e Xavier Romão).

[11] Investigação em curso por Teresa Cunha Ferreira sobre "Implementação de mmetodologias e estratégias de conservação preventiva e manutenção em edifícios com valor patrimonial", CEAU-FAUP. Cfr., entre outros: FERREIRA, 2015: 23-30. Esta metodologia assenta na utilização de um software e bases de dados informatizadas (que facilitam também a gestão), permitindo sistematizar procedimentos (centralizando informação, garantindo a sua integridade e, por outro lado, reduzindo ambiguidade, sobreposição ou dispersão de informação), bem como realizar planos de manutenção.

[12] ALMEIDA, 1998.

2. PLANO DE GESTÃO PARA CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS MONUMENTOS DA ROTA DO ROMÂNICO

A Rota do Românico constitui um processo inovador e exemplar em Portugal no que respeita às estratégias de gestão e à salvaguarda do património cultural, em estreita articulação com o desenvolvimento regional integrado. Este projecto apoia-se numa estratégia de gestão, que beneficia do sistema de 'rede' e da economia de escala, tornando-se assim atractivo para os turistas e os investidores. Deste modo, propõe uma modalidade de salvaguarda que supera os modelos tradicionais (individuais, passivos e normativos), tornando-se um instrumento 'pró-activo', gerador de sinergias e de progresso sociocultural no território[13].

Desde 2003, com o apoio de financiamento europeu, foi possível intervir em mais de 30 monumentos de 12 municípios do Vale do Sousa e do Baixo Tâmega, contemplando diferentes tipologias como mosteiros, igrejas, pontes, torres, memoriais e um castelo. Perante a progressiva restrição dos fundos para a salvaguarda patrimonial, a administração da Rota do Românico tem vindo a ser cada vez mais sensível à necessidade de implementação de estratégias de prevenção e manutenção programada após as intervenções de reabilitação.

O Plano de Gestão para Conservação e Valorização dos Monumentos da Rota do Românico é uma ferramenta de gestão e conservação preventiva que tem como objectivos optimizar o planeamento dos recursos (reduzindo significativamente os custos), maximizar a preservação da autenticidade, garantir a qualidade do produto turístico, potenciar o envolvimento e a capacitação, promovendo assim uma continuada salvaguarda e a auto-sustentabilidade deste património.

Tratando-se de um projecto-piloto propôs-se a implementação do Plano de Gestão, numa primeira fase, em 12 imóveis, um de cada tipologia identificada no Sousa e no Tâmega (mosteiro, igreja, torre, ponte, memorial e castelo) e com uma dimensão média (dentro da categoria correspondente), de forma a testar metodologias e estimar custos aproximados da manutenção programada nesses imóveis[14]. Por outro lado, definiu-se ainda um critério geográfico, ou seja, que cada concelho tivesse apenas um imóvel-piloto, com o intuito de distribuí-los equilibradamente pelo território.

---

[13] FERREIRA, 2011.

[14] Os imóveis selecionados foram a Igreja do Mosteiro de Ferreira (Paços de Ferreira), a Ponte de Espindo (Lousada), a Torre de Aguiar de Sousa (Paredes), a Igreja de S. Mamede de Vila Verde (Felgueiras) a Igreja de S. Gens de Boelhe (Penafiel), o Marmoiral do Sobrado (Castelo de Paiva), o Mosteiro de Santa Maria de Cárquere (Resende), a Igreja de Telões (Amarante), a Ponte do Arco (Marco de Canaveses), a Igreja de São Cristóvão de Nogueira (Cinfães), a Igreja do Mosteiro de Ancede (Baião), o Castelo de Arnóia (Celorico de Basto).

Seguindo a metodologia anteriormente indicada – ou seja, através de dois níveis complementares de acção, (I) nos imóveis e (II) nos utilizadores – a implementação do projecto-piloto seguiu o seguinte faseamento: (1) uma 'fase instrutória' de reunião de informação, definição metodológica e criação de bases de dados informatizadas; (2) uma segunda 'fase programatória', de concepção e desenvolvimento de Planos de Manutenção; (3) uma terceira 'fase actuativa' que respeita à implementação prática dos Manuais de Manutenção e dos Manuais de Utilização através de obras de conservação e acções de formação; por fim, (4) uma última 'fase de balanço' e actualização. Estas fases são assessoradas por uma equipe multidisciplinar[15] (arquitectura, engenharia de estruturas, conservação e restauro).

Para uma gestão integrada da informação desenvolveu-se uma base de dados operacionalizada através de um software e App ("MPlan"), que permite, entre outros aspectos, sistematizar procedimentos, realizar estimativas orçamentais e elaborar Planos de Manutenção.

Os 'Manuais de Utilização' são os documentos destinados aos gestores e aos utentes que lidam regularmente com o imóvel, incluindo recomendações sobre verificação e sinalização de ocorrências, modalidades de uso correcto, limpeza ou pequena reparação. Estes documentos têm uma linguagem acessível, são ilustrados e existem duas versões: uma para os gestores e outra mais simplificada e ilustrada para os cuidadores, consistindo numa espécie de 'livro de instruções' ou 'manual de boas práticas'.

Paralelamente, considerando a importância do envolvimento, qualificação e capacitação de agentes e utilizadores, foram desenvolvidas acções de boas práticas; (1) 'acções técnicas', destinadas a técnicos e a empresas de construção local; (2) 'acções de boas práticas', direccionadas param os utilizadores quotidianos, englobando gestores (párocos ou juntas de freguesia), cuidadores, zeladores ou membros de comissão fabriqueira.

Por fim, do que foi dito, reforçam-se as vantagens da implementação do Plano Gestão para Conservação e Valorização dos Monumentos, seja a nível do controle e racionalização dos custos, seja na maximização da preservação dos valores patrimoniais (incrementando o valor cultural e turístico, e consequentemente económico), ou ainda na criação de emprego local (pequenas empresas locais na manutenção), no envolvimento das comunidades, e deste modo, na capacitação e qualificação

[15] Concepção e coordenação: Arq.ª Teresa Cunha Ferreira; colaboração na 1ª fase de implementação (12 imóveis piloto, 2014/15): Arq.s Joana Gonçalves, Paulo Mendes e Margarida Ramos; assessorias: Engª Esmeralda Paupério, Dr. Jaime Duarte e Engº Filipe Ferreira (AOF). 2ª fase (2017/2018): Marta Ferreira. Um agradecimento à cooperação da Rota do Românico, em particular, da Drª Rosário Machado e dos Engºs Ricardo Magalhães, Nelson Antunes e Vítor Marinho.

dos agentes e utentes locais, para a futura salvaguarda e sustentabilidade do seu património. Assim, importa sublinhar que

> *As comunidades locais, a sociedade civil e os representantes eleitos a nível local e nacional, desempenham um papel chave no património como motor de desenvolvimento e, através da sensibilização para o património, serão preponderantes no processo de desenvolvimento*[16].

Fig. 2.
Fotografia de 'acção técnica' para técnicos e empresas de construção civil (Igreja de Telões, 17 de Julho de 2015).

Fig. 3.
Fotografia de Acção de 'boas práticas' para cuidadores, zeladores e utilizadores (Igreja de São Martinho de Soalhães, 20 de Julho de 2017).

3. NOTA FINAL E QUESTÕES EM ABERTO

A actual diminuição dos recursos económicos e ambientais disponíveis, aliada aos efeitos de uma globalização fortemente marcada pela industrialização e estandardização, desencadeiam instabilidade nas sociedades humanas e no seu património construído. Estas novas condições apontam para uma mudança de paradigma nas medidas de salvaguarda e conservação patrimonial, afetada também pela presença

[16] ICOMOS, 2011.

de diferentes 'valores' – como o económico, o ecológico, o social, o político, entre outros[17]. Neste contexto, a prevenção e a manutenção surgem como estratégias de reequilíbrio, sistematização e integração com grande potencial aplicativo, não só nos edifícios, mas também no espaço público e infra-estrutural, nas cidades, na paisagem e no território.

Como se apontou, são muitas as vantagens da implementação de estratégias de prevenção e de manutenção: na gestão dos recursos, na promoção de sustentabilidade (ambiental, económica, cultural e social), na garantia do bom funcionamento e na preservação dos valores patrimoniais da obra, assim como no envolvimento e capacitação das comunidades locais. Por outro lado, importa reforçar ainda o seu potencial aplicativo ao património corrente, como estratégia de conservação sistematizada do construído não classificado nem apoiado por fundos específicos.

No entanto, está ainda longe de se verificar a sua plena aplicabilidade. Este é antes de mais um problema cultural, de falta de transmissão de conhecimentos, de ausência de instrumentos legislativos, ou ainda de falta de mão-de-obra qualificada. Por outro lado, tratando-se geralmente de intervenções discretas, pouco dispendiosas e menos mediáticas são pouco apelativas para os políticos, investidores e técnicos envolvidos, que tendem a privilegiar as intervenções de maior impacto e visibilidade. Por fim, aponta-se a dificuldade de antecipação de fundos para a prevenção, o escasso enquadramento legal aplicável, bem como a ausência de incentivos legais ou fiscais especificamente direccionados. Assim, no contexto português encontram-se ainda pouco definidos o seu enquadramento, modalidades e instrumentos[18], seja no sector da construção em geral, seja no do edificado com valor patrimonial.

Neste quadro, ficam em aberto algumas questões: Qual o papel das instituições, públicas ou privadas, e da sociedade civil na definição de estratégias de prevenção e manutenção do construído? Quais os instrumentos para a sua aplicabilidade, nomeadamente no edificado com valor patrimonial? Quais os fundamentos de uma cultura contemporânea da manutenção?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1998) – *Património. O seu entendimento e a sua gestão.* Porto: Etnos.

CALEJO, Rui (2009) – *Manutenção de Edifícios*. Porto: FEUP.

[17] RODERS, 2007.

[18] CÓIAS, 2004.

CÓIAS, Vítor (2004) – *Guia prático para a conservação de imóveis: manual para a utilização durável e económica da habitação, através de uma adequada manutenção*. Lisboa: Dom Quixote.

DELLA TORRE, Stefano *et al.* (2003) – *La conservazione programmata del patrimonio storico architettonico- Linee guida per il piano di manutenzione e il consuntivo scientifico*. Milano: Guerini e Associati.

FEILDEN, Bernard; JOKILETHO, Jukka (1998) – *Management guidelines for world cultural heritage sites*. Roma: ICCROM.

FERREIRA, Teresa Cunha (2011) – *Rota do Romanico: un processo innovativo nel contesto portoghese*. In *Atti del XXVI Convegno Scienza e Beni Culturali – Governare l'innovazione: processi, strutture, materiali e tecnologie tra passato e futuro.* Venezia: Arcadia, p. 489-500.

—— (2012) – *Prevenção e Manutenção. Conceitos e aplicações. Estudo de caso: a Rota do Românico no norte de Portugal.* In Comisión Organizadora del PATORREB 2012- *4.º Congreso de Patología y Rehabilitación de Edificios – Patorreb* (Santiago de Compostela, 2-14 Abril, 2012), Colexio Oficial de Arquitectos da Galiza, 6 p.

—— (2014) – *Towards maintenance: concepts and Portuguese experiences.* In LIRA, Rogério; PINHEIRO, Cristina, coord. – *REHAB 2014 – International Conference on Preservation, Maintenance and Rehabilitation of Historic Buildings and Structures*. Barcelos: Greenlines Institute, p. 161-168.

—— (2015) – *Manutenção de edifícios com valor patrimonial. O caso do Plano de Manutenção dos Monumentos da Rota do Românico*. In ALMEIDA, Vitor Abrantes *et al*., coord. – *Manutenção de Edifícios: Perspetiva Multidisciplinar.* Porto: GEQUALTEC, p. 23-30.

FLORES-COLLEN, Inês; BRITO, Jorge (2003) – *Planos de Manutenção Pro-activa em Edifícios recentes.* In FREITAS, Vasco Peixoto de; SOUSA, Mário, coord. – *3º ENCORE – Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios*, LNEC, Lisboa, p. 1-10.

HENRIQUES, Fernando (1991) – *A conservação do património histórico edificado*. Lisboa: LNEC.

ICOMOS (2011) – *Paris Declaration on heritage as a driver of development.* Paris. UNESCO.

LIPOVEC, Neza; VAN BALLEN, Koenraad (2010) – *Tra prevenzione e manutenzione: i "Monumentenwatchen.* In *Atti del XXVI convegno internazionale Scienza e Beni Culturali– Pensare la prevenzione, manufatti usi ambienti*. Venezia: Arcadia.

MORRIS, William (1877) – *Manifest of the Society for protection of Ancient Buildings*. London: SPAB.

PINHO, Ana; PAIVA, José e; AGUIAR, José (2006) – *Guia Técnico de Reabilitação Habitacional*. Lisboa: INH e LNEC, 2 vol.

RODERS, Ana (2007) – *Re-architecture*. Eindhoven: Eindhoven University of Technology. Tese de Douturamento.

SIZA, Álvaro (2002) – *Recuperação e Manutenção.* In COSTA, Aníbal *et al*. coord. – *A intervenção no património. Práticas de conservação e reabilitaçã*o livro de Actas de Conferência Nacional. Porto: FEUP.

VAN BALLEN, Koenraad; STULENS, Anne (2010) – *Current Preventive Conservation Approach: the Precomos Unesco Chair's perspective*. Washington.

O PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO BRASILEIRO E A AVALIAÇÃO DE SUA AUTENTICIDADE: O ESTUDO DE CARUARU SEDE

BRENO ALBUQUERQUE BRANDÃO BORGES*

Resumo: A ferrovia contribuiu para o desenvolvimento econômico, auxiliou os processos de urbanização e influenciou a sociedade brasileira. Em 2007 foi instituída a lei 11.483 que responsabiliza o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de promover e proteger os bens oriundos da RFFSA, sendo elaborado o Inventário do Patrimônio Ferroviário, com a finalidade de identificar seus bens. O artigo objetiva investigar a noção de autenticidade no âmbito do patrimônio ferroviário através das premissas e dimensões de autenticidade propostas por Lira, bem como sua avaliação através da identificação de atributos, tendo como estudo de caso o Conjunto Ferroviário de Caruaru, Pernambuco, Brasil, contribuindo assim com a gestão e conservação do patrimônio ferroviário.

Palavras chave: Patrimônio Ferroviário; Atributos; Conservação; Autenticidade.

Abstract: The railroad has contributed to economic development, helped the urbanization process and influenced the Brazilian society. In 2007 it established the 11,483 law that places responsibility the Institute of National Historical and Artistic Heritage, to promote and protect the goods coming from RFFSA, establishing the Inventory of Heritage Railway, in order to identify their property. The paper aims to investigate the authenticity of concept within the railway heritage through the premises and dimensions of authenticity proposed by Lira and review by identifying attributes, and as a case study the set Caruaru Rail, Pernambuco, Brazil, contributing so with the management and conservation of railway heritage.
Keywords: Heritage Railway; Attributes; Conservation; Authenticity.

INTRODUÇÃO

O debate a respeito da preservação industrial é reconhecido institucionalmente apenas em 1978, com a criação do The International Commitee for the Conservation of the Industrial Heritage – TICCIH e só com a Carta de Nizhny Tagil (2003), que unifica o debate sobre o tema e credita valores aos vestígios da cultura industrial.

* Laboratório de Urbanismo e Patrimônio – LUP/ UFPE. brenoabborges@hotmail.com.

Atualmente, o cenário por todo Brasil é muito comum, antes construções ativa e sinônimo de charme, as estações ferroviárias encontram-se em sua grande maioria abandonadas ou destruídas.

O órgão responsável pela administração do transporte ferroviário nacional, a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima – RFFSA decretou falência no final do século XX e para liquidar as dívidas adquiridas, diversos bens foram postos a venda ou leiloados. Devido a esta situação, foi então sancionada a Lei 11.483/2007 que dá ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN a obrigação de *promover* e *proteger*, além de *receber* e *administrar*, os bens móveis e imóveis da extinta RFFSA.

Seguindo orientações da Lei 11.483 foi elaborado o Inventário do Patrimônio Ferroviário de Pernambuco, que registrou todo o acervo pertencido à antiga RFFSA, cumprindo uma função social ímpar quanto à promoção e preservação da memória dos lugares no processo de industrialização e modernização tecnológica em terras brasileiras.

A presente pesquisa tomou o Inventário como principal referência e seu arcabouço empírico por ser um meio legal de salvaguarda e já ter realizado o trabalho de identificação do patrimônio ferroviário de todo o estado. Tendo a inventariação um passo bastante relevante e sendo o monitoramento uma etapa tão importante quanto, a pesquisa desenvolve-se através do problema, cujo acelerado ritmo de degradação encontra-se o patrimônio ferroviário, causando desgaste dos seus monumentos materiais e consequentemente o enfraquecimento da memória ferroviária, enxerga-se a necessidade de avaliação da autenticidade nos bens ferroviários para caracterizá-los como monumento[1], garantindo sua condição de patrimônio cultural e sua conservação.

A autenticidade é um dos três requisitos (valor universal excepcional, autêntico e íntegro) centrais estipulados para que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reconheça um bem cultural como patrimônio mundial. A noção de autenticidade começou a fazer parte dos debates referentes à conservação do patrimônio cultural desde a publicação da Carta de Veneza, em 1964. Ainda muito rasa, a discussão a esse respeito começou a tomar mais corpo em 1977, quando os bens culturais precisavam ser submetidos a um "teste de autenticidade" para oficializar seu reconhecimento como Patrimônio da Humanidade.

A intenção era assegurar a veracidade histórica e material dos bens culturais, protegendo-os de cópias. Porém, o debate mostrou o quão complexo era essa noção

[1] Entende-se por monumento a visão de Aloïs Riegl, que é um instrumento de memória, destinado à rememoração de fatos e complementado pela Carta de Veneza (1964) que aplica este conceito tanto a grandes criações quanto a realizações mais modestas.

e a ausência de procedimentos objetivos para tal distinção. A visão da autenticidade estava muito fixa na manutenção e originalidade da matéria como escopo central da conservação e restauração dos bens culturais, não levando em consideração que há outras culturas e diferentes olhares de como o bem pode ser encarado como autêntico. No Oriente, o foco não está na matéria e sim na manutenção dos ritos e nas tradições. A Conferência de Nara, em 1994, consubstancia uma visão mais ampla e diversa, se assim podemos dizer, pois reconhece a diversidade das tradições culturais e afirma que a autenticidade deve estar associada ao contexto espaço temporal do bem cultural.

A ideia de autenticidade para o bem cultural vem sendo amadurecida e o seu debate procura alcançar uma visão cada vez mais nítida. Especialistas do campo da conservação mostram o quanto é complexo fechar teoricamente o entendimento de autenticidade e destacam a ausência de suporte metodológico para sua operacionalização. Esse é o mote principal da pesquisa de Lira quando, em sua tese[2], se aprofunda nesse debate com aportes teóricos de campos de estudo como a Teoria e crítica da arte, a Conservação Urbana e do Turismo cultural, e levanta passos metodológicos para tornar possível a sua verificação, acreditando que a autenticidade pode ser verificada e monitorada, por meio de indicadores derivados dos atributos materiais e não materiais dos bens culturais.

Partindo do pressuposto que a autenticidade ferroviária é uma característica particular, que valora o bem, e sua avaliação complementa a ação de inventariação já iniciada, traz avanços nas contribuições para sua conservação, como prevê a lei 11.483/2007.

O objetivo deste artigo é avaliar a autenticidade ferroviária através dos procedimentos teóricos propostos por Lira, contribuindo assim à conservação do patrimônio ferroviário e à discussão da noção de autenticidade.

A metodologia utilizada para esta pesquisa baseia-se na revisão teórico-metodológica para a operacionalização da autenticidade, sugerida por Lira, sempre sob o olhar do patrimônio ferroviário. A operacionalização da mensuração da autenticidade é baseada nas orientações de Hidaka[3], ao identificar atributos relacionados às dimensões de autenticidade sugeridas por Lira e os utiliza como referência na avaliação do bem cultural.

É realizada uma reflexão e interpretação da operacionalização da autenticidade voltada para a realidade dos bens edificados da ferrovia e por fim, levantado os atributos do objeto de estudo analisado, seu julgamento e a aplicação de acordo com o método sugerido.

---

[2] LIRA, 2010.

[3] HIDAKA, 2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Fruto da Revolução Industrial, as estradas de ferro possibilitam o transporte de toneladas de mercadoria já na primeira metade do século XIX. Da Inglaterra rapidamente são implantadas em outros países, e na segunda metade do século XIX, as estradas de ferro já eram uma realidade e não mais uma aposta no desenvolvimento do sistema dos transportes. Transformou a vida das urbes, influenciou a configuração de territórios inteiros em várias cidades, estados e até países. Conjuntos e estações ferroviárias fundaram cidades, centralizaram a vida das povoações, serviram como agência de correios, telégrafos, trouxeram o progresso e foram, em geral, construídas com arquiteturas particulares, desde as mais suntuosas até as mais simples.

No Brasil, a primeira estrada de ferro a virar realidade foi a Estrada de Ferro Petrópolis, no Rio de Janeiro. A locomotiva denominada Baronesa foi quem inaugurou o sistema ferroviário brasileiro. Tamanho feito, repercussão e euforia na época, tal ato contou com a presença do Imperador D. Pedro II.

O segundo trecho a ser construído e entrar em atividade foi a Estrada de Ferro Recife ao São Francisco, em Pernambuco. Além de fundar algumas cidades, foi responsável pelo desenvolvimento de áreas que tinham perfil rural.

A malha ferroviária, em Pernambuco possuiu, ao todo, cerca de 1322 km, cruzou 60 municípios do Estado e se configurou através de aproximadamente 157 conjuntos ferroviários ou esplanadas, e está genericamente distribuída em cinco linhas principais.

Em meados do século XX, com a economia abalada no pós-guerra, a administração da malha ferroviária nacional fica sob a responsabilidade da RFFSA, sendo assumida posteriormente pelo governo federal que priorizou os investimentos nos transportes rodoviários, colocando em prática ações voltadas para a privatização. Devido à degradação acentuada com a desestatização da RFFSA e o risco de inúmeros bens serem demolidos e transformados, é instituída a Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, como medida legal para a preservação do patrimônio ferroviário, na qual encerra o processo de liquidação da Rede Ferroviária Federal S.A.. A Lei transfere os bens imóveis da extinta RFFSA para a União e da ao IPHAN a obrigação de receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural. Fruto desta lei é o Inventário do Patrimônio Ferroviário em todos os estados que herdaram os bens da RFFSA.

BREVE NOÇÃO DE AUTENTICIDADE

Etimologicamente a palavra autenticidade já mostra sua complexidade. Autenticidade vem de autêntico que, por sua vez, traz a ideia de verdadeiro, legítimo, genuíno e ao que é atribuído ao autor em relação a uma criação ou a um fruto de uma atividade humana. Todos esses significados são relativos e subjetivos.

Lira[4] faz uma completa revisão da literatura da Teoria e Crítica da Arte, Turismo Cultural e Patrimônio Cultural, para ter um entendimento da autenticidade no universo da Preservação Cultural e chega às seguintes premissas:

Premissa I – A autenticidade não é uma característica intrínseca aos artefatos artísticos, ela está na mente de quem observa, sendo uma qualidade atribuída pelo sujeito.

Lira justifica essa premissa ao ser abordada por Dutton, Harvey e Viñas que a autenticidade não é uma análise objetiva do artefato, mas uma percepção que a mente humana tem sobre ele. As considerações a essa premissa é que Lira aponta artefatos artísticos e, consequentemente, exclui outros tipos, já que nem todo artefato cultural necessita ser um artefato artístico.

Premissa II – A verificação da autenticidade nos artefatos artísticos envolve tanto questões relacionadas com genuinidade das origens, autoria e da matéria, como aquelas relacionadas com a construção de significações culturais por parte dos grupos sociais.

Essa premissa ao tratar a dimensão material do bem, procura comprovar a origem, autoria e proveniência do objeto e se as transformações que sofreu ao longo do tempo ainda permitem considerá-las autênticas. Algumas cartas patrimoniais viam a autenticidade além da matéria, a Declaração de San Antônio (1996) já falava que a autenticidade está relacionada com a parte física e os significados atribuídos pelas comunidades vinculadas ao bem. As considerações são que o patrimônio ferroviário pode tanto ser considerado um artefato artístico como não, mas não impede de ser um bem cultural e expressar autenticidade, seja tanto através da sua matéria como principalmente pela construção de significados.

Premissa III – Em razão de a autenticidade ser uma categoria conceitual, uma abstração do mundo real, e não um dado objetivo, sua observação só pode ser feita por meio de indicadores.

Segundo Lira[5], os dados de entrada para a construção de indicadores de autenticidade de um artefato cultural precisam ser gerados a partir dos seus aspectos

[4] LIRA, 2010.
[5] LIRA, 2010.

materiais e não materiais são os chamados atributos. A consideração, a cerca desta premissa, envolve diretamente a operacionalização deste estudo, que avalia a autenticidade pelos atributos materiais e imateriais que o bem expressa, método utilizado por Hidaka[6].

Premissa IV – Decisões sobre a autenticidade dos artefatos artísticos, ainda que sejam conduzidas por técnicos e especialistas, demandam validação coletiva, pois só dessa forma se tornam representativas e, consequentemente legítimas.

Pressupõe que todo julgamento sobre a autenticidade precisa resultar de um acordo coletivo. A validação coletiva precisa cumprir a etapa de julgamento, conduzida por especialistas, pelo conhecimento necessário em razão da complexidade do assunto, e a etapa de validação, realizada por especialistas e não especialistas para validar o julgamento. A consideração sobre essa premissa é que a pesquisa busca a operacionalização da metodologia e não seu julgamento.

Após levantar as quatro premissas da autenticidade, Lira propõe três dimensões de autenticidade de bens culturais e denomina-as como:

Dimensão Construtiva: Está relacionada com os processos ou ritos de fazer e refazer os bens culturais. Para essa dimensão são colocadas duas perspectivas, os bens que existiram e *permanecem* até o presente e os que existiram e *foram retomados* no presente. Vários exemplos são citados por Lira, a maioria são bens vítimas das grandes guerras ou os que o modo de fazer sobrepõe-se às questões materiais.

O exemplo mais clássico é o Templo de Ise Shinto no Japão, datado do ano 4 a.C., é desmontado e montado novamente de 20 em 20 anos, substituindo as peças desgastadas por novas, mantendo vivo o ritual e o conhecimento das técnicas construtivas.

Para as perspectivas que validam a dimensão construtiva, as atividades ferroviárias praticamente inexistem atualmente, entretanto, é possível que as atividades ferroviárias sejam retomadas, com suas técnicas antigas ou mais atualizadas, mas no momento não é possível afirmar esta resposta.

A conclusão quanto à dimensão construtiva para o contexto ferroviário não é fechada. Cada bem precisaria ter uma abordagem particular para incluir esta dimensão na avaliação da autenticidade ferroviária. Sente-se a necessidade de um maior aprofundamento a respeito desta dimensão que infelizmente ainda não foi alcançado. Para o objeto de estudo escolhido, a dimensão construtiva não foi adotada.

Dimensão Objetiva: Está relacionada com as características físico-materiais dos bens. Quando a técnica construtiva do bem não apresenta uma singularidade, ou esse processo construtivo não existe mais, a discussão da autenticidade deve

[6] HIDAKA, 2011.

voltar-se para o aspecto físico-material do bem. Para essa dimensão, de acordo com Lira[7], os efeitos do tempo sobre o bem e o processo criativo do produto artístico devem ser levados em consideração na hora do seu julgamento, e o ponto principal é como se deram essas mudanças. Para tal, é importante um equilíbrio entre a matéria e a história do bem que demanda necessidades específicas de conservação, e que pelo seu uso e perpetuação, essas ações de conservação não diminuem a sua autenticidade, mas de fato as expõe.

Como boa parte das edificações ferroviárias são da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, alterações e adaptações são comuns, entendendo que é fundamental buscar o respeito entre a matéria, a estética e a história do bem no momento da avaliação da sua autenticidade.

Dimensão Expressiva: Está relacionada com a experiência e as relações que as pessoas têm com os bens. Essa dimensão está fundamentada na relação entre o homem e o bem, que é atribuído por valores e significados, cultivados pelo seu uso. A verificação da autenticidade, segundo Lira[8], requer a identificação de como se processa a relação entre as pessoas e o sítio. Essa relação gera uma identidade, e o *uso* e a *função* são fatores importantes para a manutenção da identidade do lugar.

A Dimensão Expressiva é considerada a principal perspectiva para a autenticidade ferroviária. Dos aspectos materiais e imateriais que podemos observar no contexto do patrimônio ferroviário, o legado imaterial é bastante amplo e devido, em parte, ao descaso humano associado à ação do tempo, destaca-se em relação ao legado material.

Importante deixar claro que um bem pode expressar autenticidade em uma dimensão e não em outra, mas que a verificação da autenticidade de um bem só é completa quando estão incluídas nos procedimentos questões associadas aos vínculos culturais das pessoas com os bens. Assim como a noção de autenticidade, essas premissas e dimensões são flexíveis e pode haver diferentes olhares, bastando apenas mudar o local e o tempo.

METODOLOGIA PARA A AVALIAÇÃO DA AUTENTICIDADE FERROVIÁRIA

A pesquisa buscará identificar os atributos e irá adotá-los como referência na avaliação da autenticidade do bem, no caso o ferroviário, pois segundo[9], pode-se

[7] LIRA, 2010.
[8] LIRA, 2010.
[9] ZANCHETI & HIDAKA, 2010.

definir a autenticidade através do julgamento dos atributos e se os mesmos expressam o bem de uma maneira autêntica ou não. Os bens ou objetos de proteção apresentam atributos, e são sobre eles que se creditam valor. Sá Carneiro e Figueiroa, no seu artigo Caracterização dos Atributos dos Bens Patrimoniais[10], afirmam que:

> *o conhecimento dos atributos do bem patrimonial consiste, na verdade, numa tentativa de investigação para o conhecimento detalhado desse bem, tratando-o como um objeto e desdobrando-o em diversas peças para melhor elucidá-los.*

No artigo, *Um indicador para medir o estado de conservação de sítios urbanos patrimoniais: teoria e estrutura*, Zancheti e Hidaka[11] definem atributos como toda e qualquer característica dos objetos ou processos reconhecidos como tendo valor patrimonial, quer físico-material ou não material.

Esta pesquisa entende e adota o termo atributo como as principais características materiais e não materiais que identifiquem e expressem o bem ferroviário. A identificação desses atributos segue esse raciocínio e terá como ponto de partida o inventário do patrimônio ferroviário, que contém informações nos seus textos e nas já comentadas fichas.

O Conjunto Ferroviário adotado como Estudo de Caso foi Caruaru Sede. O que compõe o conjunto é Estação, Armazém e Pátio e também achou necessário incluir na análise a Via Permanente e o Entorno.

Após a identificação dos atributos dar-se o processo de julgamento. Segundo Hidaka[12], os julgamentos não podem depender de uma avaliação objetiva quando trabalha com conceitos qualitativos, ou seja, não podem ser medidos. O julgamento deve simplesmente declarar se tem-se mantido ou se ocorreram mudanças no patrimônio, no caso da autenticidade de modo positivo ou negativo. Então foi adotado o julgamento proposto por Hidaka[13], que tem os seguintes resultados possíveis:

– Os atributos do objeto e processos são autênticos (Equivale ao número **2**);
– Os atributos do objeto e processos são parcialmente autênticos (Equivale ao número **1**);
– Os atributos do objeto e processos não são autênticos (Equivale ao número **0**).

Ao adotar que a dimensão objetiva e a expressiva fazem parte da avaliação da autenticidade ferroviária e cada uma é avaliada por atributos diferentes, cada artefato revela duas notas, assim:

---

[10] CARNEIRO & SILVA, 2012.
[11] ZANCHETI & HIDAKA, 2012.
[12] HIDAKA, 2011.
[13] HIDAKA, 2011.

O número máximo de respostas diferentes para cada artefato analisado são nove[14] e a soma das notas das dimensões de cada artefato alcança no máximo 4 (quatro) e no mínimo a nota 0 (zero). Então ao somar as notas finais de cada artefato elas podem variar entre [0–1–2–3–4].

Podemos classificar que Zero é um objeto totalmente sem autenticidade, Um com muita perda de autenticidade, Dois com uma perda regular, Três com pouca perda e Quatro como totalmente autêntico.

[0–1–2–3–4] ■ **Números prováveis** ■ **Números não prováveis**

Como nesse caso são cinco objetos avaliados e cada um pode atingir a nota 4, a nota máxima que o conjunto pode alcançar é 20. A pesquisa adota como referência que a soma final das notas entre,

- 0 e 6 é bastante baixa e o conjunto ferroviário não pode ser considerado um bem patrimonial por ter um baixo índice de autenticidade;

- 7 e 13 é considerada regular e o conjunto tem o necessário para ser considerado autêntico, entretanto precisa de atenção para a manutenção;

- 14 e 20 tem um forte índice de autenticidade.

Essas divisões foram realizadas dessa forma devido ao número de artefatos que foram encontrados no conjunto ferroviário adotado para estudo de caso. Então cada estudo dependerá da quantidade de artefatos que irão compor a análise do conjunto ferroviário.

Feita toda a avaliação e identificação dos atributos através de literatura específica do conjunto, imagens, depoimentos e entrevistas, segue abaixo uma tabela com o resumo da identificação dos elementos característicos de cada artefato observado.

Levantado e identificados os atributos, foi realizado o julgamento crítico, exposto na tabela a seguir:

Artefatos Analisados	Autenticidade (comparação entre 1940 e 2009)		Soma das Dimensões
	Dimensão Objetiva	Dimensão Expressiva	
Estação	2	1	3
Armazém	2	1	3
Via Permanente	0	1	1
Pátio	1	1	2
Entorno	0	1	1
Nota final			10

[14] (0-0), (0-1), (1-0), (1-1), (0-2), (2-0), (2-1), (1-2) e (2-2).

Primeiro devemos olhar os bens isoladamente para depois olharmos a autenticidade do conjunto como um todo. Houve um equilíbrio em relação a pontuação das dimensões objetiva e expressiva, ambas as dimensões receberam cinco pontos somando os artefatos avaliados. DO [2-2-0-1-0] e a DE [1-1-1-1-1]. Sob o olhar da dimensão objetiva, chamou a atenção que em alguns artefatos foi identificado fortes atributos físico-materiais, enquanto em outros uma grande ausência, a exemplo disso, a presença de notas 2 e 0 em suas avaliações. Pela dimensão expressiva, destaca-se o equilíbrio de atributos constatados entre o uso, função, espírito e sentimento, justificando suas notas.

Enfim o Conjunto Ferroviário de Caruaru, que tem sua Estação, Armazém e Pátio incluídos na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário Brasileiro, detentores de valor histórico, artístico e cultural, apresenta a nota 10 do máximo de 20 possíveis. Seguindo os parâmetros levantados na metodologia, tem sua autenticidade considerada regular, todavia necessitam de atenção para que sua autenticidade não seja perdida por completo, em consequência seus valores patrimoniais e o bem não possam ser considerados mais um bem cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia de avaliação da autenticidade ferroviária dá parâmetros para realizar um filtro nos bens imóveis da vasta herança da ferrovia e selecionar melhor os bens que podem e devem ser conservados, além de possibilitar o monitoramento dos bens que já são patrimônio cultural.

O arcabouço teórico-metodológico da autenticidade, proposto por Lira, apresentou-se de fato operacionalizável não só aos conjuntos urbanos, mas também aos bens do patrimônio ferroviário, com a adaptação mediante a realidade do objeto.

A pesquisa chegou à conclusão que os aspectos imateriais que devem ser levados em conta para avaliar o bem ferroviário se mostram insuficientes. Como sugerido pela Lei 11.483/2007 que visa à preservação da memória ferroviária, deveria ser inserido na sua avaliação junto com o *uso, função, espírito e sentimento* o aspecto da *memória*.

Os números alcançados nesta avaliação não são absolutos. É consciente a necessidade de uma avaliação coletiva para chegar a uma maior validação, mas a aplicabilidade da metodologia, para o universo ferroviário, mostrou-se possível e deu esclarecimentos à sua realidade.

Ao final deste trabalho, espera-se que as considerações realizadas, sobre a avaliação da autenticidade do patrimônio ferroviário, possam contribuir e avançar nas

ações para a conservação desses bens culturais, uma vez que essa avaliação se apresenta como uns instrumentos bastante úteis para instituições e órgãos gestores do patrimônio, que buscam caminhos para a conservação ferroviária e a partir de sua aplicação possam facilitar a tomada das melhores decisões, visando a salvaguarda do patrimônio cultural ferroviário.

REFERÊNCIAS

BENÉVOLO, Ademar (1953) – *Introdução à história ferroviária do Brasil*. Recife: Edições Folha da Manhã.

CAMELO FILHO, José Vieira (2000) – *A implantação e consolidação das estradas de ferro no nordeste brasileiro*. Campinas: UNICAMP.

CARNEIRO, A. R. SÁ; SILVA, A. F. (2012) – *Caracterização dos Atributos dos Bens Patrimoniais*. In LACERDA, N.; ZANCHETI, S. M., *org.* – *Plano de gestão da conservação urbana:* Conceitos e Métodos. Olinda: CECI.

Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 – Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 03 abr. 2012.

HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira (2011) – *Indicador de avaliação do estado de conservação sustentável de cidades – patrimônio cultural da humanidade: teoria, metodologia e aplicação*. 228 páginas. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – MDU, CAC, UFPE, Recife.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN (2009) – *Inventário do Patrimônio Ferroviário de Pernambuco.* Recife: IPHAN.

JOKILEHTO, Jukka (2006) – *Considerations on authenticity and integrity in World Heritage context*. «City & Times», vol. 2, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.ct.ceci-br.org/novo/revista/viewarticle.php?id=44&layout=html>. Acesso em: 21 jun. 2013.

KÜHL, Beatriz Mugayar (2008) – *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*. Cotia: Ateliê Editorial.

Lei n.º 11.483. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11483.htm>. Acesso em 07 out. 2011.

LIRA, Flaviana Barreto (2010) - *Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

PINTO, Estevão (1949) – *História de uma estrada de ferro do nordeste: contribuição para o estudo da formação e desenvolvimento da empresa "The Great Western of Brazil Railway Company Limited" e das suas relações com a economia do nordeste brasileiro*. Rio de Janeiro: J. Olympio.

STOVEL, H (2004) – *Authenticity in conservation decision-making: the World Heritage perspective. Journal of Research in Architecture and Planning, Conservation and Cultural Heritage*. Karachi, v. 3.

ZANCHETI, Silvio *et al.* (2008) – *Da autenticidade nas cartas patrimoniais ao reconhecimento das suas dimensões na cidade*. Olinda: CECI, 16 p. (Textos para Discussão; v. 37. – Série 3: Identificação do Patrimônio Cultural).

A GESTÃO DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL E TÉCNICO E O CASO DA ELECTRO-CERÂMICA, DO CANDAL. RECUPERANDO O ESPÍRITO E PRESERVANDO O SIGNIFICADO, VALORIZANDO MEMÓRIAS E SENTIMENTOS DE IDENTIDADE

GRAÇA ALEXANDRA PINHO SILVA*
PAULA MENINO HOMEM**
SUSANA MEDINA***

Resumo: No enquadramento do Património Industrial e Técnico, apresenta-se o caso da empresa Electro-Cerâmica, Candal, V.N. de Gaia. Com origens em 1912, numa pequena oficina, constituiu-se como SARL em 1919. Possuía laboratório, cantina, posto médico, infantário, clube desportivo, enfim, as valências de uma importante indústria, quase autossuficiente. Após vários modelos de gestão, culmina, em 2006, com a alteração para Candal Parque Sociedade Imobiliária, SA. O processo acarretou múltiplas perdas, para as quais a atual Administração é sensível. Assim, propomo-nos apresentar linhas estratégicas de um contributo, em embrião, para um projeto integrador da comunidade, objetivando a preservação sustentável da memória e espírito do lugar.

Palavras-chave: Património Industrial e Técnico; Identidade; Preservação; Sustentabilidade.

Abstract: In the framework of Industrial and Technical Heritage, the case of Electro-Cerâmica, Candal, V.N. of Gaia, is presented. With origins in 1912, in a small workshop, it was established as LLC in 1919. It had a laboratory, canteen, medical post, nursery school, sports club, in short, the valences of an important industry, almost self-sufficient. After several management models, it culminated in 2006 with the change to Candal Parque Sociedade Imobiliária, SA. The process led to multiple losses, to which the current Administration is sensitive. Thus, we propose to present strategic lines of a contribution, in embryo, for an integrating project of the community, aiming at the sustainable preservation of the memory and spirit of the place.

Keywords: Industrial and Technical Heritage; Identity; Preservation; Sustainability.

* *Alumna*. DCTP/ FLUP/ Mestrado em Museologia. gracaalex@gmail.com.
** DCTP/ FLUP/ CITCEM. phomem@letras.up.pt.
*** DCTP/ FLUP/ CITCEM/ Serviço de Documentação e Informação – Museu, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. smedina@fe.up.pt.

ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

Em sintonia com Matos, Ribeiro & Santos[1], consideramos que a evolução industrial, marca indiscutível da nossa contemporaneidade, foi criando a sua própria obsolescência, o que, a par das destruições causadas pela II Guerra Mundial e a reconstrução e expansão das cidades, conduziu à perda de muitos dos primeiros exemplos de património industrial.

Apesar das sociedades industriais terem sentido a necessidade de preservar as suas marcas, só em 2003 surge a primeira Carta Internacional dedicada à salvaguarda do património industrial, a Carta de Nizhny Tagil, elaborada pelo The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), definindo o património industrial, admitindo o seu valor histórico, tecnológico, social, arquitetónico e científico, esclarecendo que não se limitava ao edificado, mas incluía as infraestruturas de apoio à comunidade que se desenvolve em redor, bem como as suas manifestações tangíveis e intangíveis[2]. Preciosa ferramenta de gestão a nível internacional, o documento evidencia a importância deste património, delineando bases para a valorização dos exemplares mais antigos e característicos e dando enfase aos inventários, à investigação sobre o tema e à necessidade de formação de especialistas, para além de recomendações para a sua proteção legal, manutenção, conservação e divulgação.

É importante realçar a questão das manifestações intangíveis, na medida em que correm o risco de se perder com o tempo e a renovação das gerações. Referimo-nos aos testemunhos orais de operários, ao saber-fazer e tantos outros aspetos latentes nos vestígios materiais, deixados pela dinâmica da inovação. Neste contexto, ainda em 2003, é redigida a Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial, que o define:

> *Como as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural*[3].

Imbuídos de espírito muito próprio, com as histórias de vida de quem os viveu, os contextos industriais transmitem aos seus interlocutores e à sua comunidade um sentimento de pertença e identidade que importa respeitar, valorizar e potenciar.

---

1 MATOS *et al.*, 2003.

2 TICCIH, 2003: 1-3.

3 UNESCO, 2003: 3.

Tal espírito será, em sintonia com a Declaração de Quebec[4], transmitido sobretudo pelas pessoas. Daí, ser fundamental a inclusão participativa de quem conhece os lugares e os mantém vivos, através das suas histórias, no processo de preservação e comunicação do património em foco.

OBJETIVOS

Com este artigo, objetivamos sensibilizar para a temática e partilhar não só o caso da antiga empresa Electro-Cerâmica, no Candal, Vila Nova de Gaia, bem como um projeto que, embora em fase embrionária, pretende ser uma proposta que contribua para o estudo e preservação da sua memória, para a promoção dos patrimónios e do espírito do lugar, de uma forma integrada e integradora.

BREVE ENQUADRAMENTO E RETROSPETIVA HISTÓRICA

Em 1914, foi criada a Mourão & Cª., Lda., uma sociedade por quotas constituída por escritura datada de 17 de janeiro[5]. As origens desta primeira fábrica têm lugar numa pequena oficina de fabrico de pequena aparelhagem elétrica, na Rua 24 de Janeiro, em Lisboa, em 1912[6]. As dificuldades no incremento desta oficina e na aquisição das porcelanas nuas, conduziram à aquisição de uma propriedade no Lugar da Fonte das Regadas, no Candal, Vila Nova de Gaia, onde se constituiu a sede e é montada uma unidade industrial com apenas 40 operários e num espaço de 1200m^2, para a produção de porcelanas para sistemas elétricos. Assim, com o objetivo de «exercer a indústria e o comércio de artigos de porcelana, acessórios eléctricos e quaisquer outros artigos que os sócios julguem conveniente que seja a sociedade a fabricar»[7], a Mourão & Cª., Lda., dá lugar à Empreza Electro-Cerâmica, Lda., em 1915.

A 1ª Grande Guerra vem impor à Electro-Cerâmica várias dificuldades financeiras devido às proteções do mercado nacional, à carência de matérias-primas, de capital e pessoal competente e à dificuldade na importação do carvão. Apesar de tudo, a empresa vai ampliando o seu espaço e dando lugar a uma indústria cada vez

[4] ICOMOS, 2008: 4.
[5] ADP, 1914: 27v-28v.
[6] GUIMARÃES, 2009: 13.
[7] GUIMARÃES, 2009: 14.

mais ativa na produção de pequena aparelhagem elétrica para instalações de baixa tensão, que havia necessidade de produzir, dadas as dificuldades de importação[8].

As dificuldades referidas conduzem a uma reestruturação da empresa e, em 1919, constitui-se a Empresa Electro-Cerâmica, SARL. Com um novo fôlego, para além da pequena aparelhagem, começa a produzir tubo Bergmann[9]. É construído um pequeno laboratório para o ensaio e fabrico de isoladores de alta tensão, apetrechado em 1922 para ensaios até 220.000 volts, que seria reconhecido como o melhor da Península Ibérica e um dos melhores da Europa, sob a direção do Engenheiro Augusto Bastos Ferreira do Amaral.

No entanto, em 1926, a empresa enfrenta uma grande crise. É obrigada a contrair um empréstimo no valor de 9.000.000$00, na Companhia de Crédito Predial Português, e, em 1936, é realizado um acordo com a Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre, em que cada uma adquire 50% do capital da Sociedade de Porcelanas e se compromete a não realizar vendas em determinadas regiões do país, de forma a, aí, viabilizar a sociedade[10].

Sem dúvidas, a Electro-Cerâmica foi uma das empresas inovadoras do seu tempo e uma das primeiras a produzir eletricidade para consumo próprio e produção das suas porcelanas, tendo instalado uma central equipada com geradores a gás e dois motores. Forneceu energia elétrica para a iluminação pública do concelho, enquanto decorriam as negociações entre a Câmara de Gaia e a Hidro-Eléctrica do Varosa, a pedido do vereador, Armindo Ramos, à altura, em 1920/21, Secretário da Assembleia geral da Electro-Cerâmica. A central voltou a funcionar em força no decorrer da 2ª Grande Guerra, quando se deu um racionamento da energia elétrica[11].

Cerca de 1945, a Electro-Cerâmica encontra-se, novamente, endividada. A Companhia Geral de Crédito Português e a Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre chegam a um acordo em que todas as dívidas da empresa são saldadas e é concedido novo empréstimo para reestruturação económica: O Grupo Vista Alegre passa a ser o único produtor de porcelanas domésticas e decorativas, cerâmica eletrotécnica e pequena aparelhagem elétrica; A Electro-Cerâmica concentra o fabrico da pequena aparelhagem elétrica, isoladores, tubagens em plástico, tubo Bergmann e tubagens em policloreto de vinilo [PVC, de poly(vinyl chloride)]; enquanto a porcelana de

[8] SARAIVA, 1985: 1. José Nicolau Vilar Saraiva foi admitido na empresa em 1924 para prestar serviço na secção dos metais, que passou a chefiar em 1926. Entre outras, passa a desempenhar funções como Diretor Técnico da empresa, em meados de 1929 (SARAIVA, 1985: 6 e 9).

[9] O tubo Bergmann era constituído por um tubo de papel alcatroado (MIMEUR, 1955: 31), coberto por cintas de ferro chumbado, ou de zinco, que se destinava à proteção dos fios elétricos numa distribuição, com um alto grau de segurança, definição que resulta da descrição de Saraiva (1985: 30). Para uma melhor definição de Tubo Bergmann pode ainda consultar-se ANTUÑA, 2009: 443 e FINK *et al*., 1981: 10-169.

[10] SARAIVA, 1985: 3 e 4.

[11] SARAIVA, 1985: 61.

mesa fica centrada na Sociedade de Porcelanas. Dotada de moderna tecnologia, animada pela eletrificação do país e abertura dos mercados internacionais, a economia da empresa reestrutura-se[12].

A expansão para o mercado angolano ocorre em 1964, com uma filial em Luanda. A década seguinte, sobretudo depois de 1974, foi de fortes movimentações devido a diversos fatores, tais como: a perda dos mercados coloniais, a abertura das fronteiras nacionais, a concorrência de grandes economias, a finalização da eletrificação do país e o forte espírito reivindicativo da época, com os decorrentes aumentos salariais e contratos coletivos.

Com a independência de Angola, em 1975, a unidade de Luanda perde-se[13] e as fases de depressão do ciclo económico instalam-se. A recuperação vem a acontecer apenas no final dos anos 80, em que o modelo de gestão assumiu a cisão das atividades em empresas individuais e a transformação do espaço num parque empresarial: o Candal Park – Centro de Negócios e Empresas. Em 1987, dá origem à Ecoplás, Empresa de Plásticos Técnicos, SA (fabrico de PVC), à Electro-Cerâmica – Material Eléctrico, SA (fabrico de pequena aparelhagem elétrica) e à Cerisol Isoladores Cerâmicos, SA (fabrico de isoladores cerâmicos). Em 1989, a Ecoplás, SA é vendida ao grupo finlandês NESTE e a Electro-Cerâmica – Material Elétrico, SA passa a pertencer à GE Power Controls Portugal. A Cerisol é a única que ainda se encontra em atividade[14].

Com a constituição do parque empresarial, a Electro-Cerâmica – Material Eléctrico, SA e a Cerisol Isoladores Cerâmicos, SA, tornam-se, em 1989, os seus primeiros inquilinos, pagando pelo espaço ocupado. E é desta forma que «localizada em Vila Nova de Gaia, numa área encaixada entre a auto-estrada e uma malha urbana de carácter rural … a área edificada da Empresa Electrocerâmica do Candal vai-se desenvolvendo ao longo do tempo através de transformações de um terreno de "quinta" num terreno de "fábrica" até à situação actual de Parque Industrial»[15].

O Candal Park – Centro de Negócios e Empresas constitui-se como espaço de reconversão e permanência da memória industrial da cidade. Contando «com mais de 110 empresas residentes e uma oferta de 170 espaços para arrendar, comemorou, em março de 2016, 27 anos»[16]. A reconversão conduziu a sérias perdas para o património da antiga empresa, na medida em que alguns dos pavilhões foram reconstruídos e alterados, enquanto algumas estruturas desapareceram, dando lugar a edifícios modernos e totalmente diferentes. No entanto, é de salientar que a atual

[12] GUIMARÃES, 2009: 26.
[13] GUIMARÃES, 2009: 28-29.
[14] CANDAL PARK, 2005.
[15] OLIVEIRA, 1998: 233
[16] CANDAL PARK, 2016.

Administração mostrou, desde cedo, alguma vontade em preservar o passado da antiga empresa. Prova disso é a estrutura que serve de edifício administrativo, que exibe a sua traça original, bem como a toponímia das ruas entre os edifícios, que integra os nomes dos setores que ali funcionavam. Houve, também, a preocupação em guardar uma parte da coleção, tal como pequena aparelhagem elétrica, loiça comum, moedas em porcelana e documentação variada. Não obstante a perda, a Electro-Cerâmica não caiu no esquecimento nem na ruína, a que temos, muitas vezes, assistido em antigos espaços industriais desativados, a diferentes escalas territoriais.

UM CONTRIBUTO PARA A INCLUSÃO E PRESERVAÇÃO_PROPOSTA DE PROJETO.

Alguns modelos de referência

Procurando beneficiar com a experiência de outros projetos em contexto similar, desenvolveu-se uma pesquisa à escala nacional (Tabela 1) e internacional (Tabela 2), identificando-se alguns casos com interesse.

Tabela 1. Projetos nacionais de referência.

Período	Projeto	Localização
2002-2004	Museu da Chapelaria[a]	São João da Madeira
2009-…	Projeto Picar o Ponto, Fábrica Robinson[b]	Portalegre

Fontes: [a] (LIRA & MENEZES, 2004; LIRA, 2006; MUSEU DA CHAPELARIA, 2016); [b] (TAVARES & LEITE, 2014)

Tabela 2. Projetos internacionais de referência.

Período	Projeto	Localização
1996-1999	Tate Modern[a]	Londres
2010-2012	Fabra i Coats[b]	Barcelona

Fontes: [a] (TATE, s/d); [b] (GALLEGO, 2014)

O Museu da Chapelaria, em São João da Madeira, surge, em 2005, como o primeiro museu dedicado à indústria da chapelaria da Península Ibérica, com o objetivo essencial de homenagear os homens e mulheres que trabalharam na empresa que mais contribuiu para a história e desenvolvimento da região, pretendendo apresentar a dimensão social, humana e cultural dessa comunidade[17]. O museu possui

[17] MUSEU DA CHAPELARIA, 2016.

uma Associação dos Amigos, vínculo de ligação entre a comunidade científica e a sociedade em geral, e integra no seu discurso museológico ex-operários, que se constituem como importantes fontes orais e testemunhos vivos da antiga indústria[18].

Por se aproximar da realidade da Electro-Cerâmica, salientamos um facto que ficou bem presente na memória de alguns operários na fase do fecho da empresa e que é referido por Silva[19]. Ao recolher testemunhos de ex-operários, percebeu-se que a comunidade, onde famílias inteiras perderam empregos com o encerramento da indústria, não viu com bons olhos a abertura do museu, sentindo como se lhes estivessem a roubar a sua forma de vida e, nalguns casos, o sustento familiar. O museu teve mais dificuldade em chegar a este grupo de ex-operários, descontentes e desconfiados.

Um outro caso relevante é o da Fábrica Robinson, em Portalegre, onde foi levado a cabo o projeto *Picar o Ponto*. Privilegiando a ligação entre a cidade e o espaço fabril, tem o cuidado de respeitar a sua integridade e as preexistências, promovendo a reutilização do espaço da fábrica, como forma de valorização e evolução, potenciando a fruição de novos espaços. No que respeita à reconversão da antiga fábrica de cortiça, o museu assumiu uma intervenção museológica, promovendo estudos de caráter antropológico, histórico e etnográfico, através de linhas de investigação científica multidisciplinar[20].

No que respeita aos casos internacionais, destacamos a Tate Modern, em Londres, um museu de arte moderna e contemporânea, alojado, desde 2000, no edifício da Central Eléctrica de Bankside. Gerou eletricidade de 1891 a 1981. A adaptação do edifício às funções museológicas foi pautada pela simplicidade e respeito pela arquitetura original[21].

Por fim, em Barcelona, o caso da antiga Fabra i Coats, no bairro de Sant Andreu. Fazia parte de um complexo com atividade de fiação, produção de linhas e redes de pesca, no século XIX, e cujo edifício principal foi escolhido para receber a Fabra i Coats – Art Factory, funcionando como centro de arte contemporânea[22]. Graças ao Grupo de Amigos, fundado após o fecho da atividade fabril, em 2005, que junta diferentes gerações de famílias de trabalhadores, foi possível manter a documentação da empresa, bem como objetos do quotidiano, produção e maquinaria. Foram também recolhidos testemunhos orais de antigos trabalhadores, que continuam o seu trabalho, mas agora com carater museográfico[23].

---

[18] LIRA, 2006: 80.
[19] SILVA, 2015.
[20] TAVARES & LEITE, 2014: 2.
[21] TATE, s/d.
[22] AJUNTAMENT DE BARCELONA, s/d.
[23] GALLEGO, 2014.

EIXOS ESTRATÉGICOS E PROPÓSITOS

Procurando assumir uma perspetiva integrada e integradora, a nossa proposta de projeto adota quatro eixos estratégicos, esquematizados na Fig.1.

Fig. 1.
Principais eixos estratégicos.

A definição de tais eixos tem como base a moldura internacional normativa, e respetivos princípios orientadores, os resultados de outras experiências e orienta-se por um conjunto de propósitos teóricos, procurando promover o sentimento de pertença da comunidade e da identidade, o conhecimento, a sustentabilidade e os laços de colaboração. São eles:

1. Valorizar os patrimónios, em prol do benefício e desenvolvimento transversal;
2. Agregar interesses e recursos de diferente índole, que permitam constituir redes de transferência, circulação e enriquecimento de conhecimento;
3. Promover a sustentabilidade das redes constituídas, a partir da sua progressiva autonomia e crescimento espontâneo, inteligente e robusto;
4. Atender a sensibilidades e perspetivas em debate no campo teórico do conhecimento subjacente ao património industrial e técnico, para atualização e melhor adequação do projeto, em embrião, aos referenciais contemporâneos.

Cada eixo pretende ir ao encontro de necessidades de estudo, identificadas como essenciais. Quando nos referimos ao património edificado da Electro-Cerâmica, pretendemos salientar os espaços ainda existentes, mantendo-os vivos, tanto quanto possível, pela importância que tiveram. Dignos de destaque, o laboratório e o edifício principal, rosto da atual empresa.

No que diz respeito ao património móvel, existe uma variedade de material ainda por estudar e potenciar, como a documentação sobre os funcionários ou as condições em que a empresa teve autorização para cunhar moeda e a sua importância, a pequena aparelhagem e a loiça comum.

No campo social, pretendendo potenciar o papel das comunidades, o foco incide no setor que se desenvolveu dentro e em redor da Electro-Cerâmica, constituído pelos operários, diretores, médicos etc., que, ao longo um século, fizeram parte do dia-a-dia da empresa e cujos testemunhos se mostraram muito diversificados, nesta nossa primeira aproximação à comunidade. Comunidade que, para além de testemunhos e potencial de interação, possui também coleções de recolha pessoal que podem enriquecer a coleção da Electro-Cerâmica.

Mais do que uma atividade económica, a empresa criou uma máquina social e territorial que atraía população, que se multiplicava em funções e crescia para lá dos muros, criando espaços de lazer e serviços e contribuindo para o desenvolvimento local. Expandindo-se pelo território, criava relações comerciais pela cidade e pelo país, assim como recolhia e explorava as suas matérias-primas em territórios vizinhos.

OBJETIVOS, AÇÕES, MÉTODOS E RESULTADOS ESPERADOS

Ainda que em fase embrionária e sujeito a dinâmica de reflexão e desenvolvimento, o projeto considera os seguintes objetivos, ações a desenvolver e respetivos resultados esperados.

Objetivo 1 – Identificar, mapear e preservar

Ações (A.) | Métodos (M.). Resultados esperados (R.):

A.1 – Conhecer o contexto de criação e processos de evolução da Electro-Cerâmica. | M.1 – Pesquisa documental em diferentes suportes. Perspetivas: Cronologias e personalidades; pioneirismo e avanços tecnológicos.

A.2 – Circunscrever as áreas de influência na vizinhança e no território. | M.2 – Pesquisa documental em diferentes suportes; Recolha de testemunhos orais com recurso a questionários/entrevistas. Perspetivas: Espaços e edifícios; setores; organização; matérias-primas; expansão e territórios.

A.3 – Reconstruir conjuntos de relações e interdependências entre a empresa e interlocutores. | M.3 – Pesquisa documental em diferentes suportes; Recolha de testemunhos orais com recurso a questionários/entrevistas. Perspetivas: Proveniência geográfica dos trabalhadores; nível de formação; condições de trabalho; diferenças de género; saúde ocupacional; áreas de residência/relação com o território atual.

A.4 – Inventariar/documentar. | M.4 – Pesquisa documental em diferentes suportes; Visitas e inspeções técnicas; Recurso a ferramentas de gestão informáticas. Perspetivas: Existências; alterações; perdas.

R.1 – Estudos, inventários, cartografias e publicações.

R.2 – Estabelecimento de procedimentos para eliminação/mitigação de risco de dano/perdas.

R.3 – Identificação de potenciais parceiros para constituição de rede crescente de colaboração.

Objetivo 2 – Valorizar e divulgar

A.1 – Criar catálogos. | M.1 – Inventários previamente desenvolvidos.

A.2 – Reconstituir processos e meios de fabrico. | M.2 – Pesquisa documental em diferentes suportes; Recolha de testemunhos orais com recurso a questionários/entrevistas.

A.3 – Constituir e enriquecer coleção. | M.3 – Sensibilização de proprietários de coleções privadas.

R.1 – Criar estrutura polinucleada de exposição e respetivo centro de recursos.

R.2 – Documentários e publicações.

Objetivo 3 – Promover conhecimento e conferir sustentabilidade

A.1 – Criar e dinamizar comunidade. | M.1 – Agregar parceiros com valores e interesses comuns, promovendo encontros entre ex-funcionários e familiares e outros elementos da comunidade, fazendo uso de sentimentos de identidade e memória coletiva, de forma a partilhar intenções e agregar sinergias.

A.2 – Criar redes sociais, profissionais interativas e intersubjetivas. | M.2 – Promover contato e inter-relações com empresas da mesma atividade, museus de indústria e intervenientes em projetos de patrimonialização e valorização semelhantes.

R.1 – Criar Grupo de Amigos da Electro-Cerâmica do Candal.

R.2 – Criar dinâmicas educativas criativas e inovadoras, de caráter formal e não formal.

R.3 – Criar dinâmicas inclusivas de comunicação e interação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atendendo às principais ferramentas de gestão internacionais e aos conceitos subjacentes ao património industrial, à sua salvaguarda, valorização e divulgação, tentando rentabilizar criticamente projetos equivalentes e de relevo, partindo do estudo relativo à empresa Electro-Cerâmica do Candal, o nosso objetivo foi dar a conhecer a empresa e a sua importância como património industrial, tentando demonstrar como o local pode ser um polo dinamizador desta comunidade e como o seu estudo e a preservação da memória coletiva pode ser um importante

contributo para a preservação do espírito do lugar; deste em particular, e de todos aqueles que se encontram a cair em esquecimento, quer pelo seu estado de ruína quer pela alteração das suas funções.

REFERÊNCIAS

ADP (1914) — *Po 4º, 844*. Arquivo Distrital do Porto. Porto.

AJUNTAMENT DE BARCELONA (S/d) — *Fabra i Coats. Fàbrica de Creació de Barcelona*. Disponível em: <http://fabraicoats.bcn.cat/en/artfactory>. [Consulta a 01/08/2015].

ANTUÑA, Joaquín (2009) — *Léxico de la construcción* (J. Antuña Ed.). Madrid: Editorial CSIC – CSIC Press.

CANDAL PARK (2005) — *De indústria de porcelanas a parque empresarial*. Disponível em: <http://www.candalparque.pt/historia.php>. [Consulta a 01/08/2015].

—— (2016) — *Sobre o Candal Park*. Disponível em: <http://www.candalparque.pt/quemsomos.php>. [Consulta a 01/08/2016].

FINK, Donald G.; BEATY, H. Wayne; CARROLL, John M. (1981) — *Manual práctico electricidad ingenieros* (Vol. I). Barcelona: Editorial Reverté, S.A.

GALLEGO, Natalia Piernas (2014) — *La historia de empresa, el valor de una marca. Património Industrial*. Disponível em: <http://www.nataliapiernas.com/patrimonio-industrial/fabra-i-coats-recuperacion-patrimonio-industrial/>. [Consulta a 13/08/2015].

GUIMARÃES, Helena. (2009) — *Vila Nova de Gaia. Electro-Cerâmica 1919-2009* (1 ed.). Vila Nova de Gaia: Modo de Ler.

ICOMOS. (2008) — *Declaração de Quebec sobre a preservação do "Spiritu loci"*. Quebec: ICOMOS. Disponível em: <http://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf>. [Consulta a 24/03/2014].

LIRA, Sérgio (2006) — *Um caso de reutilização de património arquitectonico industrial. O museu da Indústria da Chapelaria de São João da Madeira*. Disponível em: <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/737/1/7582Pages%20from%20aObraNasce04-6.pdf>. [Consulta a 24/03/2014].

LIRA, Sérgio; MENEZES, Suzana (2004) — *Património Imaterial: Ainda vamos a tempo? Memórias e artefactos que falam de Chapelaria: património imaterial no museu da Indústria de Chapelaria*. — Conservar Para Quê? 8ª Mesa-redonda de Primavera. Porto. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10068.pdf>. [Consulta a 14/02/2015].

MATOS, Ana Cardoso; RIBEIRO, Isabel Maria; SANTOS, Maria Luísa (2003) — *Intervir no Património Industrial: Das Experiências realizadas às novas perspetivas de valorização*. In M. d. L. SAMPAIO, *ed. – Reconversão e Musealização de Espaços Industriais. Atas do Colóquio de Museologia Industrial* (1 ed., p.21-32). Porto: Museu da Indústria.

MIMEUR, R. (1955) — *Electromecánica de precisión*. Barcelona: Reverté.

MUSEU DA CHAPELARIA (2016) — *Sobre o Museu da Chapelaria*. Disponível em: <http://www.museudachapelaria.pt/pt/sobre-o-museu>. [Consulta a 13/08/2016].

OLIVEIRA, Joaquim Morais (1998) — *Empresa Electro-Cerâmica do Candal – Um caso de Reconversão Funcional.* In A Indústria Portuense em Prespetiva Histórica: Actas do colóquio. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5291.pdf>, [Consulta a 24/01/2015].

SARAIVA, José Nicolau Vilar (1985) — *Apontamentos sobre a vida da empresa Electro Cerâmica desde a sua fundação até à sua compra pela fábrica de porcelanas da Vista Alegre*. Vila Nova de Gaia.

SILVA, Mariana (2015) — *Das Máquinas às pessoas: O lugar do imaterial nos museus industriais*. — III Encontro Internacional Sobre Património Industrial e sua Museologia, Guimarães.

TATE (s/d) — *Archive Journeys: Tate History Tate Modern.* Disponível em: <http://www2.tate.org.uk/archivejourneys/historyhtml/bld_modern.htm>. [Consulta a 13/08/2016].

TAVARES, Célia Gonçalves; LEITE, Roberto (2014) — *O projeto Picar o Ponto: Memórias orais de operários da Fábrica Robinson.* «*MIDAS – Museus e Estudos Interdisciplinares*», 3, p. 1-18.

TICCIH (2003) — *The Nizhny Tagil Charter for the Industrial Heritage*. TICCIH. Disponível em: <http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>. [Consulta a 24/03/2015].

UNESCO. (2003) — *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*. Paris: UNESCO. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540e.pdf>. [Consulta a 24/03/2015].

——, *ed.* (2008) — *Historic Districts for All: A Social and Human Approach for Sustainable Revitalization.* Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001583/158331e.pdf>. [Consulta a 24/03/2015].

AGRADECIMENTOS

À Administração do Candal Park – Centro de Negócios e Empresas, em especial à Dra. Elizabete Ruge, à Dra. Luciana e ao Eng.º Rui Cavadas. Ao Sr. Eng.º Vasques de Carvalho e a todos os ex-funcionários. À Cátia, neta e afilhada de ex-funcionários, que agilizou os contatos.

ESCRITOS E IMAGENS: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS DO MUSEU DE ETNOGRAFIA E HISTÓRIA DO PORTO

CATARINA SOUSA COUTO SOARES*

Resumo: A Casa de São João Novo, mandada construir por Pedro da Costa Lima em 1725, vê a sua função original modificar-se em 1945 com a fundação do museu de etnografia e história do Porto, entretanto encerrado ao público desde 1992.
O presente artigo, desenvolvido no âmbito do estágio curricular do Mestrado em História da Arte Portuguesa da FLUP com a Direção Regional de Cultura do Norte, apresenta o primeiro estudo histórico integrado do antigo museu de etnografia e história do Douro-Litoral. A partir da consulta do fundo documental inédito do antigo museu e do seu cruzamento com publicações da época – como os periódicos *Douro Litoral, Revista de Etnografia* e *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto,* entre outras publicações – pretendemos sistematizar, refletir e questionar esta memória fragmentada do museu e, se possível, definir novos campos de abordagem e novas linhas de investigação.

Palavras-chave: Séc. XX-XXI; Palácio/Casa de São João Novo; Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral; Junta de Província do Douro-Litoral.

Abstract: The Casa de São João Novo, whose contruction was ordererd by Pedro da Costa Lima in 1725, saw its original purpose being altered in 1945 with the creation of the Museum of Ethnography and History of Porto, meanwhile closed to the public since 1992.
The present article, which results from the curricular internship with the Direcção Regional de Cultura do Norte that took place during the frequency of the Master of Portuguese History of Art at the Faculty of Arts of Porto, presents the first historical study integrated in the old Museum of Ethnography and History of the Douro-Litoral. Starting with the study of the unpublished documental reserve of the old museum and its crossover with publications of that period – such as the periodicals *Douro Litoral, Revista de Etnografia e Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, among others – we intend to systematize, reflect and question this fragmented memory of the museum and, if possible, to define new fields of approach and lines of research.

Keywords: 20th-21st Centuries; Palácio/ Casa de São João Novo; Museum of Ethnography and History of the Douro-Litoral; Junta de Província do Douro-Litoral.

* CITCEM. catarina.scs.2@gmail.com.

1. DA FORTUNA CRÍTICA E DA METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Sobre o Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral, não identificámos a existência de um estudo à história da instituição ou à sua coleção. Deste modo, o que se apresenta neste artigo, consiste no primeiro estudo histórico integrado ao antigo Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral. Os resultados e as reflexões que expomos são, portanto, os primeiros de muitos que, esperamos, ainda estarão por vir[1].

Deparámo-nos com um objeto de estudo que nos oferecia uma oportunidade peculiar. Um museu extinto, com uma coleção etnográfica desmembrada e cujas remanescências estão hoje localizadas em dois edifícios em ruína, oferecendo graves condições para a conservação destes testemunhos. Tendo por base apenas as fichas de inventário do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA)[2] e da Direção Geral do Património Cultural (DGPC)[3], e desconhecendo a existência de memórias descritivas, fontes documentais e iconográficas ou outras referências bibliográficas sobre o museu, este surgia portanto como um objeto de estudo completamente desconhecido. Deste modo, o leque de perguntas que se impunham no início da nossa investigação era extremamente vasto. O que compunha esta coleção etnográfica, como foi constituída e como se integrou na Casa de S. João Novo, foram as primeiras questões com que nos deparámos.

O tema dos museus etnográficos portugueses ainda se encontra na infância da sua arte, impondo-se questões, logo à partida, sobre os contextos políticos e culturais em que se fundaram aquelas instituições. O Museu de Etnografia e História da Província do Douro-Litoral foi fruto das reformas do código administrativo de 1936 e foi fundado pela Junta de Província do Douro-Litoral, logo após a extinção do Museu Municipal do Porto (1940) e após um longo e complexo processo de redefinição do museu da cidade. Entende-se, portanto, um contexto político e cultural muito específico, situação que, hoje podemos assumir, justificou e definiu a criação deste museu, as linhas de orientação científica da exposição, a mensagem que pretendia transmitir e a própria ação cultural e científica da instituição, como iremos analisar.

Concomitantemente, impunha-se saber o que era a Junta de Província do Douro-Litoral, quais os seus estatutos e atribuições e qual a sua relação com o museu. Estas perguntas aplicavam-se, do mesmo modo, à Junta Distrital do Porto. Quando é que o museu passa da administração da junta de província para a junta distrital?

---

[1] SOARES, 2016.
[2] SERENO, 1994.
[3] OLIVEIRA, s.d.

Quem constituía estes corpos administrativos? Estas mudanças de administração tinham algum impacto direto no Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral? Simultaneamente, quem compunha os quadros administrativos do museu?

Através das mesmas fichas de inventário do SIPA e da DGPC, verificámos que este museu conheceu duas titulações: Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral e Museu de Etnologia do Porto. Contudo, os inventários referidos não especificavam quando e porque ocorreu esta alteração de nome. Ao mesmo tempo, questionámos se esta mudança de título significava também uma alteração dos objetivos e da mensagem do museu.

Relativamente ao período do encerramento do museu ao público e, sendo uma parte do nosso trabalho a gestão de um edifício devoluto e a inventariação e estudo das remanescências de uma coleção, fomos confrontados com uma série de perguntas relativas à gestão desta instituição, a partir do momento em que encerrou ao público (1992) até ao início do presente projeto de estágio (2015): onde e em que termos foi depositada a coleção etnográfica? Houve a definição de uma metodologia para a gestão do museu e da sua coleção? E, simultaneamente, quem foram os responsáveis por esta gestão? Tratando-se de um estudo da história imediata, optamos por elaborar entrevistas aos agentes responsáveis por esta fase da vida do antigo Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral. Deste modo, procedemos, em primeiro lugar, ao levantamento das tutelas da instituição museológica e de nomes associados à sua gestão. Num segundo momento, já numa fase avançada da nossa investigação, estabelecemos contactos para a realização de entrevistas, resultando num conjunto de entrevistas à Doutora Maria Lobato Guimarães, responsável pela gestão da coleção etnográfica do antigo Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral entre 1998 e 1999 e a Doutora Maria João Vasconcelos, Diretora do Museu Nacional de Soares dos Reis.

Finalmente, imperava uma questão que justificou a existência deste estágio: que futuro para este museu e para esta coleção? Podemos hoje afirmar que o museu se encontra extinto?

Postas estas questões em cima da mesa, o primeiro passo nos trabalhos que se adivinhavam consistia na identificação de arquivos e núcleos documentais. Foi-nos apresentado pela Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN) o antigo arquivo e a biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral. Tratando-se de dois núcleos inéditos e por catalogar, era obrigatória a sua consulta. Contudo, devemos ressalvar que estes dois núcleos foram sofrendo vários vicissitudes – um incêndio em 1984 na ala do museu que compreendia a biblioteca e o arquivo, o desabamento da cobertura do Quartel de S. Brás – para onde o arquivo foi trasladado após o encerramento do museu, e a consequente exposição a chuvas e outras condições atmosféricas –, que resultaram na perda de documentação,

não nos sendo possível quantificar essa perda. Simultaneamente, era necessária a identificação do arquivo da antiga Junta de Província do Douro-Litoral e a consulta dos boletins *Douro-Litoral* e *Revista de Etnografia*, da responsabilidade da mesma junta de província. Destes boletins, aos quais tivemos acesso no início deste trabalho, foi possível reunir um conjunto de fontes iconográficas e de artigos que nos permitiram iniciar a identificação de salas do museu e de elementos da sua exposição. Relativamente ao arquivo da Junta de Província do Douro-Litoral, não foi possível registar, até ao momento, a existência de um fundo documental. Contudo, já numa fase de conclusão do nosso trabalho, identificámos a publicação das Atas da Junta de Província do Douro-Litoral no *Comércio do Porto*, circunstância que nos impossibilitou a sua consulta e confirmar a abrangência cronológica destas Atas.

Para o desenvolvimento da história museológica do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral (1945-1992), procedemos à pesquisa e levantamento de documentação em arquivos e à consulta de periódicos da época da inauguração do museu, reunindo-se notícias e elementos iconográficos. A justaposição dos dados recolhidos, e a sua confrontação com o *Roteiro do Museu* publicado em 1945, por Armando Mattos[4], e um artigo publicado n'*O Tripeiro* em 1969, por Horácio Marçal[5], permitiu-nos reconstituir parcialmente o que corresponderia à organização espacial interna do museu e da sua exposição, e perceber transformações que foram ocorrendo nos quase cinquenta anos de vida da instituição.

Relativamente à fase de desmantelamento e depósito da coleção etnográfica (1992-2016) foi-nos fornecido, pela DRCN, uma listagem do espólio etnográfico e outros equipamentos que permaneciam na Casa de S. João Novo (2002) e uma relação dos depósitos do espólio do Museu de Etnologia do Porto (2002). Tratando-se do estudo da história imediata de uma instituição, realizámos entrevistas a pessoas que estiveram diretamente relacionadas com o processo de desmantelamento e gestão da coleção etnográfica. O seu confronto com as ferramentas de inventariação do património cultural, como o MatrizNet e o MatrizPix, permitiram-nos localizar instituições depositárias da coleção etnográfica e os respetivos fundos e núcleos documentais.

Fruto da metodologia apresentada, é hoje possível reunir um conjunto de fragmentos deste período, que apesar de corresponder a uma cronologia próxima ao presente, constitui um período fantasma na história da instituição. Contudo, a dimensão dos novos núcleos documentais apontados, e pelo fato de terem sido identificados num momento de conclusão do projeto de estágio curricular, exigem

[4] MATTOS, 1945.

[5] MARÇAL, 1969: 361-367.

um estudo aturado e a estruturação de novos objetivos. A comparação destes núcleos com os dados recolhidos a partir do levantamento exaustivo das Atas da Junta de Província do Douro-Litoral, publicadas no *Comércio do Porto* como vimos anteriormente, justifica dar continuidade, numa segunda fase de trabalhos, a este projeto.

A partir da metodologia apresentada, a presente investigação, que resultou num relatório de estágio em História da Arte Portuguesa[6], pretende sistematizar, refletir e questionar uma memória, de natureza fragmentada, do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral e definir novos campos de abordagem e novas linhas de investigação.

2. DA MUSEOLOGIA: REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo à história de um museu, uma das questões a colocar respeita as práticas de curadoria da instituição. Segundo Madalena Cagigal e Silva[7], registam-se três práticas distintas de apresentação dos objetos nos museus etnográficos portugueses criados a partir de 1940:

1. reconstituição de ambientes rurais: como indicado no nome, consiste na reprodução de construções e interiores arquitetónicos ligados à vida rural, na íntegra ou através da assimilação de partes, que representam cada uma, uma região distinta;
2. salas de apresentação regional e laboral, introduzidas por legendas: lembre-se o Museu de Arte Popular de Lisboa, cujas salas apresentavam uma realidade geográfica diferente do país – a *Sala de Entre Douro e Minho*, "caixa de brinquedos de Portugal". Uma sala de temática laboral expunha peças e objetos relacionados a uma prática da vida rural, como a *Sala de Caça e Armadilhas* do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral.
3. apresentação classificada das peças: consiste numa prática ainda em uso na museografia contemporânea. Cada peça em exposição é acompanhada por uma legenda com os seus dados de identificação e classificação. Um conjunto menor de objetos, que funcionam como peças de apresentação de uma sala ou secção, podem vir acompanhados por uma memória descritiva ou outra componente textual.

No caso concreto do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral, através das mesmas fontes documentais e iconográficas já citadas e de remanescências

[6] SOARES, 2016: 90 e 156-157.
[7] SOARES, 2016.

ainda existentes na Casa de S. João Novo, registamos a utilização destas mesmas práticas. Recordem-se:

1. os núcleos da *Adega,* da *Cozinha Regional*, na reconstituição de ambientes rurais*;*
2. a *Sala dos Teares e o Engenho do Linho,* a *Sala do Linho,* a *Sala da Lavoura,* a *Sala da Pesca* e a *Sala das Rendas (e Bordados)*, são alguns exemplos de salas de apresentação regional e laboral;
3. todos os espaços da exposição detinham a apresentação classificada de peças.

A partir da leitura da exposição do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral é possível perceber que estes modelos de museografia são apresentados em simultâneo. A sala da *Adega*, como analisámos, é um exemplo desta situação: por um lado, corresponde a um espaço de apresentação do trabalho relacionado com a produção de vinho; por outro lado, a construção do lagar em tamanho natural permite categorizar este espaço como uma reconstituição de um ambiente rural. Encontramos a mesma ambiguidade na sala do *Engenho do Linho.*

Simultaneamente, impõe-se questionar a existência de uma lógica, ou orientação museológica constante. Lembre-se que o Museu de Etnografia e História da Província do Douro-Litoral tinha como objetivo traçar o perfil "antropo-geográfico da Província do Douro-Litoral" [8]. Neste sentido, a sua administração definiu um critério científico para a aquisição e apresentação da exposição, estruturado em quatro temas de abordagem, como se apresenta no *Roteiro do Museu* da autoria de Armando Mattos[9]:

1. elementos primários;
2. a luta do Homem com a Terra;
3. consequências da luta;
4. conclusões.

Contudo, a existência deste critério não definiu, na nossa análise, um percurso para o visitante. Através do quadro que apresentamos, percebemos que a mesma sala pode ser enquadrada em vários dos subcampos analisados. Neste sentido, analisemos a *Sala da Pesca*, onde se representam elementos do campo da "atividade humana" – o mar e o litoral –, da "exploração da terra" – a pesca – e das "comunicações" – os meios de transporte. Analogamente, também se verifica o inverso: um dos subcampos dos critérios científicos do Museu de Etnografia e História do

[8] MATTOS, 1945: 3.
[9] MATTOS, 1945: 3-6.

Douro-Litoral pode ser visto em diferentes salas e núcleos da exposição. Lembre-se os nossos comentários relativos à *Sala das Religiões:*

> *Apesar desta sala se intitular Sala das Religiões, o tema não é trabalhado apenas neste espaço. Como iremos ver, no último piso, piso quarto da Casa de S. João Novo, encontravam-se em exposição a Cascata de S. João e a Sala das Romarias, temas relacionados com a devoção religiosa. Simultaneamente, a Sala da Pesca comportava objetos religiosos*[10].

Portanto, um subtema poderia ser abordado em várias salas, assim como vários subtemas seriam encontrados na mesma sala de exposição. Deste modo, a exposição etnográfica detinha um percurso expositivo linear, permitindo que o visitante percorresse a exposição segundo um trajeto livre. Neste sentido, podemos apontar uma discrepância entre aquilo que é a conceptualização do museu com a sua realização física.

Contudo, o Grupo Organizador do Museu de Etnografia e História da Província do Douro-Litoral conseguiu concretizar os objetivos iniciais do projeto museológico e o Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral ilustrou bem os aspetos da atividade social do Douro-Litoral:

> *[…] nesta base, a nossa observação encontra a possibilidade da concatenação de elementos, que servem para alicerçar os diversos aspectos da actividade social de um certo povo que em determinada região se fixou algum dia e o registo documental do viver, cheio de tradições, dêsse mesmo aglomerado étnico.*
>
> *Temos assim uma visão muito ampla, que vai da etnografia à história*[11].

Sobre os quadros administrativos do antigo Museu de Etnografia e História da Província do Douro-Litoral, apontamos hoje três presidências:

Augusto César Pires de Lima, primeiro Diretor do museu desde 1945;

Fernando Castro Pires de Lima, sobrinho de Augusto César Pires de Lima, Diretor do museu entre os anos 50 e 60;

Arquiteto Fernando Lanhas, consultor gráfico do museu na época da sua fundação, assistiu ao período de encerramento da instituição.

Da ação cultural e científica desenvolvida pela administração do Museu de Etnografia e História da Província do Douro-Litoral, podemos hoje afirmar a organização e a participação em diversas exposições, congressos e colóquios, visitas de estudo, escavações arqueológicas e publicações, na sua maioria, de áreas especializadas. Citam-se o estudo sistemático da epigrafia medieval do distrito, realizado por Armando de Mattos, o ensaio para uma carta arqueológica da autoria de Fernando

---

[10] SOARES, 2016. Vd. subcapítulo **2.3.2.9. A Sala das Religiões**.

[11] MATTOS, 1945: 3.

Lanhas e de Domingos de Pinho Brandão. Citam-se os periódicos *Douro-Litoral* (1940-1959) e a *Revista de Etnografia* (1963-1972), que veio no seguimento da anterior. Nomeamos a exposição *Biblio-iconográfica no décimo sexto centenário da conversão de Santo Agostinho*, exposição organizada pela Faculdade de Teologia e integrada no Colóquio promovido pelo Instituto de Filosofia e História da Filosofia da Universidade do Porto e que contou com o apoio e participação do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral, por meio da cedência de dois óleos sobre painel dedicados à iconografia de Santo Agostinho e que já elencámos. Mencionamos também a instalação no Liceu Garcia de Orta do Porto de um Rabão de Carqueja, adquirido em 1970 pela Junta Distrital do Porto, "um dos últimos barcos daquele tipo ainda existentes"[12]. É de referir igualmente a publicação das Atas dos diversos eventos científicos organizados pela direção do museu, a título de exemplo o *Congresso Internacional de Etnografia*, realizado em 1963.

Apesar de não nos ser possível quantificar a totalidade destas realizações, percebemos hoje que o Museu de Etnografia e História da Província do Douro-Litoral desempenhou um papel relevante na atividade científica e cultural do distrito. Podemos hoje reconhecer que esta instituição desenvolveu um vasto leque de atividades de divulgação da etnografia e história do Douro-Litoral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes impressas

MUSEUS, Instituto Português dos – *Nota. Assunto: Reinstalação do Museu de Etnologia do Porto* [Doc. impresso], 1993. Acessível no Arquivo do Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, Portugal.

PORTO, Cartório Notarial – *Escritura de venda do Palácio de S. João Novo. Registo n.º 5725,* 2007. Acessível no Arquivo do Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, Portugal.

Presidência do Conselho de Ministros – *Decreto Lei nº 27:424*. In Diário da República.

Presidência do Conselho de Ministros – *Decreto Lei n.º 114/2012 de 25.05.2012*. In Diário da República. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, I Série, n.º102 (2012), p. 2768-2772.

Presidência do Conselho de Ministros – *Decreto Lei n.º 278/1991 de 09.08.1991*. In Diário da República. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, I Série-A, n.º182 (1991), p. 3999-4005.

Presidência do Conselho de Ministros – *Decreto Lei n.º 129/77 de 29.09.1977*. In Diário da República. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, I Série, n.º226 (1977), p. 2392.

Presidência do Conselho de Ministros – *Decreto Lei n.º 97/2007 de 29.03.2007*. In Diário da República. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, I Série, n.º63 (2007), p. 1928-1932.

[12] [S. A.] 1973: 20-21.

Publicações periódicas

Revistas:

«A Junta de Província do Douro Litoral em 1938». Porto: Enciclopédia Portuguesa 1937-1945.

«Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto». Porto: Câmara Municipal do Porto, Tipografia Leitão, 1987-1989.

«Douro Litoral: boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História». Porto: Junta de Província do Douro-Litoral, 1940-1959, 76 vols.

«Revista de Etnografia». Porto: Junta Distrital do Porto, 1963-1972.

Jornais:

«O Comércio do Porto». Porto: [s.n.], [1937 – 1945].

«O Tripeiro», Porto: Tipografia Empresa Guedes [1908-2016].

Artigos em publicações periódicas

[S.N.] – *Efemérides Portuenses*. «O Tripeiro», Porto: Tipografia Empresa Guedes, n.º 6, V série, ano VIII (outubro de 1952), p. 176.

[S.N.] – *Inaugura-se, hoje, solenemente, o Museu de Etnografia e História da Província do Douro-Litoral*. «O Comércio do Porto». Porto: [s.n.], 15 de Dezembro de 1945.

[S.N.] – *Comissão Provincial de Etnografia e História*. «A Junta de Província do Douro Litoral em 1938». Porto: Enciclopédia Portuguesa (1938), p. 122-127.

[S.N.] – *Província do Douro Litoral. Dos órgãos da administração pública*. «A Junta de Província do Douro Litoral em 1937». Porto: Enciclopédia Portuguesa (1937), p. 62-93.

[S.N.] – *Relatório da Junta de Província do Douro Litoral em 1937*. «A Junta de Província do Douro Litoral em 1937». Porto: Enciclopédia Portuguesa (1937), p. 3-5.

AZEVEDO, Padre Agostinho de – *Novo Museu Etnográfico*. «Douro Litoral: boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História». Porto: Junta de Província do Douro-Litoral, 1ª série, Fasc. 6 (1943), p. 73.

GALHANO, Fernando – *A cozinha rural do Minho e do Douro Litoral*. «Revista de Etnografia». Porto: Junta Distrital do Porto, Vol. 1, Tomo 2 (outubro de 1963), p. 259-284.

LIMA, Augusto César Pires de – *O museu de etnografia e história da Província do Douro-Litoral*. «Douro Litoral: boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História». Porto: Junta de Província do Douro-Litoral, 2ª série, Fasc. 4 (1946), p. 3-8.

LIMA, M. C. Pires de (1969)– *Arthur Cupertino de Miranda visita o Museu de Etnografia e História*. «Revista de Etnografia». Porto: Junta Distrital do Porto, Vol. 13, Tomo 2 (outubro de 1969), p. 484-485.

—— (1967) – *José Camón Azna visita o Museu de Etnografia e História*. «Revista de Etnografia». Porto: Junta Distrital do Porto, Vol. 8, Tomo 1 (janeiro de 1967), p. 237.

—— (1968) – *Jugos e sistemas de atrelagem dos bois*. «Revista de Etnografia». Porto: Junta Distrital do Porto, Vol. 10, Tomo 1 (janeiro de 1968), p. 210.

LOPEZ ANGLADA, Luis – *Una casa para toda la vida el Museo de Etnografia e Historia de la Junta Distrital de Oporto*. «Revista de Etnografia». Porto: Junta Distrital do Porto, Vol. 14, Tomo 1 (janeiro de 1970), p. 227-232.

MARÇAL, Horácio – *Museu de Etnografia e História da Província do Douro-Litoral*. In FREITAS, Eugénio Andréa da Cunha e (dir.) – «O Tripeiro». Porto: Tip. Modesta, VI série, ano IX, n.º 12 (Dez. 1969), p. 362.

BIBLIOGRAFIA

[S. A.] (1973) – *Junta Distrital do Porto. Representação na VI Exposição Agrícola do Norte.* Porto: Oficinas Gráficos Reunidos, p. 20-21.

BOTELHO, Maria Leonor (2014) – *Memória e Identidade nacionais. O Portugal dos pequenitos e a recriação* de *um "Portugal monumental"*. In *De Viollet-le-Duc à Carta de Veneza. Teoria e prática do restauro no espaço Ibero Americano*. Lisboa: LNEC, p. 63-70. ISBN 978-972-49-2271-3.

CARVALHO, Joaquim Manuel Fernandes de (2004) – *A indústria do mobiliário escolar em Paços de Ferreira. O caso da fábrica Albino de Matos, Pereiras & Barros, Lda.* Porto: Dissertação de Mestrado em História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2 Vol.

COSTA, Paulo Ferreira da; COSTA, Marta Sanches da (2010) – *Normas gerais – Ciência e Técnica.* Lisboa: Departamento de Património Imaterial Instituto dos Museus e da Conservação, I.P., ISBN: 978-972-776-425-9.

DAMASCENO, Joana (2010) – *Museus para o Povo Português.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, ISBN 978-989-8074-94-2.

MATTOS, Armando de (1942) – *A Arte dos jugos e cangas do Douro-Litoral.* Porto: Comissão de Etnografia e História da Junta de Província do Douro-Litoral, Série A, II.

—— (1945) – *Roteiro do museu de etnografia e história da província do Douro-Litoral*. Porto: Comissão de Etnografia e História da Junta de província do Douro-Litoral.

MEDINA, João (1998) – *Deus, Pátria e Família: ideologias e mentalidade do salazarismo*. In MEDINA, João (dir.) – *HISTÓRIA de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Vol. 12. Amadora: Ediclube.

OLIVEIRA, Catarina (s.d.) – *Palácio de São João Novo (Museu de Etnografia e História)*. [online]. Lisboa: DGPC, IPPAR. [Consult. em: 29 Jul. 2015]. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74816.

SERENO, Isabel (1994) – *Palácio de São João Novo / Museu de Etnografia e História / Museu de Etnologia do Porto.* [online]. Forte de Sacavém: IHRU, SIPA [GUIMARÃES, Maria] atual. 2001. [Consult. em: 29 Jul. 2015]. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1082.

SOARES, Catarina (2016) – *A Casa de S. João Novo e o Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral (1710-2016): estudo histórico-integrado, problemas e reflexões para a sua salvaguarda* [online]. Porto: Universidade do Porto. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/86239.

SOBRAL, José J. (2008) – *As divisões administrativas de Portugal ao longo dos tempos*. [online] 11 de Agosto de 2008. [Consult. em: 20 Mai. 2016]. Disponível em: http://audaces.blogs.sapo.pt/2585.html.

O MUSEU VAI À ESCOLA COM A ARQUEOLOGIA: PERCEÇÕES DE ALUNOS E PROFESSORES

LILIANA AGUIAR*
ALICE SEMEDO**

Resumo: "Ver, Tocar e Sentir a Maia" é um projeto de mediação patrimonial desenvolvido pelo Serviço Educativo do Museu de História e Etnologia da Terra da Maia que se submeteu a avaliação. O estudo de que aqui se dá conta incidiu na atividade "O Museu vai à escola com a Arqueologia". Pretendeu-se aferir o valor, o mérito e a utilidade do mesmo para a comunidade escolar, indagando perceções e aprendizagens. O plano de investigação teve de base o modelo inglês de aprendizagens em Museus, *Inspiring Learning for all,* desenvolvido pelo *Museums, Libraries and Archives*. A investigação efetuada permitiu conhecer as perceções, as motivações e os contributos do projeto para os processos de ensino e aprendizagem da comunidade escolar.

Palavras-chave: Museologia; Educação patrimonial; Avaliação museológica; *Kits* de objetos manuseáveis.

Abstract: "Ver, Tocar e Sentir a Maia" is an heritage mediation project developed by the Educational Services at the Museu de História e Etnologia da Terra da Maia. The study carried out focused particularly on the activity "The Museum goes to school with archeology". It aimed at identifying its value, merit and usefulness to the school community, exploring perceptions and associated learning. The research plan was based on the English model for learning in museums, "Inspiring Learning for All", by the Museums, Libraries and Archives. This study allowed us to recognize perceptions, motivations and project contributions to the teaching and learning at local schools.

Keywords: Museology; Heritage and museum education; Museum evaluation; Object-handling kits.

* Museu de História e Etnologia da Terra da Maia/ Câmara Municipal da Maia. liliana.aguiar.museu@gmail.com; liliana.aguiar@cm-maia.pt.
** FLUP/ DCTP/ CITCEM. asemedo@letras.up.pt.

INTRODUÇÃO

A participação no desenvolvimento da sociedade é aqui compreendida enquanto fim último do museu e a sua dimensão educativa como fundamental para pensar esta participação.

Educar implica desenhar e implementar meios necessários para formar e apoiar o desenvolvimento de capacidades, holisticamente falando, tendo como componentes o saber, o saber-fazer, o ser e o saber-ser, conjeturando a transformação. Implica ainda, propiciar o crescimento dos indivíduos mediante a utilização de estratégias pedagógicas de desenvolvimento e de aprendizagem pela interação e integração sensorial, por exemplo, de um objeto, permitindo a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências ou atitudes que lhe possibilitem efetuar interpretações e correlações, ou seja, uma aprendizagem efetiva. Em museus, este processo acontece em múltiplos espaços de mediação, nomeadamente nos espaços interpretativos proporcionados pela utilização de recursos e estratégias de mediação, tais como os *kits* de objetos manuseáveis e as sessões de exploração de objetos. Espaços que promovam, como aqui se argumenta, uma aprendizagem ativa e baseada na experiência.

O presente artigo baseia-se na dissertação de mestrado intitulada "Ver, Tocar e Sentir a Maia: Um Projeto de Mediação Patrimonial no Museu de História e Etnologia da Terra da Maia", desenvolvida no âmbito do Mestrado em Museologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Após a apresentação do estudo de caso refere-se a metodologia adotada, indicando a definição da problemática, os objetivos, o método e as técnicas utilizadas, e os resultados obtidos.

O PROJETO DE INVESTIGAÇÃO

O estudo de caso: o projeto "Ver, Tocar e Sentir a Maia"

"Ver, Tocar e Sentir a Maia" é um projeto de mediação patrimonial desenvolvido no Museu de História e Etnologia da Terra da Maia (MHETM) que surgiu da necessidade sentida pelo museu de estabelecer uma relação contínua com a comunidade escolar no âmbito da história; potenciar o recurso singular e mais poderoso dos museus, os objetos, e estabelecer a ligação entre os conteúdos curriculares, os recursos existentes na instituição e a história local. Tem como características *kits* de objetos manuseáveis e sessões de exploração sensorial.

O projeto encontra-se dividido em duas atividades interligadas "O Museu vai à escola com a Arqueologia" e a visita guiada à exposição permanente no Museu de História e Etnologia da Terra da Maia.

A atividade "O Museu vai à escola com a Arqueologia", consiste em sessões de história e arqueologia em contexto de sala de aula nas quais se exploram conceitos e factos históricos remetendo para o contexto local utilizando, para o efeito, objetos arqueológicos distribuídos pelos *kits* de objetos, de acordo com a época histórica e o tema a tratar dentro dos conteúdos curriculares.

Após a apresentação inicial, é estabelecido um diálogo com os alunos para questões essenciais no estudo da história, tais como a importância das fontes históricas para o conhecimento do passado, encorajando à sua enumeração e diferenciação; a importância da arqueologia como ciência que estuda o passado através das fontes materiais que descobre mediante a escavação, a importância do museu como espaço privilegiado para a sua conservação e divulgação bem como para a construção de conhecimento utilizando, para o efeito, estratégias educativas que têm como base os recursos mais importantes dos museus, os objetos.

Após este diálogo inicial é apresentado um PowerPoint sobre o tema escolhido, com uma diversidade de imagens que incidem sobre o modo de vida das comunidades/civilização em exploração. Referem-se as atividades económicas e estabelecem-se ligações aos utensílios produzidos. No decorrer deste processo, são introduzidos os objetos que são manuseados pelos alunos permitindo estabelecer, mediante orientação, a partir de uma observação visual e exploração sensorial, relações com o modo de produção e sua utilidade. Finaliza-se com um pequeno documentário sobre a caraterística mais relevante da época que reforça a importância da arqueologia para o conhecimento do passado recorrendo a métodos e técnicas como a arqueologia experimental.

Após a sessão na escola a turma efetua uma visita guiada à exposição permanente e à Torre Lidador. Nesta visita pretende-se dar a conhecer através das diferentes formas de património (arqueológico, arquitetónico e paisagístico) o povoamento da Terra da Maia no passado e no presente. No espaço do MHETM documenta-se, em contexto museológico e utilizando os objetos expostos, o tema explorado na escola, remetendo para o sítio arqueológico de proveniência e para a importância da arqueologia para a construção desse conhecimento. Na visita à Torre Lidador, para além da referência arquitetónica contemporânea, explora-se a paisagem, com uma visita panorâmica a 360° no 21º andar, documentando aspetos abordados na escola e na visita ao MHETM relacionados com distribuição de povoamento e sua relação com o passado.

A avaliação do projeto teve como intuito aferir o valor, o mérito e a utilidade do projeto para a comunidade escolar, desenvolvendo simultaneamente, conheci-

mentos e competências que contribuíssem para a adoção de melhores práticas no âmbito profissional.

Este estudo foi dividido em dois momentos. Um primeiro momento, no qual se refletiu sobre as questões da educação e avaliação em museus e um segundo momento relacionado com a exploração do estudo de caso.

O enquadramento teórico incidiu em questões diversas tais como a) teorias da educação; b) aprendizagem em museus; c) educação patrimonial; d) mediação patrimonial; e) recursos de mediação como os *kits* de objetos manuseáveis; f) estratégias de manuseamento e exploração de objetos e g) avaliação, recorrendo a autores e organismos de referência nas respetivas áreas temáticas[1].

A METODOLOGIA

Definição da Problemática de investigação

A necessidade de avaliar o projeto surgiu da triangulação de múltiplos fatores que definiram a problemática de investigação tais como:

a) a responsabilidade inerente à missão do museu que refere ideais como construção de conhecimento e mediação, e que estiveram no contexto de planeamento e implementação do projeto, assim como aos objetivos do Plano Estratégico da Câmara Municipal da Maia que advoga promoção do concelho, inclusão social, melhoria da qualidade de vida e gestão e dinamização do museu municipal;
b) a necessidade de se assumir uma postura de reflexão sobre o Serviço Educativo e o que pretendemos que seja. O conceito de Serviço Educativo é aflorado no normativo interno como um direito dos utilizadores, sem se esclarecer o que se entende por ele. Assim como refletir sobre o papel da ação educativa dos profissionais do Museu;
c) os objetivos do projeto foram traçados de forma muito generalista e apresentam um grande grau de subjetividade. Não foram traduzidos em comportamentos, nem se definiram no âmbito das aprendizagens. Não foram,

[1] HEIN, 1998; FALK & DIERKING, 1995; MLA, 2008; FONTAL MERILLAS, 2003; UCL, 1999; MEASURES & BLAND, 2014; CHATTERJEE & NOBEL, 2008: 215-223; DODD & JONES, 2014; TALBOY, 2005; MOLYNEAUX &STONE 2006: 148-156; PAINE & AMBROSE, 2006; SEMEDO, 2015; DAVALLON, 2007; ANDRADE, 2012: 17-19; PINTO, 2012; ZEKI, 2012; BELOVA, 2012: 116-133; BOLLA, 2012: 158-160; SCRIVEN, 2007: 1-16; HOOPER-GREENHILL, 2002: 101-119; SUAREZ *et al.*, 2013; VERNA & MALLICK, 2005.

igualmente, definidos meios de serem monitorizados, pois era o número de participantes que estava a ser utilizado com indicador de eficácia do projeto;

d) a avaliação efetuada resumia-se apenas ao nível da satisfação dos docentes em relação à sessão, utilizando um questionário transversal a todos os serviços da divisão, com critérios que não geram evidências quanto às implicações e impacto do projeto nos alunos aos níveis cognitivo, motivacional, afetivo, social e moral, nem permitiam uma avaliação útil, válida, legítima e precisa, necessária a projetos que estabelecem a ligação às escolas trabalhando os conteúdos curriculares;
e) o aumento significativo dos participantes no projeto quando se introduziram os *kits* pedagógicos que não deve ser entendido como sinónimo de eficácia, mas sim como um crescente interesse, mas que interessava investigar;
f) as caraterísticas do público escolar a que se destina o projeto, que na sua maioria não são naturais da Maia, mas escolheram o concelho para viver. É um público que procura identificação com o espaço geográfico onde se move e exerce influências, ou seja, procura enraizamento e a oportunidade de dar continuidade à construção da sua identidade.

Definida a problemática, definiram-se os objetivos, o método e as técnicas de investigação.

OS OBJETIVOS

Com este estudo, pretendia-se conhecer as perceções em relação à participação no projeto; compreender o crescente interesse pelo projeto identificando as motivações de adesão, os contributos ao nível das aprendizagens identificadas pelo *Museum, Libraries and Archives Council (MLA)*[2] como resultantes do trabalho com museus e designadas de Resultados Genéricos de Aprendizagem[3], e potenciar uma forma de estar mais reflexiva quanto às práticas e políticas museológicas em vigor e mais atuante e colaborativa de futuro.

[2] MLA, 2008.
[3] Tradução livre de *Generic Learning Outcomes (GLO's).*

O MÉTODO

Assumindo as limitações relacionadas com a utilização dos resultados genéricos de aprendizagens, ao nível da validade e do rigor, por questões que se prendem com ligações de afetividade com o projeto e de proximidade com os participantes, enveredou-se por uma abordagem naturalista onde se insere o estudo de caso, tipologia adotada neste projeto de investigação. Pretendia-se recolher evidências que refletissem experiências, sensações e vivências relacionadas com a participação no projeto, recorrendo a métodos qualitativos com a colaboração direta dos avaliados. É uma abordagem que atende aos contextos em que se desenrola a atividade e procura interpretar e compreender a forma como esses contextos contribuem para processos como a aprendizagem vista, nesta abordagem, como um processo ativo.

Independentemente dos pontos menos fortes que alguns autores apontam a este método de investigação, considerou-se ser o adequado para obter informação pertinente que permitisse, mediante uma recolha, análise e descrição intensiva dos dados, revelar evidências que justificassem o crescente interesse pelo projeto e as aprendizagens efetuadas, otimizando-o.

AS TÉCNICAS

A recolha de dados foi efetuada utilizando técnicas próprias do método de investigação e da tipologia selecionados: a dinâmica de grupo focal aplicada a 32 alunos, 16 do 1º ciclo e 16 do 2º ciclo, e a entrevista aplicada aos 04 docentes. A dinâmica de grupo focal, apresentada por vários autores e organismo internacionais[4] como uma técnica de sucesso na investigação de caráter qualitativo, providencia oportunidades para explorar de forma profunda ideias, pensamentos e perceções sobre experiências de aprendizagem e pode ser estruturada em redor dos Resultados Genéricos de Aprendizagens se o objetivo é recolher evidências de aprendizagem[5]. Apesar dos pontos débeis que alguns autores apresentam, nomeadamente questões de representatividade, é uma técnica que tem como objetivo gerar ideias e conhecimento. A entrevista permite interação entre o entrevistador, o entrevistado e o objeto da entrevista[6] e obter dados qualitativos sobre as motivações, os contributos e os resultados.

---

[4] HOOPER-GREENHILL, 2002:101-119; MLA, 2008.

[5] MLA, 2008.

[6] VERNA & MALLICK, 2005: 123.

OS RESULTADOS: PERCEÇÕES, MOTIVAÇÕES E CONTRIBUTOS

Do tratamento e análise dos dados recolhidos constatou-se que tanto os alunos como os docentes têm uma perceção muito positiva em relação à participação no projeto. Essa perceção prende-se com as caraterísticas e os contributos do projeto para os processos de ensino aprendizagem e que funcionaram como fatores motivadores na adesão ao projeto.

Interessante, espetacular, fantástica foi a adjetivação utilizada pelos estudantes. Inerente a esta adjetivação encontra-se o fascínio que funciona como fator catalisador de entusiasmo e curiosidade, elementos fundamentais à aprendizagem. Aprender mais e melhor, de uma forma diferente, coisas novas, foram aspetos frequentemente referidos. Por sua vez, os docentes consideraram a participação no projeto enriquecedora e gratificante.

Os objetos e seu manuseamento apresentam-se como recurso e estratégia de sucesso. Permitiram uma aprendizagem relacionada com conhecimentos e compreensão dos assuntos tratados e os objetos explorados, foram veículo de emoções geradas pelo envolvimento físico propiciado pelo manuseamento, algo que a bidimensionalidade dos manuais escolares não consegue transmitir. A ligação entre o objeto, as emoções e o indivíduo pode ser compreendida como fator fundamental na aprendizagem, pois permite estabelecer ligações ao passado compreendendo-o.

Para além dos recursos e das estratégias utilizadas, os docentes destacaram também como fatores motivadores na adesão ao projeto o enquadramento curricular do projeto, assim como a presença de um mediador que não o docente, o dinamismo e a paixão que o mediador imprimiu às sessões e que consideraram determinantes nos processos de aprendizagem. Este contexto permite uma associação positiva entre a particularidade da sessão, o manuseamento dos objetos, o mediador e a experiência memorável que motiva os alunos a querer aprender mais e a desenvolver as suas competências.

MÚLTIPLAS APRENDIZAGENS COM ALCANCES TEMPORAIS DISTINTOS

Os docentes consideraram que as aprendizagens promovidas pelo projeto em diferentes domínios são fulcrais e funcionam como fatores de motivação na hora de efetuar a inscrição no projeto "Ver, Tocar e Sentir a Maia". Neste contexto, registaram-se evidências que foram categorizadas de acordo com os cinco domínios identificados pelo modelo *Inspiring Learning for all* do MLA como resultados

gerais de aprendizagem, e associadas a três níveis de alcance temporal diferentes: imediatas, de transição e perspetivadas.

As aprendizagens imediatas referem-se aos conhecimentos adquiridos durante a sessão, relacionados com os objetos e conteúdos concretos explorados. No domínio do conhecimento e compreensão, foram registados conhecimentos sobre um assunto específico explorado de acordo com o *kit* escolhido, sobre os objetos e sobre a história local. Nas competências, destacou-se o desenvolvimento da capacidade de observar e manusear os objetos refletindo sobre a sua importância para produzir conhecimento.

As aprendizagens de transição são aquelas que se apresentam como ações que refletem a existências de alterações e que poderão conduzir a aprendizagens a médio e longo prazo relacionadas com a postura adotada perante o património e as instituições museológicas. Deste âmbito fazem parte as evidências no domínio dos comportamentos e no domínio dos valores, atitudes e sensações. No domínio dos comportamentos destacaram-se o fazer mais de algo, como pesquisar para saberem mais e satisfazerem a curiosidade suscitada, envolver os outros, principalmente a família nuclear, partilhando, e partir à descoberta do património local incluindo a visita ao museu em família. São comportamentos que evidenciam aprendizagens efetuadas. No domínio dos valores, atitudes e sentimentos, destacou-se a perceção com que ficaram sobre o museu como uma instituição local de valor. Alguns alunos visitaram o museu pela primeira vez após a sessão da ida do museu à escola com a arqueologia.

As aprendizagens perspetivadas manifestaram-se sob forma de declarações de intenção futura, provenientes da satisfação resultante de experiências positivas e inspiradoras. Incluem-se nos domínios dos comportamentos; dos valores, atitudes e sentimentos e da criatividade, inspiração e satisfação. As evidências recolhidas destacaram a inspiração e a alteração de comportamentos relacionados com os museus, perspetivando-se a visita. Na análise foi significativa a diferença entre as evidências por nível escolar. Os alunos do 4º ano referiram evidências que se enquadram maioritariamente no domínio da criatividade, inspiração e sensações, enquanto os do 5º ano referiram evidências de carácter mais comportamental e de valores, atitudes e sentimentos. Diferença que reflete a relação entre as vivências e as caraterísticas do estádio de desenvolvimento em que se encontram. Ativadas as emoções, pelo carácter experiencial e inovador das atividades de manuseamento, aqueles sentem-se com responsabilidade acrescida para com o património levando-os a declararem as suas intenções. Os alunos do 5º ano, com um quadro concetual mais elaborado proveniente do programa curricular, estabelecem parâmetros de forma a adquirirem novos conhecimentos ou a consolidar os conhecimentos obtidos, através da visita ao museu, ainda que sob a forma de declaração de intenção, demonstrando uma clara atitude de mudança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação efetuada demonstrou que o projeto de mediação patrimonial é um projeto de valor para a comunidade escolar e que poderá contribuir para mudanças significativas na postura de gerações na relação com o património, com os museus e com a sociedade.

Atendendo às suas caraterísticas e às aprendizagens que promove, com especial incidência nas de transição e perspetivadas, que se prendem essencialmente com comportamentos, atitudes, valores e satisfação, este projeto assume outra dimensão: a construção da memória e da identidade, individual e de lugar de pertença.

Memória entendida como o significado que os bens culturais, móveis e imóveis, encerram em si e identidade como uma realidade em construção. Neste contexto, os *kits* de objetos manuseáveis representam, eles próprios, elementos mediadores, de memórias, que se encontram materializadas nos objetos que transportam, de tempos distintos, o passado e o presente e de lugares, também eles de memórias, o museu e o espaço geográfico que representa.

Este projeto permite, assim, aproximar todos os seus participantes não só ao museu, mas também ao espaço geográfico em que se inserem, permitindo vivenciá-lo e assumirem-se como parte dele, bem como das suas memórias. Esta vivência atua como plataforma para a construção da identidade, pessoal e do espaço que assumiu como parte integrante de si. Memória e identidade interligam-se e são, deste modo, realidades que se constroem na triangulação de contextos diversos, pessoais, históricos e sociais. A memória que cada sujeito de aprendizagem constrói nas suas experiências, estabelece uma relação com a memória materializada nos objetos mediadores e com tudo o que representam, permitindo reconstruir sobre essa relação novos significados, novas memórias que contribuem para a identidade dos sujeitos e do espaço no qual se inserem, interferindo nele com uma nova postura, uma postura de pertença que fará a diferença no momento de transmissão de valores relacionados com o património e com os museus.

BIBLIOGRAFIA

AMBROSE, Timothy; PAINE, Crispin (2006) – *Museum Basics*. New York: Routledge.

ANDRADE, Carlos Drumond de (2012) – *Os Museus não valem como depósitos de experiências de cultura ou experiências acumuladas, mas como instrumentos geradores de novas experiências*. In Fonte, Adriana; Gama, Rita, *org.* – *Mediação em Museus: Arte e Tecnologia. Reflexões e Experiências*. Rio de Janeiro: Oi Futuro, pp. 17-19.

ASHBY, Jack (1999) – *Lessons in Learning. Primary schools, Universities and Museum*. Disponível em <https://www.ucl.ac.uk/museum/learning-resources/highereducation/lessons-in-learning.pdf. [Consulta realizada em 22/08/2015].

BELOVA, Olga (2012) – *The event of seeing: a phenomenological perspective on visual sense-manking*. In Dudley Sandra H., BARNES, Amy Jane; BINNIE, Jennifer, *ed. – Museum Objects Experiencing the Property of things*. Routledge, p. 116 – 133.

BIAZZETTO, Giovanni (2013) – *Educação patrimonial, património e memória: conceitos construtores de cidadania e identidade*. «Revista Latino-Americana de História», Vol. 2, n.º 6, p. 532- 552. Disponível em http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/2014/168>. [Consulta realizada em 30/01/2016].

BOLLA, Peter de (2012) – *The state of wonder*. In Dudley Sandra H., BARNES, Amy Jane; BINNIE, Jennifer, *ed. – Museum Objects Experiencing the Property of things*. Routledge, p. 158-160.

BÜNINGHAUS-KNUBEL, Cornelia (2004) – *A Educação do Museu no Contexto das Funções Museológicas*. In ICOM – Conselho Internacional dos Museus – *Como Gerir um Museu: Manual Prático*, p. 129-144.

CAMACHO, Carla Frayão (2007) – *Serviços Educativos na Rede Portuguesa de Museus: panorâmica e perspectivas*. In BARRIGA, Sara; SILVA, Susana Gomes de *coord*. – *Serviços Educativos em Cultura*. Setepés: Coleção Públicos, n.º 2, p.26-41.

CHATTERJEE, Helen J; NOBLE, G. (2008) – *Enrichment Programmes in Hospitals: Using Museum Loan Boxes in University College London Hospital*. In Chatterjee, Helen, *ed. – Touch in Museums: Policy and Practice in Object Handling*. Oxford: Berg, p. 215-223.

DAVALLON, Jean (2007) – *A mediação: a comunicação em progresso?*. Universidade de Avignon e da Região de Vancluse: Laboratório Cultura e Comunicação. Disponível em http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/arcticle/view/645/pdf. [Consulta realizada em 22/08/2015].

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (2013) – *Conceitos-chave de museologia*. S. Paulo: Comité Brasileiro do Conselho Internacional de Museus. Disponível em http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf. [Consulta realizada em 15/12/2014]

DODD, Jocelyn; JONES, Ceri (2014) – *Mind, body, spirit: how museus impact health and wellbeing*. Leicester: Research Centre of Museums and Galleries. Disponível em URL:<www.2.le.ac.uk/departments/museumstudies/rcmg> [Consulta realizada em 30/08/2015].

FALK, John H; Dierking, Lynn (2000) – *Learning from Museums: Visitors Experience and the making of meaning*. USA: Rowman Little field.

FALK, John H.; DIERKING, Lynn; HOLLAND, Dana G. (1995) – *What do you think people learn in Museum?*. In Falk, John; Dierking, Lynn, *ed. – Public Institutions: establishing a research agenda*. American Association of Museums.

Focus Group Guide. MLA (2008) – *Inspiring Learning for all: an improvement framework on museums, libraries and archives.* Disponível na http://www.inspiringlearningforall.gov.uk/resources/research.html>. [Consulta realizada em 01/05/2015].

FONTAL MERILLAS, Olaia (2003) – *La Educación Patrimonial: Teoria y práctica en el aula, el museo e internet*. Ediciones Trea, S. L.

HEIN, Georges E. (1998) – *Learning in the Museum*. Oxon: Routledge.

HOOPER-GREENHILL, Eilean (2002) – *Avaliação*. In MINEIRO, Clara, CARVALHO, Anabela *coord.* – *Atas do Congresso Encontro Museus e Educação*, Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 101-119.

—— (2007) – *Museums and Education: Purpose, Pedagogy and Performance*. New York: Routledge.

Information Gathering Toolkit: Basic tools for Quantitative and Qualitative Data Collection (s/d). OMNI Institute. Disponível na http://www.omni.org/resources?goto=#datatoolkit. [Consulta realizada em 01/05/2015].

Introduction to object-based learning (1999). University College of London. Disponível em <https://www.ucl.uc.uk/museum/learningresources/object-based-learning>. [Consulta realizada em 22/08/2015].

JANES. Robert R. (2007) – *Museums, Social Responsability and the Future we Desire*. In Knell, Simon J.; MacLeod, Suzanne; Watson, Sheila, *ed.* – *Museums Revolutions: How museums change and are changed*. New York: Routledge, p. 134-146.

KENNEDY, Anra (2015) – *The power of objects*. Disponível em <www.wdu/openlearn/education/enhacing-pupil-learning-on-museum-visits/content-section-1>. [Consulta realizada em 22/08/2015]

LEI n.º 47/2004 – Lei-Quadro dos Museus Portugueses. Assembleia da República, 19 de Agosto de 2004. Disponível em http://www.icom-portugal.org/documentos_leg,129,164,lista.aspx. [Consulta realizada em 14/11/2014].

LEWIS, Geoffrey (2004) – *O papel Educativo dos Museus e o Código de Ética Profissional.* In ICOM – Conselho Internacional dos Museus – *Como Gerir um Museu: Manual Prático*, p. 1-12.

MEASUREs, Kate; BLAND, Anna (2014) – *Behind Closed Doors: a mini toolkit to unlock an amazing stores experience*. England: Heritage Insider, lda. Disponível em https://marchesnetwork.files.wordpress.com/2012/01/behind-closed-doors-toolkit.pdf. [Consulta realizada em 30/01/2015].

MORGAN, David (2012) – *The materiality of cultural construction*. In DUDLEY, Sandra H.; BARNES, Amy Jane; BINNIE, Jennifer, *ed.* – *Museum Objects Experiencing the Property of things*. New York & London: Routledge, p. 100-102.

PEARCE, Susan (2012) – *Museum Objects*. In DUDLEY, Sandra H.; BARNES, Amy Jane; BINNIE, Jennifer, *ed.* – *Museum Objects Experiencing the Property of things*. New York & London: Routledge, p. 23-25.

PINTO, Helena (2012) – *Educação histórica e Patrimonial: concepções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente*. Braga: Universidade do Minho. Tese de Doutoramento. Disponível em http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/19745. [Consulta realizada em 12/012/14].

PONTIN, Kate (2007) – *Understanding Museum Evaluation*. In LANG, Caroline; REEVE, John; WOOLAND, Ashland, *ed.* – *The Responsive Museums: Working with Audiences in the Twenty-first Century*. New York & London: Routledge, p.129-134.

RUBENSTEIN, Rosalyn (1989) – *The use of Focus Group in Audience Research*. Disponível em http://informalscience.org/research/ic-000-000-007-821>. [Consulta realizada em 01/05/2015].

SEMEDO, Alice L. (2014) – *Museum Mediators in Europe. Connecting Learning in a field of Experience*. Museum Worlds: Advances in Research, Vol. 2. Birghahn Books, doi:103167/armw.2014.020110. p. 170-176.

SUÁREZ, M. A.; GUTIERREZ, S.; CALAF, R.; SAN FABIAN, J. L. (2013) – *La Evaluación de la acción educativa museal: una herramienta para el análisis cualitativo*. Clio 39. Disponível em http://clio.rediris.es/n39/articulos/Calaf.pdf> [Consulta realizada em 28/02/2015].

SHUH, John Hennigar (1999) – *Teaching yourself with objects*. In HOOPER-GRENNHILL, Eilean, *ed.* – *The Educational Role of the Museums*. Leicester: Routledge. Disponível em http://www.google.pt/

url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CCUQFjAB&url=http%3A%2F%2Fisites.harvard.edu%2Ffs%2Fdocs%2Ficb.topic862568.files%2FSupplementary%2520Readings%2Fshuh.pdf&ei=FiyTVcyPFMjaUZ6tg-gC&usg=AFQjCNFNVg2M62kkRDN_FE0AxB_bnUzBpw&bvm=bv.96952980,d.bGg>. [Consulta realizada em 11/12/2014].

TALBOY, Graeme K. (2005) – *Museum Educator's Handbook*. 2ª Edição. New York: Ashgate Publishing.

VERNA, Gajandra K.; MALLICK, Kanka (2005) – *Researching Education: Perspectives and Techniques*. New York & London: Routledge.

ZEKI, Semir (2012) – *Art and the brain*. In DUDLEY, Sandra H.; BARNES, Amy Jane; BINNIE, Jennifer, *ed.* – *Museum Objects Experiencing the Property of things*. Routledge, p. 109-115.

PROCESSO DE NORMALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS: ESTUDO EM TRÊS MUSEUS DE SÃO PAULO

JULIANA RODRIGUES ALVES*
ALEXANDRE MATOS**

Resumo: O artigo é resultado do projeto de investigação desenvolvido no âmbito do doutoramento em Museologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que tem como tema geral Gestão de Coleções, mais especificamente Avaliação.
Neste texto são apresentados os resultados parciais de uma parte da primeira etapa desta investigação, que consistiu no trabalho de campo realizado em três museus localizados em São Paulo, Brasil, nomeadamente Museu da Casa Brasileira, Museu de Imigração e Pinacoteca do Estado de São Paulo. A metodologia desta etapa compreendeu entrevista, visita técnica e recolha documental a partir da qual serão e delineadas algumas contribuições para o tema investigado.

Palavras-chave: Gestão de Coleções; Procedimentos de Gestão de Coleções; Normalização em Museus; Avaliação em Museus.

Abstract: This article is the result of a research project developed under PhD studies in Museums Studies at the Faculty of Arts, University of Porto. Its general theme is Management of Collections, more specifically the Evaluation of this collections.
This essay presents part of the results from the first stage of this research, which consisted of fieldwork carried out in three museums located in Sao Paulo, Brazil, including the Museu da Casa Brasileira, Museu da Imigração and Pinacoteca do Estado de São Paulo. The methodology used during this step consisted of interviews, technical visits and collection of evidence (documents) from which outlines will be developed and add some contributions to the topic in focus.

Keywords: Collection management; Collection management procedures; Museum standardization; Museum evaluation.

* DCTP/ FLUP. julira@yahoo.com.
** DCTP/ FLUP. ammatos@letras.up.pt.

INTRODUÇÃO

O presente artigo decorre do projeto de investigação desenvolvido no âmbito do doutoramento em Museologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que tem como tema geral Gestão de Coleções. Serão apresentados os resultados parciais de uma parte da primeira etapa desta investigação, que consistiu no trabalho de campo realizado em três museus localizados em São Paulo, Brasil, nomeadamente Museu da Casa Brasileira, Museu de Imigração e Pinacoteca do Estado de São Paulo. A metodologia desta etapa compreendeu entrevista, visita técnica e recolha documental. Neste artigo será, também, apresentada uma breve discussão a partir de conceitos-chaves do recorte da investigação (nomeadamente Gestão de Coleções, Normalização e Procedimentos) e delineadas algumas contribuições para o tema investigado.

1. O PROJETO DE INVESTIGAÇÃO

O potencial dos museus, nos dias de hoje, cresce com a necessidade do homem em procurar a sua identidade e alteridade por meio do património: cada vez mais os museus abrem as suas portas para interagir e discutir. Em simultâneo, cresce a responsabilidade destes em desenvolver uma boa gestão das suas coleções, procurar novos meios de sustentabilidade para além do setor público e, por fim, revelar o modo como todas estas ações são avaliadas, no sentido de demonstrar essas melhorias. As equipas dos museus têm muita dificuldade em mostrar todas as fases que envolvem essas ações, não sendo fácil, de igual modo, para os seus gestores avaliar, passo a passo, as suas atividades, de uma maneira clara e mensurável, tanto para o público, como para as instituições capazes de auxiliar no financiamento de recursos[1].

Neste ponto reside uma parte da problemática gerada no projeto de investigação do doutoramento, que se concentrou em como melhorar a gestão dos serviços e coleções das instituições museológicas. Para tal, propôs-se investigar novas formas de avaliar, por meio da criação de indicadores de desempenho, de serviços e processos, na gestão das coleções. Os indicadores de desempenho têm como característica ser uma forma de medição que possibilita uma perspetiva mais qualitativa do que quantitativa. Porém, a investigação procura conceber um modelo de avaliação para museus que utilize estas duas perspectivas. Para se fazer

[1] AMERICAN ASSOCIATION OF MUSEUMS, 2008.

essa avaliação, serão utilizados como base os procedimentos constantes da norma SPECTRUM[2] para a criação de indicadores de desempenho, dado que esta norma faz o mapeamento das melhores práticas sobre os procedimentos a utilizar para a salvaguarda e difusão das coleções no quotidiano de uma instituição museológica.

Partindo da questão de que forma a utilização de indicadores de desempenho numa instituição museológica poderá promover a gestão de serviços e coleções com base na norma SPECTRUM, a pesquisa percorre um caminho metodológico que procura investigar os procedimentos no quotidiano das instituições museológicas e averiguar a existência de um eventual modelo de avaliação na gestão de coleções, quer em Portugal como no Brasil para, posteriormente, ser criado um modelo de avaliação.

Considerando estes pressupostos, este artigo situa-se no momento de investigação desenvolvido nos três museus públicos na cidade de São Paulo e no órgão de gestão dos mesmos, concretamente nos dados decorrentes de uma etapa metodológica que incluía a observação, no sentido de recolher as informações pretendidas.

O critério para seleção dos museus em São Paulo foi feito a partir da sua diversidade (reunirem diferentes tipos de coleções e terem tamanhos distintos de equipas e número de objetos), por estarem a passar por um processo de normalização e, principalmente, por aceitarem a colaborar nesta pesquisa. O primeiro contato foi feito por meio do órgão gestor público dos museus, a Unidade de Preservação do Patrimônio da Secretaria de Estado da Cultura que, para além de se disponibilizar a participar, encaminhou o pedido para os três museus do Estado de São Paulo, descritos na seguinte figura:

[2] SPECTRUM (*The UK Museum Collections Management Standard*) é uma norma gratuita britânica que promove as melhores práticas na gestão de coleções em museus promovida pela *Collections* Trust. Apesar de britânico, por meio de parcerias a *Collections Trust* tem uma política de internacionalização da norma possibilita versão em outras línguas e países como Bélgica, Finlândia, Alemanha, Holanda, Noruega, Suíça, Ucrânia, e também Brasil e Portugal. Essa norma apresenta o passo a passo de 21 procedimentos comuns a instituições museológicas. Sua primeira versão é de 1994, publicada pela *Museum Documentation Association*, e hoje encontra-se na 4.ª versão, de 2011. A versão 4.0 foi traduzida para português primeiramente na tese de Alexandre Matos (2012), e posteriormente foi feita uma versão revisada para português brasileiro com parceira da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, publicada em 2014. Em setembro de 2017, foi lançada a versão 5.0 da norma SPECTRUM, para o qual a investigação de doutoramento, referida neste artigo, se atualizará e utilizará no futuro como referência.

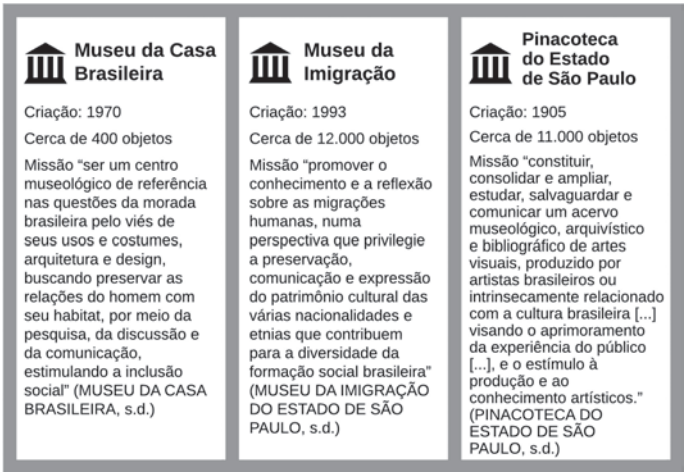


Fig. 1.
Quadro resumo do perfil dos museus observados.

Estes três museus, integraram, junto da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, um projeto de implantação de uma nova base de dados para gestão das coleções (in patrimonium.net desenvolvido pela empresa portuguesa Sistemas do Futuro, Lda.), que permitirá, no futuro, a gestão de alguns procedimentos[3]. Presentemente, o modelo de gestão nestes museus é misto, tanto público como privado, sendo que o Estado contrata, por um período determinado, uma Organização Social que tem um prazo pré-determinado para gerir o museu[4].

A investigação de doutoramento veio ao encontro à atual ação nestes três museus. Durante seis meses, de outubro de 2015 a abril de 2016, os museus tiveram diversas ações, como: revisão e construção de terminologia controlada em conjunto; revisão e migração de dados; e revisão de quatro procedimentos.

Para avaliação destes museus foram criadas metas e ações singulares e também em comum, que o departamento da Secretaria designado Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) tem a missão de gerir, avaliar e supervisionar. A figura 2 pontua algumas das principais ações para gestão de coleções realizadas pelos museus, apoiadas pela Secretaria por meio da UPPM e também do Sistema Estadual de Museus, desde a mudança para o atual modelo de gestão.

---

[3] O projeto da nova base de dados contemplará em futuro breve a implantação no Sistema de Gestão de Coleções a gestão pelo in patrimonium.net de quatro procedimentos: Aquisição, Empréstimo – saída, Gestão de Direitos e Documentação retrospetiva. Parte desse trabalho foi apresentado na Conferência no Comitê de Documentação do Conselho Internacional de Museus (CIDOC/ICOM), realizado em Milão, em 07-07-2016, por Alexandre Matos e Renata Motta (*Implementing Standards at Sao Paulo State Secretariat of Culture museums*).

[4] Este modelo de gestão começou a ser implantado gradualmente a partir de 2005 em São Paulo, em que o papel do Estado é prover parte dos recursos financeiros, supervisionar as atividades e avaliar a gestão das Organizações Sociais (OS).

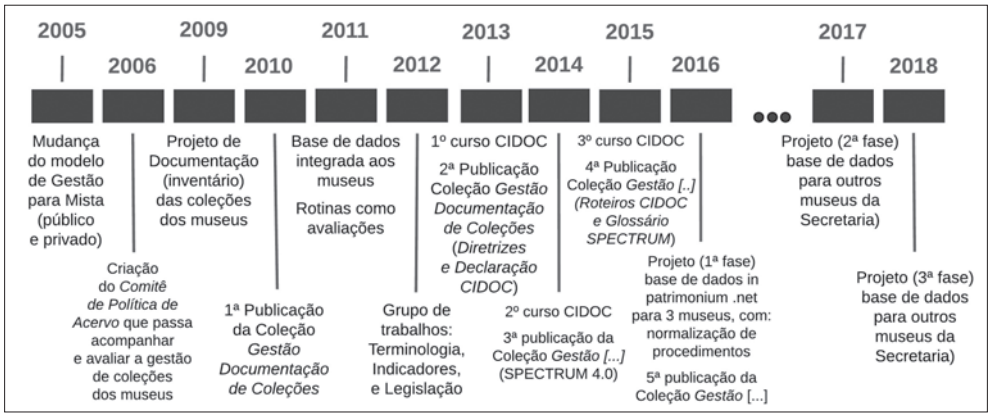


Fig. 2. Cronologia de atividades relacionadas à Gestão de Coleções da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e seus museus.

Entre as ações realizadas, destaca-se um primeiro projeto para uma documentação primária dos museus (2009), uma primeira base de dados integrada em comum para os 18 museus da Secretaria (2011), publicações de apoio em Língua Portuguesa na área da gestão e documentação de coleções e a criação de grupos

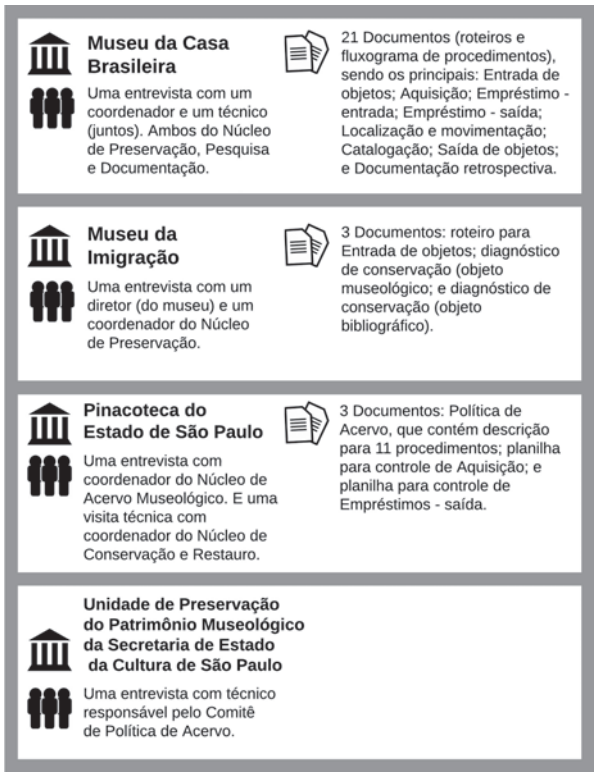


Fig. 3.
Material coletado em cada museu. Esse descritivo da observação informa quais instituições estão envolvidas, que método de recolha foi feito, qual o perfil dos entrevistados e que tipo de documento foi coletado.

de trabalho (2012). É nesse contexto que a investigação aproveitou o fato de os museus passarem por um processo de mudança de base de dados e no repensar de normalização em seus procedimentos em 2016.

Assim, foi realizado um trabalho de campo que compreendeu quatro entrevistas, uma visita técnica e coleta documental. Para esse trabalho foi criado um guião que agrupou a entrevista em três temáticas: Gestão de Coleções, Normalização de procedimentos e Avaliação.

Serão apontadas, de seguida, algumas das contribuições para a investigação de doutoramento feitas a partir da coleta de dados e da análise de conteúdo operacionalizada no programa de análise de dados MAXQDA 12.

2. UMA BREVE DISCUSSÃO E UM DIÁLOGO COM OS MUSEUS

Para investigar as atividades realizadas pelas equipas dos museus e da Secretaria, verificou-se a discussão sobre os conceitos que permeiam as suas ações. Esses conceitos foram principalmente explorados em publicações de associações internacionais de museus, como a *American Association of Museums*, o Comitê Internacional de Documentação do Conselho Internacional de Museus e a *Collections Trust*.

Como fazer uma boa gestão de Coleções é uma temática recorrente desde a década de 1990, principalmente no Reino Unido e Estados Unidos da América. Publicações com manuais de boas práticas de referência como a série *Leicester Readers in Museums Studies* da Universidade de Leicester[5], as edições *Museums Registration Methods*[6], discutem e trazem orientações de como uma instituição cultural pode ter definida a sua missão, ter procedimentos normalizados, ter um sistema de gestão de coleções e ter a preocupação constante de medir e reavaliar suas atividades. O Conselho Internacional de Museus publicou diversos manuais, declarações e *guidelines*[7] que abrangem como fazer a gestão de coleções, coletar informações básicas de inventário e catalogação, gestão da equipa e assuntos relacionados, que auxiliam nos procedimentos de preservação e difusão das coleções.

A discussão relativa à gestão chegou a Portugal e ao Brasil após a década de 1990, principalmente por meio de artigos e teses que buscam a partir de estudos específicos melhorias na gestão de instituições ou procedimentos específicos, ou

[5] AMBROSE & RUNYARD, 2005; FAHY, 2005; MOORE, 2005.
[6] AMERICAN ASSOCIATION OF MUSEUMS, 2010.
[7] ICOM, 2004; DESVALLÉES *et al.*, 2010; CIDOC, 2015.

outras investigações abordam áreas afins que precedem ou complementam a avaliação na gestão de coleções[8].

A definição apontada por Hillhouse que entende a gestão como: «Strategies, policies, processes and procedures related to collections development, information, access and care»[9] foi utilizada nesta investigação tanto nas entrevistas quanto para a recolha dos documentos. Perguntou-se aos museus como é a sua gestão de coleções, um breve histórico e como funciona atualmente. Um dos aspetos mais interessantes das respostas, que foi unânime, é que as publicações e cursos disponibilizados, principalmente em língua portuguesa foram apontados como fundamentais para expandir o conhecimento sobre gestão de coleções.

Hillhouse[10] entende que gestão de coleções envolve a definição de uma política de acervo, uma missão (coerente com a realidade do museu) e a existência de alguns procedimentos descritos e alinhados entre as equipas. Entre as dificuldades apontadas pelos entrevistados sobre a gestão de coleções, destaca-se a necessidade de recriar a missão existente para ser mais coerente com a visão atual da gestão do museu, pois ocorreram mudanças no Conselho e corpo diretivo que alteram o atual posicionamento do museu. Outra dificuldade é a perceção do que envolve a Gestão de Coleções. Foi apontado, por um dos museus, que a ênfase da gestão fica apenas no procedimento de Aquisição e outros procedimentos, como Documentação retrospetiva por exemplo, são uma preocupação muito maior das equipas do que do gestor do museu.

Outro conceito discutido nas entrevistas foi o uso de normas. No dicionário da Porto Editora, uma das definições de norma é «critério generalizado a que um processo ou produto deve obedecer ou ponto de referência a que deve corresponder, com definição de tipos, eliminação de variedades supérfluas e fixação de dimensões, no intuito geral de simplificar e acelerar toda a atividade»[11]. Para a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), normalização é a «atividade que estabelece, em relação a problemas existentes ou potenciais, prescrições destinadas à utilização comum e repetitiva com vistas à obtenção do grau ótimo de ordem em um dado contexto»[12]. Para esta investigação, a norma(lização) significa estabelecer critérios comuns a diferentes indivíduos/instituições para que solucionem/realizem problemas/atividades dentro de um objeto em comum[13]. No caso

---

[8] MATOS, 2012; DUARTE CÂNDIDO, 2013; CAMACHO, 2014.

[9] HILLHOUSE, 2009: 7. Tradução dos autores: «Estratégias, políticas, processos e procedimentos relacionados com o desenvolvimento de coleções, informação, acesso e salvaguarda».

[10] HILLHOUSE, 2009.

[11] DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA COM ACORDO ORTOGRÁFICO, s.d.

[12] ABNT, s.d.

[13] MATOS, 2014.

dos museus, a norma(lização) significa estabelecer critérios para que seja possível alcançar um objetivo comum, no qual existam parâmetros que permitam a avaliação das atividades do museu e, em consequência, criar mecanismos para melhorar os processos utilizados.

Nick Poole, ex-CEO da Collections Trust, afirmava: «The role of Standards is not to standardise, but to enable»[14]. O uso de normas e a importância da normalização está entre as orientações da Declaração de Princípios de Documentação em Museus[15], lançada em 1995, que se apresenta como um dos critérios básicos para que o museu tenha a salvaguarda adequada e possa demonstrar sua responsabilidade sobre o acervo, aumentado a viabilidade de pesquisa e interpretação de suas coleções.

Existem diferentes tipos de normas técnicas específicas, como as normas para procedimentos, terminologia e estrutura de dados. No caso da presente investigação, a norma para procedimentos SPECTRUM foi a escolhida como referência por se adequar ao recorte pretendido.

Nesse recorte, é importante definir com clareza o que se entende, no âmbito dos museus, por procedimento. As bibliografias referenciadas trazem uma descrição de procedimentos em museus como Inventário, Catalogação e outros. Para a entrevista, visita técnica e coleta de documentos, a definição que se adequa é «Specified way to carry out an activity or a process»[16]. Normalização de procedimentos, ou seja, o uso de normas para as atividades do quotidiano no museu foi outro tema observado nos museus em São Paulo.

Nas entrevistas, verificou-se que os entrevistados conheciam as normas para procedimentos e que eram utilizadas em ações como: apoio para elaboração de Política de Acervo, apoio para repensar os procedimentos e na criação de suas próprias diretrizes e fluxogramas. Não são todos os procedimentos que estão normalizados nos museus pesquisados, mas todos estão em diferentes fases do processo de normalização.

Um dos procedimentos mais mencionados pelos museus foi o da Documentação retrospetiva. Esse procedimento, nem sempre normalizado, envolve grande tempo da equipa para cruzar informações e perceber se já existe algo documentado sobre as coleções. A descontinuidade na documentação é comum a todos os museus, causada muitas vezes pela mudança de equipa e pela falta de manuais de procedimentos produzidos pela equipa cessante. A dificuldade em conseguir cru-

---

[14] POOLE, 2013.

[15] CIDOC, 2014.

[16] HILLHOUSE, 2009: 8. Tradução dos autores: «Maneira específica de realizar uma atividade ou um procedimento».

zar informações não normalizadas em suportes diferentes (papel, base de dados, fotografias) e, até mesmo, a dificuldade do trabalho a ser realizado por equipas de diferentes setores do mesmo museu, determinam o refazer do que já havia sido feito. Verificou-se, por isso, um consenso na preocupação em se criar uma documentação atual, normalizada e em comum com as equipas das instituições, além de se priorizar o que e como deve se documentar.

A normalização de procedimentos para gestão de coleções é um passo importante para se conhecer as ações no museu. Desta forma a criação de parâmetros sobre o registo das ações de documentação e gestão de coleções é um requisito importante para se fazer uma boa avaliação independentemente da volatilidade das equipas nos museus.

3. ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES

A melhor avaliação que há é aquela em que se vê que a coleção está bem preservada e que grande maioria dos objetos está em condições de ser exibida e explorada pelo público. Essa foi uma das respostas para a pergunta que foi feita sobre o que é uma boa avaliação. Mas como fazer e medir essa avaliação?

O conceito de avaliação é muito amplo e ultrapassa as fronteiras da Museologia. A avaliação para esta investigação a partir da observação, foi explorada no sentido de medição dos procedimentos museológicos na gestão de coleções, com o uso de indicadores de desempenho, como definiram Lord e Lord: «evaluation: qualitative and quantitative measurement of museum programmes in relation to their objectives»[17].

A avaliação é, atualmente, realizada nos museus entrevistados por meio de metas e rotinas. Ambos são sempre verificados por relatórios periódicos com dados quantitativos (como o número de objetos que teve seus dados sobre a procedência da coleção atualizada) e qualitativos (como a descrição do que foi feito do plano de conservação), sendo que todos os museus enviam os dados para a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo para uma avaliação e aprovação. Sobre esta metodologia foi apontado que a dificuldade é observar, a partir dos relatórios, como as melhorias acontecem, porém as equipas confirmaram que a gestão tem melhorado a cada ano. Há também a dificuldade de se medir a quantidade de trabalho e o número necessário de pessoas na equipa para realizar o serviço, sendo essa uma preocupação constante.

[17] LORD & LORD, 1997: 234. Tradução dos autores: «mensuração qualitativa e quantitativa dos procedimentos museológicos em relação aos seus objetivos».

Outra observação é que a gestão de coleções não é realizada por um único setor do museu e a comunicação entre os diferentes setores é essencial, pois a maior parte dos procedimentos descritos envolvem mais de um. É importante que exista uma normalização entre os setores de maneira dinâmica e integrada para uma avaliação acurada.

Um facto também mencionado é o acesso a um sistema para gestão de coleções que integre todas as informações, para além da ficha do objeto catalográfico. Os três museus estavam em processo de migração para um sistema que permitirá a gestão, porém, depararam-se com questões relacionadas com a necessidade da normalização dos procedimentos, da terminologia e da estrutura de dados, que exigirão um investimento significativo de tempo a concluir, mas que também serão passíveis de inclusão na avaliação pretendida.

A partir das entrevistas, foi possível perceber que há uma vontade das equipas em se qualificarem no que envolve o conhecimento sobre gestão de coleções: formações, publicações e discussões têm sido realizadas com as equipas, porém seria necessário manter esse espaço da discussão para criar um canal contínuo, como: um curso de educação contínua, um website e a continuidade de publicações, para que seja absorvido e aplicado o que já existe.

Foi perguntado aos entrevistados quais suas referências em bibliografia específica sobre avaliação da gestão de coleções. Alguns disseram que não tinham conhecimento e outros apontaram referências correlatas, como manuais de apoio da instituição e publicações que trabalham a avaliação da gestão de equipamentos culturais e impacto na sociedade[18]. Em comum, não foi encontrada nenhuma publicação específica para avaliação de gestão de coleções no Brasil ou em Portugal. Todavia há assuntos correlatos, como acreditação, qualidade da avaliação, gestão de coleções e procedimentos.

Com essas anotações, serão consideradas quais são as limitações e adaptações necessárias para o contexto português e brasileiro para a criação de indicadores de desempenho. Deseja-se que esta investigação, ainda em curso, seja um contributo para o tema da avaliação dos procedimentos de gestão de coleções, contribuindo para a melhoria das suas ações e do crescimento do seu público, mas, também, que se afigure como referência nos museus nos dois lados do Atlântico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na continuação da investigação a recolha será ampliada para Portugal, utilizando outras tipologias de acervo e, ao contrário do que sucedeu em São Paulo,

[18] INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2014.

analisando também museus de outra natureza administrativa, nomeadamente dos setores privado, público e universitário. Essa mudança foi feita a partir da reflexão dos dados já recolhidos e analisados, visando observar outras perspetivas de gestão. A criação de uma ferramenta de avaliação para auxiliar os museus a melhorar a gestão das suas coleções é um desafio e, em nossa opinião, é a forma indicada de reagir às controvérsias que surgem em momentos de crise permitindo às equipas dos museus um melhor desempenho apoiando-se em informações que um instrumento desta natureza pode proporcionar.

BIBLIOGRAFIA

ABNT – *Normalização* – [Em linha] [Consult. 25 ago. 2016] Disponível em WWW:<URL:http://www.abnt.org.br/normalizacao/o-que-e/o-que-e>.

AMBROSE, Timothy; RUNYARD, Sue (2005) – *Forward Planning: a handbook of business, corporate and development planning for museums and galleries*. 2. ed. London; New York : Routledge; Museums & Galleries Commission.

AMERICAN ASSOCIATION OF MUSEUMS (2008) – *National Standards & Best Practices for U.S. Museums*. Washington, DC : American Association of Museums.

—— (2010) – *Museum Registration Methods*. 5. ed. Washington, DC : American Association of Museums.

CAMACHO, Maria Clara De Frayão (2014) *Credenciação, sistemas e redes nacionais de museus: uma panorâmica europeia contemporânea* Évora: Universidade de Évora. Tese de doutoramento.

CIDOC (2014) – *Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes internacionais de informação sobre objetos: categorias de informação do CIDOC*. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014.

COLLECTIONS TRUST (2014) – *Spectrum 4.0*: *Padrão para gestão de coleções de museus do Reino Unido*. São Paulo : Secretaria de Estado de Cultura; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. – *Key concepts of museology* [Em linha]. [S.l.] : Armand Colin; ICOM, 2010 [Consult. 14 dez. 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Key+Concepts+of+Museology#0>.

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA COM ACORDO ORTOGRÁFICO (2003-2016) – *Norma* [em linha]. Porto: Porto Editora. [Consult. 2016-08-23 12:10:22]. Disponível em: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/norma).

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria (2013) – *Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento*. Porto Alegre: Medianiz.

FAHY, Anne (2005) – *Collections management* [Em linha]. 2. ed. London; New York : Routledge [Consult. 8 dez. 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=ZH0STiJHafgC&oi=fnd&pg=PR9&dq=Collections+.

Management&ots=ArJ378B0Br&sig=XwOp7FSI_7hMA6CUo0BrG4uTlMM>.

HILLHOUSE, Susanna (2009) – *Collections Management a practical guide*. London : Collections Trust.

ICOM (2004). *Running a museum: a practical handbook* – [Em linha]. Paris : ICOM; Unesco. [Consult. 13 jan. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001410/141067e.pdf>. ISBN 92-9012-157-2.

—— (2009) – *Código Deontológico do ICOM para museus*. Lisboa.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS – IBRAM (2014)- *MUSEUS E A DIMENSÃO ECONÔMICA: da cadeira produtiva à gestão sustentável* [Em linha]. Brasília : Ibram [Consult. 31 jan. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Museus_DimensaoEconomica_Ibram2014.pdf>.

LORD, Barry; LORD, Gail Dexter (1997) – *The Manual of Museum Management*. Waltnut Creek; Boston; Oxford : Altamira Press.

MATOS, Alexandre Manuel Ribeiro (2012) – *SPECTRUM: uma norma de gestão de coleções para os museus portugueses*. Porto: Universidade do Porto. Tese de doutoramento.

—— (2014) – *Workshop – Diretrizes internacionais para gestão e documentação de acervos* [Em linha]. São Paulo : Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo, [Consult. 23 mai. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://issuu.com/sisem-sp/docs/20140823_workshopsp_alexandre_matto_8f4a0d248db788>.

MOORE, Kevin (2005) – *Museum management* [Em linha]. 2. ed. London; New York : Routledge [Consult. 8 dez. 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=Chkt5shQ0_IC&oi=fnd&pg=PR7&dq=Museum+Management&ots=WXcKqas_dr&sig=-Yj4BTLWvfUNZTqdkKw-Qx-G4eo>.

MUSEU DA CASA BRASILEIRA – *Museu da Casa Brasileira* [Em linha] [Consult. 20 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.mcb.org.br/pt-BR/institucional/apresentacao>.

MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO – *Museu da Imigração* [Em linha] [Consult. 20 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://museudaimigracao.org.br/>.

PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO – *Pinacoteca do Estado de São Paulo* [Em linha] [Consult. 20 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.pinacoteca.org.br/pinacoteca-pt/>.

POOLE, Nick – *SPECTRUM & Museum Documentation Standards in Brazil* [Em linha]. São Paulo : [s.n.] [Consult. 18 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.slideshare.net/nickpoole>.

MUSEU MUNICIPAL DE PENAFIEL: MEIO SÉCULO EM DEFESA DE UM PROJECTO CULTURAL

MARIA JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS*
TERESA SOEIRO**

Resumo: Tendo o Museu Municipal de Penafiel uma existência mais recuada, foi no início dos anos sessenta do século XX que construiu a sua intervenção sistemática em defesa do património cultural. A leitura multifacetada desta tarefa engloba o apoio à gestão municipal e iniciativas próprias de investigação, registo, valorização e divulgação do património, bem como parcerias com a administração, universidades, museus, etc., nunca descurando as sinergias com a comunidade e o cuidado em cativar novos públicos, prioridade do serviço educativo.
Discutiremos: os diferentes modelos seguidos para estruturação do serviço dentro dos organigramas do município e sua eficácia; a capacidade de diálogo com terceiros e de captação de apoios; os programas desenvolvidos e a respectiva materialização em resultados.

Palavras-chave: Museu Municipal de Penafiel; Castro de Monte Mozinho; Projecto cultural integrado; Território e identidade.

Abstract: Penafiel's Municipal Museum built its active and systematic intervention defending cultural heritage in the early sixties of the past century. This multifaceted and wide reading task includes supporting municipal management and its own initiatives of research, registration, valuation and promotion of heritage, along with the establishment of partnerships with central administration, universities, museums, etc., without neglecting synergies with the local community and the care to captivate new audiences, a priority of the educational service.
We'll discuss: the different models of structuring within the municipality's organograms and its effectiveness; the capacity of dialogue with others and raising supports; the developed projects over these decades and its materialization in results.

Keywords: Penafiel's Municipal Museum; Castro de Monte Mozinho; Integrated cultural project; Territory and identity.

* Museu Municipal de Penafiel. mj.santos@cm-penafiel.pt.
** UPorto/FLUP – CITCEM. msoeiro@letras.up.pt.

> *... as comunidades, enquanto tais, necessitam de ancoradouros de memória, de sítios, de valores e de padrões, isto é, de um Património que seja o fundamento da sua consciência e lhes garanta a perspectivação do futuro*[1].

Vinte anos depois de Carlos Alberto Ferreira de Almeida escrever este texto programático, que são também duas décadas após a criação do DCTP na FLUP, do qual foi primeiro subscritor e a que de vária forma pertencemos, e outras tantas sobre a desafortunada partida, sem que o seu magistério se tenha esvaecido, quisemos trazer a este congresso uma reflexão sobre um dos projectos a que deu dimensão e originalidade, não só atendendo ao que pessoalmente fez como aos caminhos apontados – o Museu Municipal de Penafiel e o Castro de Monte Mozinho.

Como já tivemos ocasião de historiar[2], o actual museu tem uma origem bem mais recuada do que a indicada no título. A exemplo de outras instituições museológicas locais e regionais, leva-nos ao gosto pelo coleccionismo privado do último quartel do séc. XIX, aqui representado pelo *Museu do Estrela* (<1896). Mas, em Penafiel, a actuação consistente tendo em vista reunir colecções para um desejado Museu Municipal, em consonância com a reabertura da Biblioteca (1927), identifica-se com Abílio Miranda (1893-1962), que concebeu ambas instituições como repositório da memória concelhia, cuja investigação incentivava e acolhia nas páginas da revista *Penha-Fidelis* (1927-1929) e publicações periódicas subsequentes.

Estes museus concelhios (e distritais) ganharam destaque nos anos 40, ao abrigo do Código Administrativo de 1936 e impulsionados pela dinâmica das comemorações do duplo centenário, o que também sucedeu em Penafiel. Abílio Miranda, delegado da Junta Nacional de Educação (1941) e membro do Núcleo Organizador do Museu de Etnografia e História do Douro Litoral, no Porto, é agora o líder na refundação da Biblioteca (1947), a que pronto se juntará o Museu (de Arte, Arqueologia e Etnografia, 1948). Trabalhara para ele desde jovem «arrecadando em minha casa variadas achegas, algumas de grande valor arqueológico», mas «principiava a inquietar-me a ideia de que a minha morte iria aniquilar tão apreciável património histórico»[3], que pôde finalmente doar em segurança, quando se viu acompanhado nesta missão de salvaguarda por uma *Comissão Municipal de Cultura* (1947-54), formalmente constituída, como deixa perceber em *Penafiel: Boletim Municipal de Cultura* (1947-1951).

Os monumentos e sítios arqueológicos constituíam as grandes atracções do património penafidelense, quer os megalíticos, que por se encontrarem a descoberto

[1] ALMEIDA, 1998: 17.
[2] SOEIRO, 1994.
[3] *Comissão*, 1949: 8.

sobressaiam, já noticiados por Simão Rodrigues Ferreira (1812-1883), ou o Castro de Monte Mozinho, onde as visitas de eruditos e a publicação de estudos remontam a 1919, e as escavações autorizadas a 1943, sendo classificado como IIP em 1948[4].

Após estas primeiras décadas suportadas pela quase obsessão *de um só homem* em recolher o que lhe parecia testemunho com valor de antiguidade, vemos emergir a seu lado uma geração de discípulos, academicamente mais bem preparados, que no início dos anos 60 desenha colectivamente uma estratégia de intervenção activa em defesa do património. Personificam este momento J. J. Mendes, vereador, e Ângelo Pimentel, director do Museu e novo delegado da JNE, mantendo ambos o ensino como actividade profissional. E esta é uma particularidade do projecto penafidelense, espécie de corrida de estafetas, um jogo de equipa em que, até hoje, cada responsável pôde acompanhar o seu sucessor e passar-lhe o testemunho em segurança.

Com a Biblioteca-Museu por âncora, coube à C. M. Cultura dos anos 60, além de reformular a exposição e retomar as edições, o mérito de ter apresentado à Câmara (1962) uma proposta de definição da área do *centro histórico* e de protecção do seu urbanismo e edificado, com um proto-regulamento para a construção neste espaço, complementar da *Revisão do Anteplano de Urbanização*. Mas porque a preservação não se deveria cingir à cidade, pensaram também, de forma inovadora, que «quanto aos edifícios e outras construções disseminadas por toda a área rural do concelho deverá ser organizado, o mais rapidamente possível, o seu inventário, para uma eficiente aplicação das medidas»[5]. Esta postura de não ficar refém dos monumentos excepcionais e classificados alargou muito a perspectiva de preservação dos valores e marcou futuras actuações, reforçando também o vector de dinamismo e entrosamento com a sociedade, de que é exemplo a *1ª Exposição de Artesanato regional em Penafiel* (1967) e a recuperação da componente profana das festas do *Corpo de Deus*.

Linha de rumo e empenhamento voluntarista não chegaram para assegurar um regular funcionamento da instituição, e todo este ambicioso programa paralisa pela falta de afectação de espaço e de recursos humanos e financeiros. Encerrou em 1967 e demitiram-se os responsáveis no ano seguinte, não sem forte reacção dos cidadãos, obrigando a Câmara a reconsiderar, nomeando de imediato um vigilante para reabrir a Biblioteca-Museu, por muito tempo sua única e inexcedível funcionária. Este descoroçoante período não correu melhor para Mozinho, onde imagens da época mostram as estruturas descobertas e recuperadas por Elísio de Sousa novamente derruídas e o sítio abandonado.

---

[4] SOEIRO, 1998b.

[5] SANTOS, 1963: 32.

Fig. 1.
Castro de Monte Mozinho: campanha de escavações arqueológicas de 1976 dirigida por C. A. Ferreira de Almeida (FLUP), que recebe a visita de D. António Ferreira Gomes (penafidelense e Bispo do Porto).
(MMPNF: Fot. Antony).

Nos anos setenta, a demanda por um arqueólogo para o Castro encontra Carlos Alberto Ferreira de Almeida. Depois, no tempo favorável trazido pela Revolução de Abril, conjugou-se o interesse científico com o empenho dos penafidelenses: Mozinho ganhou vida, entre trabalhos arqueológicos, visitas de investigadores e uma enorme curiosidade da população[6]. Os impactos deste novo despertar para a defesa do património municipal, seu estudo e divulgação em círculos alargados constituem dívida que Penafiel e o Mozinho terão para sempre com C.A. Ferreira de Almeida, quer pelas inovadoras monografias que prontamente publicou em 1974 e 1977, quer pela forma como fez o sítio conhecido internacionalmente, paradigma dos momentos tardios da Cultura Castreja no encontro com Roma. Para lá da arqueologia e da história, deixou-nos outra lição: a da obrigação ética de devolver o investimento em património à comunidade local, para que o possa integrar e proteger perenemente, exercício de mediação começado logo em 1974, quando arqueólogos e população se reuniam para sessões de divulgação e debate.

Depois dos anos de escavação em Mozinho dirigida por aquele professor (1974-79) tornou-se ainda mais difícil parar a dinâmica gerada. Por indicação sua, a autarquia contactou a segunda autora, em 1981, solicitando apenas que realizasse uma escavação anual, apoiada com subsídio e alguma logística. Como a maioria das câmaras do país, esta continuava sem reconhecer a necessidade de contemplar nos seus quadros qualquer técnico de arqueologia, como também não o tinha de museografia, optando pelo recurso a trabalho voluntário. E sobre esta frágil base

[6] SOEIRO & CALO, 2014.

assentou um novo projecto. O programa de trabalhos inicial era linear: ano a ano ampliar estrategicamente a área escavada para obter nova informação científica e deixar à vista estruturas contínuas que facilitassem uma leitura significativa por parte dos visitantes; nos restantes meses, estudar o espólio do Museu, compilar bibliografia, inventariar sítios, registá-los e tentar recuperar memórias, para com todos os contributos construir um primeiro ensaio de síntese da história antiga deste espaço[7].

Com esta sinalização das ocorrências passou o município a dispor de um mapeamento de locais sensíveis, colmatando a falta da *carta arqueológica* em que não investiu. A escavação atempada na Suvidade de Recezinhos (1985), ameaçada pela construção de uma rodovia, resultou deste prévio conhecimento. Outros achados arqueológicos foram imprevistos, mas com *amigos* pelo território e a resposta em tempo útil a que o Museu habituara a comunidade, a notícia depressa chegava, exigindo articulação com a tutela e programação, como sucederia com o casal romano da Bouça do Ouro (Boelhe) e as necrópoles de Montes Novos (Croca) e Monteiras (Bustelo), trabalhos divulgados nas publicações do Museu, em reuniões científicas e em exposições, dentro e fora do país. Todos se fizeram somando apoios diversificados: os do município; as verbas atribuídas pela tutela através do PNTA; os programas OTL e OTJ do FAOJ; a colaboração gratuita de colegas e estudantes da FLUP e de outros nacionais e estrangeiros; a participação pontual de centros de investigação, e muitas boas vontades.

Como desde 1985 (até 2007) a direcção do Museu foi atribuída pela autarquia, após anuimento da FLUP, à segunda signatária (necessariamente a título voluntário e gratuito), a intervenção tornou-se mais abrangente, com o objectivo de corresponder à diversidade da colecção e do património. Se primeiro havíamos cumprido o desiderato de A. Miranda ao aproveitar a riqueza dos recursos arqueológicos, agora competia, sem os esquecer, dirigir a atenção para outros patrimónios, como ensinara C.A. Ferreira de Almeida, e apoiar o crescimento e qualificação dos serviços, aproximá-los dos padrões nacionais aplicáveis, condicionantes para receber apoios europeus. Aliás, as exigências básicas de programação, infra-estruturas, equipamento e recursos humanos destas candidaturas foram, também em Penafiel, pedra de toque junto dos políticos. No Mozinho, toda a área escavada de 1943 a 1998 foi valorizada[8] e concebida a linha de comunicação com apoio do PRONORTE, Sub-Programa C (1997), sendo aprovado o projecto *Parque Arqueológico de Monte Mozinho*, com componente de acolhimento ao público e centro interpretativo que viria a ser executada através de candidaturas ao POC-ON e INTERREG – III A, já

[7] SOEIRO, 1984.
[8] SOEIRO, 1998a.

Fig. 2.
Castro de Monte Mozinho (Oldrões/ Galegos, Penafiel). O sítio arqueológico após as escavações FLUP/MMPNF (1974-98) e os trabalhos de preservação e valorização executados em 1998.
(MMPNF: Fot. PENAGUIÃO & BURNAY, 1998).

sob a coordenação de Teresa Pires de Carvalho, e inaugurada em 2004. Marcamos o primeiro destes momentos com a exposição e painel de estudos internacional *Monte Mozinho: 25 anos de trabalhos arqueológicos*, homenagem a C.A. Ferreira de Almeida, e o segundo com o colóquio *Castro, um lugar para habitar*, ambos com actas nos *Cadernos do Museu* (1998 e 2005).

Então, com apenas um funcionário no Museu, iniciou-se o alargamento do campo temático, aplicando de emergência os poucos recursos ao registo e interpretação do património que a albufeira iria submergir no baixo Tâmega, ocasião para recolher materiais usados em diferentes actividades económicas, publicados na revista de 1987-88 e mostrados ao público na exposição *Quando o Tâmega corria* (1991). Com esta experiência parecia estar encontrado o modelo possível para actuações futuras: eleição de uma temática, motivada ou não por conjuntura diferenciada; verificação da existência de fontes de informação e espólio afim no Museu; trabalho de campo intensivo, com significativa ajuda das J. Freguesia, funcionários municipais e *amigos*; recolha de imagem, estruturas e materiais (não preserváveis *in situ*) para a colecção; exposição e publicação, de preferência nas séries do Museu. A exposição de longa duração foi repensada em 1992, na mudança provisória de instalações, e reformulada em 2005, já com o apoio da Rede Portuguesa de Museus.

A evolução da orgânica dos serviços traduz, neste período, a crescente afirmação do Museu no seio da própria autarquia. O quadro de pessoal de 1996 já contemplou lugares de técnico superior e profissional de Museologia, Conservação e Restauro e de Arqueologia, estando preenchido apenas um, de técnico auxiliar de museografia, situação insustentável perante o crescimento e diversidade das solicitações. Em 2000 ingressa uma Arqueóloga, a primeira signatária do texto, assumindo desde então nova dinâmica, sobretudo na arqueologia urbana e preventiva, mas também na gestão e ordenamento do território, em estreita articulação com os serviços municipais competentes[9]. A esta nova situação corresponde a revisão do PDM e elaboração da Carta do Património, e a implementação de medidas e condicionantes de arqueologia preventiva no âmbito do licenciamento, com uma normalização de procedimentos técnicos e administrativos replicada em outros municípios, reforçando-se a importância do Museu na efectiva gestão patrimonial, voltada também para o apoio à definição de políticas culturais para as candidaturas de projectos que o III QCA permitiria desenvolver, como o das novas instalações para o núcleo-sede, adjudicado em 1996-97 e em obra desde 2004.

Entretanto decorreu o processo de credenciação, com adesão à RPM em 2003, salientando-se a relevância desta interacção na auto-reflexão sobre a missão, organização e programa, e na adopção de boas práticas de inventário e preservação. A RPM apoiou o estudo e divulgação das colecções de arqueologia, e o projecto *Ofícios e Indústrias,* dedicado à investigação destas temáticas[10].

Pensado como expressão do território, o Museu não ficou confinado ao núcleo sede, na cidade. Tem há muito a umbilical ligação ao Castro de Monte Mozinho e juntou-se-lhes, em 2006, como memória da actividade moageira e local para educação ambiental, o *Moinho da Ponte de Novelas*[11] e, em 2013, o *Engenho de Azeite de Sebolido*. Caso de sucesso, resultante da capacidade de diálogo entre vários parceiros (Município, ADERSOUSA, J.F. de Lagares e população residente), com diversificada captação de apoios e gestão partilhada, é a recuperação da aldeia de Quintandona, que de espaço marginalizado se transformou em destino apetecível, membro das *Aldeias de Portugal*[12]. Outros exemplos contribuem para diversificar a oferta cultural, colocando à disposição do público um variado conjunto de sítios dotados das condições físicas e suporte de comunicação. É o caso do *Itinerário Arqueológico do Vale do Tâmega* (2009) e do *Percurso Patrimonial de Santa Marta* (2012), dinamizados pelo Serviço Educativo do Museu, ou da complexa intervenção

[9] SANTOS, 2005 e 2008a.
[10] p.e. SOEIRO, 2014-15.
[11] SOEIRO, 2006.
[12] SOEIRO, 2013a.

na envolvente da Igreja de Abragão, fruto da articulação com a comunidade e das parcerias com entidades culturais da região, nomeadamente a Rota do Românico[13]. Na mesma lógica, e por reconhecer o valor patrimonial desta manifestação, foi também o Museu que encetou o estudo das *Endoenças de Entre-os-Rios*[14] e completou o processo de inscrição no INPCI.

Aproximando-se a transferência para o novo edifício, a ampliação do quadro de pessoal impôs-se, sobretudo ao nível de técnicos superiores de museologia (1 em 2001+2 em 2008) e da contratação de um segundo de arqueologia. Ao longo dos 15 meses que antecederam a inauguração do novo espaço, a 24 de Março 2009, sem Direcção nomeada desde final de 2007, só oficialmente assumida pela primeira signatária em 2011, o esforço voltou-se para a redefinição da linha museográfica a executar na exposição permanente[15]. Após 60 anos de existência em espaços diminutos e improvisados, ficavam disponíveis e qualificados 1.250m^2 para exposição, 300m^2 para mostras temporárias, 500m^2 para serviço educativo e 1.200m^2 de reservas, além das áreas de serviço.

O modelo geral da museologia a implementar ficara traçado pela direcção em meados dos anos noventa. Só foi possível conceber o programa preliminar com o investimento de décadas no estudo das colecções, na inventariação sistemática do património do município e na investigação fundamental em períodos cronológicos significativos do devir do território. Houve ainda o cuidado de visitar experiências museográficas em funcionamento e de as discutir com os respectivos técnicos para tentar colmatar erros e omissões recorrentes. Com a selecção do edifício alvo de intervenção e o conhecimento acumulado, foram pré-definidos circuitos, temáticas e algumas condicionantes físicas das salas (p.e. duplo pé direito para a temática rio) antes de ser lançado o concurso para o projecto e apresentada a candidatura a fundos nacionais e comunitários. A primeira maqueta viria a ser mostrada ao público em 1997, seguindo-se muitas outras acções de divulgação, para que os membros da recém-criada Associação de Amigos (formalizada em 1999) e os penafidelenses em geral interiorizassem este empreendimento como um desígnio colectivo.

Privilegiando um discurso expositivo apelativo, numa leitura abrangente mas coerente com a missão do Museu enquanto espaço de identidade, memória colectiva e expressão do território, estão patentes os conteúdos que reflectem a milenar ocupação humana do concelho, o registo dos quotidianos, sobretudo rural e ribeirinho, os principais ofícios e indústrias e o património imaterial associado, na sua

[13] SANTOS, 2008b.
[14] SOEIRO, 2013b.
[15] SANTOS, 2013.

Fig. 3.
Fachada do Museu Municipal de Penafiel, instalado no palacete setecentista dos Pereira do Lago, em pleno centro histórico. Projecto de requalificação dos arquitectos Fernando Távora e José Bernardo Távora, inaugurado a 24 de Março de 2009.
(MMPNF: Fot. Manuel Ribeiro, 2009).

expressão comum até meados do século XX. Manteve-se um espaço para mostras temporárias que retractam problemáticas específicas trabalhadas pelo Museu (p.e. bailes do Corpo de Deus 2012, cultivo do milho 2014 ou indústria do alumínio 2015), criando-se abertura para acolher iniciativas externas que diversificam públicos e parcerias, por exemplo nos domínios das artes plásticas, performativas, literárias e musicais, e até do desporto e lazer, enquanto casa que convida, acolhe e permite uma fruição pluralista, a exemplo da *Escritaria* ou do apoio ao teatro amador *Em cena no Museu*.

Outra prioridade foi a organização do Serviço Educativo e a concepção de programas adaptados à nova realidade, que captassem públicos infanto-juvenis, numa clara assumpção do Museu como equipamento de educação não formal ao dispor da comunidade. Como cerne da sua actuação, o SE visa a organização e dinamização de actividades de comunicação, disponibilizando, para diferentes públicos, visitas guiadas e mais de 30 oficinas, que podem decorrer no núcleo-sede, nos dependentes ou em circuitos patrimoniais. As actividades têm programação anual e exploram as temáticas específicas de cada sala/núcleo/mostra, calendarizando-se também iniciativas para a comemoração de datas evocativas. Procuram adaptar-se às necessidades específicas do grupo para melhor responder aos interesses e garantir a todos a acessibilidade às iniciativas, reforçando o entrosamento na sociedade,

a diversificação da oferta e o aprofundar do conhecimento[16]. O contínuo investimento nas acções do Serviço Educativo foi, em 2014, reconhecido com a atribuição, entre 130 candidatos, de uma Menção Honrosa do *V Prémio Ibero-Americano de Educação em Museus* do programa Ibermuseus.

Nos últimos anos, fiel aos princípios subjacentes à sua criação e dando continuidade à estratégia de intervenção activa em defesa do património cultural municipal, o Museu de Penafiel tem assegurado o seu posicionamento no panorama nacional, especialmente no que concerne às boas práticas da gestão patrimonial, apostando também na afirmação como unidade museológica de referência internacional. Após ter sido premiado pela APOM como *Melhor Museu Português* em 2010, o reconhecimento internacional deste projecto multifacetado chegou no mesmo ano, primeiro com a nomeação para o *European Museum of the Year Award* (2010) atribuída pelo Fórum Europeu dos Museus, a que se seguiu a integração no *Excellence Club* da Associação Europeia do Património, após apresentação pública, a convite, no evento anual *The Best in Heritage* (2012). Nesse ano, o Município era novamente distinguido pela APOM com o *Prémio Instituição*, pelo apoio à cultura em geral e pelo renovado projecto museológico em particular, recebendo ainda o prémio de *Melhor Website de Museus*, pela página *www.museudepenafiel.com*, ferramenta de divulgação e comunicação fundamental na ligação com o público. Também em 2012, a convite do Comité Internacional do ICOM para os museus regionais, participou na conferência anual do ICR[17].

O Museu de hoje é uma instituição cultural com instalações e recursos humanos qualificados, aberta aos seus públicos e à comunidade, como aliás sempre foi. Beneficia de um programa de comunicação mais dinâmico e que celebra, sem modéstia e de forma visível, a partilha dos seus feitos, utilizando o marketing, as novas tecnologias de informação e a comunicação social como instrumentos para a sua promoção e divulgação, ciente de que essa visibilidade tem como retorno um acréscimo de visitantes e a promoção da cidade e do concelho, assumindo-se também como recurso turístico e motor de desenvolvimento local.

Apesar disso, a estrutura do projecto mantém-se inalterada e o objectivo de leitura abrangente do património e do território continua prioritário. Exemplo dessa vontade foi a recuperação dos *bailes* do *Corpus Christi*, verdadeira ponte entre gerações, com a estreita colaboração com J.J. Mendes, antigo e estimado responsável do Museu, que assim viu realizado o plano por si traçado de renovar e tornar mais apelativa a festa da cidade com a reintrodução de 5 dos *bailes* desaparecidos, através da motivação de vários agentes locais que abraçaram o projecto. Em simul-

[16] SANTOS & MARQUES, 2011.
[17] SANTOS, 2015.

Fig. 4.
Sala do Território, na exposição permanente, com museografia de Francisco Providência. Retrata o território penafidelense nas mais diversas vertentes (geográfica, administrativa, histórica, monumental, turística, gastronómica) com recurso às novas tecnologias interactivas.
(MMPNF: Fot. Luís Ferreira Alves, 2009).

tâneo, fixou-se para a posterioridade, em partitura e registo sonoro, a componente musical, edição em parceria[18].

A materialização dessa linha condutora, de uma leitura integrada do património, consubstancia-se na continuidade da investigação científica e da preservação, com vários sítios entretanto escavados (Mosteiro das Freiras 2001/08, Santo Amaro 2009/11, São Bartolomeu 2013, Castelo de Anegia 2012/16, Duas Igrejas 2015/16), e em outros resultados, como as mais de 30 intervenções efectuadas ao nível da arqueologia urbana e preventiva, a classificação de património em estreito diálogo com as entidades competentes (Castelo de Penafiel e Côto da Cividade), a constante prospecção, identificação e reconhecimento de novos sítios, as acções de salvamento e registo do património arqueológico e vernacular ou ainda os vários projectos de recuperação, valorização e promoção patrimonial executados, sem protelar o contínuo estudo das colecções, as incorporações e a concepção de exposições. São ainda da responsabilidade de técnicos e colaboradores próximos vários projectos de investigação e trabalhos académicos, dezenas de artigos publicados em Portugal e no estrangeiro e outras tantas comunicações em reuniões científicas, dando-se continuidade às linhas editoriais do Museu.

Apontamos, como caminhos futuros deste projecto multifacetado, complementares e indissociáveis, quatro linhas de actuação: manutenção de uma intervenção na gestão do património cultural através do registo, investigação, salvaguarda e valorização; divulgação dos resultados em diferentes canais como meio de garantir o acesso à cultura e a fruição da comunidade e de diferentes públicos, salvaguardando a identidade e memória colectivas para o futuro; grande abertura e o acolhimento

[18] SARDINHA, 2012.

Fig. 5.
Moinho da Ponte de Novelas, extensão museológica do Museu Municipal de Penafiel, inaugurada em Maio de 2006. Privilegia a divulgação do património tecnológico e da memória moageira, bem como o conhecimento do ambiente ripícola. (MMPNF: Fot. Maria José Santos, 2010).

de iniciativas externas, conducentes à apropriação cultural e afectiva por parte da população, desenvolvendo esforços no estabelecimento de parcerias e captação de apoios diversificados, numa perspectiva de intercâmbio na gestão patrimonial e ampliação das colecções; reforço do papel do Museu, através das acções do SE, como recurso educativo e turístico, consolidando-se enquanto instituição de educação não formal e motor do desenvolvimento local.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, C. A. F. de (1998) – *Património: o seu entendimento e a sua gestão*. Porto: Edições Etnos.

Comissão Municipal de Cultura (1949) – «Penafiel. Boletim da Comissão Municipal de Cultura», vol. 4. Penafiel: Câmara Municipal.

SANTOS, M. J. F. (2005) – *A gestão municipal do património: o caso de Penafiel*. In SILVA, A. M. S. P., coord. – *Cartas Arqueológicas: do inventário à salvaguarda e valorização do património*. Arouca: Câmara Municipal, p. 39-44.

SANTOS, M. J. M. C. F. (2008a) – *Intervenção no património arqueológico de Penafiel: protecção, valorização e divulgação*. «Oppidum», número especial. Lousada, p. 213-226.

——, coord. (2008b) – *Igreja de S. Pedro de Abragão: redescobrir um templo românico*. Penafiel: Museu Municipal.

—— (2013) – *Museu Municipal de Penafiel*. *Boletim* «Informação ICOM.PT», série II, n.º 19, p. 9-16.

—— (2015) – *The traditional cuisine of Penafiel in the context of Portuguese Food History*. In *Regional museums and local gastronomic heritage. Procedings of the 2011 and 2012 ICR Conferences*. Slovenia, p. 201-211.

SANTOS, M. J.; MARQUES, R. (2011) – *Um museu de memórias e afectos. O Serviço Educativo do Museu Municipal de Penafiel*. «Solta Palavra», n.º 17. CRILIJ, p. 44-46.

SANTOS, M. R. B. R. (1963) – *Um ano de actividades da Comissão Municipal de Cultura*. «Penafiel: Boletim da Comissão Municipal de Cultura de Penafiel», 2ª série, vol. 1. Penafiel, p. 30-38.

SARDINHA, J. A. (2012) – *Danças populares do Corpus Christi de Penafiel.*Vila Verde: Tradisom.

SOEIRO, T. (1984) – *Monte Mozinho: Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana*. «Penafiel: Boletim Municipal de Cultura», 3ª série, vol. 1, Penafiel p. 5-232.

—— (1994) – *Um Museu Municipal para Penafiel. 1884 – 1974*. «Portugalia», nova série, vol. 15. Porto, p. 83-134.

—— (1998a) – *Monte Mozinho. Sítio arqueológico*. Penafiel: Museu Municipal de Penafiel [2ª ed. em 2005].

—— (1998b) – *Monte Mozinho: 25 anos de trabalhos arqueológicos. Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida*. «Cadernos do Museu», vol. 2. Penafiel, p. 11-22.

—— (2006) – *O ocaso das moagens do rio Sousa no Município de Penafiel*. Penafiel: Museu Municipal.

—— (2013a) – *Quintandona. As muitas vidas de uma aldeia*. Penafiel: Museu Municipal.

—— (2013b) – *A Rua do Burgo de Entre-os-Rios*. Penafiel: Museu Municipal/Ed. Cão Menor.

—— (2014-15) – *Os ofícios do ferro em Penafiel: ferreiros e candeeireiros*. «Cadernos do Museu», vol. 14. Penafiel, p. 5-146.

SOEIRO, T.; CALO LOURIDO, F. (2014) – *Escavações de Monte Mozinho (1974-1998): projecto territorial e lugar de encontro de Callaecia*. «Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património», vol. 13. Porto, p. 143-158.

GESTÃO DA EMERGÊNCIA EM CONTEXTO PATRIMONIAL E MUSEOLÓGICO: VIRTUDES DE EQUIPAS MULTI, INTEGRADORAS DAS COMUNIDADES

JOANA RAMOS*
PAULA MENINO HOMEM**

Resumo: Recorrentemente, o património cultural não tem a sua proteção assegurada em situação de emergência, conduzindo a danos irreversíveis. Torna-se essencial investir em estratégias de gestão que considerem efetivamente a previsão, prevenção e resposta à emergência, e posterior recuperação. Considera-se crucial a constituição, organização concertada, (in)formação e o treino dinâmico de equipas multidisciplinares, multiprofissionais, multigeracionais e multicontextuais, integradoras das comunidades com potencial de intervenção, atendendo à eliminação/mitigação de riscos e, em caso de ocorrência, à resposta eficaz e, o mais possível, eficiente à emergência, controlando-a e dela recuperando. Pretende-se apresentar as virtudes inerentes à existência de tais equipas, bem como uma proposta de modelo de organização multiescalar.

Palavras-chave: Património e museus; Risco e emergência; Gestão multiperspetiva; Comunidades colaborativas.

Abstract: Recurrently, cultural heritage has not ensured its protection in emergency situations, leading to irreversible damage. It is essential to invest in management strategies that effectively consider the prediction, prevention and emergency response, and subsequent recovery. Is considered crucial the constitution, concerted organization, (in)formation and dynamic training of multidisciplinary, multiprofessional, multigenerational and multicontextual teams, integrating communities with potential for intervention, given the elimination/mitigation of risks and, in case of occurrence, the effective and, as much as possible, efficient response to emergency, controlling it and recovering from it. The aim of this paper is to present the virtues inherent to the existence of such teams as well as a proposal for a multiscale organization model.

Keywords: Heritage and museums; Risk and emergency; Multiperspective management; Collaborative communities.

* *Alumna*. DCTP/ FLUP/ Mestrado em Museologia. joana.ferreira.ramos@gmail.com.
** DCTP/ FLUP/ CITCEM. phomem@letras.up.pt.

INTRODUÇÃO

O património cultural, à escala internacional, encontra-se, continuamente, exposto a diversos perigos, quer de origem natural quer antrópica. O extenso histórico de ocorrências é bem demonstrativo da sua diferenciada vulnerabilidade. A atualidade potencia alguns contextos de risco, como os resultantes do agravamento do efeito de estufa e das alterações climáticas a ele associadas. Neles se incluem, entre outros, o aumento da frequência e dimensão de inundações e dos incêndios urbanos e florestais. De origem diversa, agudizam-se fenómenos de cariz político-social, como o terrorismo, que, nas últimas décadas, têm assumido uma dimensão catastrófica, colocando em risco e causando a destruição de valiosos testemunhos culturais do passado. A título de exemplo, salientam-se os recentes ataques, em 2015, aos sítios arqueológicos de Hatra e Nimrud, no Iraque.

A ocorrência, tendencialmente crescente, de incêndios, inundações, roubos ou vandalismo, por exemplo, realça a importância da delineação e implementação de estratégias flexíveis e dinâmicas de gestão integrada de risco, acautelando a previsão, avaliação, eliminação/mitigação de risco e, em caso de ocorrência, a resposta à emergência e recuperação, de forma a promover uma proteção sustentada do património cultural.

Frequentemente, em caso de emergência, nem sempre a resposta está devidamente estruturada, exercitada, avaliada e validada. Concedida a natural prioridade à vida humana, por regra, a questão da preservação dos bens culturais tem sido secundarizada, não acautelada, com sérios e irreversíveis prejuízos para a sua integridade e consequente empobrecimento cultural e identitário. A gestão da emergência que inclua, de forma equilibrada e articulada, a dimensão humana e a material, enfrenta, recorrentemente, poderosos desafios. Entre os mais frequentes, estão as limitações orçamentais, de que advêm os escassos recursos humanos, com a agravante ausência de pessoal especializado, (in)formação limitada e autonomia insuficiente.

OBJETIVOS

Visa-se sensibilizar para a urgência da implementação de sistema de Gestão Integrada de Risco e Emergência, acautelando equilibradamente pessoas e bens culturais. Apresentam-se breves enquadramentos conceptuais, salientando as virtudes de equipas multi e integradoras da Comunidade, apresentando e discutindo modelo de organização.

1. GESTÃO INTEGRADA DE RISCO E EMERGÊNCIA

1.1. Gestão de Risco

Ao longo das últimas décadas, o aumento da consciencialização quanto à vulnerabilidade do património cultural a diferentes riscos produziu uma importante alteração nas políticas e práticas em contexto patrimonial e museológico, promovendo metodologias de avaliação que, por introdução de fórmulas de cálculo, tendem a colmatar as limitações das avaliações de caráter subjetivo. Diversos autores exploraram este novo campo na dimensão cultural, ensaiando metodologias e estratégias que adaptam de outras áreas de atuação com mais experiência na gestão de risco.

Gestão de risco é definida pela United Nations International Strategy for Disaster Reduction como:

> *the systematic process of using administrative directives, organizations, and operational skills and capacities to implement strategies, policies and improved coping capacities in order to lessen the adverse impacts of hazards and the possibility of disaster*[1].

De forma semelhante e sumariada, poder-se-á descrever a gestão de risco como um processo científico que inclui as atividades envolvidas na identificação, análise, avaliação, quantificação, priorização e tratamento do risco, abordando as suas origens e a incerteza dos seus efeitos, em termos de dano[2].

Com vista a facilitar a implementação de estratégias de gestão de risco no contexto patrimonial e museológico, autores como Michalski[3], Waller[4] e Ashley-Smith[5] apresentaram modelos de avaliação que permitem quantificar a vulnerabilidade do património, de formar a identificar prioridades e, assim, otimizar a gestão, explorando os recursos disponíveis para proteger a integridade do património cultural e garantir a segurança dos seus ocupantes.

Estes modelos tornaram-se uma força motriz na implementação de sistemas de gestão de risco em entidades culturais. Assumindo claramente uma perspetiva profilática, de avaliação e prevenção, não consideram o contexto da emergência, igualmente fundamental na salvaguarda do património.

---

1 UNISDR, 2007.
2 AYYUB, 2003.
3 MICHALSKI, 1990; WALLER & MICHALSKI, 2004.
4 WALLER, 1995; WALLER & MICHALSKI, 2004.
5 ASHLEY-SMITH, 1999.

1.2. Gestão de Emergência

A ausência de políticas de gestão integrada da emergência, nas estratégias de proteção das entidades culturais, constitui uma relevante lacuna nos modelos de gestão, globalmente assumidos. Assim, considera-se importante ressalvar organizações e investigadores que incorporam os modelos de avaliação num sistema integrado e inclusivo de Gestão de Risco e de Emergência.

Organizações como a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), o International Council of Museums (ICOM), o International Committee of the Blue Shield (ICBS) ou o Getty Conservation Institute (GCI), entre outros, têm desempenhado um papel fundamental na enfatização da importância da gestão integrada, propondo estratégias a implementar. Para além destas e de outras instituições culturais, verifica-se o importante contributo de entidades não patrimoniais, sendo exemplos de relevância a Federal Emergency Management Agency (FEMA) ou a Occupational Safety and Health Administration (OSHA)[6]. O seu contributo verifica-se, por exemplo, pela frequente implementação da divisão sistemática da Gestão Integrada da National Governors Association (NGA), proposto em 1978[7], que divide a gestão em quatro fases, nomeadamente: mitigação, prevenção, resposta e recuperação da emergência[8].

É importante sublinhar a pressão exercida pelas várias organizações internacionais, entre elas, as *supra* mencionadas, e os seus reflexos positivos na legislação dos diversos países. No caso de Portugal, o desenvolvimento de legislação [realce para: i) Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro; ii) Lei-quadro dos Museus, n.º 47/2004, de 19 de agosto; iii) Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro (em particular para o risco de incêndio) alterado pelo Decreto-Lei nº 224/2015, de 9 de outubro], regulamentando aspetos da mitigação e da preparação, estimulou as instituições a projetarem e implementarem sistemas de gestão que enquadrem quer as pessoas quer o património[9].

---

[6] RAMOS, 2014.

[7] Este surge como resultado da investigação do subcomité da Assistência a Desastres, da NGA, em resposta aos problemas de coordenação dos protocolos de emergência governamentais e à dispersão de recursos nos Estados Unidos da América (LINDELL *et al.*, 2001).

[8] NGA, 1979; O'LEARY, 2004.

[9] HOMEM, 2014; RAMOS, 2014.

1.3. Etapas

As etapas da Gestão Integrada de Risco e Emergência podem, de forma resumida e por ordem cronológica, ser descritas segundo o ciclo de quatro fases (Fig. 1), proposto pela NGA:

i) Mitigação. Envolve todas as medidas implementadas antes da emergência, com o objetivo de reduzir a probabilidade da sua ocorrência, e, neste caso, minimizar os danos resultantes;

ii) Preparação. Estabelece as medidas/estratégias em antecipação da emergência, incluindo a identificação/avaliação dos riscos e das vulnerabilidades da instituição, os planos de emergência, a organização dos diferentes recursos de combate à emergência e a formação dos recursos humanos;

iii) Resposta. Decorre ao longo da emergência, implicando a implementação do(s) plano(s) de emergência, incluindo as medidas de controlo ou resolução do acidente e as medidas de minimização dos seus impactes negativos;

iv) Recuperação. Tem implementação após a resolução da emergência, com o intuito de restituir a normalidade operacional à instituição e minimizar os danos[10].

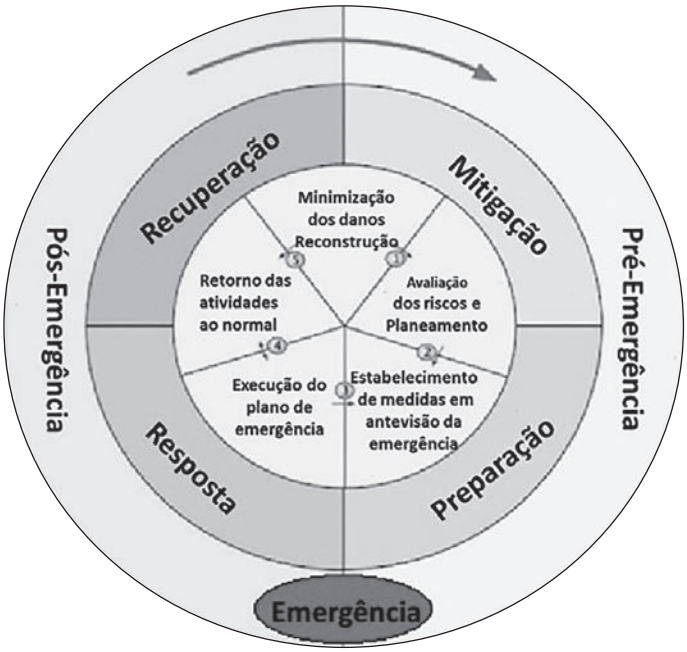


Fig. 1.
Esquema representativo das fases da gestão integrada de risco e emergência.
A partir de FLOODsite©, s.d.

[10] NGA, 1979; PHILIPS, 2009; RAMOS, 2014.

2. EQUIPAS MULTIDISCIPLINARES E MULTICONTEXTUAIS, INTEGRADORAS DAS COMUNIDADES

Reconhecendo a importância da gestão integrada na proteção do património, e considerando a complexidade e implicações das suas fases, torna-se crucial desenvolver programas que permitam superar as muitas dificuldades sentidas no setor cultural. Com vista a colmatar as suas deficiências e lacunas, com base na informação e estratégias investigadas, propõe-se a organização de equipas multidisciplinares, multissetoriais, multigeracionais e multicapacitadas, com elementos internos e externos à organização, com o objetivo de implementar sistemas que permitam atender a todas as atividades; pré, durante e pós emergência.

A proposta aqui apresentada prevê equipa organizada de modo a incluir elementos provenientes dos mais diversos espaços sociais, económicos, políticos e geracionais. Foram considerados elementos das forças de proteção civil, de diferentes setores das autarquias locais, dos centros de investigação e da academia, e da comunidade envolvente, na forma do voluntário tradicional mas também de entidades privadas, entre outros. Os contributos dos diferentes elementos manifestam-se nas mais diversas expressões, entre as mais evidentes, a experiência e competência profissional, na disponibilização de meios tecnológicos, recursos humanos e financeiros.

A equipa é concebida tendo como modelo de referência uma proposta do GCI que, considerando a vulnerabilidade das instituições culturais e as suas dificuldades de organização, publicou um guia de orientação para a preparação da resposta à emergência. Intitulada "Building an Emergency Plan"[11], a publicação pretendeu contribuir para a colmatação da lacuna existente no contexto patrimonial e museológico, apresentando diretrizes simples e claras de criação de um plano de emergência, para processo de salvaguarda das instituições e do seu acervo[12].

Atendendo às diretrizes do CGI, projetou-se uma equipa (Fig. 2) multifacetada, de consistência hierárquica, que teve em atenção as multitudes do objeto cultural a proteger e, como principal foco de interesse de adaptação, o contexto municipal, da Administração Local, por se considerar ser esse o contexto em que a maioria dos museus Portugueses se enquadra. São propostos três elementos|agentes-chave: (i) Diretor da instituição, que tem um papel fundamental na motivação e liderança da equipa; (ii) Comité de intervenção, composto por elementos-chave da equipa

[11] A publicação surge no final dos anos 90 do século passado, período designado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como a "Década Internacional para a Redução de Desastres Naturais", com o culminar do projeto do Getty Conservation Institute, iniciado em 1995 (DORGES & JONES, 1999).

[12] DORGES & JONES, 1999.

da entidade cultural, que através do gestor de intervenção, cabeça do comité, comunicam com o diretor; e (iii), por fim, quatro equipas departamentais. Estas são organizadas segundo as diferentes atividades da instituição, como por exemplo, o edifício e a sua manutenção, o seu acervo patrimonial, os seus registos e a segurança dos seus ocupantes. A equipa atribuída a cada uma destas dimensões do objeto patrimonial assume a responsabilidade de projetar e executar o plano de prevenção e o de emergência. As equipas respondem a um comité de intervenção, liderado por um gestor, que responde ao diretor – o responsável final pelo sistema de gestão integrada. Cada uma das equipas inclui elementos internos e externos à instituição, explorando o potencial de cada indivíduo e a sua atuação combinada e organizada[13].

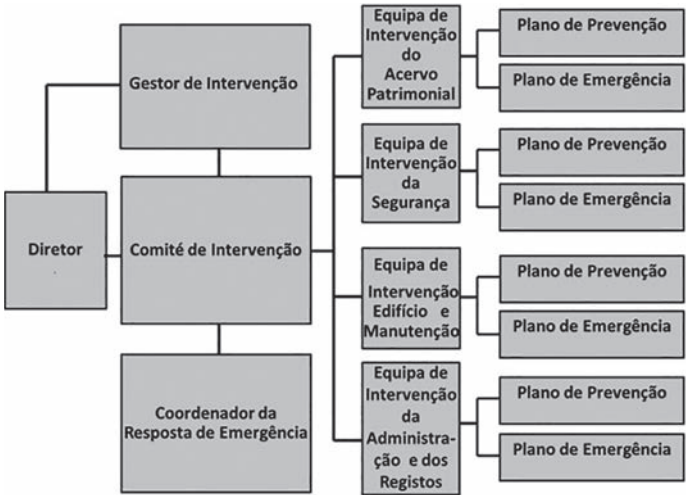


Fig. 2. Organigrama da equipa colaborativa, a partir do modelo proposto pelo GCI, contendo elementos da equipa instituição patrimonial, que estabelecem parcerias com elementos provenientes do exterior, entre outros, setores das autarquias locais, forças de proteção civil, centros de investigação e da comunidade local.

Cada membro da equipa assumirá determinadas funções e responsabilidades, nomeadamente:

– O **Diretor** da instituição deverá ser a força motriz da gestão integrada de risco e de emergência, participando ativamente na mesma, estimulando o pessoal e as entidades participantes no processo;

– O **Comité de Intervenção** deverá ser composto por pessoal de todos os setores da instituição patrimonial, apresentando uma perspetiva global da organização com as suas resistências e vulnerabilidades, recolhendo informação sobre o contexto territorial da instituição, sobre o seu edifício, as suas políticas, os

[13] DORGES & JONES, 1999; RAMOS, 2014.

seus procedimentos e rotinas. Com esta informação, o comité poderá refletir sobre como as diferentes variáveis afetam a gestão integrada. Os elementos do comité deverão propor e implementar medidas que minimizem os riscos e que limitem, em caso de emergência, os danos resultantes. Deverão, ainda, conceber apropriados planos de emergência e recuperação e participar na fase de preparação;

- O **Gestor de Intervenção**, líder do comité, estabelece a linha de comunicação entre o diretor e os restantes membros do comité, aos quais atribui tarefas e responsabilidades. Este deverá ser um elemento independente dos intervenientes das equipas, de forma a não acumular funções, o que limitaria a sua eficiência. Uma realidade semelhante à do Diretor, que deverá liderar a equipa;
- A **Equipa de Intervenção do Edifício e da Manutenção** participa na manutenção da integridade da construção, atuando nas pequenas tarefas diárias e nos importantes processos de preservação da estrutura;
- A **Equipa de Intervenção de Segurança** coordena o processo e os indivíduos responsáveis pela evacuação dos espaços, em termos de ocupantes e do acervo, e salvaguarda a segurança dos abrigos, protegendo o acervo de possíveis atividades criminosas. É a equipa de maior importância, dado que é responsável por "save lives and prevent or reduce injury[14]";
- A **Equipa de Intervenção da Administração e dos Registos** será responsável pela preservação e salvaguarda da informação associada ao acervo e pelos serviços de informação da organização;
- A **Equipa de Intervenção do Acervo Patrimonial** será responsável pela avaliação das propriedades do acervo, as suas resistências e vulnerabilidades, e condições de manipulação[15].

2.1. Virtudes

O estabelecimento de equipas multi e interdisciplinares permitirá superar diversos obstáculos. Obviamente, um dos maiores desafios é o financeiro. Orçamentos reduzidos implicam difíceis escolhas, levando, habitualmente, à aplicação de grande parte dos recursos em áreas de maior visibilidade. Associadas às limitações orçamentais, surgem a dependência administrativa/financeira e a direção (gestão) externa de muitas instituições públicas.

[14] DORGES & JONES, 1999: 111.
[15] DORGES & JONES, 1999; RAMOS, 2014.

Para além de limitados recursos financeiros, muitas instituições internacionais e, particularmente, as nacionais, apresentam equipas reduzidas e assoberbadas com variadíssimas funções e atividades que, frequentemente, são qualificadas como prioritárias em relação à gestão integrada. Mesmo as equipas que se encontram disponíveis, recorrentemente, sentem que não apresentam a adequada (in)formação para atuar neste âmbito.

Por fim, tendo em consideração que a: «modern emergency management involves many players with distinctive backgrounds and reasons for involvement»[16], problemas de comunicação entre as equipas patrimoniais, entidades privadas e as forças de proteção civil são um recorrente impedimento à gestão coordenada de esforços. Com frequência, estas equipas são compostas por elementos de contextos laborais profundamente distintos, com a sua própria terminologia e com diferentes prioridades de atuação[17].

Atendendo a estas dificuldades, é possível implementar uma saudável gestão integrada quando se conciliam esforços com entidades externas, estabelecendo protocolos colaborativos, formando equipas híbridas inclusivas. O envolvimento de elementos do exterior tem uma mais-valia imediata à extensão e otimização dos recursos humanos. Profissionais de diferentes âmbitos contribuirão de forma diferenciada na gestão, combinando um extenso conhecimento, explorando o potencial dos diferentes contextos de formação. A ampliação da equipa permite igualmente a partilha de atividades e responsabilidades, evitando assim a sobrecarga dos profissionais da entidade cultural. A combinação de esforços terá um relevante impacte no desenvolvimento de um eficaz plano de prevenção e de emergência, que compreenda todas as medidas fundamentais à proteção do património e dos seus ocupantes[18].

Para além do acrescentar ao potencial humano, os esforços colaborativos favorecem a ampliação dos equipamentos e meios tecnológicos. Frequentemente, as intuições patrimoniais não apresentam equipamento sofisticado (de elevado custo monetário) mas poderão usufruir das ferramentas tecnológicas dos seus colaboradores. Estes poderão incluir as forças de proteção civil, a academia, outras instituições culturais[19], e inclusive entidades privadas. O estabelecimento de par-

---

16 HANDMER & DOVERS, 2007:12.

17 DORGES & JONES, 1999.

18 LEWIS, 1999; CASAVANT, 2003; TWIGG, 2004; HOMEM, 2014; RAMOS, 2014.

19 Exemplos de possíveis protocolos colaborativos entre instituições culturais a contemplar serão aqueles a estabelecer entre museus, bibliotecas e arquivos. Os três tipos de instituições partilham preocupações em preservar e conservar os seus frágeis acervos (UNESCO, 2009; ICOM, 2013). As semelhanças entre as suas missões e a vulnerabilidade dos seus acervos possibilitarão a troca de valiosas experiências e informação, que permitirão otimizar a gestão integrada das instituições culturais (PERSON-HARM & COOPER, 2014).

cerias poderá, inclusive, implicar um aumento de recursos financeiros através de financiamento estatal, ou mesmo internacional, com base num projeto global colaborativo e inclusivo.

A resposta à emergência e o consequente processo de recuperação serão igualmente beneficiados. Uma equipa inclusiva, com elementos das forças de segurança pública, bombeiros sapadores, Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), entre outros, apresentará uma resposta verdadeiramente coordenada, pois os seus elementos agirão colaborativamente, organizados e orientados antes da ocorrência da emergência e, igualmente, nas consequentes medidas de resposta e recuperação. Dorges e Jones (1999) realçam a importância da coordenação e combinação de esforços, e do intercâmbio de conhecimentos e formações:

> *Staff members immersed in the emergency planning process often make the mistake of overlooking local or regional services and resources. Fire departments, for example, can provide beneficial information and sound advice. The information flow works both ways: You learn from fire officials, who in turn learn about your institution and its special needs*[20].

Com frequência, as forças de proteção civil não apresentam a formação necessária para reagir adequadamente aos dilemas e particulares vulnerabilidades do objeto patrimonial e museológico, cometendo, assim, erros durante a fase de resposta e recuperação, que poderão ser tão perigosos como aqueles perpetrados pelo perigo original. Todavia, com a adequada troca de informação entre a instituição e as forças de proteção civil, a adequada intervenção no objeto cultural poderá ser definida durante o período pré-emergência, evitando possíveis danos por negligência durante a resposta e recuperação da emergência.

Consoante a dimensão da equipa da instituição, a participação de elementos externos da comunidade terá que ser maior ou menor. Equipas com reduzido número de elementos terão necessidade de maior apoio externo, enquanto equipas institucionais maiores poderão apresentar uma equipa dominantemente dos seus quadros.

Resumidamente, espera-se um aumento da eficácia e da eficiência do sistema de gestão integrada de risco e emergência com o recurso a uma equipa multidisciplinar que integre variados elementos da comunidade.

CONCLUSÃO

A missão de qualquer instituição cultural, ainda que implícita, inclui sempre a proteção da integridade dos seus ocupantes e a defesa do seu património. Conside-

[20] DORGES & JONES, 1999: 120.

rando as implicações éticas e deontológicas da missão destas instituições, torna-se evidente que a Gestão Integrada de Risco e Emergência é uma parte essencial da gestão saudável de qualquer entidade cultural. O seu sucesso, como fonte de usufruto para os seus visitantes, é apenas obtido considerando a segurança. Todavia, dadas as inúmeras dificuldades que as instituições enfrentam, torna-se cada vez mais relevante a colaboração de esforços com o exterior.

O estabelecimento de relações de cooperação estreita, complementar, bem orientada, organizada, treinada e de benefício-mútuo, com entidades externas às instituições culturais e a formação de equipas multidisciplinares, multissetoriais, multigeracionais e multicapacitadas, com elementos internos e externos à organização, é um fator chave para a definição e implementação de um eficaz e eficiente sistema de Gestão Integrada de Risco e Emergência, que permitirá prever, avaliar, prevenir, eliminar e/ou minimizar situações de emergência e danos, assegurando, em simultâneo, a proteção sustentada de pessoas e bens culturais.

REFERÊNCIAS

Assembleia da República (2004) – *Lei N.º 47/2004 de 19 de agosto. Aprova a Lei-quadro dos Museus Portugueses*. «Diário da República», I Série-A 195, p. 5379-5394. Lisboa.

ASHLEY-SMITH, Jonathan (1999) – *Risk Assessment for Object Conservation*. Oxford: Butterworth-Heinemann.

AYYUB, Bilal (2003) – *Risk Analysis in Engineering and Economics*. Florida: Chapman & Hall/CRC.

CASAVANT, David (2003) – *Emergency Preparedness for Facilities: A Guide to Safety Planning and Business Continuity*. Plymouth: ABS Consulting.

DORGE, Valerie; JONES, Sharon (1999) – *Building an Emergency Plan: A Guide for Museums and Other Cultural Institutions*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute.

HANDMER, John; DOVERS, Stephen (2013) – *The Handbook of Disasters and Emergency and Institutions*. Londres: Earthscan.

HOMEM, Paula Menino (2014) – *Património cultural: Gestão integrada de risco*. «PROCIV, Boletim Mensal da Autoridade Nacional de Protecção Civil», vol. 75, p. 6-9. Disponível em: <http://www.proteccaocivil.pt/newsletter/PROCIV_75JunhoWeb.pdf>. [Consulta realizada em 10/07/2015].

ICOM (2013) – *ICOM Code of Ethics for Museums*. Disponível em: <http://icom.museum/the-vision/code-of-ethics/>. [Consulta realizada em 27/07/2016].

LEWIS, James (1999) – *Development in Disaster-prone Places: Studies of Vulnerability*. Londres: Intermediate Technology Publications.

LINDELL, Michael; TIERNEY, Kathleen; PERRY, Ronald (2001) – *Facing the Unexpected: Disaster Preparedness and Response in the United States*. Dulles: Joseph Henry Press.

MICHALSKI, Stefan (1990) – *An overall framework for preventive conservation and remedial conservation*. Los Angeles: ICOM Committee for Conservation.

Ministério da Administração Interna (2008) – *Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro. Estabelece* o *regime jurídico de segurança contra incêndio em edifícios*. «Diário da República», I Série-A 220, p. 7903 – 7922. Lisboa: Ministério da Administração Interna.

NGA (1979) – *Emergency Preparedness Project: Final Report*. National Governors Association. Washington: Defense Civil Preparedness Agency.

O'LEARY, Margaret (2004) – *Measuring Disaster Preparedness: A Practical Guide to Indicator Development and Application*. Lincoln: iUniverse, Inc.

PERSON-HARM, Angela; COOPER, Judie (2014) – *The Care and Keeping of Cultural Facilities: A Best Practice Guidebook for Museum Facility Management*. Plymouth: Rowman & Littlefield.

PHILIPS, Brenda (2009) – *Disaster Recovery*. Boca Raton: Taylor & Francis Group.

RAMOS, Joana (2014) – *O Risco de Incêndio em Contexto Museológico. Contributos para a Gestão Integrada da Emergência*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.

TWIGG, John (2004) – *Good practice review. Disaster risk reduction: Mitigation and preparedness in development and emergency programming*. Londres: Overseas Development Institute Humanitarian Practice Network

UNESCO (2009) – *Reducing Disasters Risks at World Heritage Properties*. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/disaster-risk-reduction/>. [Consulta realizada em 27/07/2016].

UNISDR (2007) – *Terminology*. Disponível em: <http://www.unisdr.org/we/inform/terminology>. [Consulta realizada em 01/08/2016].

WALLER, Robert (1995) – *Risk Management Applied To Preventive Conservation*. In: ROSE, Carolyn *et al.* (eds.) – *Storage of Natural History Collections: A Preventive Conservation Approach*. Iowa: Society for the Preservation of Natural History Collections Iowa City, p. 21-27.

WALLER, Robert; MICHALSKI, Stefan (2004) – *Effective preservation, from reaction to prediction*. «The Getty Conservation Institute Newsletter», vol. 19. Los Angeles: Getty Conservation Institute, p. 4-10.

GENIUS LOCI
LUGARES E SIGNIFICADOS
PLACES AND MEANINGS

COORD.
LÚCIA ROSAS
ANA CRISTINA SOUSA
HUGO BARREIRA

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

U.PORTO
FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO